

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE HISTÓRIA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
COMPARADA**

ESTADO NOVO E ESPORTE:

uma análise comparada dos usos políticos do esporte
nos regimes de Getúlio Vargas e Oliveira Salazar
(1930-1945)

DOUTORANDO:
MAURÍCIO DA SILVA DRUMOND COSTA

ORIENTADOR:
VICTOR ANDRADE DE MELO

Rio de Janeiro
Abril de 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE HISTÓRIA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
COMPARADA**

ESTADO NOVO E ESPORTE:
uma análise comparada dos usos políticos do esporte
nos regimes de Getúlio Vargas e Oliveira Salazar
(1930-1945)

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
Comparada – Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em
História Comparada.

DOUTORANDO:
MAURÍCIO DA SILVA DRUMOND COSTA

ORIENTADOR:
VICTOR ANDRADE DE MELO

Rio de Janeiro
Abril de 2013

FICHA CATALOGRÁFICA

C837e Costa, Maurício da Silva Drumond.

Estado Novo e esporte: uma análise comparada dos usos políticos do esporte nos regimes de Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945) / Maurício da Silva Drumond Costa. 2013.

222f.; 28 cm.

Tese (Doutorado em História Comparada) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2013.

Orientador: Victor Andrade de Melo.

Bibliografia: f.204-222.

1. História do Esporte. 2. Estado novo 3. Brasil - 1933-1945. 5. Portugal - 1933-1946. 6. História Comparada - Teses. I. Melo, Victor Andrade de, 1971-. (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Comparada. III. Título.

CDD: 900

FOLHA DE APROVAÇÃO

Maurício da Silva Drumond Costa

ESTADO NOVO E ESPORTE:

uma análise comparada dos usos políticos do esporte nos regimes de Getúlio Vargas e
Oliveira Salazar (1930-1945)

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2013.

(Prof. Dr. Victor Andrade de Melo, PPGHC-IH-UFRJ - Orientador)

(Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho, USP)

(Prof. Dr. Rafael Fortes, UNIRIO)

(Prof. Dr. Vantuil Pereira, PPGHC-IH- UFRJ)

(Prof. Dr. Silvio de Almeida Carvalho Filho, PPGHC-IH-UFRJ)

Suplentes

(Prof. Dr. Cleber Augusto Dias, UFG)

(Prof. Dr. José D'Assunção Barros, PPGHC- IH- UFRJ)

Para Ana, Clara e Lucas.
As verdadeiras razões de tudo o que faço.

AGRADECIMENTOS

O fim de uma tese de doutorado é o fim de um longo ciclo. Toda minha vida acadêmica me trouxe até esse momento, e seriam muitos os nomes de todos que merecem meus agradecimentos mais sinceros. Mas dentre esses, preciso destacar alguns que foram essenciais para que esta tese pudesse se concretizar da forma como aqui está.

Primeiramente, preciso declarar que não há meio de medir minha gratidão para por minha linda esposa, Ana Beatriz Diniz Drumond. Companheira de grandes aventuras, não só me aturou por esses quatro longos anos, como se aventurou a me acompanhar em minha estadia em Lisboa, levando nossos dois filhos, Lucas com apenas dois meses, a tiracolo. Felizmente tudo deu certo e tivemos uma das melhores experiências de nossas vidas. Pela coragem e pelo companheirismo, não me restam palavras a agradecer. Sem ela, eu nada seria.

Agradeço também a Clara e Lucas, meus queridos filhos. Apesar de não terem tornado o trabalho nesta tese mais fácil, fizeram com que tudo valesse a pena. Os finais de semana em que não tinham o pai por perto, perdido nos livros e no trabalho, serão compensados no futuro, eu espero. A meu pai, minha mãe e meus irmãos, por tudo o que me ensinaram ao longo da vida, por todo o apoio e por estarem (quase) sempre por perto quando precisei. A meus mais próximos amigos e familiares, que sempre entenderam quando não pude estar com eles por conta deste trabalho.

Deixo aqui também registrado meu mais sincero agradecimento ao grande amigo e orientador Victor Melo. Mais do que tudo, sua amizade, confiança e presença foram fundamentais para tornar isso possível. Nesses quase oito anos de convivência, me impressiona ver o quanto conseguimos caminhar. Mais do que tudo, seu exemplo como pesquisador e profissional é uma inspiração para quem deseja seguir a vida acadêmica.

Outros companheiros de jornada devem ser aqui também mencionados, especialmente os membros do “Sport”: Laboratório de História do Esporte e do Lazer do Instituto de História da UFRJ. Álvaro do Cabo, Luiz Carlos Santana, Ricardo Pinto dos Santos, Vivi Fonseca, João Malaia, Coriolano Rocha Júnior, Karina Cancelli, André Couto, Valeria Guimarães, Alex Witney, Rodrigo Moura e Flavio Pessoa, entre outros. Destaco aqui especialmente a figura de Rafael Fortes, companheiro de coordenação de Laboratório e coeditor da “Recorde”: Revista de História do Esporte. Nossas reuniões e trocas de ideias foram fundamentais para o amadurecimento desta tese. Agradeço também a todos os companheiros do Simpósio Temático de História do Esporte da ANPUH, por suas contribuições diretas ou indiretas a este trabalho.

Em minha estadia em Portugal, muitos foram os que de diversas formas contribuíram para uma melhor estadia minha e de minha família. Agradeço ao amigo Augusto Nascimento pelos jantares magníficos, à Gorete, Domingos, Hugo e Mafalda pela inesquecível recepção e por todo o carinho, e à Isabel, que mesmo de longe foi fundamental em nos ajudar a encontrar um apartamento no inesquecível bairro de Telheiras. No ICS, dedico agradecimento especial ao professor José Sobral, que com imensa gentileza aceitou ser o responsável acadêmico por minha estadia na Universidade de Lisboa. Agradeço também a todos na Biblioteca Nacional, na Torre do Tombo e na Hemeroteca Municipal, sempre muito solícitos e dispostos a ajudar, e a Francisco Pinheiro, um amigo na história do desporto em Portugal.

Várias outras pessoas foram de grande importância em diversos momentos. No PPGHC agradeço especialmente à Marcinha Ramos e à professora Gracilda Alves, sempre dispostas a ajudar quando fosse preciso, aos professores Francisco Carlos Palomanes Martinho e Silvio de Almeida Carvalho Filho, que foram de fundamental

importância para o encaminhamento desta tese com suas leituras cuidadosas e enriquecedoras observações na qualificação da mesma.

Dedico também um agradecimento especial à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ, pela concessão da bolsa de estudos que permitiu que esta tese fosse possível.

A todos os outros que me esqueci de mencionar, minhas mais sinceras desculpas. Mas depois de terminar uma tese, é compreensível que muito não nos venha à cabeça. A jornada ainda é longa e muito ainda há a se caminhar. Haverá outras chances para eu me redimir.

*“O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará.
Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso,
que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”.*

(Marc Bloch)

RESUMO

Esta tese busca compreender as estratégias utilizadas pelos governos de Oliveira Salazar, em Portugal, e Getúlio Vargas, no Brasil, na busca pelo controle e utilização do campo esportivo em seus governos, ambos denominados “Estado Novo”. A utilização do esporte como ferramenta de propaganda política foi uma prática compartilhada por diversos regimes autoritários. Mantendo suas particularidades decorrentes de sua realidade local, procurava-se associar o fenômeno esportivo com um novo modelo de nação que se buscava engendrar em diversos países, em especial no período entre guerras. O esporte aparecia como um importante elemento de coesão social, sendo visto como um relevante vetor de produção de consenso. Assim, são observadas as estratégias apresentadas por esses dois governos para a utilização política da prática e do espetáculo esportivo. Para tanto, é proposta uma comparação entre os modelos utilizados por Salazar e Vargas, à luz das realizações dos regimes fascistas de Mussolini e Hitler junto ao esporte. A presente tese objetiva demonstrar que o esporte foi instrumentalizado nos referidos regimes estadonovistas como meio de mobilização social, como parte da cultura de consentimento forjada junto a uma nova cultura política.

Palavras-chave: História do Esporte. Estado Novo. Brasil. Portugal. Consenso.

ABSTRACT

This doctoral dissertation aims at understanding the strategies used by the governments of Oliveira Salazar, in Portugal, and Getúlio Vargas, in Brazil, in the struggle for the control and utilization of the sport field in their governments, both called “New States”. The use of sport as a tool for political propaganda was a common practice in many authoritarian regimes. Taking into account their own local particularities, they sought to associate the sport phenomenon with a new image of nation which was being created in many countries, especially in the interwar period. Sport was seen as an important element for social cohesion, as a relevant factor in the production of consent. Therefore, this work will look at the strategies deployed by the two governments in relation to the political use of the Sporting practice and spectacle. In order to do so, I present a comparison between the models used by Salazar and Vargas, in light of the accomplishments of the fascist regimes of Mussolini and Hitler in sport. This dissertation seeks to demonstrate that sport was an instrument used by the New States regimes as a means of social mobilization, as a part of the culture of consent produced among a new political culture.

Key-words: Sport History. New State. Brazil. Portugal. Consent.

RESUMEN

Esta tesis doctoral intenta comprender, en el ámbito de los periodos conocidos como “Estado Novo”, de Oliveira Salazar, en Portugal, y Getúlio Vargas, en Brasil, las acciones gubernamentales en lo que se refiere a los deportes. El uso de la práctica deportiva como herramienta de propaganda política puede ser observado en muchos regímenes autoritarios, sobre todo en el período de entreguerras. Con peculiaridades, derivadas de la realidad local, se asociaba el fenómeno con un nuevo modelo de nación que se buscaba generar. El deporte era considerado un importante elemento de cohesión social, un vector importante teniendo en cuenta la producción de consenso. ¿Cuáles son las especificidades de los casos de Portugal y Brasil? Para alcance del objetivo, se propone una comparación entre los modelos utilizados por Vargas y Salazar, considerando que tuvieron inspiraciones de los regímenes fascistas de Hitler y Mussolini. Eso trabajo pretende demostrar que el deporte fue fundamental en la consolidación de los “Estados Novos”, una estrategia de movilización social y parte de la construcción de una cultura de consenso.

Palabras clave: Historia del Deporte. Estado Novo. Brasil. Portugal. Consenso.

LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AEV	Associação Escolar Vanguarda
AMEA	Associação Metropolitana de Esportes Atléticos
ANL	Aliança Nacional Libertadora
APEA	Associação Paulista de Esportes Atléticos
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CND	Conselho Nacional de Desportos
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
CONI	Comitê Olímpico Italiano
COP	Comité Olímpico Português
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DGEFDSE	Direção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNP	Departamento Nacional de Propaganda
DOP	Departamento Oficial de Publicidade
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPDC	Departamento de Propaganda e Difusão Cultural
DRL	Deutscher Reichsbund für Leibesübungen
HJ	Hitler Jugend
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
ENEF	Ente Nazionale Educazione Fisica
ENEFD	Escola Nacional de Educação Física e Desportos
EsEFEx	Escola de Educação Física do Exército
FBF	Federação Brasileira de Futebol
FMD	Federação Metropolitana de Desportos
FNAT	Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho

FPF	Federação Portuguesa de Futebol
FPFA	Federação Portuguesa de Football Association
NEF	Instituto Nacional de Educação Física
JB	Juventude Brasileira
KdF	Kraft durch Freude
LCF	Liga Carioca de Futebol
LFRJ	Liga de Futebol do Rio de Janeiro
LPF	Liga Paulista de Futebol
MP	Mocidade Portuguesa
MPF	Mocidade Portuguesa Feminina
NSRL	Nationalsozialistischer Reichsbund für Leibesübungen
ONB	Opera Nazionale Balila
OND	Opera Nazionale Dopolavoro
ONJ	Organização Nacional da Juventude
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
PRM	Partido Republicano Mineiro
PRP	Partido Republicano Paulista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PVDE	Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado
SNI	Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo
SPEFN	Sociedade Promotora de Educação Física Nacional
SPN	Secretariado de Propaganda Nacional
SRO	Serviço de Recreação Operária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
ESPORTE E POLÍTICA	29
METODOLOGIA E FONTES	38
ORGANIZAÇÃO DA TESE	42
1 APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO COMPARADO	45
1.1 O ESTADO NOVO	46
1.1.1 Os Antecedentes	46
1.1.2 Dos Golpes à Instauração	48
1.2 OS ESTADOS NOVOS	54
1.3 PROPAGANDA E CULTURA	65
1.3.1 O SPN e o DIP	67
1.3.2 A Propaganda e o Esporte	77
2 O ESPORTE NOS ESTADOS NOVOS	84
2.1 O CAMPO ESPORTIVO NA PRIMEIRA REPÚBLICA	85
2.2 DISPUTAS E APROXIMAÇÕES	94
2.3 ÊXITOS ESPORTIVOS	123
3 O ESTADO E O ESPORTE	135
3.1 O ESPORTE COMO VEÍCULO DE PROPAGANDA	137

3.2	ESPORTE E JUVENTUDE	154
3.3	ESPORTE E TRABALHADORES	176
3.4	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESPORTE	189
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
	REFERÊNCIAS	204

INTRODUÇÃO

O Primeiro desportista de Portugal – é Salazar. [...] O chefe de uma nação é geralmente um atleta – porque para resolver os problemas que se lhe deparam tem de o ser. A firmeza de espírito, a decisão, a ponderação, o cálculo, a visão, o aprumo, o espírito de luta, a simplicidade – todos os predicados que se reconhecem e se aplaudam em Salazar, são predicados de um atleta. Para conduzir a nau, que é um país, nos mares revoltos, sob os céus toldados de tempestades, é preciso ser forte e ser um atleta. Não só os músculos definem o atleta: também e talvez mais ainda, o espírito, o cérebro e o coração. Por isso se pode dizer – se deve dizer – que Salazar é o primeiro desportista de Portugal.¹

Após a Primeira Guerra Mundial, diversos Estados liberais europeus entraram em colapso devido a vários fatores, como crise financeira, falência de suas instituições e incapacidade de suas lideranças tradicionais de lidar com um eleitorado de massas.² Somado a isso, a deflagração da Revolução Russa, em 1917, assim como as infrutíferas revoluções que a seguiram pela Europa, aumentaram ainda mais a desconfiança em relação à efetividade do Estado liberal. Como conclui Eric Hobsbawm:

Por que o liberalismo sofreu uma queda entre as guerras, mesmo em Estados que não aceitavam o fascismo? Os radicais, socialistas e comunistas ocidentais que viveram esse período tinham a tendência a ver a era de crise global como a agonia final do sistema capitalista. Diziam que o capitalismo não mais podia dar-se o luxo de governar através da democracia parlamentar e sob liberdades liberais, que incidentalmente haviam proporcionado a base de poder aos movimentos trabalhistas moderados e reformistas. Diante de problemas econômicos insolúveis e/ou uma classe operária cada vez mais revolucionária, a burguesia agora tinha de apelar para a força e a coerção, ou seja, para alguma coisa semelhante ao fascismo.³

¹ Alberto Freitas. “Dezenas de milhares de portugueses envolveram a inauguração do Estádio Nacional numa atmosfera de apoteose à Cultura Física e ao Desporto”, *Os Sports*, Lisboa, 12 jun. 1944, pp. 6-7.

² Robert Paxton. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

³ Eric Hobsbawm. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 139.

Diversos regimes autoritários foram instaurados no período entreguerras, como a breve ditadura de Sidónio Pais⁴ em Portugal e outras na Áustria, Polônia, Romênia, Iugoslávia, Estônia e Grécia, entre outros. Como apontou Hobsbawm, apenas a Grã-Bretanha, Suíça, Suécia e o Estado Livre Irlandês mantiveram suas instituições políticas democráticas em funcionamento durante todo o período entreguerras na Europa. Nas Américas, a lista de permanências democráticas seria acrescida apenas por Canadá, Estados Unidos, Costa Rica, Colômbia e Uruguai.⁵

Dentre os movimentos antidemocráticos e antiliberais que varreram o hemisfério ocidental, os de maior destaque foram, sem dúvida, os regimes fascistas⁶ de Benito Mussolini, na Itália, e de Adolf Hitler, na Alemanha. A influência destes dois governos sobre os demais regimes autoritários foi de fato importante, inclusive nos dois casos analisados no presente estudo: o Estado Novo português de Oliveira Salazar e o Estado Novo brasileiro de Getúlio Vargas.

Caracterizados como “ditadura tradicional”,⁷ “autoritarismo moderno”⁸ ou “autoritarismo burocrático”,⁹ os regimes brasileiro e português adotaram aspectos relevantes do fascismo, mantendo, no entanto, diferenças significantes, como a ausência de um projeto de mobilização para a guerra e de uma efetiva milícia nacional.¹⁰ Outra

⁴ Sidónio Bernardino Pais liderou um golpe engendrado por setores da direita portuguesa em dezembro de 1917. Foi assassinado em dezembro de 1918, pondo fim ao seu regime.

⁵ Eric Hobsbawm, *Op. cit.*, p. 115.

⁶ Para uma definição de fascismo, ver Robert Paxton, *Op. cit.*

⁷ Robert Paxton, *Op. cit.*, p. 355.

⁸ Mario Stoppino. “Autoritarismo”. In: Norberto Bobbio; Nicola Matteucci; Gianfranco Pasquino (orgs.). *Dicionário de política*. 2V. v1. 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 96.

⁹ Francisco Falcon. “Fascismo – novas e antigas idéias”. In: Maurício Parada (org.). *Fascismos: conceitos e experiências*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008, p. 17; Stanley Payne. “Salazarism: «fascism» or «bureaucratic authoritarianism»?”. In: *Estudos de história de Portugal: volume II – séculos XVI-XX: homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983, p. 523-531.

¹⁰ O debate acerca do caráter fascista do Estado Novo português é até hoje altamente polêmico entre historiadores e cientistas sociais. A fim de não estender por demais um tema que não se encontra no cerne deste trabalho, não será aqui explicitado todo o debate já produzido sobre o tema. Para este trabalho, optou-se por adotar uma posição segundo a qual diferentes elementos de ambos os Estados Novos aqui analisados tiveram clara inspiração fascista, entre eles o aparelhamento da propaganda política. Sobre o

importante diferença é que, no lugar do engajamento e excitação das massas, tipicamente fascista, esses governos dão preferência à desmobilização e passividade popular,¹¹ excetuando-se momentos de festas e demonstrações cívicas, de cunho nacionalista.¹²

Ainda que não se caracterizassem como regimes fascistas, os Estados Novos de Salazar e Vargas sofreram influência da ideologia fascista, que penetrou no Brasil e em Portugal e exerceu considerável apelo a grupos e governantes. Seus diversos pontos de confluência, como o sistema corporativista, o governo de partido-único – ou mesmo a ausência de um partido, no caso brasileiro – com um líder carismático, a formação de um Estado policial, o controle dos meios de comunicação e da organização econômica, assim como o projeto de propaganda política foram diretamente inspirados nos modelos propostos por Mussolini e Hitler. Como apontou Maria Helena Capelato, se referindo ao Brasil e à Argentina, mas ainda muito pertinentemente ao caso aqui estudado:

ao invés de se os regimes ou movimentos que nelas [ideias fascistas] se inspiraram se enquadram no modelo de análise do fascismo europeu ou italiano, proponho que se indague como as experiências fascistas foram interpretadas nessas sociedades, e como essas ideias e práticas políticas foram aí reproduzidas.¹³

debate acima mencionado, ver António Costa Pinto. *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

¹¹ António Costa Pinto chega a afirmar que “no fundamental o regime de Salazar não compartilhou das tensões de mobilização dos congêneres fascistas e promoveu a apatia”. António Costa Pinto. “O estado novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”. In: Francisco Carlos Palomanes Martinho e António Costa Pinto (orgs.). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 34.

¹² Francisco Falcon. “Fascismo: autoritarismo e totalitarismo”. In: José Luiz Werneck da Silva (org.). *Op. cit.*, p. 29-43; Francisco Falcon. “Fascismo – novas e antigas idéias”; Michael Mann. “A ascensão e queda do fascismo”. In: Maurício Parada (org.). *Op. cit.*, p. 29-43; Stanley Payne. *El fascismo*. Madri: Alianza Editorial, 1980; Robert Paxton. *Op. cit.*; Fernando Rosas. *Op. cit.*; Edda Saccomani. “Fascismo”. In: Norberto Bobbio; Nicola Matteucci; Gianfranco Pasquino (orgs.). *Op. cit.*, p. 466-475; Luís Reis Torgal. “Estado Novo português – Estado totalitário?”. In: Christiane Marques Szesz et al. (orgs.). *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru: Edusc, 2003, p. 127-164.

¹³ Maria Helena Rolim Capelato. Facismo: uma ideia que circulou pela América Latina. In: Simpósio Nacional de História, 16, 1991, Rio de Janeiro. História em debate: problemas, temas e perspectivas. Anais do XVI Simpósio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História. [S.l.]: CNPQ/InFour, [199-], p. 58.

Em especial no que se refere à propaganda, Paxton infere que “regimes que na verdade eram autoritários assumiam alguns elementos da cenografia dos regimes fascistas bem-sucedidos”.¹⁴ Nos casos aqui abordados, essa influência seria ainda mais forte com o regime de Mussolini, em especial em função da vinculação e atuação dos dois chefes de propaganda estadonovistas, António Ferro, em Portugal, e Lourival Fontes, no Brasil.¹⁵

Em um período marcado por governos antiliberais e antidemocráticos, a maior parte desses regimes, incluindo os de Vargas e Salazar, construiu suas ditaduras com amplo apoio popular, apoiando-se em diversos pilares, entre eles, o fenômeno esportivo. Este estudo objetiva compreender a busca pelo controle e mobilização do esporte nos projetos políticos dos governos de Oliveira Salazar, em Portugal, e de Getúlio Vargas, no Brasil, ambos de cariz autoritário e denominados “Estado Novo”. Alçados ao poder no início da década de 1930, tanto Salazar quanto Vargas se depararam com uma realidade onde o esporte já se fazia notar como uma das principais manifestações culturais, atraindo cada vez mais adeptos e envolvendo multidões apaixonadas.

É a partir de suas inspirações nos modelos fascistas que este trabalho busca compreender as diferentes estratégias utilizadas pelos governos de Salazar e Vargas a fim de mobilizar o esporte como meio de propaganda política, transformando o mesmo – assim como outros elementos da cultura nacional proposta – em um símbolo de

¹⁴ Robert Paxton. *Op. cit.*, p. 356.

¹⁵ Artur Portela. *Salazarismo e artes plásticas*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987; Jorge Ramos do Ó. Salazarismo e cultura. In: Fernando Rosas (org.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Coleção Nova História de Portugal. v. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 391-454; Jorge Ramos do Ó. “Secretariado Nacional de Propaganda (SPN)”. In: Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito (orgs.). *Dicionário de história do Estado Novo*. V.2. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, p. 893-896; Jorge Ramos do Ó. *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a “política do espírito” – 1933-1949: ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999; Lucia Lippi Oliveira; “O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo”. In: Helena Bomeny (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 37-58; Sílvia Pantoja. “Fontes, Lourival”. In: Alzira Alves de Abreu et al (orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 2261-2264.

unidade nacional e vigor pátrio. Busca-se comparar as formas com que esses governos se relacionaram com o fenômeno esportivo e a importância do mesmo junto ao movimento de estetização da política dos dois regimes.¹⁶

É possível perceber algumas semelhanças nos mecanismos empregados pelos regimes autoritários de Salazar e Vargas, em relação à intervenção e utilização do esporte. Tais mecanismos possuem aparente inspiração nos empregados pelos regimes fascistas na Itália e na Alemanha. Isso não significa, contudo, que as instituições e ações adotadas em Portugal e no Brasil fossem uma mera reprodução das realidades vividas por Mussolini e Hitler, mas demonstra a admiração de ambos governantes lusófonos e dos ideólogos de seus regimes nos modelos que até então prosperavam no velho continente.

Um dos principais objetivos de Hitler e Mussolini perante as massas era o de “mobilizar e unificar as energias nacionais para o renascimento e o engrandecimento do país”.¹⁷ Um dos meios utilizados para tal foi o encampamento do esporte e das atividades físicas em geral pelo Estado. Para tanto, foram criadas diversas instituições de modo a gerir e mobilizar esses fatores junto a diferentes extratos da sociedade.

Essa ferramenta obteve grande penetração junto à juventude de tais nações. A formação dos jovens, os “novos” homens e mulheres da nação, futuros lutadores apolíneos e cidadãos obedientes, era uma grande preocupação desses governos, algo também observável nas experiências do Brasil e de Portugal. Para isso, ao lado do sistema educacional já assimilado pelo regime, organizações paralelas de filiação

¹⁶ Pierre Arnaud e James Riordan (orgs.). *Sport and international politics: the impact of fascism and communism on sport*. Londres: Taylor & Francis, 1998; Jim Riordan e Arnd Krüger. *The international politics of sport in the 20th century*. Oxon: Taylor & Francis, 1999.

¹⁷ Robert Paxton. *Op. cit.*, p. 235.

obrigatória foram criadas, de modo a manter os jovens sob controle do partido e afastados de seus outros núcleos sociais, como a família, os clubes e a Igreja.

Na Itália foi criada, em 1926, a *Opera Nazionale Balilla* (ONB); na Alemanha, a *Hitler Jugend* (HJ – *Juventude Hitlerista*) foi concebida em 1922, tornando-se responsável por toda juventude alemã a partir da ascensão de Adolf Hitler ao poder, em 1933.¹⁸ O mesmo ocorreu em Portugal, com a criação da *Mocidade Portuguesa* (MP), em 1935, a partir da experiência com a *Associação Escolar Vanguarda* (AEV), de 1934. Herdeira aparente de suas congêneres alemã e italiana, a MP teve grande participação popular, visto que esta era obrigatória para todos os jovens, e sua inscrição anotada junto à caderneta escolar.¹⁹

No Brasil, uma iniciativa nos moldes dessas organizações foi tomada com a proposta de criação da *Organização Nacional da Juventude* (ONJ), junto ao Ministério da Justiça de Francisco Campos. Esse projeto foi suplantado pelo da *Juventude Brasileira* (JB), capitaneado pelo Ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema, que, contudo, não obteve grande sucesso.²⁰

Juntamente com o controle da juventude fora do âmbito escolar, a formação física dos jovens dentro das escolas era um importante fator para o projeto de fabricação dos futuros cidadãos desses regimes. Uma das principais ações nesse âmbito se deu por meio de iniciativas relacionadas à Educação Física, inclusive no que se refere ao desenvolvimento de quadros. A criação de novas instituições ou a adequação de

¹⁸ Arnd Krüger. “Strength through joy: the culture of consent under fascism, Nazism and Francoism”. In: Jim Riordan; Arnd Krüger. *Op. cit.*, p. 67-89.

¹⁹ Lopes Arriaga. *Mocidade Portuguesa: breve história de uma organização salazarista*. Lisboa: Terra Livre, 1976; Alberto Trovão do Rosário. *O desporto em Portugal: reflexo e projeto de uma cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996, p. 52.

²⁰ Simon Schwartzman, Helena Maria Bomeny e Vanda Maria Costa. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra : Fundação Getúlio Vargas, 2000.

estruturas já existentes aos novos modelos de formação física da juventude também podem ser percebidas, no Brasil e em Portugal.

A *Deutsche Reichshochschule für Leibesübungen* (Escola Superior Alemã de Atividade Física - DRL) e a *Ente Nazionale Educazione Fisica* (Entidade Nacional de Educação Física - ENEF) e a *Opera Nazionale Balilla* eram os órgãos responsáveis por essas atribuições na Alemanha e na Itália, respectivamente.²¹

Em Portugal, a formação ficou ao encargo da *Escola de Educação Física do Exército*, depois substituída pelo *Instituto Nacional de Educação Física*, criado em 1940.²² No Brasil a *Escola Nacional de Educação Física e Desportos* (ENEFD) foi criada em 1939, ocupando um espaço antes preenchido parcialmente pela *Escola de Educação Física do Exército* (EsEFEx), criada em 1932, já no governo de Getúlio Vargas.²³

Até mesmo as atividades de lazer dos trabalhadores foram alvo do controle do Estado. De acordo com Paxton, os regimes fascistas buscavam eliminar por completo as fronteiras entre o privado e o público. Para alguns pesquisadores, essa seria “a própria essência do fascismo”, sendo esse “um aspecto fundamental das intensas diferenças existentes entre o fascismo e o conservadorismo autoritário”.²⁴

Para a ação no âmbito do tempo livre, a Itália fascista instituiu a *Opera Nazionale Dopolavoro* (OND), para trabalhadores e intelectuais. A Alemanha hitlerista seguiu o exemplo italiano e criou a *Nach der Arbeit* (Depois do Trabalho, o mesmo

²¹ Arnd Krüger, *Op. cit.*; Angela Teja. “Italian sport and international relations under fascism”. In: Pierre Arnaud e James Riordan. *Op. cit.*, p. 147-170.

²² Alberto Trovão do Rosário, *Op. cit.*

²³ Victor Andrade de Melo. “A educação física e o Estado Novo (1937-1945): a Escola Nacional de Educação Física e Desportos”. In: Geraldo Pontes Jr. e Victor Hugo Adler Pereira (orgs.). *O velho, o novo, o reciclável Estado Novo*. Rio de Janeiro: Instituto de Letras da UERJ, 2008, p. 157-166.

²⁴ Robert Paxton. *Op. cit.*, p. 239.

nome de sua congênere italiana – Dopolavoro), depois rebatizada *Kraft durch Freude* (Kdf – Força pela Alegria).²⁵

Essas instituições tiveram similares no Brasil e em Portugal: o *Serviço de Recreação Operária* (SRO) e a *Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho* (FNAT). O SRO, criado no Rio de Janeiro em 1943, parece ter tido uma atuação sensivelmente mais limitada do que seus pares. Já a FNAT, criada em 1935, teve uma maior relevância junto ao cenário cultural português, com forte penetração junto aos sindicatos.²⁶

Por fim, é necessário apontar a intervenção direta que esses regimes impuseram sobre o esporte organizado. Clubes e federações passaram a serem comandados por membros do partido, ou do governo, ou novas organizações foram criadas para controlar as agremiações já existentes.

Na Alemanha, a *Deutscher Reichsbund für Leibesübungen* (DRL – Federação Alemã de Atividade Física) era uma organização próxima ao partido nazista. Em 1938, com a intervenção do partido sobre o esporte alemão, a relação se tornou ainda mais próxima, com sua transformação na *Nationalsozialistischer Reichsbund für Leibesübungen* (NSRL – Federação Nacional-Socialista de Atividade Física). Já na Itália o controle dos esportes institucionalizados ficou ao encargo do Comitê Olímpico Italiano (CONI), que sofreu intervenção direta do Partido Fascista e passou a ser comandado por Lando Ferretti, membro do partido. Em 1933, por decreto oficial, o

²⁵ Arnd Krüger. “The role of sport in German international politics, 1918-1945”. In: Pierre Arnaud e James Riordan. *Op. cit.*, p. 79-96.

²⁶ Angela Brêtas. *Nem só de pão vive o homem: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária* (1943-1945). Rio de Janeiro: Apicuri: Faperj, 2010; José Carlos Valente. *Estado Novo e alegria no trabalho: uma história política da FNAT* (1935-1958). Lisboa: Edições Colibri: INATEL, 1999.

Presidente do CONI deveria também ser secretário do Partido Fascista, eventualmente vindo a monopolizar o controle do esporte italiano.²⁷

No Brasil, a intervenção oficial do Estado Novo sobre o esporte veio com a criação, em 1941, do *Conselho Nacional de Desportos* (CND), diretamente ligado ao gabinete do presidente, que passa a supervisionar todos os clubes e federações do país.²⁸

Já em Portugal, o controle do esporte profissional ficou sob a Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar (DGEFDSE), instituída em 1942, à qual o INEF passou a ser subordinado.²⁹ A Direcção-Geral tinha como objetivo controlar a educação física fora do âmbito da Mocidade Portuguesa, assim como “introduzir a disciplina nos desportos”.³⁰

Mesmo apresentando algumas significantes regularidades, a realidade de cada país levou o objeto a ser abordado de forma peculiar. Ao contrastar a característica rural de Portugal e sua “modernidade nostálgica”³¹ com a perspectiva de urbanização brasileira³² e seu modelo de modernidade, é possível encontrar divergências refletidas

²⁷ Angela Teja. *Op. cit.*, p. 161.

²⁸ Maurício Drumond. “O esporte como política de Estado: Vargas”. In: Mary Del Priori e Victor Andrade de Melo (orgs.). *História do esporte no Brasil: do império aos dias atuais*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 213-244.

²⁹ José Esteves. *O desporto e as estruturas sociais*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1975; Alberto Trovão do Rosário. *Op. cit.*

³⁰ Alberto Trovão do Rosário. *Op. cit.*, p. 78.

³¹ Francisco Carlos Martinho aponta para a singularidade da modernidade portuguesa como uma constante associação entre passado e presente. O passado glorioso do Portugal sebastianista e restaurador, em uma época na qual Portugal se expandiu pelos oceanos e foi de fato “moderno”, era uma constante no ideário nacional luso. Havia dessa forma um compromisso com o passado e com as tradições e uma busca pela modernidade que se confluíram no que Martinho definiu como “modernidade nostálgica”, baseada na pequena propriedade agrícola, na Igreja e na tradição, assim como na racionalização do Estado e na busca de um novo modelo de identidade lusitana calcado nesses valores. Francisco Carlos Palomanes Martinho. *A bem da nação: o sindicalismo corporativo português entre a tradição e a modernidade – 1933-1947*. Tese (doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

³² Apesar de ser um país majoritariamente rural no período, o ideário oficial brasileiro apontava para a urbanização e industrialização do país, ao contrário de Portugal, que mantinha como seu ideal o de nação tipicamente rural, do pescador ou do camponês da pequena aldeia e da pequena propriedade, cristão devoto e homem simples. Bolivar Lamounier. “Do modelo institucional dos anos 30 ao fim da era Vargas”. In: Maria Celina D’Araújo (org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora UERJ: FGV, 1999, p. 35-53; Salomão L. Quadros da Silva. “A era Vargas e a economia”. In:

também no esporte, fenômeno essencialmente moderno e urbano. Ou seja, partimos do princípio que o significado da prática esportiva e seu caráter simbólico podem assumir contornos diferenciados de acordo com o ideário nacional local, suas características culturais e políticas.

É necessário estabelecer nessa introdução o recorte temporal a ser abordado por esse estudo. O Estado Novo português pode ser considerado como dividido em cinco momentos distintos, de acordo com Manuel Braga da Cruz. O primeiro (1926-1933) seria o da Ditadura Militar, do golpe de 1926 à instauração constitucional do Estado Novo. O segundo momento (1933-1945) seria o de Construção do Estado Novo, da instauração do regime ao fim da Segunda Guerra Mundial. Já o terceiro (1945-1961) seria marcado pela diversificação do regime. O quarto período (1961-1968), teria como uma de suas marcas principais o endurecimento causado pela guerra colonial. Por fim, o último período (1968-1974) seria marcado pelo governo de Marcello Caetano, tendo fim com a derrubada do regime, após a Revolução dos Cravos.³³

Este trabalho está centrado no segundo momento acima especificado. Pode-se observar que durante tal período o regime apresentou contornos mais próximos ao fascismo, em especial no que se refere à propaganda política, por meio da ação do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), dirigido por António Ferro. Já no pós-guerra, Salazar se vê pressionado a modificar, ainda que de forma superficial e aparente, certos aspectos do regime, como seu discurso político e sua estética.³⁴ Como afirmou Artur Portela, “o pós-guerra vai pôr em causa o regime e sua estética nacional-

Maria Celina D’Araújo (org.). *Op. cit.*, p. 137-154; Thomas Skidmore. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; Francisco Carlos Palomanes Martinho. *Op. cit.*, p. 17; Heloisa Paulo. *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994, p. 60.

³³ Manuel Braga da Cruz. *O partido e o Estado no salazarismo*. Lisboa: Presença, 1988, pp. 38-47.

³⁴ César Oliveira. “A evolução política”. In: Fernando Rosas (org.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Coleção Nova História de Portugal. v. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 56.

historicista”.³⁵ Após a vitória dos aliados, vista como a vitória das democracias sobre as ditaduras, não havia mais sustentação para a teatralização da política, tipicamente fascista.

As visões sobre a efetividade das mudanças no regime português são diversas. Por um lado, António Costa Pinto aponta que no tocante ao sistema político do Estado Novo “pouco ou nada mudou com a alteração profunda de contexto internacional, a partir de 1945”,³⁶ e que “mesmo as [instituições] mais associadas ao fascismo permanecem, como a Legião Portuguesa”.³⁷ Por outro, Francisco Martinho declara que “a compreensão do Estado Novo como um regime político dotado de coerência deve se dar à luz da existência de conjunturas políticas diferenciadas, com resultados próprios para a economia, a política, a sociedade e o mundo do trabalho”.³⁸ Mais adiante, se referindo mais especificamente a suas políticas sociais, Martinho é ainda mais explícito, ao afirmar que “enquanto no Brasil houve continuidade sem Vargas, em Portugal a descontinuidade se deu apesar da permanência de Salazar”.³⁹

Um recorte temporal aproximado (1930-1945) pode ser feito quanto ao estudo do caso brasileiro. Apesar de o Estado Novo ter se iniciado propriamente apenas em 1937, mudanças significativas nas estruturas governamentais já se encontravam em gestação desde sua chegada ao poder, em 1930. Como presidente do governo provisório, Getúlio possuía poderes ditatoriais. O novo regime vai buscar a centralização do poder estatal em detrimento das oligarquias regionais e a construção de

³⁵ Artur Portela. *Op. cit.*, p. 97.

³⁶ António Costa Pinto. “O estado novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”. In: Francisco Carlos Palomanes Martinho e António Costa Pinto (orgs.). *Op. cit.*, p. 27.

³⁷ *Ibid*, p. 39.

³⁸ Francisco Carlos Palomanes Martinho. “Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil”. In: Francisco Carlos Palomanes Martinho e António Costa Pinto (orgs.). *Op. cit.*, p. 69.

³⁹ *Ibid*, p. 71.

um Estado forte, objetivos que só viriam a ser efetivamente estabelecidos com a instauração do Estado Novo, sete anos mais tarde.

Este trabalho não se limitará, assim, a abordar apenas o período estadonovista do primeiro governo Vargas,⁴⁰ apesar de apresentar certo enfoque neste período. Isso se deve ao fato de que a mudança de paradigma sócio-cultural estabelecida com a Revolução de 1930 e a conformação do campo esportivo brasileiro ao novo modelo então engendrado serem fatores essenciais para a compreensão do objeto deste estudo. O enfoque maior ao período do estado Novo se justifica pela maior centralização do poder executivo, que levou a um aparelhamento mais intenso das esferas culturais e a uma maior atuação do regime junto à propaganda política, fatores essenciais para a utilização política do esporte no governo Vargas.

É possível observar assim, que a parte inicial dos anos 30 apresenta-se como o início do período a ser abordado neste trabalho. A ascensão de Vargas ao poder em 1930 e a nomeação de Salazar a Presidente do Conselho de Ministros português, em 1932, são marcos de profunda importância política. A estruturação do aparelho estatal de propaganda tem início também a partir do início da década, com a implementação do Estado Novo, em Portugal, e do governo provisório de Vargas, no Brasil. Já o ano de 1945 fecha o recorte aqui abordado, uma vez que implica em mudanças significativas tanto no campo político como na estética empregada pela propaganda, seu principal meio de interseção com o campo esportivo.

⁴⁰ Utilizo aqui o termo *Primeiro Governo Vargas* como o período entre 1930 e 1945, no qual Getúlio Vargas permaneceu no poder através de três mandatos: o do governo provisório (1930-1934); o do governo constitucional (1934-1937) e o do Estado Novo (1937-1945).

Esporte e Política

Uma vez que este trabalho se propõe a estudar o que convencionamos denominar *História Política do Esporte*, deve-se atentar para a utilização de conceitos que por muitas vezes são tidos como dados, ao passo que podem gerar grandes debates ao seu entorno. Dentre esses podemos destacar os de *esporte* e *política*, ambos essenciais para o desenvolvimento desta tese.

Junto ao campo da História do Esporte⁴¹, a grande maioria dos estudiosos foge a uma maior definição do que se entende por *esporte*.⁴² Richard Holt, em uma das principais obras sobre a história social do esporte na Inglaterra, evita uma definição mais precisa sobre o conceito⁴³, definindo-o como

uma atividade física agradável, a qual é geralmente organizada e competitiva, ainda que não necessariamente. Nenhuma linha clara foi traçada entre “esporte” e “recreação física” porque nenhuma é apropriada. Afinal de contas, a maioria das atividades pode ser jogada de diferentes formas e normalmente utilizamos a palavra “esporte” para nos referir tanto ao jogo casual como aos mais altos níveis de desempenho.⁴⁴

Victor Melo, no entanto, ancora sua definição de esporte no conceito de *campo* de Pierre Bourdieu.⁴⁵ Por conseguinte, uma atividade física se enquadraria no *campo esportivo* ao organizar-se em instituições representativas (como clubes, federações ou

⁴¹ Sobre a formação do campo acadêmico *História do Esporte*, ver Victor Andrade de Melo. “Por uma História Comparada do Esporte: possibilidades, potencialidades e limites”. In: Victor Andrade de Melo (org). *História Comparada do Esporte*. Rio de Janeiro: Shape, 2007, p. 13-29.

⁴² Douglas Booth. “Sport historians: what do we do? How do we do it?” In: Murray Phillips (org.). *Deconstructing sport history: a postmodern analysis*. Albany: SUNY Press, 2006, p. 27. Mesmo as obras de Douglas Booth e Murray Phillips, que buscam uma discussão teórica acerca da prática da história do esporte, não apresentam uma definição sobre o objeto de estudo da mesma. Douglas Booth. *The Field: truth and fiction in sport history*. Nova York: Routledge, 2005; Murray Phillips (org.). *Op. cit.*

⁴³ Holt afirma: “Para aqueles que desejam saber mais sobre os pressupostos, as definições e as teorias subjacentes sobre os quais este estudo é baseado, eu incluí um apêndice”. No entanto, mesmo no apêndice da obra, tal discussão permanece ausente. Richard Holt. *Sport and the British: a modern history*. Oxford: Clarendon Press, 1989, p. 9. Tradução minha.

⁴⁴ *Ibid*, pp. 9-10. Tradução minha.

⁴⁵ Victor Andrade de Melo. *Esporte e lazer: conceitos: uma introdução histórica*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 90; Pierre Bourdieu. Como é possível ser esportivo?. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 136-163.

confederações); reger-se através de um calendário próprio de competições, encontros ou demais; abranger um corpo técnico especializado (técnicos, treinadores físicos, médicos, advogados); e gerar um mercado específico ao seu entorno, no caso, de produtos ditos *esportivos*, ainda que não necessariamente ligados à prática de esporte.

O autor ainda trabalha com uma ampliação do conceito de esporte, com o que chama de “práticas corporais institucionalizadas”, que englobaria a prática esportiva, a capoeira e a educação física, entre outras. Sigo aqui as ideias de Melo ao ressaltar que “a despeito dessa conceituação, para facilitar o entendimento e/ou em função de questões operacionais, em muitas oportunidades usamos ‘história do esporte’ como metonímia”.⁴⁶

Uma vez definido o que compreendemos como *esporte*, convém-nos agora especificar o que aqui se entende por *política*. O delineamento preciso de tal conceito pode se apresentar problemático devido a seu caráter difuso. Ou seja, por não possuir fronteiras exatas, o político, ao contrário do esporte, não pode ser especificado através de seus objetos de estudo. Como afirmou René Remond, “as tentativas de fechá-lo dentro de limites traçados para todo o sempre são inúteis”.⁴⁷

Remond aponta, assim, que os elementos englobados pelo campo do político se alteram de acordo com a realidade apresentada no momento e no espaço determinados. O autor ainda destaca que “certas situações ampliam o campo do político: em tempos de guerra, o que não é político? (...) o mesmo se dá com as crises”.⁴⁸

Desta forma, apoiados na obra de Remond, buscamos entender o político através da idéia de poder, entendendo a prática política como a busca e o exercício do poder. No

⁴⁶ Victor Andrade de Melo. *Esporte e lazer: conceitos: uma introdução histórica*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 66.

⁴⁷ René Remond. “Do político”. In: _____ (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 443.

⁴⁸ Ibid.

entanto, a onipresença das relações de poder na sociedade – no cotidiano de cada indivíduo, seja na escola, na família ou no hospital, por exemplo –, no que Foucault (1998) consagrou como *microfísica do poder*,⁴⁹ pode apresentar barreiras para o estudo da História Política. Como afirmou Peter Burke, “se a política está em toda a parte, qual a necessidade da história política?”.⁵⁰ Nesse sentido, Remond destaca que “só é política a relação com o poder na sociedade global”, sendo esta representada em geral pela nação e tendo como símbolo e instrumento maior o Estado.⁵¹

Podemos assim buscar uma definição mais simplificada (mas não restritiva) do conceito de *política*, como relações de poder em geral ligadas à nação e ao Estado. Torna-se fundamental nesse ponto a ideia de *Estado ampliado*, de Antonio Gramsci.⁵² Para ele, este envolveria tanto a *sociedade política*, composta pelos aparelhos de coerção sob controle das burocracias administrativas e policial-militar, como a *sociedade civil*, composta por instituições ditas privadas, que atuariam na formação de ideologias e consenso, como o sistema escolar, os meios de comunicação, a Igreja e os clubes esportivos, entre outros.

Mas qual seria a relação possível entre o político e o esporte? Por muito tempo, o esporte foi um tema obliterado no estudo do político, devido a uma visão – já em desuso – que enxergava a História Política como circunscrita a suas próprias fronteiras, ou que privilegiava sua relação com outros campos vistos como mais “nobres”, como o econômico ou o ideológico. É a partir do movimento de revisão do estudo do político, efetuado a partir de fins da década de 1960, que aspectos culturais ganham cada vez

⁴⁹ Michel Foucault. *Microfísica do poder*. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁵⁰ Apud Francisco Falcon. “História e poder”. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 126-127.

⁵¹ René Remond. *Op. cit.*, p. 444.

⁵² Antonio Gramsci. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980; Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere*. volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

mais força junto à História Política. De acordo com René Remond, a História Política “liga-se por mil vínculos, por toda a espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva”. Ou seja, praticamente não haveria domínio da realidade social desprovido de comunicação com o campo do político.⁵³

Este trabalho entende o esporte como um dos fatores manejados na disputa pelo controle da hegemonia, como entendida por Gramsci. Para ele, hegemonia seria a capacidade de direção moral e intelectual de uma sociedade, onde a dominação seria auxiliada pelo estabelecimento do consenso. Tornar-se hegemônico significaria alcançar o controle da sociedade, passando a dominá-la através da força, das instituições do Estado e do governo político. Para Gramsci:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram variadamente, sem que a força suplante muito o consenso, ou melhor, procurando obter que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos órgãos da opinião pública – jornais e associações – os quais, por isso, em determinadas situações, são artificialmente multiplicados.⁵⁴

Gramsci afirma então que após a Primeira Guerra Mundial, o aparelho hegemônico entra em crise, abrindo assim espaço para regimes centrados mais na força do que no consenso.⁵⁵ Para ele, as formas encontradas na reordenação hegemônica seriam a formação do partido único e a ascensão de um líder carismático e de um Estado de força, levando a uma maior incorporação da sociedade civil ao partido e ao Estado.⁵⁶

Isso não quer dizer, no entanto, que a busca pela hegemonia – e pelo consenso – seja abandonada. Ao contrário, formulam-se novos meios de obtenção da hegemonia, entre os quais destacamos aqui a mobilização através do esporte, como apontado por

⁵³ René Remond. “Uma história presente”. In: _____ (org). *Op. cit.*, p. 35.

⁵⁴ Antonio Gramsci. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 116.

⁵⁵ *Ibid*, pp. 116-117.

⁵⁶ *Ibid*, p. 55.

Victoria de Grazia, no que denominou de *cultura de consentimento*. Para a autora, essa “cultura” seria referente ao conjunto de atividades e práticas de cunho cultural aparentemente despolitizadas, dentre as quais o esporte, organizadas pelo governo a fim de aproximar os indivíduos ao regime vigente. Ainda que de eficiência e atuação limitadas, essas práticas buscavam passar uma mensagem condizente com os valores e as aspirações dos regimes dominantes como, no caso específico do estudo de Grazia, no fascismo italiano.⁵⁷

Já Raymond Carr e Juan Pablo Fusi, ao analisarem a realidade cultural da Espanha franquista da década de 1960, apontam para um panorama cultural que levaria à evasão da realidade imediata, ao afastamento completo das preocupações e interesses da política. A essa realidade Carr e Fusi chamam de *cultura de evasão*.⁵⁸ Segundo os autores, essa cultura seria um reflexo da ausência do Estado da produção cultural, deixando-a a mercê do interesse privado, interessado apenas no consumo e alheio a preocupações políticas ou intelectuais. O regime se beneficiaria assim de uma cultura politicamente inócua que produziria uma imagem de nação despreocupada e satisfeita.

Teresa Aja apresenta outro olhar sobre o esporte na Espanha franquista, do qual esta tese mais se aproxima. Ainda que ressaltando o fato de poderem ser distinguidas diferentes períodos no papel desenvolvido pelo esporte no governo de Franco, ao se referir ao futebol, esporte mais popular na Espanha, Aja afirma que “o papel desempenhado pelo futebol durante o período franquista é merecedor de atenção especial, e seu impacto na vida cotidiana não pode ser subestimado”.⁵⁹

⁵⁷ Victoria de Grazia. *The culture of consent: mass organization of leisure in Fascist Italy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

⁵⁸ Raymond Carr e Juan Pablo Fusi. *España, de la dictadura a la democracia*. Barcelona: Editorial Planeta, 1979, pp. 153-163.

⁵⁹ Teresa Aja. “Spanish sports in republican and Fascist Spain”. In: Pierre Arnaud e James Riordan (orgs.). *Op. cit.*, p. 108. Tradução minha.

É sob este mesmo aspecto que este trabalho busca compreender o papel desempenhado pelo esporte, afastando-se da ideia de *cultura de evasão* e buscando compreender as formas com que os governos de Vargas e Salazar tentaram utilizá-lo politicamente, ao buscarem, ainda que de forma mais tímida do que Mussolini e sua *cultura de consentimento*. Não devemos entender o esporte estritamente como meio de controle ou alienação. Como aponta Euclides Couto em seu estudo sobre o futebol na ditadura militar brasileira:

assim como outros fenômenos sociais de grande abrangência, [o esporte] tornou-se um espaço de ampla interlocução política. Capaz de atrair a atenção de milhões de espectadores e consumidores, o esporte se mostrou (...) um ambiente altamente propício para a reprodução de tensões ideológicas presentes no imaginário político brasileiro.⁶⁰

O mesmo pode ser referenciado para os casos de Brasil e Portugal no período aqui estudado. Vemos assim que as classes populares não se encontravam ausentes de um diálogo e não recebiam passivamente as imposições dos grupos dominantes. Como apontou Raymond Williams, a hegemonia não deve nunca ser vista como única ou como uma forma passiva de domínio. “Ela tem que ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada. Ela é também continuamente resistida, limitada, alterada e desafiada por pressões que não advém de si própria”.⁶¹ Ou seja, o esforço pela produção e manutenção da hegemonia, ou do consenso, é um esforço constante, resultando em uma eterna negociação entre as partes envolvidas, ainda que estas partes tenham forças desiguais na imposição de suas demandas.

De forma semelhante, Edward P. Thompson, mostra o potencial de insubordinação e acomodação das classes populares inglesas à cultura hegemônica local

⁶⁰ Euclides Couto. A esquerda contra-ataca: rebeldia e contestação política no futebol brasileiro (1970-1978). *Recorde: Revista de História do Esporte*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 2010, p. 2-3.

⁶¹ Raymond Williams. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977, p. 122. Tradução minha.

do século XVIII.⁶² Carlo Ginzburg, aponta para a relação de trocas entre a cultura popular e a cultura dominante, em um processo que denomina de *circularidade cultural*, descrevendo-o como “um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo”.⁶³ Dialogando com as considerações desses autores, leva-se aqui em conta que a construção de uma cultura esportiva nacional advenha de um processo dialético, e não apenas de uma imposição “de cima para baixo”.

Esse processo resultará na formação de culturas esportivas específicas em cada realidade analisada, apresentando tanto características singulares como também similaridades. Entre as últimas, pode-se perceber o esporte como símbolo da imagem nacional, sendo frequentemente exaltado como ícone pátrio. Assim, a prática ganha relevância na construção de identidades nacionais, em especial junto a regimes que buscavam formar um novo modelo de cidadania e nacionalidade, como nos casos de Portugal e Brasil durante seus Estados Novos.

O esporte é, então, em muitos casos, apropriado como uma tradição nacional, apresentando supostas características vistas como intrínsecas a seu povo. O esporte seria então mobilizado como uma *tradição inventada*, que pode ser assim definida:

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas (...), de natureza ritual ou simbólica, [que] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.⁶⁴

⁶² Edward P Thmpson. *Customs in common: studies in traditional popular culture*. Nova York: The New York Press, 1993.

⁶³ Carlo Ginzburg. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13.

⁶⁴ Eric Hobsbawm. “Introdução: a invenção das tradições”. In: Eric Hobsbawm e Terence Ranger (Orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 9.

A invenção de tradições pode assim ser entendida como um importante fator na formação de identidades nacionais na modernidade. Dentre essas, Hobsbawm faz uma distinção entre as invenções “políticas” e as invenções “sociais” de tradições.⁶⁵

As primeiras seriam fruto de movimentos sociais e políticos organizados ou mesmo de Estados – como festas cívicas, heróis nacionais, bandeiras e hinos. Já as invenções não-oficiais, ou “sociais”, seriam as geradas por grupos sociais sem uma organização formal ou sem um objetivo político específico.

Como exemplo do primeiro caso pode-se citar eventos como o Dia da Raça e sua utilização para a exaltação ufanista, com corais de cantos orfeônicos regidos por Villa-Lobos no estádio do Fluminense, competições esportivas para a juventude brasileira e até mesmo a participação de Getúlio Vargas nas comemorações a céu aberto. Já o segundo caso poderia ser exemplificado pela tradição de se perceber o Brasil como o país do futebol.

No que se refere ao esporte, visto por Hobsbawm como “uma das novas práticas sociais mais importantes do nosso tempo”,⁶⁶ o historiador inglês afirma que “tanto o esporte das massas quanto o da classe média uniam a invenção de tradições sociais e políticas (...) constituindo um meio de identificação nacional e comunidade artificial”.⁶⁷

Para ele, a prática:

era a demonstração concreta dos laços que uniam todos os habitantes do Estado nacional, independente de diferenças locais e regionais, como na cultura futebolística puramente inglesa ou, mais literalmente, em instituições desportivas como o Tour de France dos ciclistas (1903), seguido do Giro d'Italia (1909).⁶⁸

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ Eric Hobsbawm. “A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914”. In: Eric Hobsbawm e Terence Ranger (orgs.). *Op. cit.*, p. 306.

⁶⁷ Ibid., p. 309.

⁶⁸ Ibid.

É entendido assim que o esporte vai estar ligado a diversas invenções políticas de tradições, especialmente na criação de festas cívicas e no planejamento das atividades públicas de lazer durante esses festejos.

Eventos esportivos ganharam status de tradição em poucos anos – outra característica das tradições inventadas assinalada por Hobsbawm –, e contaram com a presença de milhares de cidadãos exaltando sua pátria. Tal fenômeno não se deu apenas em regimes ditatoriais. Hobsbawm aponta para a participação política em rituais esportivos na Europa, como a presença de membros da família real inglesa na final do torneio de Wembley, e a utilização de centros esportivos por movimentos de massa em Paris, no entreguerras.⁶⁹ Tanto em governos autoritários como em regimes democráticos, ainda que em graus diferenciados, o Estado buscava se unir ao esporte, propagandeando uma nova visão de nação e construindo o ideal de uma “nova raça”, característica essencial do sentimento de pertencimento à nação, como proposto por Vargas e Salazar.

Regimes políticos poderiam assim utilizar o esporte através da mobilização de seu potencial simbólico, tendo em vista uma associação direta entre o campo esportivo, o regime vigente e a nação. O esporte seria assim um dos elementos a serem apropriados pelo estado a fim de estabelecer sua hegemonia cultural, como também o foram a educação, o cinema, a música, as artes plásticas e a religião, por exemplo. Enquanto Vargas construía o que seria visto como o “país do samba e do futebol”, Salazar viria a erigir, nos anos 1960, uma relação mais profunda com o esporte, especialmente com o futebol, dando origem ao mito dos “três eses” que supostamente

⁶⁹ Ibid., p. 313.

sustentariam seu governo: fado, Fátima e futebol.⁷⁰ Ainda que no período aqui estudado e relação entre o Estado salazarista e o esporte estivesse distante da estabelecida com o futebol na década de 1960, como veremos adiante, as bases para essa relação se estabeleceriam nesse período.

Metodologia e Fontes

A investigação comparativa é um desafio para o saber histórico e para aqueles que a praticam. As iniciativas não são homogêneas, mas, apesar disso, o que as une é a atitude enfaticamente crítica do comparativismo, que resulta na construção de um espaço amplo e diversificado de produção de conhecimento histórico.⁷¹

O método comparativo foi por muito tempo visto com descrédito pelos historiadores. Desde o momento de sua formação como disciplina acadêmica, a História se distinguia das demais ciências sociais por postular ser uma disciplina que operava sobre o único. A História deveria buscar o conhecimento dos acontecimentos passados na singularidade de seus fatos, opondo-se assim a qualquer tipo de generalização ou regra geral – como na sociologia, por exemplo.

Apesar da recusa dos historiadores em aceitar o método comparativo, pode-se alegar que a comparação está enraizada na sua própria prática. Ao afirmar que o fato é individual e específico, o pesquisador está fazendo uma comparação deste com todos os demais. Além disso, até mesmo a análise de documentos, comparando-os e cruzando informações na busca de sua verossimilhança, remete os historiadores ao comparativismo.

⁷⁰ Como exemplo de referência ao “três efes” e o futebol, ver João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro. *A paixão do povo: história do futebol em Portugal*. Porto: Afrontamento, 2002. Para uma visão crítica acerca dos “três efes” como pilares do governo salazarista, ver Ricardo Serrado. *O futebol como veículo da propaganda do Estado Novo (?)*. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008.

⁷¹ Neyde Thelm e Regina Bustamante. “História comparada: olhares plurais”. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2007, p. 5.

O método comparativo vai aparecer de forma mais denotada, na História, nas posições de Marc Bloch. Para ele, a comparação era um instrumento indissociável da prática da História, e não um procedimento teórico. A história comparada não era vista por ele como um método, mas como um instrumento a ser utilizado por todos os historiadores. De acordo com Bloch:

Aplicar o método comparativo no quadro das ciências humanas consiste (...) em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos.⁷²

Marc Bloch tinha duas propostas de comparação: entre sociedades próximas no tempo e no espaço e entre sociedades distantes no tempo e no espaço. Na realidade, Bloch propunha a análise de problemas específicos destas sociedades, uma vez que duvidava ser possível o domínio de quadros de análise muito amplos. Este trabalho, de certa forma, se aproxima dessa idéia, ao comparar sociedades vizinhas em um quadro temporal muito próximo, como o Brasil de Getúlio Vargas e o Portugal de Oliveira Salazar.

No entanto, como apresentado por Friberg, Hilson e Vall, a comparação pode ser útil em um sentido mais amplo do que no método de comparações sistemáticas propostas por Bloch. Ela pode também ser utilizada como um mecanismo heurístico. Isto é, o estudo de um dos casos nacionais colocaria questões referentes aos pressupostos de uma realidade nacional sob a luz das evidências levantadas pelo estudo da outra realidade nacional. Assim, o método comparativo permitiria ao historiador reexaminar questões já consideradas consolidadas pela historiografia nacional sobre

⁷² Apud Neyde Thelm e Regina Bustamante. *Op. cit.*, p. 3.

determinado assunto, colocando novas perguntas e observando novas perspectivas trazidas à tona pela comparação a outra realidade.⁷³

Pode-se observar que a história comparada possibilita a formulação de novas questões, de novos problemas a serem estudados. A partir da busca sistemática de semelhanças e diferenças entre os objetos estudados pelo pesquisador, ela pode proporcionar novos olhares sobre antigos objetos. Como apontaram Neyde Thelm e Regina Bustamante, “a história comparada é o método de pesquisa que convida a uma mudança na atitude no modo de fazer história; é uma nova perspectiva dos pesquisadores como sujeitos em relação ao objeto de pesquisa”.⁷⁴

A História Comparada possibilitaria, dessa forma, novos olhares sobre os objetos de estudo e teria a capacidade de criticar idéias tidas como verdades históricas, apresentando novas conclusões e novos dilemas. Tal afirmação não significa, de forma alguma, que deveríamos abandonar as metodologias históricas mais tradicionais. Mas apenas que, através de uma nova forma de abordagem da história, seria possível se estabelecer novos problemas a serem investigados, e assim, novas hipóteses a serem levantadas.

Um dos desafios lançados ao historiador pela História Comparada diz respeito ao acesso a fontes primárias. Em especial no que se refere aos estudos que abarcam mais de uma realidade nacional, o acesso a arquivos e fontes de mais de um país se torna um dos grandes empecilhos à pesquisa histórica. Nesses casos, o domínio de fontes primárias nacionais e o desigual acesso às fontes estrangeiras podem fazer com que o pesquisador dependa em excesso da literatura secundária já produzida pelo tema a ser estudado. Na presente tese, o acesso às fontes de Portugal foi facilitado por uma

⁷³ Katarina Friberg, Mary Hilson e Natasha Vall. “Reflections on trans-national comparative history from an Anglo-Swedish perspective”. *Historisk Tidskrift*, Estocolmo, v. 127, n.4, 2007, p. 717-737.

⁷⁴ Neyde Thelm e Regina Bustamante. *Op. cit.*, p. 13.

estadia em Lisboa, entre agosto e dezembro de 2011, que possibilitou a pesquisa em arquivos como a Torre do Tombo, a hemeroteca municipal e a Biblioteca Nacional.

Na Biblioteca Nacional e na Hemeroteca de Lisboa foram pesquisados os periódicos *Diário de Notícias* e *Diário da Manhã*, dois dos principais diários da capital portuguesa, e *Os Sports*, o principal diário esportivo de Portugal, que em 1945 teria seu nome mudado para *Mundo Desportivo*. Já no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foram consultados os fundos *Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação/ Secretaria de Estado da Informação e Turismo; Arquivo Oliveira Salazar e Mocidade Portuguesa*.

No que se refere a fontes do caso brasileiro, foram abordados os seguintes periódicos: *Correio da Manhã*, *O Imparcial*, *Jornal dos Sports* e *O Malho*, do Rio de Janeiro, e *O Estado de São Paulo* e *Folha da Manhã*, de São Paulo. Já No Arquivo Nacional foi pesquisado o fundo *Gabinete civil da Presidência da República*.

Vê-se assim que a imprensa e seu discurso acerca do esporte será uma importante fonte para este estudo. No entanto a apreciação de fontes dessa natureza deve ser efetuada levando-se sempre em consideração suas características específicas. Em primeiro lugar, deve-se ter em perspectiva o caráter parcial e o potencial fictício de qualquer produção jornalística, em especial no que se refere ao jornalismo esportivo. Como demonstrou Jeffrey Hill, a necessidade de enquadrar a realidade dentro de um modelo narrativo pré-determinado visando agradar um público consumidor específico e anunciantes é uma característica de toda produção da imprensa.⁷⁵ Isso seria ainda mais significativo junto à imprensa esportiva, onde grande parte dos jornalistas possui ligações estreitas com clubes e atletas, e mesmo com patrocinadores. Em segundo lugar,

⁷⁵ Jeffrey Hill. "Anecdotal evidence: sport, the newspaper press, and history". In: Murray Phillips (org.). *Deconstructing sport history: a postmodern analysis*. Albany: SUNY Press, 2006, p. 117-129.

lidar com fontes da imprensa durante os períodos aqui abordados significa considerar essa produção jornalística sob a forte presença da censura.⁷⁶

Tudo isso não invalida, entretanto, o uso desse tipo de material como fonte em um trabalho acadêmico. Pelo contrário, a imprensa pode ser uma valiosa fonte para se perceber o discurso que se procurava construir por meio da prática esportiva durante esses períodos. É apenas necessário manter o olhar crítico que o historiador deve ter com toda e qualquer fonte, ciente de suas particularidades.

A organização da tese:

O estudo será dividido em três capítulos. Por se tratar de um estudo comparado, foi escolhida uma abordagem que buscasse interligar aspectos dos dois regimes, suas conexões e divergências, de forma sistemática ao longo de todo o trabalho. Essa escolha se deu pela convicção de que seria assim possível obter um resultado mais original, ressaltando novas questões e novos problemas que por certo não se esgotarão aqui – se é que o esgotamento de qualquer tema seja possível dentro da História.

No capítulo 1, intitulado “Apontamentos para um estudo comparado”, procuro estabelecer um quadro contextual dos campos político, cultural e esportivo tanto em Portugal quanto no Brasil. Para tanto, partiu-se dos antecedentes da implementação dos regimes, suas crises e seu estabelecimento. A estrutura, a função e a formação dos aparelhos de propaganda – o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), em

⁷⁶ Sobre a censura à imprensa nos governos de Vargas e Salazar, ver, entre outros, estudos de Silvana Goulart. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero: CNPq, 1990; Heloísa Paulo. *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994; Maria Helena Capelato. “Propaganda política e os meios de comunicação”. In: Dulce Pandolfi (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, pp. 167-178; Cândido de Azevedo. *A censura de Salazar e Marcello Caetano: imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999; Rejane Araújo. “Departamento de Imprensa e Propaganda”. In: Alzira Alves de Abreu et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós 1930*. v. 2. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, pp. 1831-1833.

Portugal⁷⁷, e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no Brasil – são também comparados de maneira sistemática.

O segundo capítulo, “O Esporte nos Estados Novos”, busca estabelecer um panorama dos campos esportivos no Brasil e em Portugal de 1930 a 1945, de forma a contextualizar referências a serem abordadas no decorrer da tese. Para tanto, começo observando a estruturação desses campos no período anterior ao aqui estudado, as primeiras repúblicas, para então delinear duas linhas essenciais de análise para a compreensão do período, as lutas internas de cada campo e o desempenho esportivo desses países no cenário internacional.

“Estado Novo e Esporte”, o terceiro capítulo desta tese, busca analisar as ligações entre o Estado e o esporte, analisando de forma mais detalhada, nos dois países, as instituições criadas (ou seus projetos), seus objetivos e alguns de seus resultados. Para tanto, inicia-se o capítulo com um estudo sobre a utilização do espetáculo esportivo como meio de propaganda política. Em sequência, observo a relação estabelecida pelos meios oficiais entre o esporte e a juventude nacional e junto aos trabalhadores, com especial destaque a instituições criadas pelos governos como instrumento de mediação entre o Estado e esses grupos, nos quais o esporte teve destacado papel. Ao final do capítulo, analiso a intervenção governamental sobre a organização esportiva propriamente dita, em um movimento que deixou clubes, federações e outras associações sob interferência mais ou menos direta dos Estados Novos.

Por fim, na conclusão do presente estudo, busca-se elaborar um quadro comparativo da institucionalização do esporte por regimes autoritários, partindo dos casos aqui apresentados. Longe de se pretender um modelo fechado, engendrado por

⁷⁷ O SPN foi renomeado como Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) em 1945, o ano final do recorte temporal deste trabalho.

todos os casos possíveis, ambiciona-se apresentar um ponto de partida, de onde outros casos que ainda não receberam a devida atenção possam começar seus trabalhos, assim como levantar possíveis novos olhares e questões a outros que já se viam desgastados pelo grande número de estudos produzidos.

CAPÍTULO 1:

APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO COMPARADO

Antes de mais nada, consideraremos que comparar é uma forma específica de propor e pensar as questões.⁷⁸

Ao iniciar um trabalho que tem como objetivo efetuar a comparação sistemática de uma mesma questão em dois quadros nacionais distintos, julgamos ser importante a realização de um quadro comparativo entre as duas realidades a serem analisadas. Não se trata de efetuar uma mera descrição das duas sociedades a serem analisadas, mas sim de traçar paralelos que venham trazer à luz novas questões.

O uso do método da História Comparada não deve significar apenas a sobreposição do estudo de diversas realidades, como uma justaposição de casos. “Ela faz-se de interações, de iluminações recíprocas”;⁷⁹ onde as questões levantadas por um caso trazem à tona novas ponderações e novos olhares sobre o outro.

É nesse sentido que nesse capítulo realizei o que denominei de um “olhar panorâmico comparativo” dos regimes de Salazar e Vargas. Ao analisar as semelhanças e dessemelhanças entre os dois casos, procurei apontar as particularidades de suas similitudes, ou seja, como, mesmo nos pontos em que convergem, os casos mantêm certas distinções próprias. Busca-se, assim, tecer um caminho entre o particularismo excessivo e a falsa analogia, dois dos diversos desafios com que a História Comparada se depara.

⁷⁸ José D’Assunção Barros. “História comparada – um novo modo de ver e fazer a história”. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2007, p. 4.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 23.

1.1 O Estado Novo

1.1.1 – Os antecedentes

Os dois Estados Novos tiveram origens em processos iniciados anos antes. Na verdade, a instauração desses regimes não pode ser compreendida sem a análise do processo político resultante da crise do sistema liberal e da reação nacionalista e autoritária que tomou conta de grande parte da Europa no entreguerras, assim como da oposição aos modelos políticos vigentes em seus países. Tanto o 28 de maio de 1926, em Portugal, quanto o 3 de outubro de 1930, no Brasil, determinaram o fim de suas respectivas Primeiras Repúblicas, ambos desencadeados pelas crises por elas vividas durante a década de 1920.

Portugal teve sua República iniciada em 1910, com a Revolução de 5 de Outubro. De regime parlamentarista, foi marcada por uma profunda inconstância política, pela falta de poder dos governos estabelecidos e pela falta de continuidade administrativa. Sua instabilidade fica evidente nos números apresentados durante seus pouco mais de quinze anos de duração: com oito presidentes e quarenta e cinco governos diferentes.⁸⁰

A primeira república brasileira teve maior duração do que a portuguesa, se prolongando entre 1889 e 1930. Após um início turbulento, de grande pressão oposicionista, a república brasileira alcançou, no governo de Campos Sales (1898-1902), uma estabilidade nunca vista no caso português, com a chamada “política dos

⁸⁰ Douglas Wheeler. “A primeira república portuguesa e a história”. *Análise Social*, Lisboa, v. 14, n. 56, 1978, p. 865-872.

governadores”.⁸¹ Dentro deste quadro, fortaleceram-se os partidos estaduais, em especial o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM), os de maior força econômica e demográfica do país.

Em ambos os países, os anos 1920 foram marcados por profundas crises político-econômicas. Em Portugal, a década foi assolada por grande desvalorização monetária, crise econômica, acelerada inflação e profunda agitação do cenário político. Tais fatores, somados a greves endêmicas no serviço público e escassez de gêneros alimentícios, acentuaram a sensação de descrença no regime republicano por parte da população portuguesa, em especial de sua classe média.⁸² É importante frisar também o caráter anticlerical da república lusitana, o que afastava considerável parte da população rural do movimento republicano. Crescia assim, junto à oposição e às camadas populares, o sentimento de que a democracia havia fracassado e que apenas a ditadura poderia salvar o país.⁸³

No Brasil, a escalada à ditadura do Estado Novo teve início com as eleições presidenciais de 1930. Assim como em Portugal, havia na sociedade brasileira dos anos 1920 um profundo descontentamento com a realidade política. O governo republicano era visto por grande parte das classes médias e dos militares como um antro de políticos corruptos e eleições fraudulentas, assim como dominado por uma oligarquia retrógrada e decadente – elementos que se encontravam ainda mais agravados devido às repercussões da crise de 1929 sobre o país e sua economia.

Desde o início da década de 1920, a sociedade brasileira entra em um período de grande ebulição e de transformações político-culturais. O ano de 1922 foi um ano

⁸¹ Maria do Carmo Souza. “O processo político-partidário na primeira república”. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *Brasil em perspectiva*. 19 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 162-226.

⁸² Jacques Georgel. *O salazarismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985.

⁸³ José Hermano Saraiva. *História concisa de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1978.

marcante em função das conturbadas eleições presidenciais, da eclosão do movimento tenentista, da semana de Arte Moderna e da criação do Partido Comunista.⁸⁴ Essas transformações afetavam diretamente a credibilidade do processo político vigente, levantando insatisfações sobre a base do sistema oligárquico em que se baseava a primeira República.

1.1.2 – Dos Golpes à instauração

Em Portugal, um golpe militar, em 28 de maio de 1926, dá início a um dos mais agitados e politicamente complexos períodos da história do século XX português.⁸⁵ Tal característica se deve notadamente ao caráter heterogêneo das forças que desencadearam o golpe que pôs fim à Primeira República. Como ponto em comum, os conspiradores viam a urgência em por um fim ao governo do Partido Democrático. No entanto, os caminhos a serem trilhados após a obtenção desse objetivo diferiam diametralmente.

É assim que, sob a liderança do comandante Mendes Cabeçadas, o governo republicano é tomado pelos militares, que a partir de então começarão a disputar o controle sobre o novo regime. No entanto, a liderança de Cabeçadas – nome muito ligado a grupos de pretensões democráticas e liberais – gera profunda insatisfação junto a grupos mais conservadores. Em 18 de junho de 1926, menos de um mês após o golpe, o comandante abandona o cargo após exigência do general Gomes da Costa, que havia cercado Lisboa com suas tropas.

⁸⁴ Lucia Lippi Oliveira. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990; Carlos Zilio. *A querela do Brasil: a questão da identidade da arte brasileira: a obra de Tarsila, Di Cavalcanti e Portinari / 1922-1945*. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

⁸⁵ Fernando Rosas. *O Estado Novo (1926-1974)*. Coleção História de Portugal v. VII. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

O novo governo, apesar de presidido por Gomes da Costa, conta com a liderança informal do general Sinel de Cordes, líder da ala conservadora dos militares. Novas divergências internas, dessa vez relacionadas ao contato entre Gomes da Costa e a direita mais radical, levam a um novo golpe a 9 de julho de 1926. Mais uma vez, o presidente militar é deposto com menos de um mês no cargo. O general Óscar Carmona, ligado a Sinel de Cordes e bem aceito em todos os círculos militares, é nomeado o novo dirigente.

A estabilidade não viria tão facilmente para o novo governo. Ainda que contasse agora com um nome aceito pelos principais grupos militares, um novo ataque surgiu entre os dias 3 e 9 de fevereiro de 1927, nas ruas do Porto e de Lisboa.⁸⁶ O movimento, de caráter cívico-militar, foi duramente sufocado e levou a um novo endurecimento do regime. A ditadura se impunha politicamente, mas sua gestão econômica parecia não se sustentar. A crise econômica se agravava cada vez mais com a gestão de Sinel de Cordes à frente da pasta de finanças até que, em 28 de março de 1928, um novo governo é constituído pelo general Carmona, com o afastamento do já desgastado Sinel de Cordes e com a nova liderança do então coronel Vicente de Freitas. Ao compor seu conselho de ministros, o coronel convida para o ministério das Finanças um catedrático da universidade de Coimbra com breves passagens pela vida política portuguesa: Oliveira Salazar.

Salazar de fato mudou o panorama econômico português. Munido de poderes que ultrapassavam as normais funções da pasta de finanças, o que o próprio Salazar definiu como “ditadura financeira”,⁸⁷ o novo ministro equilibrou a economia, estabilizou o escudo e se tornou no nome de maior prestígio dentro do governo.

⁸⁶ Hipólito de la Torre Gómez. *O Estado Novo de Salazar*. Alfragide: Texto, 2010, p. 23.

⁸⁷ Fernando Rosas. *O Estado Novo (1926-1974)*. Coleção História de Portugal v. VII. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 156; Hipólito de la Torre Gómez. *Op. cit.*, p. 30.

Defensor da linha autoritária, Salazar estava em constante conflito com os dois primeiros presidentes do conselho de sua gestão, Vicente de Freitas e Ivens Ferraz, que defendiam o retorno à normalidade constitucional. Em janeiro de 1930, Salazar comprova sua força junto ao presidente Carmona: Ivens Ferraz é afastado da presidência do conselho e em seu lugar é escolhido Domingos de Oliveira, um general afeito ao grupo político de Salazar.⁸⁸ No mesmo ano é criada a União Nacional, definida por Costa Pinto como “um ‘antipartido’ destinado a agregar as forças civis que apoiavam o novo regime”.⁸⁹

O grupo político de Salazar, que defendia um regime autoritário e anti-liberal, ainda travava embates com elementos políticos a favor do retorno à democracia quando houve uma nova tentativa de golpe restaurador em 26 de agosto de 1931, em Lisboa. A forte repressão sobre o movimento e seus representantes fortalece ainda mais a figura de Salazar e seu grupo, que serão a força predominante do Conselho Político Nacional, órgão consultivo criado em dezembro de 1931 para a elaboração da nova constituição.⁹⁰ No ano seguinte, em julho de 1932, Oliveira Salazar é nomeado presidente do Conselho de Ministros, cargo que manteria ininterruptamente até 1968, e é aprovado o projeto constitucional que seria promulgado em 1933. Era o início do Estado Novo em Portugal.

No Brasil, o processo que levaria à eclosão do Estado Novo teve também início com um golpe militar desencadeado em 1930, após a derrota de Getúlio nas eleições no início do ano. O golpe teve início no dia 3 de outubro e Vargas subiu ao governo

⁸⁸ Fernando Rosas. “Salazar, António de Oliveira”. In: Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (orgs.). *Dicionário de história do Estado Novo*. v.2. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, p. 861-876.

⁸⁹ António Costa Pinto. “O estado novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”. In: Francisco Carlos Palomanes Martinho e António Costa Pinto (orgs.). *Op. cit.*, p. 24.

⁹⁰ Heloisa Paulo. *Op. cit.*, p. 35; Fernando Rosas. *O Estado Novo (1926-1974)*. Coleção História de Portugal v. VII. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 175.

provisório da república brasileira um mês depois, assumindo a liderança política da nação. Como presidente do governo provisório, Getúlio possuía poderes ditatoriais. Ao contrário do que ocorria em Portugal, no Brasil o presidente exercia todo o poder, não sendo, como no caso luso, uma figura de pouca relevância política se comparado ao presidente do Conselho de Ministros. Como líder da Revolução, Getúlio Vargas tinha o apoio maciço do exército, o que lhe permitiu buscar a centralização do poder estatal em detrimento das oligarquias regionais e a construção de um Estado forte. Tais objetivos só viriam a ser efetivamente estabelecidos com a instauração do Estado Novo, sete anos mais tarde.

Podemos assim apontar que o Estado Novo brasileiro pode ser caracterizado mais como a consolidação de um modelo que já se punha em vigência desde inícios da Revolução de 1930 do que um regime proveniente de uma conturbada luta política entre diferentes facções, como no caso português. Isso não significa dizer, no entanto, que os governos de Vargas de 1930 até 1937 não tenham sido alvo de disputas políticas ou mesmo de embates militares.

O principal embate brasileiro se deu em 1932, com a eclosão da Revolução Constitucionalista em, 9 de julho. Os paulistas, alijados do poder central, se consideravam os grandes perdedores da Revolução de 30 e, insatisfeitos com a política centralizadora do governo, exigiam maior autonomia dos estados e a definição acerca da formação de uma Constituinte.

O esforço paulista durou três meses. A rendição de São Paulo veio no dia 2 de outubro de 1932. No entanto, mesmo tendo sido derrotado, São Paulo conseguiu obter diversos ganhos políticos. O estado passou a ser governado por um interventor civil

paulista, Armando Sales de Oliveira, e o governo provisório assumiu o compromisso de levar adiante o processo da constituinte, que redemocratizaria o país.⁹¹

Com o fim da Revolução Constitucionalista, Getúlio procurou reaproximar as partes da fragmentada política brasileira e aponta para uma possível reconstitucionalização do país. A eleição para uma Assembléia Nacional Constituinte, em 1933, viu uma vitória majoritária dos partidos situacionistas, articulados pelos interventores em cada estado. As eleições foram marcadas por um novo código eleitoral, que instituía importantes novidades como a Justiça Eleitoral, a permissão do voto para as mulheres e o voto secreto, tudo isso de forma a distinguir este processo eleitoral do modelo anterior.

A Constituinte deu início a seus trabalhos na elaboração de uma nova constituição no simbólico dia 15 de novembro de 1933, promulgando sua Carta Magna em 16 de julho de 1934. No dia seguinte, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República de forma indireta. Escolhido pelos constituintes, não deixou de mostrar sua insatisfação com a nova constituição, tendo dito em discurso à Assembléia dias após sua eleição:

A Constituição de 34, ao revés da que se promulgou em 1891, enfraquece os elos da Federação: anula, em grande parte, a ação do presidente da República, cerceando-lhe os meios imprescindíveis à manutenção da ordem, ao desenvolvimento normal da administração; acoroça as forças armadas à prática do faccionismo partidário, subordina a coletividade, as massas proletárias e desprotegidas ao bel-prazer das empresas poderosas; coloca o indivíduo acima da comunhão.⁹²

O discurso de Vargas deixa clara sua concepção de um estado nacional forte e centralizado na figura do presidente, do líder forte, contra o pluripartidarismo e o

⁹¹ Dulce Chaves Pandolfi. “Os anos 1930: as incertezas do regime”. In: Jorge Ferreira e Lucilia Delgado (orgs). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 13-37.

⁹² *Ibid*, p. 29.

liberalismo. Como não concordava com a carta de 1934, Vargas decidiu praticamente ignorá-la, governando, de 1934 a 1937, por decretos, aproveitando-se um congresso fraco e um judiciário sem sua necessária independência.⁹³

No entanto, a perspectiva de novas eleições, que deveriam ser realizadas em 1938, ainda pairava sobre os planos políticos do grupo liderado por Vargas. Utilizando-se das tentativas de levantes comunistas ocorridos em novembro de 1935, quando grupos militares e integrantes da Aliança Nacional Libertadora (ANL) se insurgiram contra o governo em diversos pontos do país, Getúlio decretou Estado de Guerra e iniciou uma forte onda de repressão. Comunistas e até mesmo liberais que se posicionavam contra o presidente são perseguidos, acusados de colaboração com a extinta ANL.⁹⁴ Políticos de oposição são presos e, em setembro de 1936, é criado o Tribunal de Segurança Nacional, encarregado de “processar e julgar, em primeira instância, as pessoas acusadas de promover atividades contra a segurança externa do país e contra as instituições militares, políticas e sociais”.⁹⁵

Com eleições presidenciais agendadas para janeiro de 1938, surgem três candidatos à presidência: Armando de Salles Oliveira, governador de São Paulo, que renuncia ao cargo tendo em vista a disputa do pleito eleitoral; José Américo de Almeida, ex-ministro da viação de Vargas, candidato das forças governistas; e o integralista Plínio Salgado, líder nacional da Ação Integralista Brasileira. No entanto, ao passo que a perspectiva de eleições próximas acalma os ânimos da oposição, os planos da cúpula de governo não prevêm sua realização. Com a anuência de Plínio Salgado, a

⁹³ Robert Levine. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁹⁴ Marly de Almeida Vianna. “O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935”. In: Jorge Ferreira e Lucilia Delgado (orgs). *Op. cit.*, pp. 63-105.

⁹⁵ Mônica Kornis. “Tribunal de Segurança Nacional (TSN)”. In: Alzira Alves de Abreu et al. *Op. Cit.*, p.5757; Francisco Carlos Teixeira da Silva. “Os tribunais da ditadura: o estabelecimento da legislação de segurança nacional no Estado Novo”. In: Francisco Carlos Palomanes Martinho e António Costa Pinto (orgs.). *Op. cit.*, pp. 273-303

quem fora prometido o ministério da Educação, em setembro de 1937 divulga-se a “descoberta” do Plano Cohen, um suposto plano que visava a tomada do poder no Brasil pelos comunistas.⁹⁶ Um novo Estado de Guerra é aprovado pela Câmara e no dia 10 de novembro de 1937, em uma segunda-feira, é criado o Estado Novo brasileiro.⁹⁷

O novo regime tinha na figura do presidente Vargas seu centro de poder. Entre os principais articuladores do golpe se encontrava a alta cúpula do exército, representada no governo pelos generais Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, e Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército;⁹⁸ bem como intelectuais como Francisco Campos, Azevedo Amaral, Almir de Andrade e Lourival Fontes.⁹⁹

Com a instauração do Estado Novo, Vargas afasta todas as lideranças da oposição e decreta interventores nos governos dos estados. São abolidos os partidos e o parlamento. Acabam-se os mediadores entre o governo e o povo, mantendo-se apenas duas entidades polarizadoras no cenário político brasileiro, Getúlio Vargas e o Exército. O Presidente da República conquista a autonomia desejada para implantar de vez seu projeto político para a nação.

1.2 Os Estados Novos

Manuel de Lucena, em “A evolução do sistema corporativista português” define o regime de Salazar como um “fascismo sem movimento fascista”, apontando a

⁹⁶ Dulce Chaves Pandolfi. *Op. cit.*

⁹⁷ O estado de guerra decretado após o levante comunista em 1935 fora prorrogado indefinidamente e foi sustado apenas em julho de 1937. Com o pretexto de um novo golpe comunista com o Plano Cohen, um novo estado de guerra foi decretado em outubro do mesmo ano, apenas 3 meses após o término do anterior. Maria Helena Capelato. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In: Jorge Ferreira e Lucília Delgado (orgs.). *Op. cit.*, pp. 107-143.

⁹⁸ José Murilo de Carvalho. “Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro”. In: Maria Celina D’Araújo (org.). *Op. cit.*, pp. 55-81

⁹⁹ Lucia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso e Ângela Maria de Castro Gomes. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

proximidade dos dois regimes no que se refere a sua estrutura política.¹⁰⁰ Como elementos de comparação, o autor elenca a falência do modelo liberal democrático – ou demoliberal, termo mais utilizado pelos historiadores portugueses¹⁰¹ –, substituído por um Estado intervencionista e policial dotado de partido único, o apelo corporativista como a solução para a luta de classes, o nacionalismo exacerbado e a presença de um líder carismático.

Não vamos nos prender tanto aqui em uma comparação dos regimes salazarista e varguista com o fascismo italiano ou com o conceito de fascismo em geral, uma questão que, por si própria e pelo debate que suscita, poderia gerar outra tese. Chamaremos atenção para elementos comuns e destoantes de algumas das principais características do Estado Novo português e brasileiro entre si, que poderão ter grande utilidade para a melhor compreensão de algumas questões a serem elaboradas mais adiante acerca das relações entre o Estado e o esporte.

A designação “Estado Novo” foi, nos anos 30, um termo utilizado por governos de matizes autoritários que buscavam romper com a tradição liberal democrática que se consolidara especialmente após o final da Primeira Guerra Mundial. Era uma terminologia que buscava evidenciar o rompimento com o passado recente, sem, no entanto, abdicar de suas tradições. Era uma referência à ideia, sempre reforçada, de um

¹⁰⁰ Apud Stanley Payne. “Salazarism: «fascism» or «bureaucratic authoritarianism?»”. In: *Estudos de história de Portugal*: volume II – séculos XVI-XX: homenagem a A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 1983, pp. 526-528; Heloisa Paulo, *Op. cit.*, p. 27.

¹⁰¹ António Costa Pinto. *O salazarismo e o fascismo europeu*: problemas de interpretação nas ciências sociais. Lisboa: Editorial Estampa, 1992; Heloisa Paulo. *Op. cit.*; Jorge Ramos do Ó. *Os anos de Ferro*: o dispositivo cultural durante a “política do espírito” – 1933-1949: ideologia, instituições, agentes e práticas. Lisboa: Editorial Estampa, 1999; Fernando Rosas. *O Estado Novo* (1926-1974). Coleção História de Portugal v. VII. Lisboa: Editorial Estampa, 1998; Luís Reis Torgal. *Estados novos Estado novo*: ensaios de história política e cultural. 2 ed. 2V. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

“poder novo”, de uma “ordem nova”, na criação de um “homem novo” e na consolidação de um “futuro novo”, mais promissor.¹⁰²

O conceito de “Estado Novo” traduz uma filosofia difusa de uma acção política “totalitária”, nacionalista mas também de tendências internacionalistas, um Estado de controlo das massas, activista e voluntarista, simultaneamente tradicional e moderno, corporativista, antiliberal e antisocialista, um Estado criador de uma mentalidade e de uma ética “nova” desde a juventude, fundador de um “homem novo”, de uma cultura “nova”, etc..¹⁰³

Esse conceito lato de “*Stato nuovo*” teria raízes em pensadores italianos como Emilio Gentile¹⁰⁴ e acabou por ser disseminado entre outros regimes dentro e fora da Europa. É certo que cada um desses experimentaria essa lógica a partir de suas próprias particularidades socioculturais e políticas, o que os proporcionaria sua “originalidade”, tão referida e reafirmada no caso português.¹⁰⁵ Tendo em vista uma comparação entre os casos dos Estados Novos de Vargas e Salazar, partiremos do conceito apresentado por Luís Reis Torgal,¹⁰⁶ citado acima, a fim de estabelecer alguns elementos que servirão de guia na análise seguinte.

Um primeiro ponto passível de ser aqui abordado seria o carácter da acção política “totalitária” de um “Estado Novo”. Primeiramente, é preciso notar o que se definia como uma acção política totalitária quando do surgimento do termo, na década de 1920. O totalitarismo surgiu como uma expressão do movimento fascista italiano, como uma

¹⁰² Luís Reis Torgal. *Estados novos Estado novo: ensaios de história política e cultural*. 2 ed. 2V. v.1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 75.

¹⁰³ Ibid., p. 76.

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵ O discurso produzido pelo regime salazarista buscava dar enfoque a uma suposta “originalidade” do caso português, tendo em vista diferenciá-lo dos regimes de Mussolini e Hitler, que teria brotado das características próprias do povo e da cultura portuguesa. Fernando Rosas. “Um estudo comparado do fascismo: o ‘autoritarismo moderno’ do Estado Novo português”. In: José Luiz Werneck da Silva (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado novo*. v.1. O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 57-69.

¹⁰⁶ Tal conceituação de “Estado novo” é entendida aqui apenas como forma de um modelo heurístico, sendo utilizada apenas como ponto de partida para uma comparação entre os dois regimes. Não se entende tal conceituação como um modelo “original” ou “ideal” de um “Estado Novo”. Tal elucubração, se possível de ser estabelecida, necessitaria de um trabalho específico sobre o tema.

oposição de seu regime ao Estado liberal, caracterizando o controle do Estado sobre todas as esferas da vida pública e privada, através do partido fascista.¹⁰⁷ Apesar de não se enquadrarem como regimes totalitários¹⁰⁸, ambos Vargas e Salazar engendraram governos autoritários, que muitas vezes buscavam se distanciar da imagem de totalitaristas.¹⁰⁹

Em ambos os Estados Novos, a figura do líder, seja Vargas ou Salazar, tinha destaque, ainda que mantivessem marcantes distinções. Suas personalidades e estilos políticos apresentavam grande diferença, mesmo apresentando semelhanças pontuais, similares em suas particularidades.

António de Oliveira Salazar era visto como um líder sóbrio e severo, mas paternal e sábio. Não efetuava discursos de improviso, em geral lendo-os e estudando os momentos mais convenientes de proferi-los. De certa forma, ele personifica um tipo característico de homem português que se buscava forjar em seu novo Estado, um cristão devoto, filho de camponeses, simples e trabalhador. Não era visto como um homem próximo ao povo, mas como um pai austero, rígido e disciplinador, que cuidaria do futuro de sua família, a nação.¹¹⁰

Do mesmo modo, a figura de Getúlio Dornelles Vargas representava, de certa forma, uma autoimagem do brasileiro, com certa dose de malandragem e jogo de cintura, tanto na forma de se vestir como ao fazer política. Sempre afável quando em

¹⁰⁷ Francisco Falcon. “Fascismo: autoritarismo e totalitarismo”. In: José Luiz Werneck da Silva (org.). *Op. cit.*, pp. 29-43; Mario Stoppino. “Totalitarismo”. In: Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (orgs.). *Op. cit.*, pp. 1247-1259; Robert Paxton. *Op. cit.*.

¹⁰⁸ Alguns autores, como Hannah Arendt, Mario Stoppino e Robert Paxton afirmam que nem mesmo o regime de Mussolini, criador do termo, poderia ser caracterizado como verdadeiramente totalitário. Apenas a Alemanha de Hitler e a União Soviética de Stalin se enquadrariam nessa definição. Hannah Arendt. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; Mario Stoppino. “Totalitarismo”. In: Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (orgs.). *Op. cit.*, pp. 1247-1259; Robert Paxton. *Op. cit.*.

¹⁰⁹ António Costa Pinto. “O estado novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”. In: Francisco Carlos Palomanes Martinho e António Costa Pinto (orgs.). *Op. cit.*, pp. 17-43.

¹¹⁰ Heloisa Paulo. *Op. cit.*.

público, Getúlio procurou desde o início de seu governo provisório promover um culto à sua imagem, aparecendo como o grande responsável pela superação dos problemas sociais brasileiros, chegando mesmo a ser chamado por seus adeptos como “o pai dos pobres”.¹¹¹ Getúlio recebia cartas pessoais de trabalhadores de todo o país, com pedidos para que resolvesse problemas familiares, outorgasse promoções e empregos, ou para que colocasse seus filhos em escolas públicas, sendo visto quase que como o chefe da família brasileira.¹¹²

O caráter de extremo nacionalismo de ambos os governos era evidente, com grande ufanismo e exaltação da pátria nas mais diversas esferas sociais, da educação básica à programação da rádio. Nesse ponto, os aparelhos de propaganda criados pelos Estados Novos desempenharam papel fundamental.¹¹³

No entanto, a indicação de “tendências internacionalistas” como um elemento característico dos “Estados Novos”, como inicialmente definidos por Luís Reis Torgal, afastaria os casos aqui estudados de tal conceito, uma vez que esses não buscaram a expansão e a internacionalização de seus domínios. Ainda melhor, esse fator destacaria mais uma de suas especificidades locais. Ainda que Stanley Payne aponte o colonialismo português como um dos fatores que aproximariam o salazarismo dos governos fascistas¹¹⁴, enxerga-se aqui uma grande diferença entre o colonialismo português do Estado Novo (que pode ser visto como uma continuação de um

¹¹¹ Robert Levine. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹¹² Aspásia Camargo. “Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo”. In: Maria Celina D’Araújo (org.). *Op. cit.*, pp. 13-33; Jorge Ferreira. “A Cultura Política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1990, pp. 180-195.

¹¹³ Ver adiante, seção 1.2.2.

¹¹⁴ Stanley Payne. “Salazarism: «fascism» or «bureaucratic authoritarianism»?”. In: *Estudos de história de Portugal*: volume II – séculos XVI-XX: homenagem a A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 1983, p. 527. Payne deixa bem clara sua posição quanto a considerar o Estado Novo português como um fenômeno que se aproximaria em muitos aspectos do fascismo, mas que não se enquadraria como fascista em si. O autor fecha seu artigo afirmando que “é duvidoso que as características mais distintivas do salazarismo possam ser compreendidas meramente por referências categóricas a algo tão mal definido como o fascismo”. *Ibid.*, p. 531. Tradução minha.

posicionamento que já se fazia visível desde finais do século XIX) e as pretensões internacionalistas e expansionistas de regimes fascistas. A principal preocupação portuguesa quanto a seus domínios no além mar era a de conservação de seu *status quo*, ou seja, a defesa e manutenção de seu patrimônio, sendo essa uma das linhas mestras de sua política externa.¹¹⁵

Já no Brasil de Vargas, o apelo ao expansionismo foi desprezível sob o ponto de vista geopolítico. Pode-se afirmar, sob outro ponto de vista, que determinadas áreas da cultura nacional requeriam uma maior interação a movimentos internacionais. Entre elas, podem-se apontar os esportes, como na participação em campeonatos internacionais e na organização de eventos como a corrida automobilística conhecida como “Circuito da Gávea”, que será abordada com maiores detalhes mais adiante neste trabalho.

O corporativismo foi outro fator de semelhança/particularidade entre os dois regimes. Dentro do ideal corporativista engendrado a partir do modelo italiano fascista, o Estado deveria superar os embates políticos do sistema liberal democrático através de um regime autoritário, no qual não mais se organizassem as sociedades através de afinidades políticas, mas sim através dos ramos de ofício, por meio de corporações criadas e geridas pelo próprio Estado.¹¹⁶

Em Portugal, o regime corporativo foi definido por Nuno Estevão Ferreira como “estatal e parcial”,¹¹⁷ uma vez que o órgão governamental que caracterizaria o sistema, a Câmara Corporativa, não possuía poderes efetivos junto ao poder legislativo – a

¹¹⁵ Fernando Rosas. *O Estado Novo (1926-1974)*. Coleção História de Portugal v. VII. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 263.

¹¹⁶ Maria Celina D’Araújo. “Estado, classe trabalhadora e políticas sociais”. In: Jorge Ferreira e Lucilia Delgado (orgs.). *Op. cit.*, pp. 217-218.

¹¹⁷ Nuno Ferreira. “O corporativismo e as instituições do salazarismo: a Câmara Corporativa”. In: Francisco Carlos Palomanes Martinho e António Costa Pinto (orgs.). *Op. cit.*, p. 165.

Assembléia Nacional – tendo apenas função consultiva, e não deliberativa. É interessante notar que a estrutura inicial da Câmara Corporativa, definida em 1934-35, contaria com um representante das federações desportivas – a ser eleito ou escolhido entre seus pares – e com um representante de Comitê Olímpico Português, o seu presidente.¹¹⁸ Apesar de ser um órgão de função apenas consultiva, a Câmara Corporativa tinha relevância prática, tendo influenciado diversas decisões de política pública.

O corporativismo brasileiro não foi dotado de uma agência como a Câmara Corporativa. Sua organização baseava-se na relação entre o Estado e os trabalhadores com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ainda em 1930. A relevância do ministério seria tão grande junto ao projeto político a ser implementado que Getúlio teria se referido a ele como o “Ministério da Revolução”.¹¹⁹ A partir desse ministério tem início a política que ganharia melhores contornos a partir do Estado Novo, o trabalhismo,¹²⁰ com a criação de uma série de leis e benefícios que acabam por colocar o Estado na posição de maior defensor dos trabalhadores. Um de seus principais marcos foi a promulgação de leis trabalhistas no dia 1º de maio, por algumas vezes encenadas em estádios de futebol, como o de São Januário, no Rio de Janeiro, e o do Pacaembu, em São Paulo. Celebrações cívicas em estádios de futebol já eram comuns na capital brasileira desde inícios do primeiro governo Vargas,¹²¹ e se tornaram um marco das comemorações do Dia do Trabalho.¹²²

¹¹⁸ Ibid., p. 178, notas 12 e 13.

¹¹⁹ Apud Francisco Carlos Palomanes Martinho. “Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil”. In: Francisco Carlos Palomanes Martinho e António Costa Pinto (orgs.). *Op. cit.*, p. 51.

¹²⁰ Ângela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

¹²¹ Maurício Drumond. “O esporte como política de Estado: Vargas”. In: Mary Del Priori e Victor Andrade de Melo (orgs.). *Op. cit.*, p. 213-244.

¹²² Ver capítulo 3.

Com a proximidade do final da guerra e o distanciamento de Vargas das forças armadas, o presidente passou a se aproximar cada vez mais de sua outra base de apoio, os trabalhadores, gerando o movimento *queremista* e a sua continuidade política através do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ou seja, mesmo com o fim do Estado Novo brasileiro, o trabalhismo de Vargas perdurou.

Os sindicatos foram outra faceta de extrema importância do corporativismo. Tanto no Brasil como em Portugal, o Estado Novo busca o controle sobre os meios sindicais, permitindo apenas um único sindicato por profissão, delimitado geograficamente. O sistema corporativo teria grande apelo junto a grupos de dirigentes do esporte, ainda que fossem restritos apenas aos trabalhadores urbanos no Brasil (apenas cerca de 3% da população economicamente ativa)¹²³ e apresentassem poder fragilizado e limitado, em Portugal.¹²⁴

De fato, a chamada “oficialização dos esportes”, que na verdade se tratava de uma intervenção estatal junto à organização desportiva nacional, pode ser vista como o enquadramento do campo esportivo dentro da lógica corporativa.¹²⁵ Nesta, o Estado teria o poder de intervenção e controle sobre o esporte através de uma entidade oficial (o Conselho Nacional de Desportos, ou CND, no caso brasileiro, e a Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, em Portugal), organizadas em ramos de atividades desportivas verticalmente, com suas subdivisões regionais ou distritais¹²⁶.

Antiliberais e anti-socialistas, ambos os regimes baseavam seu controle sobre as massas em um forte sistema de repressão policial, utilizando-se de uma mítica imagem

¹²³ Maria Celina D’Araújo. *Op. cit.*, p. 217.

¹²⁴ Francisco Carlos Palomanes Martinho. “Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil”. In: Francisco Carlos Palomanes Martinho e António Costa Pinto (orgs.). *Op. cit.*, p. 65.

¹²⁵ Eduardo Dias Manhães. *Política de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 53.

¹²⁶ Para o debate mais aprofundado sobre a oficialização dos esportes, sua relação ao sistema corporativo vigente e a comparação entre os processos no Brasil e em Portugal, ver capítulo 3, seção 3.4.

de um complô comunista internacional do qual precisavam se proteger. Em Portugal, a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE) é criada ainda em 1933 e tem intensa atuação junto aos setores que se opunham ao regime, sendo uma das colunas mestras do governo estadonovista. A prisão de presos políticos sem julgamento e sua frequente transferência à campos de prisioneiros como o de Tarrafal, em Cabo Verde, eram práticas comuns que buscavam eliminar determinadas formas de oposição.¹²⁷ Em 1945, com o final da guerra e a necessidade de aproximação das novas potências democráticas e de uma aparente mudança do regime português, a PVDE passa a ser denominada Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), sendo formalmente transformada em um instrumento de polícia judiciária, aos moldes da *Scotland Yard* britânica, mas sem mudanças efetivas em sua atuação.¹²⁸

No Brasil, de forma semelhante, ainda que em grau diferenciado, a repressão policial também foi um dos principais pilares de sustentação do regime. Com a criação do Tribunal de Segurança Nacional e a atuação repressiva da polícia – com destaque para a polícia do Distrito Federal chefiada por Filinto Müller – e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o Estado Novo de Vargas utilizou-se também do recurso de prisões sumárias, exílios e torturas. A princípio, tais medidas eram voltadas ao “combate do perigo comunista”.

De fato, assim como em Portugal, a ação policial também foi voltada aos opositores do regime, que eram enviados a presídios como o de Ilha Grande.¹²⁹ A faceta

¹²⁷ Irene Pimentel. “A polícia e a justiça política nos primeiros anos do salazarismo. 1933-1945”. In: Francisco Carlos Palomanes Martinho e António Costa Pinto (orgs.). *Op. cit.*, pp. 305-343; Maria Conceição Ribeiro. “Polícias políticas”. In: Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (orgs.). *Dicionário de história do Estado Novo*. 2V. v2. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, p. 747-749; Fernando Rosas. “As grandes linhas da evolução institucional”. In: _____ (org.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Coleção Nova História de Portugal. v. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992, pp. 86-143.

¹²⁸ Heloisa Paulo. *Op. cit.*; Maria Conceição Ribeiro. *Op. cit.*.

¹²⁹ Maria Helena Capelato. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In: Jorge Ferreira e Lucília Delgado (orgs.). *Op. cit.*, p. 131; Francisco Carlos Teixeira da Silva. “Os tribunais da ditadura: o estabelecimento

repressiva do Estado Novo de Vargas é por muitas vezes “esquecida” ou “banalizada” junto ao senso comum, em geral devido aos ganhos trabalhistas e o imaginário criado ao redor do mito de Getúlio no período e, ainda mais, após seu suicídio, em 1954.¹³⁰

A tensão entre modernidade e tradição é outro fator que pode ser visto como um elemento de diferenciação entre os dois regimes. O regime português, ao mesmo tempo em que buscava a modernização burocrática e administrativa, oferecia pouco incentivo à industrialização¹³¹ e à urbanização, mantendo como a imagem ideal do verdadeiro Portugal a pequena aldeia do campo e a pequena propriedade. O concurso promovido pelo Secretariado de Propaganda Nacional em 1938, que buscava eleger a “aldeia mais portuguesa de Portugal” demonstra a visão do ideal salazarista.¹³²

Já no Brasil, a ideologia do Estado Novo dará uma maior ênfase à industrialização e ao ideal de modernização, sem, no entanto, se dissociar de tradições nacionais. É durante os anos 1930 e 1940 que Villa-Lobos leva o canto orfeônico às escolas públicas da capital federal e compõe suas maiores obras, que o carnaval e o samba são elevados a símbolos da cultura brasileira. Ainda que majoritariamente rural, a

da legislação de segurança nacional no Estado Novo”. In: Francisco Carlos Palomanes Martinho e António Costa Pinto (orgs). *Op. cit.*, pp. 273-303.

¹³⁰ R.S. Rose. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil / 1930-1954*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹³¹ Fernando Rosas, aponta diversos indicadores do crescimento industrial português durante a década de 1930, em especial. Apesar de afirmar que “não parece ser possível falar-se de uma política industrial do Estado novo nos anos 30, pelo menos até (...) 1937” (p. 234), Rosas também destaca que “é hoje insustentável a ideia de reduzir os anos 30 a um deserto ruralista, fruto de uma espécie de ‘estagnação programada’ (...). Nesta tensão entre progresso e conservação houve espaço, como vimos, para o fomento industrial e para um moderado crescimento económico” (p. 241). Fernando Rosas. *O Estado Novo (1926-1974)*. Coleção História de Portugal v. VII. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 234-241.

¹³² Artur Portela. *Salazarismo e artes plásticas*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987, p. 145; Luís Cunha. *A nação nas malhas de sua identidade: o Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

imagem que se constrói do Brasil é a urbana, ligada ao cinema, ao rádio e aos esportes.¹³³

A diferença na relação de Salazar e Vargas com dois ícones da modernidade, o esporte e o cinema, é um bom exemplo das diferentes concepções de modernidade adotadas pelos líderes dos Estados Novos. Salazar se referia ao cinema como “uma arte ‘horriavelmente cara’”¹³⁴ e se dizia “pessoalmente estranho a todas as organizações do gênero [desportivo] mas forçado a seguir com atenção o que envolva o interesse colectivo”¹³⁵. Vê-se que, por sua própria criação e formação ruralista e católica, não possuía certas sensibilidades perante manifestações culturais de caráter mais moderno. Isso não significa dizer, no entanto, que não soubesse reconhecer a importância de tais fenômenos, em especial seu caráter de propaganda política. Para tanto, contava com os esforços de António Ferro à frente do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), que será abordado mais adiante.

Getúlio Vargas também contava com intelectuais ligados às artes, em especial ao modernismo, junto a seus aparelhos de propaganda e educação, como no caso lusitano. No entanto, a postura de Vargas perante os “novos” fenômenos culturais que se apresentavam como símbolos da modernidade diferiam substancialmente da postura de Salazar, mostrando maior sensibilidade à seu caráter estético e formador. Tal característica pode ser observada na seguinte declaração de Vargas:

¹³³ Lucia Lippi Oliveira. “Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio”. In: Jorge Ferreira e Lucilia Delgado (orgs). *Op. cit.*, pp. 323-349; Hermano Vianna. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

¹³⁴ Apud Paulo Jorge Granja. “A comédia à portuguesa, ou a máquina de sonhos a preto e branco do Estado Novo”. In: Luís Reis Torgal (org.). *O cinema sob o olhar de Salazar*. Coimbra: Circulo de Leitores, 2000, p. 195.

¹³⁵ Discurso de Salazar dirigido aos representantes do I Congresso dos Clubes Desportivos no Terreiro do Paço em 3 de dezembro de 1933. *Diário de Notícias*. “O sr. dr. Oliveira Salazar tomou ontem conhecimento dos votos do I Congresso de Clubs Desportivos e prometeu a construção dum Estádio Nacional”, 04 dez. 1933, p. 1. Segundo Torgal, este foi o primeiro discurso proferido por Salazar no Terreiro do Paço. Luís Reis Torgal. *Estados novos Estado novo: ensaios de história política e cultural*. 2 ed. 2V. v1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 150.

Associando o cinema, o rádio e o culto nacional dos desportos, completará o governo um sistema articulado de educação mental, moral e higiênica, dotando o Brasil dos instrumentos imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil.¹³⁶

É possível notar nessa passagem a importância dada por Vargas à preparação de uma nova geração de brasileiros, à formação de um “homem novo”, moldado por uma “nova cultura”, a cultura oficial do “Estado Novo”. A juventude pode ser frequentemente encontrada nos discursos ligados ao esporte e à “nova” formação cultural advinda do regime. Tanto no Brasil como em Portugal, a função primordial do esporte, para os teóricos do regime, é a sua capacidade de aprimoramento e fortalecimento do que se referiam como “raça” nacional.

Mas a função do esporte iria além da mera preparação física da juventude, o esporte poderia servir também como um modelo de disciplina e de identidade, de devoção patriótica. Valores esses estimados tanto pelo regime varguista quanto pelo de Salazar. Ambos buscavam reformular o ideário nacional de seus modelos culturais e erigir um novo tipo identitário nacional, que seria difundido por uma das principais bases sobre as quais se sustentavam os Estados Novos, seus aparelhos de propaganda.

1.3 Propaganda e cultura

O aparelhamento da propaganda foi uma característica comum aos regimes autoritários dos anos 30. Inspirados pelas experiências fascistas, Vargas e Salazar também buscaram o controle dos meios de comunicação e a produção de uma “verdade” oficial que legitimaria seus respectivos regimes e unificaria a nação. A propaganda seria

¹³⁶ Apud Claudia Schemes. *Festas cívicas e esportivas: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955)*. Novo Hamburgo: Feevale, 2005, p. 94.

assim uma das principais ferramentas na tentativa de se obter o consenso nacional a partir da visão do Estado.

A busca pelo controle da propaganda e da informação de forma sistemática ocorre primeiramente na Itália fascista.¹³⁷ Como aponta Maria Helena Capelato, no final da década de 1920 a imprensa italiana já se encontrava enquadrada pelo regime fascista e o governo ditava diretamente a forma e o conteúdo da imprensa nacional.¹³⁸ Até mesmo a linguagem formal típica do jornalismo liberal teria sido suplantada por um novo linguajar preciso, sério e energético, característicos do movimento fascista. O controle da imprensa italiana era, no entanto, efetuado por diversos organismos difusos pelo aparelho burocrático do Estado fascista, não havendo um órgão único responsável pela propaganda italiana.

A Alemanha nazista foi o primeiro regime a institucionalizar um aparelho estatal de propaganda, com a criação do *Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda* (Ministério da Educação Popular e Propaganda), sob direção de Joseph Goebbels, em março de 1933.¹³⁹ Alguns meses depois, Mussolini criaria o seu próprio Ministério de Cultura Popular, órgão centralizado de controle da propaganda fascista, que realizava filmes, censurava jornais e organizava mostras artísticas nacionais.¹⁴⁰

Através desses ministérios, centralizava-se a produção da propaganda política, engendrada de forma majoritária através dos meios de comunicação. Para tanto, fazia-se uso das seguintes estratégias:

insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras; simplificação das idéias para atingir as massas incultas; apelo emocional; repetições;

¹³⁷ Democracias como a Inglaterra e os Estados Unidos criaram aparelhos estatais de propaganda durante a Primeira Guerra Mundial, mas suas durações foram efêmeras e tiveram fim após o conflito. Heloisa Paulo. *Op. cit.*.

¹³⁸ Maria Helena Capelato. “Propaganda política e os meios de comunicação”. In: Dulce Pandolfi (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 167-178.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 169.

¹⁴⁰ Heloisa Paulo. *Op. cit.*, p. 18.

promessas de benefícios materiais ao povo (emprego, aumento de salários, barateamento dos gêneros de primeira necessidade); promessas de unificação e fortalecimento nacional.¹⁴¹

Apesar de serem os principais veiculadores da propaganda política, essa não se dava somente através dos meios de comunicação de massa. Outros elementos como a literatura, o cinema e o teatro, as artes plásticas, a arquitetura, as comemorações e manifestações cívicas, assim como o esporte, também poderiam ser mobilizados como mediadores das mensagens e das emoções a serem difundidas pela propaganda oficial. É importante também notar que esses não eram elementos estanques e fragmentados nas sociedades, mas fatores interligados que “podem entrar em múltiplas combinações e provocar resultados diversos”.¹⁴²

Nos Estados Novos de Salazar e Vargas, a identificação dos aparelhos de propaganda com as experiências fascistas torna-se evidente. No entanto, assim como os próprios regimes, seus aparelhos de propaganda apresentam características próprias, produzindo assim resultados distintos dos modelos nos quais se inspiraram. Assim, uma análise mais detalhada do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) pode ilustrar as peculiaridades da propaganda política em cada regime, auxiliando na compreensão do papel que o esporte desempenharia em cada uma.

1.3.1 – O SPN e o DIP

O SPN começou a funcionar em outubro de 1933, no mesmo ano em que foi promulgada a constituição que estabeleceu o Estado Novo em Portugal, estando

¹⁴¹ Maria Helena Capelato. “Propaganda política e os meios de comunicação”. In: Dulce Pandolfi (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.167.

¹⁴² *Ibid.*, p. 168.

diretamente vinculado à Presidência do Conselho, sob a liderança do talvez mais destacado intelectual lusitano do período, António Ferro.¹⁴³ No entanto, a preocupação do governo português quanto ao controle da informação, mais especificamente com a censura, data desde o início do governo ditatorial, antes mesmo da ascensão de Salazar ao cargo máximo do executivo.

Já em 1926 são promulgados dois decretos¹⁴⁴ que visam censurar artigos da imprensa. Sob o pretexto de proibir artigos que “aconselhem, instiguem ou provoquem os cidadãos portugueses a faltar ao cumprimento dos deveres militares, ou ao cometimento de actos atentatórios da integridade e independência da pátria”,¹⁴⁵ instituiu-se a censura à imprensa portuguesa. Já em 1933, antes da criação do SPN, foi promulgado o decreto-lei n. 22.469, de 11/04/33, que criava as Comissões de Censura e o visto censor prévio, que controlam completamente a imprensa e podiam cortar e vetar matérias dos periódicos lusos.¹⁴⁶

Criado antes mesmo do ministério de propaganda italiano, e apenas meses após do ministério alemão, o SPN colocava Portugal na vanguarda da organização da propaganda política. Sua importância junto ao regime salazarista pode ser verificada tanto por sua ligação direta ao Presidente do Conselho, mesmo sem o status de ministério, quanto pelas atribuições a ele destacadas pelo decreto-lei de sua criação. Entre essas, é possível destacar: coordenar as ações relativas a todos os ministérios e outros corpos e corporações do governo, sendo todas as instâncias administrativas

¹⁴³ Jorge Ramos do Ó. *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a “política do espírito” – 1933-1949: ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999; Heloisa Paulo. *Op. cit.*; Luís Reis Torgal. *Estados novos Estado novo: ensaios de história política e cultural*. 2 ed. 2V. v2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

¹⁴⁴ São os decretos n. 11.839 de 05/07/1926, que institui a censura, e n. 12.008, de 29/07/1926, “que ratifica o anterior, estabelecendo o prazo de quinze dias para o envio das publicações não periódicas para o exame do censor”. Heloisa Paulo. *Op. cit.*, p. 30, nota 4.

¹⁴⁵ Heloisa Paulo. *Op. cit.*, p. 30.

¹⁴⁶ *Ibid.*

obrigadas a divulgar-lhe as informações requeridas; regular as relações da imprensa com o Estado; organizar manifestações ou festas públicas com o intuito educativo ou de propaganda; combater ideias vistas como perturbadoras à unidade e ao interesse nacional; esclarecer a opinião pública internacional acerca do papel civilizador desempenhado por Portugal junto a suas colônias.¹⁴⁷

O SPN atuava em duas frentes, uma interna, voltada para a propaganda em território nacional, e outra externa, voltada para o exterior. Partindo do princípio expresso nas palavras de Salazar quando do discurso de inauguração do secretariado, de que “politicamente só existe o que o público sabe que existe”,¹⁴⁸ o órgão procura celebrar a chamada “política do espírito”, a fim de criar o consenso da sociedade portuguesa em torno do ideário do regime e de uma nova identidade nacional, assim como legitimar o novo governo junto à comunidade internacional tanto para o fortalecimento do regime quanto para a afirmação de seu domínio colonial.

De forma distinta do caso português, onde a propaganda foi desde o início, centralizada sob António Ferro e o SPN, no Brasil ela foi alvo de intensa disputa dentro do próprio governo. Apenas com a criação do DIP em 1939, sob o comando de Lourival Fontes, a propaganda adquiriu elementos mais centralizadores. Isso não significa dizer, no entanto, que a propaganda não foi uma preocupação relevante para o governo de Getúlio Vargas.

Em 1931, menos de um ano após sua chegada ao poder – e antes mesmo da criação do SPN ou da chegada dos nazistas ao poder na Alemanha –, Getúlio Vargas

¹⁴⁷ Jorge Ramos do Ó. *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a “política do espírito” – 1933-1949: ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, p. 46; Luís Reis Torgal. *Estados novos Estado novo: ensaios de história política e cultural*. 2 ed. 2V. v1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 200.

¹⁴⁸ Jorge Ramos do Ó. “Secretariado Nacional de Propaganda (SPN)”. In: Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (orgs.). *Op. cit.*, p. 894; Luís Reis Torgal. “Propaganda, ideologia e cinema no Estado Novo”. In: _____ (org.). *O cinema sob o olhar de Salazar*. Coimbra: Círculo de Leitores, 2000, p. 66.

cria o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. A princípio, o DOP se ocupava basicamente com o rádio e com o fornecimento de informações oficiais à imprensa. Foi apenas com a criação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), em abril de 1934, que a propaganda foi alçada a um ponto de importância maior. O novo órgão, que substituiu o então extinto DOP, ficou ao encargo de Lourival Fontes, jornalista e escritor sergipano, que se manteria à frente da propaganda nacional por muitos anos.

Nesse período já se fazia visível a disputa interna pelo domínio da propaganda política nacional. A questão principal residia na distinção entre o caráter educativo e disciplinador da propaganda. A contenda pelo controle da propaganda, ou de algumas de suas funções, se dava entre o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e o Ministério da Educação e Saúde Pública. Enquanto o DOP não assumia um papel ativo na propaganda nacional, o Ministério da Educação e Saúde Pública buscava o controle da educação na radiodifusão e do cinema educativo, com seu próprio departamento de propaganda.

Com a criação do DPDC, este assumiu um papel mais ativo, retirando do âmbito do Ministério da Educação não apenas a radiodifusão, mas também o cinema.¹⁴⁹ Essa nova estrutura tinha como objetivo “colocar os meios de comunicação de massas a serviço direto do Poder Executivo”.¹⁵⁰ Segundo Maria Helena Capelato,

O Ministério da Educação, nas mãos de Gustavo Capanema, propôs a divisão do Departamento de Propaganda em duas partes: a primeira, de Publicidade e Propaganda, ficaria no Ministério da Justiça; a outra, Difusão Cultural, voltaria ao Ministério de Educação e Saúde. Em 1938, Capanema reivindicou, contrariando as pretensões do ministro da Justiça Francisco Campos, que tanto o Serviço de Radiodifusão

¹⁴⁹ Simon Schwartzman, Helena Maria Bomeny e Vanda Maria Costa. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra : Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 104; Maria Helena Capelato. “Propaganda política e os meios de comunicação”. In: Dulce Pandolfi (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999 *Op. cit.*, p. 172.

¹⁵⁰ Simon Schwartzman, Helena Maria Bomeny e Vanda Maria Costa. *Op. cit.*, p. 105.

Educativa como o Instituto Nacional de Cinema permanecessem como área de atuação do Ministério da Educação, alegando que a radiodifusão escolar era matéria diferente e separada da radiodifusão, meio de publicidade ou de propaganda, assim como, já alegara antes, que o “cinema educativo” se distinguia do “cinema escolar”.¹⁵¹

As disputas entre os ministérios e suas concepções quanto à abrangência de suas atribuições e à influência que teriam junto ao governo também se refletiu em outras esferas, como no projeto da Organização Nacional da Juventude, que será abordado mais à frente nesta tese¹⁵². Francisco Campos, ministro da Educação até 1932 e ministro da Justiça de novembro de 1937 (quando da fundação do Estado Novo brasileiro) até setembro 1942, mostrava a importância que dava à propaganda política. Já Gustavo Capanema, ministro da Educação de 1934 ao final do Estado Novo buscava fortalecer seu ministério, em especial junto à esfera cultural.

No início de 1938 o DPDC é transformado no Departamento Nacional de Propaganda (DNP), ainda ligado ao Ministério da Justiça e sob as ordens de Lourival Fontes. O DNP começa a exercer a censura e o controle de todos os meios de comunicação, atuando em todos os campos da cultura nacional, como a educação, o cinema e o esporte, entre tantos outros. Foi com o DNP que teve início o programa de rádio “Hora do Brasil”, transmitido diariamente em todas as estações de rádio do país.

O controle sobre os meios de comunicação se aperfeiçoou ainda mais quando, em dezembro de 1939, o Departamento Nacional de Propaganda foi transformado no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ainda comandado por Lourival Fontes. O novo órgão, que assim como o SPN em Portugal, era agora ligado diretamente ao chefe do executivo, ampliava ainda mais o controle estatal sobre a propaganda oficial e

¹⁵¹ Maria Helena Capelato. “Propaganda política e os meios de comunicação”. In: Dulce Pandolfi (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999 *Op. cit.*, p. 172.

¹⁵² Ver capítulo 3, seção 3.2.

exercia a censura prévia à imprensa. O DIP tinha em sua estrutura divisões responsáveis pela divulgação dos atos do governo (a propaganda), pela radiodifusão, pelo cinema e teatro, pelo turismo, e pela imprensa. Os cargos de confiança eram atribuídos diretamente por Getúlio Vargas, demonstrando o alto grau de centralização do novo órgão.¹⁵³

Para melhor compreendermos O SPN e o DIP, é necessário atentar para seus principais intelectuais, António Ferro e Lourival Fontes, respectivamente. Jornalistas, tanto Ferro como Fontes tinham grande admiração por Mussolini e pelo regime fascista e se utilizaram do aparelho de propaganda fascista como fonte primordial de inspiração.

António Ferro aproximou-se do governo de Oliveira Salazar após uma série de entrevistas com grandes líderes autoritários europeus, dentre os quais se destacava Mussolini. Em 1932-33, realizou uma série de entrevistas com Salazar, que seriam publicadas no livro “Salazar. O homem e sua obra”, um dos livros mais vendidos da literatura oficial portuguesa durante o Estado Novo.¹⁵⁴ Poeta modernista, António Ferro esteve profundamente ligado ao movimento modernista brasileiro da década de 1920 e, apesar de não ter participado da Semana de Arte Moderna, em 1922, contribuiu para a publicação do evento e realizou algumas apresentações no Brasil naquele ano, sendo apresentado por nomes do modernismo como Guilherme Almeida e Ronald de Carvalho.¹⁵⁵

Assim como para muitos outros modernistas, a questão nacional é uma das principais questões para António Ferro. Quando recebe de Salazar a incumbência de

¹⁵³ Rejane Araújo. “Departamento de Imprensa e Propaganda”. In: Alzira Alves de Abreu et al. *Op. cit.*, v 2, pp. 1831-1833; Maria Helena Capelato. “Propaganda política e os meios de comunicação”. In: Dulce Pandolfi (org.). *Op. cit.*, p. 172.

¹⁵⁴ Luís Reis Torgal. *Estados novos Estado novo: ensaios de história política e cultural*. 2 ed. 2V. v2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 78.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 61. Apesar de seu passado modernista, António Ferro buscará desvencilhar sua imagem do movimento após seu ingresso no Estado Novo, utilizando-se do título de “vanguardista”, no lugar de modernista.

levar adiante o SPN, faz desta o centro de sua “política do espírito”, ou seja, a “cultura oficial” do regime. A propaganda, como um elemento moderno, seria levada adiante por um homem do pensamento e da arte moderna, em uma vertente na qual “a arte é revolucionária a nível da estética e conservadora no que respeita a ordem política”.¹⁵⁶ É nessa estética que Ferro organiza a publicação do *Decálogo do Estado Novo*, que busca inspiração política nas ideias conservadoras de Salazar e do Estado Novo, mas que as estrutura sob uma estética moderna, onde se busca marcar o caráter de ruptura do Estado Novo com o passado próximo português e colocá-lo como o novo, a vanguarda. Podemos observar tal característica em seu primeiro mandamento:

1º O Estado Novo representa o acordo e a síntese de tudo o que é permanente e tudo o que é *novo*, das tradições vivas da Pátria e dos seus impulsos mais *avançados*. Representa, numa palavra, a *vanguarda* moral, social e política.¹⁵⁷

Ao mesmo tempo, o caráter autoritário, os ideais políticos conservadores e o caráter de identificação nacional com o passado de glórias lusitanas também podem ser percebidos em outros trechos do documento.

4º O Estado Novo repudia as velhas fórmulas: autoridade sem liberdade, liberdade sem autoridade e substitui-as por esta: autoridade e liberdades.

(...)

7º Dentro do Estado Novo, a representação nacional não é de ficções ou de grupos efêmeros. É dos elementos reais e permanentes da vida nacional: famílias, municípios, associações, corporações, etc.

(...)

9º O Estado Novo quer reintegrar Portugal na sua *grandeza histórica*, na plenitude da sua civilização universalista de vasto império. *Quer voltar a fazer de Portugal uma das maiores potências espirituais do mundo.*

10º Os inimigos do Estado Novo são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação - isto é: da ordem, do interesse comum e da justiça para todos - pode e deve ser usada a força, que realiza, neste caso, a legítima defesa da pátria.¹⁵⁸

¹⁵⁶ Heloisa Paulo. *Op. cit.*, p. 60.

¹⁵⁷ Decálogo do Estado Novo. Interpretação infantil por Beatriz Pereira Tovar. Porto: Educação Nacional, 1938, p. 5. Grifos meus.

¹⁵⁸ *Ibid.*, pp. 33, 65, 71 e 87. Grifos meus.

Já Lourival Fontes não se aproximou do modernismo, tendo sido durante os anos 1920 um jornalista de fora do eixo Rio-São Paulo. Chegando ao Rio de Janeiro no final da década de 1920, editou a revista *hierarquia*, entre 1931-1932. Com o mesmo título da revista fascista italiana, publicava artigos de autores como Santiago Dantas e Olbiano de Melo, que viriam a se ligar ao movimento integralista, assim como de autores que não seriam ligados ao fascismo, como Barbosa Lima Sobrinho.¹⁵⁹ Ainda em 1931, Lourival Fontes teria tido seu primeiro encontro com Getúlio Vargas por intermédio de um amigo em comum, Luís Aranha¹⁶⁰, e participou do governo de Pedro Ernesto na prefeitura do Distrito Federal.¹⁶¹ Em 1934, com a criação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, Fontes inicia sua trajetória junto à Getúlio Vargas, primeiro como homem forte da propaganda nacional, ocupando a chefia dos departamentos de propaganda (DPDC, DNP e DIP) até 1942, ano em que o Brasil entraria diretamente na guerra. Fontes permaneceu atuando junto ao governo, representando o país junto aos Estados Unidos até ser nomeado embaixador no México, cargo que ocupou até o fim do Estado Novo e a deposição de Vargas. Durante o segundo governo Vargas (1951-1945), voltou a ser nomeado pelo presidente a cargos

¹⁵⁹ Lucia Lippi de Oliveira. “O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo”. In: Helena Bomeny (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 39; Silvia Pantoja. *Op. cit.*.

¹⁶⁰ Luís Aranha, irmão de Oswaldo Aranha, foi integrante do Clube 3 de Outubro e era amigo pessoal de Getúlio Vargas, que se referia ao mesmo em seu diário como “Lulu Aranha”. Luís Aranha foi também uma importante figura no campo esportivo brasileiro na década de 1930, atuando como dirigente esportivo e presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Getúlio Vargas. *Diário*. 2V. v2. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995, p. 191.

¹⁶¹ Lucia Lippi de Oliveira. “O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo”. In: Helena Bomeny (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001; Silvia Pantoja. *Op. cit.*.

políticos, culminando em sua posição como chefe do Gabinete Civil de 1951 até o suicídio do presidente, em 1954.¹⁶²

Lucia Lippi Oliveira aponta a saída de Lourival Fontes do DIP como uma disputa interna no governo, tendo sido substituído pelo major Coelho dos Reis. Em tempos de guerra, a propaganda nacional teria sido passada ao controle do exército como uma concessão de Getúlio, que procurava manter o equilíbrio político de um regime que começava a apontar para a sua decadência. No entanto, a autora afirma também que Fontes foi um importante articulador da aproximação do Brasil com os Estados Unidos, apesar de sua proximidade ideológica com o fascismo.¹⁶³

Assim como Lourival Fontes, António Ferro também permanece na chefia da propaganda nacional até a aproximação de Salazar com os Estados Unidos. Ferro é afastado da chefia do SNI em 1949, mesmo ano em que Portugal assina o Tratado do Atlântico Norte e se torna membro fundador da OTAN. Antes disso, em 1945, com o aproximar da derrota do eixo e com a necessidade de desconectar a imagem do regime da do fascismo, muda-se o nome do Secretariado de Propaganda Nacional para Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), excluindo a palavra “propaganda” – de conotação fascista – de seu nome, mas mantendo sua estrutura e atribuições. Como destaca Heloisa Paulo, “o Estado Novo, temendo os novos tempos, apresenta uma nova fachada para o seu velho aparelho de propaganda”.¹⁶⁴ Ou como diz Artur Portela, após a guerra “a palavra propaganda soa mal”, sendo assim a mudança apenas uma questão de nomenclatura, “mas de nomenclatura política”.¹⁶⁵

¹⁶² Silvia Pantoja. *Op. cit.*

¹⁶³ Lucia Lippi de Oliveira. “O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo”. In: Helena Bomeny (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 56.

¹⁶⁴ Heloisa Paulo. *Op. cit.*, p. 77.

¹⁶⁵ Arthur Portela. *Op. cit.*, p. 99.

Outra visão acerca da criação do SNI é apresentada por Goffredo Adinolfi, que enfatiza a distinção entre o SPN e o novo órgão, afirmando que este era “bem diferente do SPN, sobretudo porque dispunha de armas coercitivas para actuar, por exemplo, a censura, bem como de poderes efectivos e claros no campo da rádio e do turismo”.¹⁶⁶ No entanto, mesmo com a maior força que o novo secretariado teria conquistado, António Ferro seria afastado de sua chefia em 1949.

O afastamento do homem forte da propaganda salazarista, criador da política do espírito, não é abordado diretamente por diversos autores que analisam sua obra e seu impacto na cultura portuguesa¹⁶⁷. Tal fato vai ao encontro da afirmação de Adinolfi, de que “as verdadeiras razões da saída de António Ferro do SNI nunca foram esclarecidas de forma definitiva”.¹⁶⁸ Jorge Ramos do Ó aponta a saída de Ferro do SNI como uma decisão não justificada de Salazar¹⁶⁹. O autor aponta declarações do Presidente do Conselho que demonstravam sua insatisfação com o estado da arte em Portugal, que seriam indícios de que o afastamento de Ferro do SNI resultaria da inadequação de sua política do espírito aos novos tempos, não sendo esta capaz de mobilizar novas gerações. Seria assim “natural a demissão de Ferro no princípio de 1950”.¹⁷⁰ Já Artur Portela aponta a saída de António Ferro como um reflexo do pós-guerra em Portugal, que seria marcado pela contestação de sua estética nacional-historicista. Contestação

¹⁶⁶ Goffredo Adinolfi. “António Ferro e Salazar: entre o poder e a revolução”. In: Francisco Carlos Palomanes Martinho e António Costa Pinto (orgs.). *Op. cit.*, p. 130.

¹⁶⁷ Como exemplos, podemos apontar as seguintes obras: Cândido Azevedo. *A censura de Salazar e Marcello Caetano*: imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro. Lisboa: Editorial Caminho, 1999; Daniel Melo. *Salazarismo e cultura popular*. Lisboa: ICS, 2001; Heloísa Paulo. *Op. cit.*; Jorge Ramos do Ó. *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a “política do espírito” – 1933-1949: ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999; e Luís Reis Torgal. *Estados novos Estado novo: ensaios de história política e cultural*. 2 ed. 2V. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

¹⁶⁸ Goffredo Adinolfi. *Op. cit.*, p. 130.

¹⁶⁹ Jorge Ramos do Ó. “Salazarismo e cultura”. In: Fernando Rosas (org.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Coleção Nova História de Portugal. v. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 454.

¹⁷⁰ *Ibid.*

essa “que fará, rapidamente, uma vítima: António Ferro”.¹⁷¹ Assim como Lourival Fontes, Ferro torna-se embaixador após seu desligamento da propaganda nacional, atuando primeiramente em Berna, sendo enviado em 1954 para Roma, onde permanece até sua morte, em 1956.

1.3.2 – Propaganda e Cultura

A atuação dos departamentos de propaganda tanto no Brasil como em Portugal estavam estreitamente vinculadas à formação e difusão de uma *nova* cultura e uma *nova* identidade nacional, propagadas pelo regime como símbolos *novos* de uma *nova* nação que se erguia sob um *novo* regime. Nesse aspecto, a identidade cultural que estava sendo formatada se fazia como um dos principais símbolos a serem mobilizados através dos diversos elementos geridos junto aos meios de propaganda.

Como visto anteriormente, as identidades em gestão no Brasil e em Portugal se diferiam sensivelmente. Em Portugal, buscava-se “aproximar as elites e o povo citadino da cultura do povo rural, o modelo por excelência”, visava-se “uma identificação com determinados valores tradicionalistas, uma reaproximação entre dois mundos distantes”.¹⁷² É nesse sentido que atua a política do espírito de António Ferro, através da aproximação do povo urbano à tradição rural e cristã da matriz oficial e da estetização da cultura popular oficial através das artes. São essas duas abordagens que fazem Artur Portela falar em “dois SPN’s: o de Salazar e o de Ferro”.¹⁷³ Ou seja, havia duas visões sobre como deveria agir o SPN. Para Salazar, este teria duas funções: “informação

¹⁷¹ Arthur Portela. *Op. cit.*, p. 97.

¹⁷² Daniel Melo. *Op. cit.*, p. 207. Ver também Luís Cunha. *A nação nas malhas de sua identidade: o Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

¹⁷³ Arthur Portela. *Op. cit.*, p. 27.

primeiro; formação política depois”.¹⁷⁴ Não afeito ao caráter teatralizador e litúrgico da propaganda de estilo fascista, Salazar reconhecia sua importância, como atestou em entrevista a António Ferro:

Entre as grandes medidas reformadoras dum Estado Novo, seja em Itália, seja na Alemanha, seja em Portugal, tem de haver, forçosamente, se a obra é a valer, construída sobre bons alicerces e com materiais sólidos, intervalos, grandes compassos de espera. Mussolini, e, agora, Hitler enchem esses intervalos, esses espaços mortos, com discursos inflamados, cortejos, festas, gritando o que já se fez e o que se pensa em fazer. Fazem bem, porque assim vão entretendo a natural impaciência do povo (...). Teremos de ir por aí, para uma propaganda intensa, conscientemente organizada, mas é lamentável que a verdade precise de tanto barulho para se impor, de tantas campainhas, bombos e tambores, dos mesmos processos, exactamente, com que se divulga a mentira.¹⁷⁵

A fala de Salazar atesta sua aversão à propaganda, caracterizando sua necessidade como “lamentável” e comparando-a à produção de “mentira”. No entanto, ao reconhecer sua importância, possivelmente a partir do sucesso da propaganda fascista de Mussolini e Hitler, citadas na entrevista, Salazar demonstra a importância que para ele possuía o SPN. Esse seria o outro lado do SPN, o lado da “formação”, o de construção de um ideário do Estado Novo, baseado tanto nos ideais conservadores de Salazar como na estética moderna de António Ferro.

No Brasil, o debate acerca da identidade nacional toma forma em fins do século XIX.¹⁷⁶ A década de 1920 assiste a emergência de novos olhares e novos ideais identitários, em especial junto aos diferentes grupos modernistas.¹⁷⁷ A visão de uma

¹⁷⁴ Apud Luís Reis Torgal. *Estados novos Estado novo: ensaios de história política e cultural*. 2 ed. 2V. v2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 150.

¹⁷⁵ António Ferro. *Salazar: o homem e a sua obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade. 3 ed. 1935, p. 181.

¹⁷⁶ Lucia Lippi Oliveria. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990; Monica Pimenta Velloso. “O modernismo e a questão nacional”. In: Jorge Ferreira e Lucilia Delgado (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente; da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 351-386.

¹⁷⁷ Monica Pimenta Velloso. “O modernismo e a questão nacional”. In: Jorge Ferreira e Lucilia Delgado (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente; da Proclamação da República à*

brasilidade cidadina e mestiça é a visão que prevalece na propaganda produzida a partir de 1930. Ao contrário de Portugal, a propaganda brasileira divulgava um ideal urbano e moderno, onde a particularidade do homem brasileiro seria sua formação plural. No entanto, ainda que o Estado Novo busque no movimento modernista a fonte de sua identidade cultural, é importante ressaltar que esse movimento não era uniforme, e que o regime varguista se apropria da corrente modernista mais conservadora – a verde-amarela, de Plínio Salgado, Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo – para servir de modelo.¹⁷⁸ Assim como no caso português, buscava-se um formato moderno para ideais conservadores. Buscava-se o culto aos heróis nacionais como Tiradentes e Caxias, entre os quais se incluiria o próprio Getúlio, e não como Macunaíma.

Isso não significa dizer, no entanto, que não houvesse espaço para a atuação de intelectuais de outros grupos junto ao Estado. No Brasil e em Portugal, nomes que não comungavam da mesma ideologia proposta pelo regime tiveram espaço para produzir e atuar em nome do governo, como Carlos Drummond de Andrade e Mario de Andrade, no Brasil,¹⁷⁹ e Vitorino Nemésio ou Manuel Ribeiro de Paiva, em Portugal.¹⁸⁰

A imprensa e o rádio foram certamente os principais meios utilizados pela propaganda política. Através da censura prévia ou de coerção os regimes buscavam controlar os meios de comunicação e os jornalistas. No Brasil, a constituição de 1937 previa a censura a todos os meios de comunicação e deu à imprensa função de caráter público. As empresas jornalísticas só poderiam funcionar e seus profissionais só

Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 351-386; Monica Pimenta Velloso. “Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo”. In: Jorge Ferreira e Lucilia Delgado (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 145-179.

¹⁷⁸ Monica Pimenta Velloso. “Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo”. In: Jorge Ferreira e Lucilia Delgado (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 171.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 172.

¹⁸⁰ Luís Reis Torgal. *Estados novos Estado novo: ensaios de história política e cultural*. 2 ed. 2V. v2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 124.

poderiam exercer suas atividades caso obtivessem registro concedido pelo governo. O Estado também buscava cooptar veículos da imprensa e jornalistas através de favores políticos e financeiros, como isenções de impostos de importação sobre papel e de créditos bancários governamentais.¹⁸¹

O mesmo ocorria em Portugal, com o SPN controlando a imprensa através da pressão oficial. Em 1934 o governo cria a carteira de jornalista e em 1941 o trabalho jornalístico só pode ser exercido com registro junto ao SPN. O mesmo se dá com as agências de notícias e as estações de rádio estrangeiras. Os favores e concessões do governo para as empresas e profissionais da imprensa também eram fatores comuns em Portugal.¹⁸²

Já o rádio foi utilizado de forma diferente entre os dois países. Em Portugal, a radiodifusão foi centralizada pelo governo com a criação da Emissora Nacional, em 1935. A emissora estatal transmitia discursos do Presidente do Conselho e programas de notícias (todas voltadas para o engrandecimento do Estado Novo), entre muitos outros. O Boletim da Emissora Nacional de dezembro de 1935, citado por Luís Reis Torgal, aponta os 20 temas que mais tempo tiveram de transmissão, em minutos.¹⁸³ Dentro desses podemos destacar “o noticiário”, que aparece em primeiro lugar com 3.296 minutos, temas políticos diversos como “o Estado Novo” (721 minutos), “Diário do Governo” (275 minutos), “os assuntos políticos” (189 minutos) e “os assuntos coloniais” (150 minutos). Os esportes aparecem explicitados como um tema destacado como “os assuntos desportivos”, aparecendo na 18ª posição, com 159 minutos de

¹⁸¹ Maria Helena Capelato. “Propaganda política e os meios de comunicação”. In: Dulce Pandolfi (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 175.

¹⁸² Jorge Ramos do Ó. *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a “política do espírito” – 1933-1949: ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

¹⁸³ Luís Reis Torgal. *Estados novos Estado novo: ensaios de história política e cultural*. 2 ed. 2V. v2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 155, nota 15. O autor não especifica o período ao qual o boletim se refere.

transmissão. No entanto, temas como “o noticiário” e “as efemérides” poderiam tratar do esporte, assim como “higiene e profilaxia”, que entre outros assuntos se referia ao melhoramento da raça e a seu aperfeiçoamento físico.¹⁸⁴

O rádio, no Brasil, não teve uma centralidade na propaganda política tão forte como em Portugal. Apesar de reconhecer a importância do rádio na propaganda, o regime varguista, assim como a Itália de Mussolini, se preocupou mais com o controle e a utilização de imprensa do que do rádio.¹⁸⁵ Isso não significa, é evidente, que o rádio não fosse utilizado pela propaganda brasileira. Em 1931 foi criado o programa “Hora do Brasil”, que viria a ser reestruturado nas mãos de Lourival Fontes após a criação do DIP. O programa, que era difundido em cidades do interior do país através de altofalantes instalados em praças públicas, tinha três finalidades: informativa, cultural e cívica. “Divulgava discursos oficiais e atos do governo, procurava estimular o gosto pelas artes populares e exaltava o patriotismo, rememorando os feitos gloriosos do passado”.¹⁸⁶

Portugal, nesse aspecto, se aproximava mais do modelo alemão. Em 1935 teve início uma polêmica campanha de venda de rádios a preços reduzidos, com o intuito de difundir o aparelho e ampliar o alcance da propaganda salazarista. Na Alemanha, os *Volksempfänger*, ou rádios populares, eram financiados pelo Estado¹⁸⁷ e atingiam uma em cada sete pessoas, enquanto em Portugal apenas uma em cada 150.¹⁸⁸ O rádio era visto como meio mais rápido e mais abrangente de se difundir a cultura e o ideário oficial.

¹⁸⁴ Luís Reis Torgal. *Estados novos Estado novo: ensaios de história política e cultural*. 2 ed. 2V. v2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 157.

¹⁸⁵ Maria Helena Capelato. “Propaganda política e os meios de comunicação”. In: Dulce Pandolfi (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, pp. 167-178.

¹⁸⁶ *Ibid.*, p. 176.

¹⁸⁷ Heloisa Paulo. *Op. cit.*, p. 23.

¹⁸⁸ Luís Reis Torgal. *Estados novos Estado novo: ensaios de história política e cultural*. 2 ed. 2V. v2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 160.

No Brasil, a popularização do rádio na década de 1930 era inegável.

O rádio firmou-se nessa década, adquirindo grande prestígio entre os ouvintes, graças aos programas humorísticos, aos musicais, às transmissões esportivas, ao radiojornalismo e às primeiras radionovelas. Em 1937, havia 63 estações, número que passou para 111 em 1945; o número de radiorreceptores aumentou de 357.921 aparelhos para 659.762 em 1942.¹⁸⁹

Diante de tal popularidade crescente, Lourival Fontes ensaia uma proposta de criação de uma rádio estatal, como em Portugal. Essa, no entanto, não teve o suporte necessário e acabou por ser abandonada. Já havia ao entorno do rádio, projetos distintos por parte de diferentes grupos do governo brasileiro, o que dificultava uma ação unificada junto a esse veículo.¹⁹⁰ Formou-se assim o sistema brasileiro de rádio, onde o governo fiscalizava e outorgava concessões de uso, que seriam exploradas pela iniciativa privada. O controle do rádio era assim fragmentado entre os diversos ministérios e o DIP.

Lourival Fontes controlava a “Hora do Brasil”; o ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, a partir de 1942, tinha sua faixa própria de atuação dentro do horário governamental; Capanema controlava o sistema de radiodifusão educativa, e Cassiano Ricardo encarregava-se do Departamento de Divulgação Político-Cultural da Rádio Nacional.¹⁹¹

O esporte aparecia também como um importante meio de propaganda, uma vez que os programas esportivos nas rádios e as páginas de esporte na imprensa, ou os periódicos dedicados exclusivamente ao esporte, atingiam um grande público. No entanto, é preciso se levar em consideração as formas com que a propaganda poderia se utilizar do esporte a fim de divulgar os feitos do governo, associá-lo à cultura oficial e à nova identidade a ser forjada, legitimar o novo regime internacionalmente, entre outros.

¹⁸⁹ Maria Helena Capelato. “Propaganda política e os meios de comunicação”. In: Dulce Pandolfi (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 176.

¹⁹⁰ *Ibid.*, p. 177.

¹⁹¹ *Ibid.*

Torna-se necessário compreendermos a estruturação do campo esportivo no Brasil e em Portugal no período aqui estudado. O sucesso do campo esportivo vai certamente influenciar a propaganda a se utilizar do mesmo. No Brasil, a década de 1930 já encontra o campo esportivo conformado, e o futebol como um esporte de sucesso nacional e internacional. Já em Portugal, o esporte começa a se estruturar a partir da década de 1930, e é apenas a partir dos anos 60, com o sucesso do futebol, em especial com o Benfica, que o regime vai se aproximar efetivamente do esporte profissional. Até então, e durante todo o período aqui abordado, o esporte vai estar próximo ao regime português de forma diferente do que no Brasil.

CAPÍTULO 2:

O ESPORTE NOS ESTADOS NOVOS

Em um estudo sobre o esporte nos Estados Novos, torna-se imperativa a necessidade de se compreender o panorama em que os esportes estavam inseridos tanto no Brasil como em Portugal. A estruturação do campo esportivo em cada um dos casos aqui analisados e, mais especificamente, as diferenças encontradas entre esses, são fatores essenciais para a melhor compreensão das relações que seus respectivos governos instituíram com o esporte. Um campo esportivo mais estruturado e autossuficiente, como foi o caso do Brasil, buscaria estabelecer laços de ordem diferente daqueles almejados por um campo ainda incipiente e desestruturado, como foi o caso português.

Dessa forma, este capítulo se destina à compreensão de como se conformaram e se desenvolveram os campos esportivos em Portugal e no Brasil dentro do recorte temporal aqui instituído. Se levarmos em conta que as elites dirigentes desses campos foram parte fundamental nas negociações entre Estado e esporte, compreendê-las faz-se mais do que necessário. Para tanto, é importante não nos esquecermos de que o campo esportivo não é um meio monolítico, dentro do qual não haveria espaço para divergências e embates políticos. Muito pelo contrário. As disputas estabelecidas entre diferentes grupos em busca do controle ou de uma maior representação dentro da organização esportiva será uma marca do período, especialmente no Brasil, tendo o Estado brasileiro atuado diretamente como mediador e conciliador. Já em Portugal, a necessidade de se estruturar o campo vai contribuir para uma maior união dos diferentes

grupos que gerenciam o esporte, buscando o auxílio do Estado para seu maior fortalecimento.

As relações entre Estado e campo esportivo não podem ser compreendidas como unilaterais, mas como dialéticas; não como meras imposições, mas como negociações, ainda que desiguais, entre agentes representantes das duas partes. Assim, buscamos entender melhor as partes envolvidas.

2.1 O campo esportivo na Primeira República

O quadro esportivo em Portugal e no Brasil durante suas primeiras repúblicas apresentou grandes variações. No início do período republicano brasileiro, na última década do século XIX, o turfe começava a ceder espaço para outros esportes como a natação, o atletismo e o ciclismo.¹⁹² No entanto, o esporte que mais destaque obteve junto aos grandes centros nacionais, além do já tradicional turfe, era o remo.¹⁹³ Já o futebol, que viria a se tornar o esporte de maior mobilização nacional, começou a se estruturar institucionalmente no país a partir de finais dessa década e durante a primeira década do século XX. Em 1910 o futebol já era altamente difundido, ocupando sua posição hegemônica entre os demais esportes no Brasil ainda no primeiro quartel do século.¹⁹⁴

Quando da instauração da república portuguesa, a organização esportiva nacional já contava com a Sociedade Promotora de Educação Física Nacional (SPEFN),

¹⁹² Victor Andrade de Melo. Corpos, bicicletas e automóveis: outros esportes na transição dos séculos XIX e XX. In: Mary Del Priore e Victor Andrade de Melo (orgs.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

¹⁹³ Victor Andrade de Melo. *Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

¹⁹⁴ Thomás Mazzoni. *História do futebol no Brasil 1895-1950*. São Paulo: Edições Leia, 1950; Fabio Franzini. A futura paixão nacional: chega o futebol. In: Mary Del Priore e Victor Andrade de Melo (orgs.). *Op. cit.*; Leonardo Pereira. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

cuja função seria desenvolver os esportes no país. Para isso, organizaram-se os Jogos Olímpicos Nacionais, cuja primeira edição foi realizada em 1910, meses antes da revolução de 5 de Outubro, que instaurou a república no país. Pensado como uma versão doméstica dos Jogos Olímpicos, os jogos, que eram vistos como uma preparação para os Jogos Olímpicos de 1912, em Estocolmo, tiveram a participação de uma restrita parte do país, basicamente circunscrita a Lisboa-Porto, como foi apontado por Homero Serpa: “Os I Jogos Olímpicos Nacionais podiam ter tido uma designação extrapolada num país onde quase não havia desporto”.¹⁹⁵ É interessante notar que alguns dos nomes que se envolveriam com a política esportiva no Estado Novo já apareciam nesse evento, como Francisco Nobre Guedes, segundo classificado na prova de salto em altura.¹⁹⁶ Nobre Guedes viria ser membro da direção do Comitê Olímpico Português a partir de 1919 e tornar-se-ia também o primeiro Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa.¹⁹⁷

Após a instauração da república, a SPEFN passou a ser presidida por Jaime Mauperrin Santos após a renúncia de seu antigo presidente, o conde de Penha Garcia, representante português no Comitê Olímpico Internacional de 1912 a 1940.¹⁹⁸ A SPEFN organizaria ainda mais duas edições dos Jogos Olímpicos Nacionais, em 1911 e 1912, mas perderia sua função de entidade olímpica portuguesa ainda em 1912, dando lugar ao Comitê Olímpico Português (COP), que seria comandado pelo então presidente do

¹⁹⁵ Homero Serpa. *História do desporto em Portugal: do século XIX à Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007, p. 308.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 311.

¹⁹⁷ Comitê Olímpico Português. *O Comitê Internacional Olímpico, o Comitê Olímpico Português e os jogos olímpicos modernos*. Lisboa: [s.n.], 1942; Mocidade Portuguesa. 1ª Reunião dos dirigentes da «Mocidade Portuguesa» realizada em Lisboa de 21 a 23 de outubro de 1937. Lisboa: Edição da M.P., 1938.

¹⁹⁸ Homero Serpa. *Op. Cit.*, p. 309.

SPEFN, Jaime Mauperrin Santos.¹⁹⁹ Com a morte de Mauperrin Santos, em 1913, e o início da Primeira Guerra Mundial no ano seguinte, o COP permaneceria desarticulado até 1919.

O futebol, assim como no Brasil, já despontava em terras lusas como o esporte de maior popularidade nos anos iniciais da república, ultrapassando outros esportes e espetáculos como as touradas, o teatro e o ciclismo.²⁰⁰ No entanto, a prática institucionalizada do futebol se mostrava ainda restrita aos dois maiores centros nacionais, Lisboa e Porto. Apesar da existência de uma primeira Liga Portuguesa de Futebol, que reunia apenas clubes lisboetas e que em 1910 foi substituída pela Associação de Futebol de Lisboa,²⁰¹ a primeira organização de âmbito nacional de um esporte português foi a União Portuguesa de Futebol (UPF), renomeada Federação Portuguesa de Futebol (FPF) em 1926.²⁰² A princípio, os confrontos organizados pela UPF se resumiam a encontros anuais entre as seleções de Lisboa e do Porto. Foi apenas em 1921 que teve início um campeonato efetivamente nacional em Portugal. No mesmo ano, houve a primeira formação de uma seleção portuguesa do esporte e, dois anos depois, em 1923, Portugal se filiará à FIFA.²⁰³

O futebol brasileiro teve sua confederação nacional, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), criada em 1916. Ao contrário do caso português, que teve o

¹⁹⁹ José Pontes. *Quási um século de desporto: apontamentos para a história da Educação Física em Portugal*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1934, p. 243. O Comitê Olímpico de Portugal considera sua data de fundação como a data de criação do SPEFN, de quem se diz continuador (ver <http://www.comiteolimpicoportugal.pt/conteudo-detalle.php?id=113>. Acesso em 18 set. 2010). No entanto, Homero Serpa defende que foram encontrados indícios de que o SPEFN não teria sido extinto com a criação do COP, sem dar maiores definições sobre suas atribuições desde então. Homero Serpa. *Op. cit.*, p. 333.

²⁰⁰ João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro. *A paixão do povo: história do futebol em Portugal*. Porto: Afrontamento, 2002, p. 129.

²⁰¹ Homero Serpa. *Op. cit.*, p. 236.

²⁰² João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro. *Op. cit.*, p. 155.

²⁰³ João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro. *Op. cit.*, p. 155; Ricardo Serrado e Pedro Serra. *História do futebol português: das origens ao 25 de Abril – uma análise social e cultural*. Lisboa: Prime Books, 2010, p. 127.

primeiro jogo de sua seleção nacional sete anos após a criação de sua entidade, a CBD foi criada dois anos após o primeiro jogo de uma equipe vista como a seleção nacional de futebol, que contava com jogadores do eixo Rio-São Paulo.²⁰⁴ Reconhecida pela FIFA provisoriamente em 1917 e efetivamente em 1923, a CBD também abrangia as federações de outros esportes que não o futebol, como o atletismo, o remo e o tênis.

Já o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) foi formado em 1914, visando a disputa dos Jogos Olímpicos que seriam realizados em Berlim no ano de 1916. Abrangendo esportes como tiro, atletismo, equitação, remo, natação, ou mesmo automobilismo e aviação, entre outros, O COB teve seus planos frustrados pela eclosão da grande guerra em 1914.²⁰⁵ Com o cancelamento das olimpíadas de 1916, o Comitê teve sua organização desestruturada e foi desarticulado. Nos Jogos Olímpicos da Antuérpia, em 1920, a delegação brasileira foi estabelecida pela CBD que, apesar de muitos problemas, conseguiu mandar seus representantes para a competição, onde o Brasil obteve suas primeiras medalhas no tiro, incluindo uma de ouro conquistada por Guilherme Paraense.²⁰⁶

Durante o resto dos anos 20 o campo esportivo no Brasil continuou a se desenvolver a pleno vapor, em especial através do futebol, carro chefe da CBD que, com sua força, tornava possível a melhor organização de outras modalidades ligadas à confederação. Em 1922 tem formação o primeiro campeonato nacional de futebol no Brasil, conhecido atualmente como o “Campeonato Brasileiro de Seleções”, que cresce continuamente por toda a década de 20 e continuaria crescendo durante o primeiro

²⁰⁴ Thomás Mazzoni. *Op. cit.*, p. 99; Carlos Sarmiento. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006; Ivan Soter. *Enciclopédia da seleção: as seleções brasileiras de futebol (1914-2002)*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002, p. 23. Desde 1914 dois grupos disputavam a soberania do esporte nacional. A CBD surgiu da conciliação desses dois grupos. Sobre a disputa interna do esporte brasileiro na criação da CBD, ver Carlos Sarmiento, *Op. cit.*.

²⁰⁵ Carlos Sarmiento. *Op. cit.*, p. 7.

²⁰⁶ Plínio Labriola Negreiros. O Brasil no cenário internacional: Jogos Olímpicos e Copas do Mundo. In: Mary Del Priore e Victor Andrade de Melo (orgs.). *Op. cit.*, p. 317. Carlos Sarmiento. *Op. cit.*, p. 23.

governo Vargas.²⁰⁷ Através do futebol, o Brasil seria ainda o anfitrião de competições internacionais como os Campeonatos Sul-americanos de 1919 e 1922 ou os Jogos Olímpicos do Centenário.²⁰⁸

Em Portugal, os anos 20 foram definidos por Coelho e Pinheiros como o período no qual “o futebol começa a consolidar seu lugar privilegiado na identidade nacional, difundindo-se por todo o país e a todos os estratos sociais”.²⁰⁹ Já Ricardo Serrado aponta o decênio como a era da “institucionalização a nível nacional do futebol”, durante o qual foram criadas 14 das 22 associações regionais de futebol.²¹⁰

O grande momento do esporte português no período anterior ao Estado Novo viria com as os Jogos Olímpicos de 1928, em Amsterdã. Sob o comando de Cândido de Oliveira, técnico que assumiu a seleção das Quinas em 1926 e permaneceria como principal treinador do futebol português por muitos anos. O selecionado português chegou às quartas-de-final da competição, sendo derrotado pelo Egito por 2 a 1. Apesar de não terem conquistado uma medalha, o desempenho foi exaltado e alardeado em Portugal, especialmente através das crônicas escritas por António Ferro, jornalista especial enviado pelo *Diário de Notícias* para cobrir os jogos da seleção no torneio. Ricardo Serrado e Pedro Serra afirmam que “sob o ponto de vista social, a prestação da equipa portuguesa na competição olímpica reveste-se (...) de um caráter ímpar no desporto nacional. (...) O futebol mostrava-se, pela primeira vez, como um agente

²⁰⁷ João Manuel C. Malaia Santos. Campeonato brasileiro de seleções: economia de um projeto nacional (1922-1932). In: *III Conferência Internacional em História Econômica & V Encontro de Pós-Graduação em História Econômica*, 2010.

²⁰⁸ Ivan Soter. *Op. cit.*; João Manuel C. Malaia Santos. “Diplomacia do pé”: o Brasil e as competições esportivas sul-americanas de 1919 e 1922. *Revista Tempo e Argumento*, v.3, n.2, 2011; João Manuel C. Malaia Santos e Victor Andrade de Melo (orgs.). *1922: celebrações esportivas do centenário*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

²⁰⁹ João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro. *Op. cit.*, p. 189.

²¹⁰ Ricardo Serrado. *O jogo de Salazar: a política e o futebol no Estado Novo*. Alfragide: Casa das Letras, 2009, p. 43.

competente ao serviço do país”.²¹¹ Dessa forma, teria sido essa a primeira demonstração de que o esporte poderia, em Portugal, ser um meio privilegiado de representação da nação, e que o sucesso esportivo seria assim um sucesso nacional.

Acompanhando de perto esse momento, transmitindo ao leitores portugueses essa impressão, encontrava-se António Ferro, que mais tarde se tornaria o principal nome da propaganda política salazarista. Em suas crônicas, Ferro procurava demonstrar como a competição não era um mero encontro desportivo, mas muito mais do que isso, era uma “grande lição de geografia, que os governos deveriam compreender e estimular”²¹²:

Tarde primaveril, tarde azul, tarde portuguesa que os nossos jogadores trouxeram na bagagem juntamente com a nossa bandeira... No Estádio há vinte mil pessoas, vinte mil almas – almas de todas as raças – que pensam em Portugal, que têm olhos voltados para nós, que se lembram da nossa situação no mapa, que reconhecem a nossa independência na independência da nossa equipe... O desporto internacional é uma grande lição de geografia que os governos deviam compreender e estimular. O Estádio de Amsterdão, durante os Jogos Olímpicos, é um mapa animado e vivo, que entra pelos olhos, que se comunica à epiderme.²¹³

António Ferro demonstrava como os jogos mobilizavam sentimentos de identificação nacional. O time de Portugal em campo não representava a pátria, ele *era* a própria pátria:

Na minha carteira escolar, o meu coração treme como se estivesse na iminência de ser chamado à lição, de ser examinado. Sinto-me português, nervosamente português. Olho a linha que separa os dois campos, o terreno dos nossos e o terreno dos chilenos, como se olhasse a linha da nossa fronteira, como se a nossa independência estivesse ameaçada.²¹⁴

²¹¹ Ricardo Serrado e Pedro Serra. *História do futebol português: das origens ao 25 de Abril – uma análise social e cultural*. Lisboa: Prime Books, 2010, p. 152.

²¹² António Ferro. “Uma Grande Vitória dos Portugueses em Amsterdão”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 02 jun. 1928, p.1.

²¹³ Ibid.

²¹⁴ Ibid.

Assim, suas crônicas mobilizavam elementos tidos como característicos de uma suposta “essência” portuguesa. Como destaca Ricardo Serrado, alguns traços culturais presentes no imaginário da identidade portuguesa: o fatalismo, o fado, a saudade, a esperança e o sebastianismo.²¹⁵ Ao final do primeiro jogo, contra o Chile, no qual Portugal começara perdendo por 2 a 0, com um jogador saindo por motivo de contusão,²¹⁶ e terminou vencendo por 4 a 2, Ferro escreveu:

Dez jogadores, dois a zero, um companheiro que sofre!... E é então que se dá o milagre, o milagre eterno da nossa raça, o milagre de Aljubarrota, o milagre da «Ilustra Casa de Ramires», o milagre da vitória que nasce da própria derrota, que nasce do amor próprio, do orgulho da nossa raça, que nasce da nossa alma que pôde sempre mais do que o nosso corpo!! Fomos sempre assim, grandes e pequenos, pela mesma razão... Descemos para subir, afundamo-nos para voar! Só achamos que vale a pena quando parece que não vale a pena... Temperamento arriscado, perigoso. Aljubarrota, sim! E Alcacer-Kibir?²¹⁷

Alguns dos principais símbolos da identidade portuguesa eram mobilizados: o milagre de uma alma que supera o corpo e a vitória de Aljubarrota. No entanto, o símbolo de Alcácer-Quibir, a derrota, espreitava a equipe.²¹⁸ Derrota que viria fatalmente contra o Egito, a equipe mais fraca. “Preferia que os portugueses se batessem contra os argentinos, com os uruguaianos”, escreveu António Ferro, “[p]erdíamos, mas perdíamos claramente, pela nossa possível inferioridade, sabendo as razões da nossa derrota, sofrendo os «goals» que devíamos sofrer...”.²¹⁹ Ao final, o sentimento nacional despertado pelo esporte se mantinha forte: “Olho em volta de mim, com uma tristeza

²¹⁵ Ricardo Serrado e Pedro Serra. *Op. cit.*, p. 153.

²¹⁶ Nessa época a substituição ainda não havia sido permitida durante o jogo. Armando Martins, atacante do Setúbal, saíra de campo ainda no primeiro tempo por motivo de contusão, tendo retornado na segunda etapa. Ricardo Serrado e Pedro Serra. *Op. cit.*, p. 147.

²¹⁷ António Ferro. “Uma Grande Vitoria dos Portugueses em Amsterdão”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 02 jun. 1928, p.1.

²¹⁸ Para maiores detalhes sobre a batalha de Alcácer-Quibir e seus significados para a identidade nacional portuguesa, ver Valentim Alexandre. Traumas do Império: história, memória e identidade nacional. *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 9-10, 2006, p. 23-41.

²¹⁹ António Ferro. “Os Portugueses Vencidos mas não Convencidos...”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 10 jun. 1928, p.6.

infinita, como eu nunca julguei que sentiria. (...) Recuso-me a acreditar na derrota misteriosa dos nossos portugueses como um filho se recusa a acreditar, mesmo perante o cadáver, na morte do seu pai”.²²⁰

No Brasil, a identificação nacional com o esporte aparecera mais cedo, ainda que sem o mesmo drama e contornos épicos das crônicas de António Ferro. Esses só apareceriam nos textos esportivos anos mais tarde, com Nelson Rodrigues. No entanto, sem participar das edições dos Jogos Olímpicos nas modalidades mais populares, os principais torneios internacionais em que o Brasil participou foram os campeonatos sul-americanos de futebol. Em 1919, na primeira conquista brasileira no torneio, em pleno Rio de Janeiro, Distrito Federal, a vitória foi celebrada efusivamente pela população. No dia da final entre Brasil e Uruguai, foi decretado ponto facultativo nas repartições públicas, bancos não funcionaram e grande parte do comércio fechou as portas às 12 horas. Como apontou o cronista J.R., de *O Malho*, “A vida nacional tem agora por cenário ... o *stadium* do Fluminense”.²²¹ O jornal *O Imparcial*, que vinha dedicando suas primeiras páginas para a cobertura da Conferência de Paris, destacou a primeira página inteira do dia seguinte ao jogo para cobrir a vitória do esporte nacional.²²²

Vê-se assim que o futebol já era o esporte que mobilizava grandes multidões no Brasil. No entanto, ainda não era representado como grande símbolo de nacionalidade brasileira. Durante grande parte da década de 1920, o esporte, em especial o futebol, mobilizaria mais identidades em disputa do que uma identidade nacional que congregaria os brasileiros. Como exemplos podemos citar a questão racial que gerou

²²⁰ Ibid.

²²¹ J.R. “Notas da Semana”. *O Malho*, Rio de Janeiro, 17 mai. 1919.

²²² “Salve footballers brasileiros!”. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1919, p. 1.

grandes disputas em meio à década de 1920, especialmente no Rio de Janeiro²²³ ou a rivalidade existente entre dirigentes e jornalistas esportivos do Rio de Janeiro e de São Paulo.²²⁴ Rivalidade essa que teria reflexo na disputa do primeiro campeonato mundial de futebol organizado pela Federação Internacional de Football Association (FIFA), em 1930, realizado no Uruguai. Na ocasião, a seleção brasileira contou com a presença de apenas um jogador de São Paulo, Araken. Isso se deu devido ao fato de que a CBD não havia convocado nenhum membro da elite do esporte paulista para a comissão técnica do selecionado nacional. Assim, a Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA) determinou que nenhum de seus jogadores – originalmente, haviam sido convocados 15 atletas de São Paulo e apenas oito do Rio de Janeiro – deveria se apresentar à seleção. Apenas Araken desobedeceu a ordem da liga paulista e se inscreveu na competição como representante do Flamengo. Com a equipe nacional desfalcada de 14 atletas de seu quadro original, o Brasil perdeu o primeiro confronto na competição, contra a Iugoslávia, por 2 a 1. Mesmo vencendo a fraca equipe da Bolívia por 4 a 0 no jogo seguinte, a seleção brasileira foi desclassificada ainda na primeira fase do torneio.

Não devemos supor aqui que tais rivalidades e disputas regionais não ocorressem em Portugal. De fato, para além das rivalidades clubísticas locais, a disputa entre as cidades de Lisboa e do Porto poderiam ser apontadas nesse sentido. No entanto,

²²³ Há um vasto número de trabalhos acadêmicos que abordam as questões raciais presentes no campo esportivo brasileiro nas primeiras décadas do século XX, em especial durante a década de 1920. Destaco aqui os trabalhos de Ricardo Pinto dos Santos e João Malaia Santos. Ricardo Pinto dos Santos. *Tensões na consolidação do futebol nacional*. In: Mary Del Priore e Victor Andrade de Melo (org.). *Op. cit.*; Ricardo Pinto dos Santos. *Comemorando o Brasil: que Brasil?*. In: João Manuel C. Malaia Santos e Victor Andrade de Melo (orgs.). *Op. cit.*; Ricardo Pinto dos Santos. *Entre rivais: futebol, racismo e modernidade no Rio de Janeiro e em Buenos Aires (1897-1924)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012; João Manuel C. Malaia Santos. *Revolução vascaína: a profissionalização do futebol e a inserção socioeconômica de negros e portugueses no Rio de Janeiro (1915-1934)*. Tese de Doutorado (História Econômica). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

²²⁴ Não há nenhum estudo acadêmico de grande porte que aborde especificamente a questão da rivalidade esportiva entre cariocas e paulistas nas primeiras décadas do século XX. O tema é abordado de forma sucinta por Leonardo Pereira. *Op. cit.*, p. 154-182; André Ribeiro. *Os donos do espetáculo: histórias da imprensa esportiva no Brasil*. São Paulo: Terceiro Nome, 2007; e Ivan Soter. *Op. cit.*.

devido à força e ao tamanho do campo esportivo brasileiro, os embates tomavam feições muito maiores, enquanto que em Portugal, pela própria incipiência de seu campo esportivo, não havia espaço para embates mais denodados como esse.

Assim, podemos ver de forma resumida o quadro em que se encontravam os campos esportivos de Portugal e do Brasil quando da ascensão de Oliveira Salazar e de Getúlio Vargas ao poder. Sob um regime mais austero e com um governo mais forte e centralizador, novas relações serias formadas entre os agentes desses campos, gerando novas disputas, reivindicações e conquistas.

2.2 – Disputas e aproximações

O ano de 1933 foi um ano chave para as relações que se estabeleceriam ao longo da década de 1930 nos esportes, tanto no Brasil como em Portugal. No Brasil, o ano marca o início de uma profunda secessão na organização esportiva nacional, denominada na época de *dissídio esportivo*. Apesar de se revestir de uma disputa aparente entre grupos adeptos do amadorismo contra defensores do profissionalismo, a disputa que levou à divisão foi muito mais profunda e substancial. Disputava-se o controle do campo esportivo brasileiro. O dissídio, ocorrido entre 1933 e 1937, marcou profundamente a estrutura esportiva brasileira e sua organização, sendo um fator determinante na relação entre Estado e campo esportivo, como veremos adiante. Já em Portugal, o ano de 1933 foi marcado pela realização do Congresso de Clubes Desportivos, em Lisboa. O evento foi uma tentativa de união dos clubes lusitanos visando melhor compreender as dificuldades e as particularidades enfrentadas pelos clubes. Buscavam também reconhecimento oficial, bem como o apoio do Estado português. Uma análise pormenorizada desses dois casos se faz fundamental para a

maior compreensão de como se estruturavam os campos esportivos nos dois países aqui estudados.

Em 1933 uma grande disputa dividiu o campo esportivo brasileiro. No discurso oficial apresentado pelos dois lados em disputa, o causador dessa cisão teria sido o desentendimento sobre o modelo de vínculo entre atletas e seus clubes, o amadorismo ou o profissionalismo. Um grupo, liderado pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD), defendia a manutenção do regime amador, enquanto outro, liderado pelos representantes do Fluminense FC e por seu sócio benemérito Arnaldo Guinle, batia-se pela instauração do sistema profissional no esporte brasileiro (note-se que a disputa não se restringia apenas ao futebol, mas englobava também outras modalidades desportivas).

Para entender as causas dessa cisão, devemos olhar para duas questões que se faziam presentes no período. Por um lado, como apontaram os autores contemporâneos ao caso Mario Rodrigues Filho²²⁵ e Thomás Mazzoni²²⁶, assim como outros que se basearam em suas obras, como Joel Rufino dos Santos²²⁷, o dissídio esportivo teria sido motivado pela disputa entre amadores e profissionais, como apontado nos discursos oficiais do período (como a imprensa esportiva). Estudos históricos mais recentes, no entanto, apontaram para outro fator que teria sido em grande parte o real causador dessa disputa: o embate entre duas elites que pleiteavam o controle do esporte nacional.²²⁸ É importante ressaltar que ambos os fatores tiveram grande importância para o desenrolar

²²⁵ Mário Rodrigues Filho. *O negro no futebol brasileiro*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

²²⁶ Thomás Mazzoni. *História do futebol no Brasil 1895-1950*. São Paulo: Edições Leia, 1950.

²²⁷ Joel Rufino dos Santos. *História política do futebol brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1981

²²⁸ Maurício Drumond. Os gramados do Catete: futebol e política na Era Vargas (1930-1945). In: Francisco Carlos Teixeira da Silva e Ricardo Pinto dos Santos. *Memória social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro, Mauad, 2006; Maurício Drumond. O esporte como política de Estado: Vargas. In: Mary Del Priori e Victor Andrade de Melo (orgs.). *Op. cit.*; Maurício Drumond. A política no jornalismo esportivo: o Jornal do Brasil e o Jornal dos Sports no dissídio esportivo dos anos 30. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom. Curitiba : Intercom/Universidade Positivo, 2009; Ivan Soter. *Op. cit.*; Denaldo Souza. *O Brasil entra em campo! : construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo: Annablume, 2008.

das disputas no campo esportivo, e que a medição de quanto cada um foi efetivamente importante não pode ser mensurada.

Ainda que não tenha sido a causa única, a necessidade de profissionalização dos atletas e de um maior controle sobre suas atividades foram elementos que acabaram por desencadear todo o processo. Até aquele momento, o sistema amador foi uma das maiores armas utilizadas pelos clubes para manter seus jogadores e aliciar craques de outras equipes. No entanto, o amadorismo que se praticava era o que é conhecido como “amadorismo marrom”, no Brasil, ou “amadorismo encapotado”, em Portugal. Nesse modelo supostamente amador, os atletas recebiam prêmios em dinheiro e pagamentos não oficiais de seus clubes e mantinham seu estatuto de amador. Mario Filho relata essa prática ao explicar o surgimento do termo “bicho” para designar o pagamento feito ao jogador após o jogo:

Chamava-se esse dinheiro de ‘bicho’ porque, às vezes, era um cachorro, cinco mil réis, outras um coelho, dez mil réis, outras um peru, vinte mil réis, um galo, cinquenta, uma vaca, cem. Não parava aí. Havia vacas de uma, de duas pernas, de acordo com o jogo.²²⁹

O bicho era uma prática comum às equipes do futebol amador brasileiro, como aponta João Malaia Santos,²³⁰ sendo muitas vezes incluído nas despesas dos clubes sob a cifra de “outros” ou “despesas variadas” em seus balancetes mensais. No entanto, o pagamento feito aos jogadores não os mantinha sob controle dos clubes, e muitos atletas começaram a se desligar de seus clubes sem que estes pudessem intervir no assunto. No final dos anos 20 e início dos 30, o futebol se profissionalizou na Argentina e no Uruguai, e a Itália descobriu os *Oriundi* – jogadores descendentes de italianos que eram

²²⁹ Mario Rodrigues Filho. *Op. cit.*, p. 123.

²³⁰ João Manuel C. Malaia Santos. *Revolução vascaína: a profissionalização do futebol e a inserção socioeconômica de negros e portugueses no Rio de Janeiro (1915-1934)*. Tese de Doutorado (História Econômica). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010, p. 253.

cooptados para times da terra de Mussolini e do *calcio*. Os clubes de futebol brasileiros começavam a sofrer com um grande êxodo de seus jogadores para o exterior. As regras do amadorismo no país buscavam impedir que jogadores mudassem de clubes constantemente devido a sua falta de contrato profissional. O estatuto da Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA) de 1927 previa que os atletas só poderiam mudar de clube após jogarem ao menos quatro anos por uma mesma agremiação;²³¹ tal medida não impedia, entretanto, que estes fossem contratados por clubes do exterior, uma vez que a FIFA não impedia que um jogador sem contrato se transferisse de um clube para outro.²³²

Em 1931, muitos jogadores paulistas foram parar na Itália, como Filó²³³, Del Debbio, Serafini, Pepe e Ministrinho – todos já haviam defendido a seleção brasileira –, assim como Nininho e Ninão, ambos do Palestra Itália de Belo Horizonte, atual Cruzeiro.²³⁴ Outros foram tanto para a Espanha quanto para o Uruguai ou a Argentina, como nos casos de Jaguaribe e Fausto. Esses atletas, em uma excursão do Vasco da Gama pela Espanha e por Portugal, teriam supostamente encantado os dirigentes europeus com sua qualidade técnica e logo receberam propostas para ingressar no quadro do Barcelona. Os dois abandonaram a delegação vascaína e não voltaram ao Brasil com os outros jogadores.²³⁵ Como resultado o Vasco, que liderava o campeonato

²³¹ Ibid., p. 357.

²³² Thomás Mazzoni. *Op. cit.*, p. 228.

²³³ Anfilóquio Guarisi foi contratado pela Lazio e, por também possuir nacionalidade italiana, acabou sendo convocado para a seleção italiana que conquistou a Copa do Mundo de 1934 em casa. Chamado pelos italianos de Guarisi, Filó chegou a disputar um jogo na competição e se tornou o primeiro brasileiro campeão do mundo.

²³⁴ Thomás Mazzoni. *Op. cit.*, p. 228.

²³⁵ Mario Rodrigues Filho. *Op. cit.*

de 1931 com cinco pontos de vantagem, sofreu três derrotas consecutivas ao retornar e acabou cedendo o título de campeão carioca ao América.²³⁶

Devido ao êxodo de jogadores para o exterior e o baixo poder aquisitivo dos clubes, o profissionalismo passou a ser visto por alguns como o único caminho a ser seguido rumo à modernização do futebol brasileiro. A ideia de considerar jogadores profissionais verdadeiros trabalhadores ainda enfrentava grandes barreiras, mas não era mais inconcebível.

Alguns clubes de São Paulo e do Rio de Janeiro passaram então a pleitear a introdução do regime profissional junto à CBD. Entre esses, encontravam-se Arnaldo Guinle e Oscar Costa, ex-presidentes da CBD e ex-presidente e presidente do Fluminense, respectivamente, assim como dirigentes da entidade gestora do futebol paulista, a APEA. De acordo com Tomás Mazzoni, esse processo se iniciou em 1932, no Rio de Janeiro.²³⁷ Em agosto desse ano, uma primeira reunião organizada pelos representantes, reuniu os representantes dos clubes fundadores da AMEA – América, Bangu, Botafogo, Flamengo, Fluminense, São Cristóvão e Vasco da Gama –, além do presidente da CBD, Renato Pacheco. Os delegados presentes nomearam uma comissão, liderada por Arnaldo Guinle, que teria como missão elaborar as leis de uma nova entidade que viria substituir a própria AMEA e que abarcaria o profissionalismo. Em

²³⁶ Roberto Assaf e Clóvis Martins. *Campeonato carioca: 96 anos de história, 1902-1997*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1997.

²³⁷ Tomás Mazzoni. *Op. cit.*. Mazzoni nos oferece um pormenorizado passo-a-passo das reuniões travadas entre dirigentes dos principais clubes cariocas que teriam levado à cisão da organização esportiva da cidade, e posteriormente do país, entre os dois grupos divergentes. No entanto, nos faltam outras fontes que possam corroborar os apontamentos feitos pelo jornalista. O fato de seu livro ter tido boa repercussão nos meios esportivos e nunca ter sido questionado quanto a veracidade de seus apontamentos não nos garante a mais completa confiança em seus dados, mas nos oferece um grau aceitável de confiabilidade. É importante também assinalar que Mazzoni sempre foi um defensor do grupo que defendia o profissionalismo e que atuou ativamente ao lado do governo de Vargas em relação ao esporte.

janeiro de 1933, a comissão apresentou aos envolvidos um projeto de estatuto para a nova entidade, que receberia a denominação de “Liga Carioca de Futebol” (LCF).²³⁸

Com a iminência da formação de um liga profissional, representantes das diretorias do Botafogo, Flamengo, São Cristóvão e Vasco da Gama se reúnem e redigem uma nota a Oscar da Costa, avisando-o que seriam contrários à formação da entidade profissional em sua próxima reunião, argumentando que “(...) nenhuma das nossas diretorias seria capaz de se manter na direção de nossos grêmios se se definissem pela adoção do profissionalismo” e que “[d]epois de uma longa meditação, chegamos à conclusão de que a implantação desse regime nos levaria à mais completa ruína”.²³⁹

Vê-se assim o início das divergências sobre o caminho a ser seguido pelo esporte nacional. Apesar de afirmarem que o novo sistema seria prejudicial às finanças de seus clubes, não podemos afirmar que esta tenha sido a real causa de discordâncias. Vale lembrar que esses delegados representavam as diretorias que naquele momento decidiam os rumos a serem tomados por seus clubes, e que mesmo dentro dos clubes diferentes grupos se confrontavam pelo poder. O Vasco da Gama, por exemplo, passou por eleições dias antes da reunião do dia 23 de janeiro, que decidiria a fundação da LCF, e uma nova diretoria foi eleita. O novo grupo que chegava ao poder no clube cruzmaltino apoiava a implantação do profissionalismo e se colocou a favor da criação da liga profissional. Nesse sentido, o primeiro motivo apresentado por esses delegados deve ser analisado com um pouco mais de atenção. Ao afirmarem que suas diretorias não seriam capazes de se manter na direção de seus clubes caso apoiassem a adoção do profissionalismo, Paulo Azeredo (Botafogo), Pascoal Segreto Sobrinho (Flamengo),

²³⁸ Thomás Mazzoni. *Op. cit.*, p. 236.

²³⁹ *Ibid.* P. 237.

Alvaro Teixeira de Novaes (São Cristóvão) e Manoel Ramos (Vasco da Gama) não tinham o suporte político necessário em seus clubes para arcar com tal decisão.

Com a recusa por parte dos membros fundadores da AMEA em acatar os termos do regime profissional, América, Bangu, Fluminense e Vasco da Gama tomam a iniciativa de romper com a Associação Metropolitana de Esportes Atléticos e criam a LCF, à qual o Flamengo logo adere. A LCF adota o profissionalismo como regime vigente e é rejeitada pela CBD, que só aceitava entidades amadoras. A nova Liga Carioca teve seu primeiro campeonato em 1933, disputado por América, Bangu, Bonsucesso, Flamengo, Fluminense e Vasco. O Bangu sagrou-se o primeiro campeão do regime profissional no Rio de Janeiro, vencendo o Fluminense na final. Assim, o futebol seguia os passos de outros esportes que haviam criado Ligas paralelas à AMEA, como o tênis, em 1931, o atletismo e o basquete, ambos em 1933.

Juntamente com a criação da LCF no Rio de Janeiro, a Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA) adota o profissionalismo e se desliga da CBD. Em pouco tempo, as duas entidades recebem o apoio da Federação Fluminense de Esportes (com clubes do estado do Rio de Janeiro), da Associação Mineira Esportes e a Federação Paranaense de Desportos e formam a Federação Brasileira de Futebol (FBF), que representa o futebol profissional em todo o país e contava com a maior parte dos grandes clubes de seus respectivos estados. Presidida por Sérgio Meira, ligado ao São Paulo, a FBF tem em seus quadros os maiores clubes do Brasil: América, Flamengo, Fluminense, Vasco da Gama, Corinthians, Palestra Itália-SP, Santos, São Paulo, Palestra Itália-MG, Atlético Paranaense e Coritiba, entre outros. Já a CBD continuou

contando com os clubes das demais federações, como a Bahia e o Rio Grande de Sul, além dos times amadores dos estados que se uniram à FBF, como o Botafogo.²⁴⁰

Um olhar mais atento à cisão do futebol brasileiro pode, no entanto, observar que a disputa não era uma mera discordância entre amadores e profissionais, como foi apontado anteriormente. Ivan Soter afirma que “[p]or trás disso, parece, havia uma luta política entre os Guinle (FBF) e a turma que veio com os novos governantes, como Luís Aranha e Vargas Neto, do lado da CBD, pelo domínio do futebol no Brasil”.²⁴¹ O interessante apontamento feito por Soter (e creditado a Mário Levi Schwartz, pesquisador que trabalha com o autor) não foi, no entanto, desenvolvido em sua obra, sendo essas linhas as únicas que Soter dedicou ao tema.

Já Denaldo Alchorne de Souza dedica um capítulo de seu livro ao assunto. Nele, Souza aponta a predominância de Rivadávia Correia Meyer, dirigente do Botafogo, como líder de um novo grupo de dirigentes que teria emergido junto ao novo grupo político que chegara à capital federal após a Revolução de 1930.²⁴² Esse novo grupo se chocaria com dirigentes já há muito estabelecidos entre as elites do campo esportivo, representadas especialmente por Arnaldo Guinle. Guinle era um dos principais nomes do campo esportivo do Rio de Janeiro, e conseqüentemente do país, desde 1916, quando presidiu pela primeira vez o Fluminense e a CBD. Membro de uma das famílias mais ricas e tradicionais do Distrito Federal, ele fora também presidente da AMEA e assumiu diversos cargos em outras diretorias.

Em outros trabalhos, adoto uma leitura similar à de Denaldo de Souza, de que a antiga elite que dirigira o futebol nacional, representada por Arnaldo Guinle, perdia o

²⁴⁰ Maurício Drumond. O esporte como política de Estado: Vargas. In: Mary Del Priori e Victor Andrade de Melo (orgs.). *Op. cit.*; Thomás Mazzoni. *Op.cit.*.

²⁴¹ Ivan Soter. *Op. cit.*, p. 52.

²⁴² Denaldo Souza. *Op. cit.*.

controle da direção do esporte nacional para um novo grupo que ascendia juntamente ao novo quadro político nacional.²⁴³ No entanto, vejo como maiores influências nomes como Luiz Aranha e João Lyra Filho, ambos ligados ao Botafogo, que passaram a exercer grande influência junto à Confederação Brasileira de Desportos e iam aos poucos assumindo o controle da entidade. Luiz Aranha, em especial, desempenharia um papel de grande importância durante o dissídio esportivo, como o principal líder da CBD e de suas entidades filiadas. Figura proeminente no campo político, era irmão de Oswaldo Aranha, membro fundador do Clube 3 de Outubro e amigo íntimo de Getúlio Vargas – que se refere a ele ao longo de seu diário como “Lulu Aranha”.²⁴⁴ Luiz Aranha foi presidente da CBD de 1936 a 1943, e ocupou o cargo de presidente do Conselho Administrativo durante a presidência de Alvaro Catão, entre 1933 e 1936.²⁴⁵

O confronto iniciado com ares de disputa entre amadores e profissionais passou rapidamente a se delinear como uma disputa entre esses dois grupos. Esse quadro se torna mais evidente em 1935. Após conquistar o campeonato carioca pela LCF em 1934, o Vasco da Gama se desliga da entidade após um desentendimento de sua diretoria com os representantes do Flamengo e do Fluminense e busca filiação junto à CBD. O mesmo movimento ocorre em São Paulo, onde o Palestra Itália – campeão da APEA em 1934 – e o Corinthians se desligam da FBF. Para os dirigentes da CBD essa era uma oportunidade que não poderia ser desperdiçada. A entidade já estava há dois

²⁴³ Maurício Drumond. Os gramados do Catete: futebol e política na Era Vargas (1930-1945). In: Francisco Carlos Teixeira da Silva e Ricardo Pinto dos Santos. *Op. cit.*; Maurício Drumond. Esporte e política no Estado Novo. In: Geraldo Pontes Jr. e Victor Hugo Adler Pereira (orgs.). *O velho, o novo, o reciclável Estado Novo*. Rio de Janeiro, Instituto de Letras da UERJ, 2008; Maurício Drumond. *Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Perón*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008; Maurício Drumond. O esporte como política de Estado: Vargas. In: Mary Del Priori e Victor Andrade de Melo (orgs.). *Op. cit.*; Maurício Drumond. A política no jornalismo esportivo: o Jornal do Brasil e o Jornal dos Sports no dissídio esportivo dos anos 30. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom. Curitiba : Intercom/Universidade Positivo, 2009.

²⁴⁴ Getúlio Vargas. *Diário*. 2V. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995.

²⁴⁵ Carlos Sarmiento. *Op. cit.*, p. 173; Denaldo Souza. *Op. cit.*, p. 48.

anos sem seus principais clubes e mantinha sua influência no meio do futebol principalmente devido à sua filiação à FIFA, ou seja, era a única representante oficial do futebol brasileiro junto à federação internacional de futebol. O campeonato carioca da AMEA, por exemplo, se encontrava falido, tendo o Botafogo conquistado os campeonatos de 1933 e 1934 enfrentando times sem expressão como Engenho de Dentro, Confiança, Mávilis, Cocotá, River e Sport Club Brasil. O campeonato de 1934 teve ainda o abandono de cinco equipes, permanecendo apenas Botafogo, Andaraí, Olaria, Portuguesa e Mávilis.²⁴⁶

Com a adesão do Vasco da Gama, que é seguida por Bangu e São Cristóvão, a AMEA (federação carioca de esportes ligada à CBD) tem seus estatutos reformados e uma nova entidade é formada, a Federação Metropolitana de Desportos (FMD). O mesmo ocorre em São Paulo, onde a Liga Bandeirante de Futebol é criada. Com a chegada dos novos clubes, profissionais, a CBD e suas federações precisam abandonar a bandeira do amadorismo exclusivo, e adotam o que chamam de “regime livre”, com clubes amadores e profissionais disputando os mesmos campeonatos.²⁴⁷

Com a nova configuração das forças do futebol brasileiro, passa-se a falar muito pouco sobre a questão do amadorismo e do profissionalismo. O grande desentendimento que supostamente teria provocado a criação de novas entidades gestoras do esporte não era mais um obstáculo à conciliação das partes. No entanto, a rixa que havia entre os dois regimes ficava mais clara como uma luta entre duas facções pela hegemonia do controle do esporte brasileiro, uma luta entre grupos que agora levantavam as bandeiras das entidades especializadas e ecléticas.

²⁴⁶ Roberto Assaf e Clovis Martins. *Op. cit.*, p. 184.

²⁴⁷ Maurício Drumond. Os gramados do Catete: futebol e política na Era Vargas (1930-1945). In: Francisco Carlos Teixeira da Silva e Ricardo Pinto dos Santos. *Op. cit.*, p. 119.

A CBD era a única entidade eclética de âmbito nacional, possuindo uma federação em cada Unidade Federal. Assim como a própria CBD, cada federação era responsável pela gestão de várias modalidades desportivas, como o futebol, o atletismo, o remo e o tênis. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a CBD e sua filiada, a Federação Riograndense de Desportos, eram responsáveis também pelo remo, além do futebol e outros esportes. As entidades especializadas - lideradas por Arnaldo Guinle, presidente da FBF – eram entidades independentes que cuidavam cada uma de uma modalidade desportiva, como a Federação Brasileira de Tênis. Além da LCF, a entidade especializada do futebol no Rio de Janeiro, havia outras entidades especializadas que cuidavam de outros esportes, como a de natação, a de remo e a de tênis. Em outubro de 1935 essas entidades decidem se unir e formam o Conselho Nacional de Esportes (CNE), um conselho que reunia representantes de todas as federações nacionais especializadas. Com o CNE, as especializadas mantinham sua autonomia, mas unificavam seus esforços para o duelo travado contra a CBD.

Com a polarização entre especializadas e ecléticas, as motivações que levavam à cisão do esporte afluíam. A reorganização das forças no Rio e em São Paulo equilibram mais a balança que antes pendia para o lado da FBF. A crise no esporte parece não ter mais solução. É nesse quadro de cisão e enfraquecimento político das lideranças do esporte, mais preocupadas com a outra facção do que com a intervenção externa, que o governo faz a sua primeira intervenção no esporte. No início de 1935 o governo busca respaldo na chamada “Lei Getúlio Vargas”²⁴⁸ e a Censura Teatral, um órgão de vistoria da polícia, passa a regular o esporte, enquadrando-o em regras definidas e utilizadas no controle de outras diversões públicas, como o teatro.

²⁴⁸ Decreto 5.492, de 16 jul. 1928. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 18 jul. 1928, p. 17279.

O governo procura se estabelecer como o grande mediador do dissídio esportivo. Apenas os jogadores registrados na Censura Teatral poderiam jogar por um clube; e para registrá-los, os clubes tinham que obedecer a todas as normas impostas pelo órgão do governo. Os contratos entre jogadores e clubes eram redigidos de acordo com o molde imposto pela Censura, que vistoriava o cumprimento deste contrato por ambas as partes através de prontuários enviados pelos clubes. As transferências de jogadores profissionais também eram controladas pela Censura Teatral, que não podia interferir em negociações envolvendo amadores que não possuíssem contrato com o clube. A Censura chegou até a tentar controlar a conduta dos jogadores em campo, aplicando-lhes multa ou suspensões quando estes não se portavam de maneira adequada durante uma partida.

Um artigo do *Jornal dos Sports* aponta a relação da atuação da Censura Teatral com o que chama da “luta de facções”:

Só se compreende a acção da Censura Theatral na vida sportiva como uma consequência do dissídio. Sem duvida é um mal a interferência de um poder alheio ao sport, mas si acceitou o mal como o mal menor. Policiavam-se as relações entre clubs e jogadores em uma época sem garantias. (...) Assim, um “crack” era obrigado a cumprir o seu contracto, não podendo fugir a compromissos assumidos. Se não existisse o dissidio o papel da Censura seria apenas passivo – inteiramente inútil: o de programmar jogadores presos pelas leis e regulamentos de uma mesma entidade. Assim a projecção adquirida pela Censura é fructo da scisão, da luta de facções.²⁴⁹

Com a intervenção governamental nas relações esportivas, a CBD ganha um valoroso aliado. Luiz Aranha, então presidente da CBD, utiliza-se de seu prestígio e de

²⁴⁹ “Críticas e Sugestões”. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1937, p.2. É importante ressaltar que nesse período o *Jornal dos Sports* era um órgão oficioso da Federação Brasileira de Futebol e do grupo liderado por Arnaldo Guinle, tendo sido comprado por Mario Filho em 1936, com apoio financeiro de Arnaldo Guinle e Bastos Padilha, presidentes da FBF e do Flamengo, respectivamente. Padilha era também casado com a irmã da esposa de Mario Filho. O referido artigo, um editorial do *Jornal dos Sports*, fazia uma crítica à Censura Teatral por supostamente demorar mais do que o necessário para autorizar a inscrição de Natal, que se transferia do Internacional-RS para o Flamengo. Ruy Castro. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 133.

seus contatos nos círculos mais íntimos do governo para fazer valer sua influência na Censura Teatral. Não é por mero acaso que em alguns casos a Censura era acusada de tomar o lado da CBD, dificultando o acerto de contrato de jogadores oriundos de clubes dito amadores por profissionais, como afirmou Antenor Coelho, Secretário Geral do Flamengo: “(...) é o próprio organismo criado para controlar a aplicação da Lei Getúlio Vargas [A Censura Teatral], quem esquece a sua missão, passando a agir como instrumento de uma das facções em que se divide o sport”.²⁵⁰

No entanto, a proximidade de ambos os grupos em disputa com as altas esferas do governo fazia com que este hesitasse em uma intervenção mais direta, buscando atuar como um mediador entre as partes. Vargas demonstra em seu diário essa tendência em duas entradas. Na primeira, datada de 23 de abril de 1936, escreve: “Recebi o Lulu [Luís] Aranha, com quem tratei da política do Distrito, da pacificação política e da questão dos *sports*”.²⁵¹ Onze dias depois, outra entrada remete à disputa: “Recebi a comissão pacificadora dos *sports*, que me trouxe uma exposição de seus pontos de vista. É a corrente que acompanha o dr. Arnaldo Guinle”.²⁵²

A solução para o conflito viria apenas em 1937, com a chamada “pacificação dos esportes”. Naquele ano, a CBD voltou a sofrer importantes baixas em seus quadros. Os clubes de Juiz de Fora, com a exceção do Tupy, decidiram abandonar a Associação Mineira de Futebol, ligada à entidade eclética e alinharam-se à FBF.²⁵³ O Mesmo aconteceu em Porto Alegre, onde os principais times da Liga Atlético Porto Alegrense – Internacional, Grêmio, Força e Luz e Cruzeiro – também passaram para o lado das

²⁵⁰ “Comprovada a parcialidade da Censura”. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 23 fev. 1937, p. 1.

²⁵¹ Getúlio Vargas. *Op. cit.*, v. 1, p. 500. Itálico no original.

²⁵² *Ibid.*, p. 505. Itálico no original.

²⁵³ “Deixam a CBD os clubs de Juiz de Fora”. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1937, p. 2.

especializadas.²⁵⁴ No Rio de Janeiro, o Bangu demonstrou insatisfação em relação à FMD e seus dirigentes mostraram-se nostálgicos quanto a seu tempo junto à LCF. No início de julho o Bangu pediu seu reingresso nas fileiras das especializadas e abandonou a FMD.

Em 17 de julho de 1937, o América e o Vasco da Gama apresentaram uma proposta de reunificação do futebol carioca.²⁵⁵ O pacto entre América e Vasco criava uma nova entidade no futebol carioca, à qual todos os grandes clubes da cidade estavam convidados a entrar como membro fundador. Com a criação de uma terceira entidade, tanto a FMD como a LCF seriam dissolvidas. A nova agremiação se filiaria à Federação Brasileira de Futebol e essa, por sua vez, pediria filiação à CBD. Nesta nova organização de forças, a FBF ficaria responsável pelo futebol brasileiro e a CBD seria a responsável pela representação do Brasil no exterior. Desse modo, todos os clubes brasileiros deveriam se filiar à Federação Brasileira de Futebol, ou não poderiam enfrentar os outros clubes filiados à mesma.

Essa nova divisão de poderes no futebol deixava bem claro quem havia saído do dissídio esportivo como vencedor. A CBD saía do dissídio sem nenhum benefício. Deixaria de comandar o futebol dentro do território nacional e ficaria apenas com o comando da seleção brasileira em disputas internacionais, encargo que já controlava antes do pacto por ser a entidade brasileira filiada à FIFA. Já o grupo ligado à FBF obtinha as maiores vantagens, uma vez que assumia o controle do futebol no Brasil, seu maior objetivo.

Em 29 de julho era realizada a solenidade de fundação da Liga de Futebol do Rio de Janeiro (LFRJ), que teve como primeiro presidente Antonio Avellar, dirigente do

²⁵⁴ “Também no sector Porto-Alegrense engrossam as fileiras das especializadas”. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1937, p. 1.

²⁵⁵ “Para a maior glória do football brasileiro”. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 18 jul. 1937, p. 2.

América.²⁵⁶ Não tardou muito para que o futebol paulista seguisse os passos da pacificação. Com o fim do dissídio em São Paulo, os clubes da APEA se filiaram à Liga Paulista de Futebol (LPF), que inscrevia a Portuguesa de Desportos como membro fundador da entidade e se filiava à FBF.²⁵⁷ No Paraná a Federação Paranaense de Desportos, após um breve afastamento da FBF, voltou a pedir sua inscrição na entidade, também seguindo os parâmetros acordados no Distrito Federal. Em Minas Gerais, o mesmo acontecia com a Liga Esportiva Mineira. Os outros esportes que já organizavam ligas especializadas seguiram o mesmo caminho traçado pelo futebol, com os clubes se filiando à federação especializada e esta se filiando à CBD.²⁵⁸

O fim do conflito interno do esporte gerou também o fim do amadorismo marrom. As novas entidades realizavam dois campeonatos diferentes para cada regime, um profissional e outro amador. Assim, os clubes viram-se obrigados a adotar publicamente o profissionalismo, o que quase não gerou polêmica, visto que a maioria quase absoluta dos grandes clubes ditos amadores já era profissional na prática.

Com o fim do dissídio e a pacificação, superava-se a maior divergência entre as elites que controlavam o esporte brasileiro. Os representantes das antigas elites que dirigiam o esporte e os da nova elite que surgia com o novo cenário político do país chegavam a um consenso e a um equilíbrio de forças que seria mantido até a intervenção oficial do governo na organização esportiva em 1941.

Em Portugal, no entanto, o campo esportivo não podia arcar com os custos de uma disputa dessa magnitude. A incipiência do campo esportivo português e a necessidade de angariar o apoio do Estado levou seus agentes a buscarem a união a fim

²⁵⁶ “Installada solemnemente a entidade da paz”. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1937, p. 1.

²⁵⁷ “São Paulo depois da pacificação”. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1937, p. 1.

²⁵⁸ “O Paraná voltou à Federação Brasileira de Football”. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1937, p. 4; ‘A C.B.D. contra a pacificação no football mineiro?’. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 01 ago. 1937, p. 6.

de se fortalecerem. Para tal, organizaram o Congresso de Clube Desportivos em fins de 1933.

Com a nova constituição que instaurara o Estado Novo já em vigor, organizou-se em Lisboa o Congresso de Clubes Desportivos, entre os dias 26 de novembro e 3 de dezembro de 1933. Idealizado e organizado por Raul de Oliveira, diretor do jornal *Os Sports*, bissemanário esportivo lisboeta ligado ao jornal *Diário de Notícias*, o evento buscava estudar os problemas enfrentados pelas associações esportivas portuguesas para em conjunto tentar superá-las. Se nesse mesmo período o esporte brasileiro já se encontrava dividido entre duas facções, o congresso português buscava a união de suas partes, como atesta o jornal organizador do evento: “O Congresso vai tratar de assuntos colectivos, de questões de ordem geral e de interesses comuns. A sua obra tem de ser uma obra de união, nunca uma obra de dispersão. Os assuntos locais, os casos particulares, não terão, portanto, lugar nele”.²⁵⁹

Buscava-se assim a união dos clubes em prol de seu fortalecimento e sua aproximação com o Estado. Para tanto, a comissão organizadora do evento, formada por Raul de Oliveira, Salazar Carreira²⁶⁰ e Neves Reis reuniu representantes de mais de 200 agremiações esportivas de Portugal e de suas colônias, assim como representantes do Estado.²⁶¹ A cerimônia de inauguração do congresso contou com importantes figuras das altas esferas governamentais, como Oscar Carmona, Presidente da República; Luiz Alberto de Oliveira, Ministro da Guerra; Alexandre Alberto de Souza, Ministro da

²⁵⁹ “O Congresso de Clubes Desportivos inaugura-se no próximo domingo, ás 14,30 horas, na Sociedade de Geografia, sob a presidência de S. Ex.^a o Chefe do Estado”. *Os Sports*, Lisboa, 24 nov. 1933, p. 1.

²⁶⁰ Salazar Carreira foi um dos nomes mais influentes do campo desportivo em Portugal durante o Estado Novo, sendo ligado ao Comitê Olímpico Português em 1923 e mais tarde à Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar. Foi também jornalista desportivo atuante e dirigente ligado ao Sporting CP.

²⁶¹ “O Congresso de Clubes Desportivos foi ontem solenemente inaugurado na Sociedade de Geografia, sob a presidência do Chefe de Estado e com a presença dos ministros da Guerra e da Instrução, tendo comparecido outras altas entidades oficiais”. *Os Sports*, Lisboa, 27 nov. 1933, p. 1.

Instrução; Linhares de Lima, presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Oscar Freitas, inspetor geral dos espetáculos; Machado Pinto, diretor geral da assistência pública; um representante enviado por António Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN); e outros oficiais.²⁶²

Aproveitando-se da presença de tantos nomes de influência no governo, Raul de Oliveira faz um discurso inaugural ressaltando a importância estratégica que teria o esporte para o Estado nacional, sob os mais diversos aspectos. Ele começa se dirigindo a Oscar Carmona: “A presença de V. Ex.^a senhor Presidente da República, não pode deixar de ser posta em relevo como uma manifestação do interesse que o Estado Português se propõe dedicar a um assunto de capital importância para o rejuvenescimento físico da raça”.²⁶³ Em seguida faz uma breve reverência aos ministros da Guerra e da Instrução e ao representante do SPN. Ao finalizar, Raul de Oliveira aponta diretamente a importância que o esporte teria para cada um desses representantes do Estado ali presentes:

V. Ex.^a, sr. Ministro da Instrução, tem que velar pela educação do povo. Para isso precisa de escolas, mas precisa, também, de estádios, piscinas e ginásios. Porque no dia em que Portugal tivesse uma população média de sábios e uma minoria de homens validos para a luta em campo raso, a Pátria estaria irremissivelmente perdida.

V. Ex.^a, sr. Ministro da Guerra, a quem está confiada a missão sacrossanta de defender a Pátria, precisa de homens fortes, são, destros, acostumados à luta, apetrechados de coragem que só a consciência na própria fôrça pode dar.

O Sr. Director do Secretariado de Propaganda Nacional, tem a seu cargo a propaganda do País e a valorização de todas as iniciativas, dentro e fora das fronteiras. E S. Ex.^a sabe o que valem as embaixadas desportivas porque certamente jamais poderá esquecer as jornadas gloriosas de Amsterdão, em que viu a seleção Portuguesa de football alcançar triunfos a todos os títulos brilhantes e sair do majestoso Estadio Olimpico envolta numa atmosfera de apoteose.

A V. Ex.^a, Senhor Presidente da República, Chefe do Estado, Supremo Magistrado da Nação, interessa que o povo seja forte para que continue a cumprir a sua missão civilizadora e a afirmar a vitalidade

²⁶² Ibid.

²⁶³ Ibid.

duma raça que soube dar leis ao mundo e que tem de marcar sempre o seu lugar no concerto das nações.

A ideia desportiva pressupõe, insofismavelmente, a ideia da Pátria. É pois pelo desporto, pela Pátria, pela valorização do capital humano nacional – que este Congresso vai trabalhar.²⁶⁴

Raul de Oliveira procurava demonstrar as duas vertentes nas quais o desporto poderia ser útil na formação do Estado Novo: na formação física da juventude, que criaria um povo forte e saudável, e na propaganda nacional. A questão física era, por sinal, o principal argumento dos defensores do desporto junto a uma maior participação do governo. Raul Vieira, então presidente da Federação Portuguesa de Football Association (FPFA), em sua tese apresentada no congresso – publicada no ano seguinte – argumentava: “Toda despesa dispendida no aperfeiçoamento de sua constituição física [da nação] deve ser considerada productiva, porque um país será tanto mais forte quanto mais robusta fôr a sua raça”.²⁶⁵ E essa abordagem seria reproduzida diversas vezes ao longo do evento.

O congresso seria composto pela apresentação de 11 “teses” por parte de representantes seleccionados previamente pela comissão organizadora. Cada tese deveria apresentar “conclusões”, que seriam propostas a serem votadas pelos membros do congresso e depois enviadas em conjunto a representantes do Estado como propostas a serem consideradas pelo governo. Pretendia-se assim atuar de forma direta sobre a política oficial para o esporte.

As apresentações eram divididas em quatro temas, intitulados “Proteção e fiscalização do Estado ao Desporto”, “Organização Clubista”, “Propaganda do desporto

²⁶⁴ Ibid.

²⁶⁵ Raul Vieira. *A difusão do desporto*: meios eficientes para obtê-la em todo o país. Tese apresentada no Congresso de Clubs Desportivos organizado pelo jornal “Os Sports” – 26 de novembro a 3 de dezembro de 1933. Lisboa: [s.n.], 1934, p. 9.

no País” e “O desporto nas colônias”,²⁶⁶ divididos em 5 sessões. A primeira sessão contou com trabalhos que abordavam questões relacionadas ao apoio estatal aos clubes desportivos. Nela foram apresentadas as teses “Problema Tributário”, por Antonio Ribeiro dos Reis, e “Auxílio do Estado às organizações desportivas – Criação de parques desportivos municipais e nacionais”, por Neves Reis. A segunda sessão, ainda dentro do mesmo tema, contou com apenas um trabalho apresentado e discutido, “Organização racional dum club desportivo – Condições a exigir para o seu reconhecimento oficial” de Ricardo Ornelas. O autor não pôde comparecer ao congresso devido a compromissos profissionais, e sua tese foi lida e defendida por Ribeiro dos Reis.²⁶⁷

Dentre as principais resoluções propostas nessas primeiras sessões, pode-se apontar a necessidade do “apoio e auxílio do Estado aos clubs desportivos”,²⁶⁸ que poderia ser obtido através de uma série de medidas, como a construção de um grande estádio e de uma grande piscina em Lisboa, assim como de instalações menores nas sedes dos distritos e de campos e ginásios nos concelhos do país, e a revisão dos tributos que incidiam sobre os espetáculos esportivos e os clubes portugueses.²⁶⁹ Apelava-se assim para que o Estado atuasse sobre o esporte através de subsídios aos clubes, da manutenção de campos existentes, ao menos até a construção de um “Estádio

²⁶⁶ “O I Congresso de Clubs Desportivos”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 21 nov. 1933, p. 4.

²⁶⁷ As teses foram publicadas no jornal *Os Sports* durante o congresso. O *Diário de Notícias* também trazia grandes reportagens sobre o evento.

²⁶⁸ Ricardo Ornelas. “Organização racional de um club desportivo: condições a exigir para o seu reconhecimento oficial”. *Os Sports*, Lisboa, 24 nov. 1933, p. 6.

²⁶⁹ Neves Reis. “Auxílio do Estado às organizações desportivas”. *Os Sports*, Lisboa, 27 nov. 1933, p. 5; Antonio Ribeiro dos Reis. “O problema tributário”. *Os Sports*, Lisboa, 27 nov. 1933, p. 5.

Nacional”, da criação de um “Sub-Secretariado de Educação Física e Desporto”, apontando-se como exemplos os casos da Itália, Hungria e Alemanha.²⁷⁰

A terceira sessão foi palco para as apresentações de “A entidade superior da organização desportiva e as suas relações com o Estado”, por Mario de Oliveira, “Clubs especializados e clubs ecléticos”, por Belo Redondo e “Mentalidade desportiva – necessidade de sua criação em todas as camadas sociais”, por Tavares de Almeida.²⁷¹ A quarta sessão foi composta pelas teses “O movimento escotista e o movimento desportivo”, de Antero Nobre, “Como conseguir instrutores especializados para os diferentes desportos”, que seria apresentada por Rui da Cunha, mas que devido a doença deste, foi redigida e apresentada por Salazar Carreira,²⁷² e “A difusão do desporto. Meios eficientes para obtê-la em todo País”, de Raul Vieira. Nessa sessão, as conclusões propostas apontam para a criação de uma instituição especializada na formação de professores de vários ramos esportivos,²⁷³ o que veio a ser realizado com a criação, pelo Ministério da Educação Nacional, do Instituto Nacional de Educação Física (INEF), em 1940.²⁷⁴

A quinta sessão contou com dois trabalhos de Salazar Carreira, “O intercâmbio entre o desporto continental e metropolitano” e “Educação Física nos clubs de desporto”, e Alberto de Freitas apresentou “Isenção de direitos para os artigos de desporto destinados aos clubs coloniais”. Em sua primeira tese do dia Salazar Carreira aventa a criação de uma competição poliesportiva entre atletas das colônias e da

²⁷⁰ “O Congresso de Clubs Desportivos está constituindo uma grandiosa manifestação de vitalidade, merecendo os encômios de altas personalidades que têm assistido às suas sessões”. *Os Sports*, Lisboa, 01 dez. 1933, pp. 1, 5.

²⁷¹ “O Congresso de Clubs Desportivos encerrou ontem os seus trabalhos, produzindo, numa semana de actividade, a mais vasta obra organizadora do desporto nacional”. *Os Sports*, Lisboa, 04 dez. 1933, p. 3.

²⁷² Salazar Carreira. “Como conseguir instrutores especializados para os diferentes desportos”. *Os Sports*, Lisboa, 24 nov. 1933, p. 6.

²⁷³ *Ibid.*

²⁷⁴ Decreto-Lei n. 30279. *Diário do Govêrno*, 23 jan. 1940, seção I, p. 92.

metrópole, que chama de “Jogos Imperiais”, nos moldes dos “Jogos Imperiais Britânicos”, cuja primeira edição fora realizada em 1930,²⁷⁵ e clama pela atuação do Estado no patrocínio de intercâmbios esportivos entre as colônias e a metrópole.²⁷⁶ Já em sua segunda tese, Carreira aponta para a necessidade de se criar em Portugal uma organização aos moldes da Opera Nazionale Balilla italiana, ideia muito debatida após sua apresentação.²⁷⁷

Os congressistas debateram e analisaram questões que seriam muito caras ao Estado português e ao esporte nacional. Algumas das propostas debatidas, como a criação de uma entidade governamental com fins de regulamentação e supervisão do esporte, de um instituto de educação superior voltado à formação de profissionais de Educação Física e de uma organização nacional que congregaria a juventude e que teria na prática esportiva um de seus principais elementos, vieram a ser concretizadas anos mais tarde, com a criação da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar (criada em 1942), do Instituto Nacional de Educação Física (criado em 1940) e da Mocidade Portuguesa (criada em 1935). Não afirmo com isso que as teses apresentadas no congresso tiveram uma relação direta com a instituição dessas entidades, mas deve-se levar em conta que essas ideias difundiam-se por vários países e eram tendências gestadas na ambiência de seu tempo, que podem ser observadas em outros países, como no Brasil.

Ao final do congresso, as propostas debatidas em cada tese foram reunidas em um único documento, que seria entregue a representantes do Estado, sendo uma cópia

²⁷⁵ Os Jogos Imperiais Britânicos (*British Empire Games*) tiveram sua primeira edição realizada em 1930, no Canadá, com 400 atletas de 11 países disputando 59 provas em 6 modalidades esportivas. Os jogos ainda são realizados a cada quatro anos, sendo hoje conhecidos como Jogos da Commonwealth (*Commonwealth Games*). “The story of the Commonwealth Games”. Disponível em: <<http://www.thecgf.com/games/story.asp>>. Acesso em: 18 out. 2012.

²⁷⁶ “O I Congresso de Clubs Desportivos”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 03 dez. 1933, p.2.

²⁷⁷ “O Congresso de Clubs Desportivos”. *Os Sports*, Lisboa, 08 dez. 1933, p. 5.

entregue pessoalmente ao Chefe de Governo do estado Novo, Oliveira Salazar. Como ato de encerramento, foi organizada uma grande parada de desportistas e ginastas que acompanhariam até o Terreiro do Paço uma comissão designada pelo evento, que levaria a Salazar as deliberações do congresso, apresentadas como sugestões e aspirações dos desportistas portugueses. Para tanto, reuniram-se na manhã de domingo, dia 04 de dezembro, na rotunda onde era então finalizada a edificação do monumento ao Marquês de Pombal, em frente ao Parque Eduardo VII, milhares de pessoas, entre atletas e crianças, que desfilaram até a Praça do Comércio.²⁷⁸

Para acompanhar a comissão organizadora do Congresso na sua caminhada até junto do Chefe do Governo, a quem ia expor as aspirações mínimas do desporto nacional, projectara-se uma parada atlética com representantes de todos os clubs da capital devotados à Causa Desportiva. Compareceram todos. Compareceram as crianças dos estabelecimentos de ensino a cargo da Assistencia Publica. Ao todo, entre praticantes desportivos e simples praticantes de gymnastica rudimentar, 4.000 soldados desse exército do Bem que encontra na causa da Educação Física e do Desporto uma forma simpática de servir a Patria pelo revigoroamento dos seus filhos.²⁷⁹

O esporte proporcionava assim a primeira manifestação cívica do Estado Novo português. Enquanto os participantes da parada se perfilavam na Praça do Comércio, Salazar recebeu os representantes do congresso em seu gabinete no Ministério das Finanças. Esses, junto a todas as resoluções aprovadas no congresso, apresentavam como principal pedido, a construção de um Estádio Nacional em Lisboa. Ao fazê-lo, justificavam seu pedido ressaltando a importância política que o mesmo teria para a nação:

(...) sob o ponto de vista das relações internacionais, pelo que o desporto contribui para a aproximação entre os povos e como factor

²⁷⁸ Os numero oficiais estimavam que 4.000 pessoas fizessem parte da parada. “O sr. dr. Oliveira Salazar tomou ontem conhecimento dos votos do I Congresso de Clubs Desportivos e prometeu a construção dum Estádio Nacional”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 04 dez. 1933, p. 1.

²⁷⁹ “O sr. dr. Oliveira Salazar tomou ontem conhecimento dos votos do I Congresso de Clubs Desportivos e prometeu a construção dum Estádio Nacional”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 04 dez. 1933, p. 1.

importantíssimo da propaganda de uma nação, citando-se, a exemplo o que tem feito na Checo Eslovaquia, com a obra do «Sokols», na Suecia, na Holanda, na Belgica, no Uruguai, na Italia, etc.²⁸⁰

Depois de escutar os delegados do congresso e de receber suas considerações através de documento oficial, Salazar se dirigiu à multidão que aguardava sua já programada resposta ao microfone na Praça do Comércio.

Que pena me fazem a mim, filho do campo, criado ao murmúrio das águas de rega à sombra dos arvoredos, que esta gente de Lisboa passe as horas e dias de repouso acotovelando-se tristemente pelas ruas estreitas, e não tenha um grande parque, sem luxo, de relvados frescos e arvores copadas, onde brinque, ria, jogue, tome o ar puro e verdadeiramente se divirta em intimo convívio com a natureza! Que pena me faz saber, aos domingos, os cafés cheios de jovens, discutindo os mistérios e problemas da baixa política, e ao mesmo tempo ver deserto esse Tejo maravilhoso, sem que nele remem ou velejem, sob um céu incomparável, aos milhares, os filhos deste País de marinheiros!

Temos de reagir pela verdade da vida, que é trabalho, que é sacrifício, que é luta, que é dor, mas que é também triunfo, gloria, alegria, céu azul, almas lavadas e corações puros, e de dar aos portugueses, pela disciplina da cultura física, o segredo de fazer duradoura a sua mocidade, em benefício de Portugal.

Eis porque muito bem compreendo o vosso sentir, as vossas aspirações, e porque creio, tanto como no ressurgimento da nossa Pátria pelas virtudes da vossa mocidade, na realização metódica mas certa, das que me são agora presente. E porque a primeira de todas é a construção do estádio nacional, regozijemo-nos, porque teremos, em breve, o estádio nacional.²⁸¹

A promessa da construção do Estádio Nacional foi considerada o maior êxito obtido pelo Congresso de Clubes Desportivos de 1933. Onze anos depois, o Estádio Nacional seria inaugurado, em uma das maiores festas oficiais realizadas no Estado Novo.²⁸² Na maior ode desportiva ao regime, não se pouparam elogios à Salazar e à sua

²⁸⁰ “O sr. dr. Oliveira Salazar tomou ontem conhecimento dos votos do I Congresso de Clubes Desportivos e prometeu a construção dum Estádio Nacional”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 04 dez. 1933, p. 1.

²⁸¹ *Ibid*, p. 1-2.

²⁸² O concurso de projetos para o estádio foi aberto em portaria datada de 01 de março de 1934. Previa-se a inauguração do Estádio Nacional como parte das festas do duplo centenário de 1940, o que pode ser visto como um indicador da importância simbólica do estádio e do desporto no período. No entanto, devido ao início da Segunda Guerra Mundial e à dificuldade financeira e de obtenção de materiais de construção provenientes da mesma, as obras iniciadas em 1938 se estenderam até o ano de 1944. Teresa

contribuição ao desporto. Em plena Segunda Guerra Mundial e atravessando os racionamentos e outras dificuldades dela provenientes, o governo executava uma grande cerimônia cívica para entregar o que era visto como a maior contribuição de Salazar ao desporto. E mesmo onze anos depois, sua promessa não fora esquecida (na realidade, ela era constantemente mobilizada pela imprensa desportiva²⁸³).

Percebe-se assim um movimento de união dos agentes do campo esportivo como meio de fortalecê-lo, em Portugal. A divisão que existia no Brasil, fruto de uma disputa pelo controle deste campo, não havia em terras lusas, ao menos não de forma tão explícita. Confrontos internos são inerentes aos mais diversos campos e seus agentes,²⁸⁴ e podemos encontrá-los no campo esportivo português, ainda que de forma mais singela. Um exemplo pode ser visto no embate entre alguns membros do Comitê Olímpico Português (COP) e representantes de clubes da elite do futebol, sobre a questão do amadorismo.

Assim como no Brasil até 1933,²⁸⁵ o regime oficial do futebol português era o amadorismo, e assim como no Brasil, o amadorismo português encobria práticas características do profissionalismo; era o amadorismo “encapotado”. Dentro deste quadro, o COP organiza, em 1942, uma série de palestras sobre o assunto, que depois foram reunidas em um livro.²⁸⁶ Nestas, diferentes visões podemos detectar diferentes

Andersen. O Estádio Nacional – a sua génese e a sua construção. In: Teresa Andersen et al. *O Estádio Nacional: um paradigma da arquitectura do desporto e do lazer*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2007; Fernando Correia. *Estádio Nacional 62 anos depois*. Lisboa: Setecaminhos, 2006; Jorge Paulino Pereira. O Estádio Nacional: projecto e construção. In: Teresa Andersen et al. *O Estádio Nacional: um paradigma da arquitectura do desporto e do lazer*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2007.

²⁸³ Ver, por exemplo, “Promessa que se cumpre: o Estádio Nacional vai ser construído com rapidez, de modo que a sua inauguração coincida com as festas comemorativas do duplo centenário da Fundação e Restauração de Portugal”, *Os Sports*, Lisboa, 08 abr. 1938, p.1.

²⁸⁴ Pierre Bourdieu. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

²⁸⁵ O ano mais comum para se designar o fim do amadorismo no Brasil é 1933. No entanto, como visto anteriormente, a CBD, representante oficial do Brasil na FIFA, manteve-se amadora (ao menos oficialmente) até 1935, quando admitiu campeonatos com amadores e profissionais juntos.

²⁸⁶ Comité Olímpico Português (org.). *Profissionais e amadores: conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português*. Lisboa: [s.n.], 1942.

visões acerca da oposição entre amadorismo e profissionalismo. É possível perceber que uma tendência a favor da profissionalização já atuava sobre alguns dirigentes esportivo, ainda que de forma sub-reptícia.

Ao abrir o livro, em sua introdução, o presidente do COP, José Pontes, afirma que “O «profissional», cuja existência é necessária, e merece respeito, não pode competir e acamaradar com o «amador»”.²⁸⁷ Aparece assim uma primeira visão sobre o profissionalismo em Portugal, a de que seria “necessário” (para alguns um “mal necessário”) para o desenvolvimento esportivo. Vasco Ribeiro, à época ex-diretor do Benfica, compartilhava desta perspectiva:

De facto, nada temos que dizer dos profissionais que praticam o futebol, o «box» e a velocipédia, - os únicos declarados que conheço – pois merecem o nosso respeito e a nossa simpatia, pela ombridade de não esconder que lhes pagam os serviços, e cumprindo em regra os seus contratos.²⁸⁸

Para esse grupo, como pode ser visto na citação acima, o problema estava no falso amadorismo, ou seja, nos atletas que recebiam como profissionais, mas se diziam amadores, como afirmava outro membro do COP, Mario de Noronha: “É extremamente grave e lamentável ao que estamos assistindo no desporto e na mistura de amadores

²⁸⁷ Ibid., p. XXXXIX.

²⁸⁸ Ibid., p. 65. A “acusação” de que o boxe e o ciclismo seriam amadores não tiveram a repercussão que houve com o futebol. No ciclismo, a Volta de Portugal já era realizada desde 1927 e se encontrava em sua 10ª edição, e apesar de não mencionar o profissionalismo em seus artigos, Ana Santos demonstra que alguns ciclistas já haviam adquirido fama no período, e o jornal *Os Sports* declarou que recebiam prêmios em dinheiro após as competições. Já o boxe, de acordo com Nuno Domingos possuía uma federação com boxeadores reconhecidamente profissionais. “O ‘Comité’ Olímpico Português, o Congresso dos clubes desportivos, a farça do amadorismo olímpico”. *Os Sports*, 24 jul. 1942, p. 1; Ana Santos. História da Volta a Portugal em bicicleta. In: José Neves e Nuno Domingos (orgs.). *Uma História do desporto em Portugal: volume II - nação, império e globalização*. Vila do Conde: Quidnovi, 2011; Ana Santos. História do ciclismo. In: José Neves e Nuno Domingos (orgs.). *Uma História do desporto em Portugal: volume III – classe, associativismo e Estado*. Vila do Conde: Quidnovi, 2011; Nuno Domingos. Homens ao minuto: para uma história do boxe nas décadas da quarenta e cinquenta. In: José Neves e Nuno Domingos (orgs.). *Uma História do desporto em Portugal: volume III – classe, associativismo e Estado*. Vila do Conde: Quidnovi, 2011.

com os cultores de profissões desportivas, e para qualquer lado para onde olhemos vemos essa perturbação alastrar de forma inquietante”.²⁸⁹

Outros, no entanto, se opunham frontalmente ao profissionalismo, como era o caso de Nobre Guedes, um dos nomes mais influentes do campo esportivo junto ao governo,²⁹⁰ que defendia o fim do amadorismo. Para ele, “o amador, o falso amador e o profissional, são considerados pelos poderes do Estado [português] e pelo grande público, como membros de uma única família, a dos desportistas. Não há maior erro nem maior injustiça”.²⁹¹ Sua posição quanto ao profissionalismo é deixada clara: “No meu parecer, a liquidação total do profissionalismo só teria vantagens. A mocidade do meio e as falhas do sistema não de arruinar a indústria, ainda que o público se mantenha”.²⁹²

Um dos principais argumentos utilizados para se atacar o profissionalismo era o de que este geraria um grande lucro para poucos – os dirigentes de clubes e atletas profissionais – e levaria muitos – os atletas – à miséria. Ou seja, o profissionalismo afastaria os jogadores de trabalhos vistos como “honestos” e “duradouros” ao oferecer grandes somas por um curto período. Depois, com o fim da vida de atleta profissional,

²⁸⁹ Comité Olímpico Português (org.). *Profissionais e amadores*: conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português. Lisboa: [s.n.], 1942, p. 41.

²⁹⁰ Nobre Guedes foi Secretário Geral do COP desde 1920; Representou o comitê nos Jogos Olímpicos de 1924, 1928 e 1936; representou o COP na reunião do COI com comitês olímpicos nacionais em 1928; era ex-presidente do Club Internacional de Futebol, da Federação Portuguesa de Boxe e da Federação Portuguesa de atletismo; recebeu a insígnia Desportiva para dirigentes da MP como Comissário Nacional, em 1939; campeão escolar de atletismo (escola secundária) em 1909; campeão nacional de atletismo (salto em altura sem balanço) em 1910; campeão e recordista universitário de atletismo (na mesma modalidade) em 1914; e praticou diversas modalidades: atletismo, boxe, esgrima e futebol (componente do primeiro grupo constituído na Universidade de Coimbra em 1911). Comité Olímpico Português (org.). *Profissionais e amadores*: conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português. Lisboa: [s.n.], 1942, p. 1.

²⁹¹ Comité Olímpico Português (org.). *Profissionais e amadores*: conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português. Lisboa: [s.n.], 1942, p. 5.

²⁹² *Ibid*, p. 13.

esse seria lançado à miséria, enquanto os clubes colocariam outro jovem em seu lugar, dando continuidade a seus lucros, como apontou César de Melo:²⁹³

Um dos problemas que mais os preocupa e que os empresários do profissionalismo se esforçam por resolver, à custa dos amadores, é o aliciamento dos recrutas necessários, em quantidade e em qualidade, para suprir as baixas das suas fileiras.

Elas são frequentes e imperativas. Para que o negocio seja rendoso o material humano deve ser assiduamente renovado. Um grupo dos chamados de honra, bem selecionado e com cartaz rende muitos contos à empresa que o explora; mas o recrutamento tem de ser permanente e intensivo. A efectividade lucrativa dos «áses» é de duração muito limitada. Como as pupilas dos bordéis não vai além de meia dúzia de anos, em boas condições de exploração. As primeiras fileiras têm de ser renovadas amiúdamente, para se compensarem as numerosas causas de desgaste.²⁹⁴

Comparando atletas profissionais a “pupilas dos bordéis”, César de Melo deixa clara sua posição quanto aos jogadores profissionais, em um tom pouco amistoso. E a resposta às ideias apresentadas nas palestras do COP chegam por intermédio da imprensa esportiva, importante agente de atuação no campo que mantém laços estreitos com os principais clubes que promovem os principais espetáculos esportivos e rendem as principais matérias publicadas em suas páginas, os clubes da elite do futebol.

O jornal *Os Sports* publica sua primeira resposta através do artigo “Amadorismo – tema confuso”. Utilizando ironia para descreditar e atacar o COP, o artigo se refere às palestras como “série de conferências (...) as quais têm sido particularmente notáveis, tanto pela ausência de recorte literário como pela nenhuma justeza dos conceitos e desoladora escassez de auditores” e ao COP como “bastante falador e absolutamente

²⁹³ César de Melo era membro do COP desde 1913, tendo participado de todas as direções do comitê formadas até então. Foi o chefe de delegação portuguesa nos Jogos Olímpicos de 1928, 1932 e 1936. Foi praticante de ginástica, luta greco-romana, exercícios de pesos e alteres (campeão de Portugal na categoria Médios em 1906), tiro, esgrima, natação, remo, ciclismo, futebol, cricket e foi bandarilheiro e forçado amador pelo Clube Tauromáquico. Comité Olímpico Português (org.). *Profissionais e amadores: conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português*. Lisboa: [s.n.], 1942, p. 31.

²⁹⁴ Comité Olímpico Português (org.). *Profissionais e amadores: conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português*. Lisboa: [s.n.], 1942, p. 34.

improdutivo”.²⁹⁵ Ainda no mesmo artigo, o jornalista diz que “[o] nosso «Comité» Olimpico veio levantar uma questão que noutros tempos serviu de pretexto para muitos conflitos, não só entre nós como no estrangeiro, sem que de aí adviessem benefícios de qualquer espécie para o desporto”,²⁹⁶ em uma possível referência ao dissídio esportivo ocorrido no Brasil anos antes.

Para o jornal, o COP defendia o ideal do “amadorismo integral”, distinto assim de outro modelo amador que defendia existir no futebol português. Segundo outro artigo publicado alguns dias depois, o regime esportivo do futebol português seria amador devido ao fato de que os jogadores, em sua grande maioria, teriam trabalhos formais para além do futebol.

Se nos reportarmos ao caso português, verificamos que a campanha do Comité Olímpico assenta numa base falsa. Não existem no nosso país profissionais do desporto. Os jogadores de futebol, que são os principais visados pela campanha do C.O.P. (eles e os clubes que representam) não podem com propriedade classificar-se na categoria de profissionais.

Todos eles, ou quasi todos, têm os seus empregos e se alguma vez se esqueceram de que o futebol não é meio de vida, no momento presente a sua maior preocupação é a de garantirem pelo trabalho os seus meios de subsistência.

(...) Julgamos que não há imoralidade no facto desses jogadores receberem determinadas esportulas dos clubes que representam. Simplesmente – e aqui reside um dos grandes erros dos clubes – essas esportulas deveriam ser-lhes dadas, não a titulo de ordenado mas apenas de subvenção que lhes permitisse cuidarem melhor da sua alimentação, da higiene do seu lar e até da sua apresentação em público.²⁹⁷

Tendo em vista comprovar seu principal argumento em defesa do caráter amador dos jogadores de futebol, o jornal publica uma série de reportagens intituladas “Os jogadores defendem-se...”, nas quais publicavam breves entrevistas com jogadores de

²⁹⁵ “Amadorismo – tema confuso”. *Os Sports*, Lisboa, 15 jul. 1942, p. 1.

²⁹⁶ *Ibid.*

²⁹⁷ “Amadorismo – tema confuso”. *Os Sports*, Lisboa, 20 jul. 1942, p.1.

futebol que defendiam ser amadores e que não havia profissionalismo em Portugal.²⁹⁸ É interessante notar que todos os entrevistados repetiram o mesmo argumento. Afirmaram ter um emprego fora do futebol, que afirmaram terem conseguido graças ao esporte, o que reafirmaria a função social que o futebol teria junto à juventude. E que de seus clubes recebiam apenas uma ajuda de custo, para que pudessem se preparar devidamente à atividade esportiva e para que pudessem se apresentar dignamente em público representando seus clubes ou mesmo a nação – “Seria, por exemplo, lógico que um jogador de futebol, quando fosse ao estrangeiro em representação do país, vestisse um fato de ganga?”, indagou Alfredo Valadas.²⁹⁹

É importante notar que em nenhum momento se buscou reconhecer a prática esportiva como um trabalho legítimo para os jogadores. No artigo “Resposta às olímpicas campanhas: os jogadores de futebol são homens de trabalho!”, o jornal *Os Sports* aponta que por não serem, na realidade, profissionais, os atletas portugueses “não são uma turba de vadios que arrasta a sua ociosidade sem proveito para a vida social”, afirmando que estes são na verdade “homens de trabalho, tão dignos de consideração e respeito como quaisquer outros”.³⁰⁰ Em outras palavras, o trabalho com o esporte era oficialmente visto como uma vadiagem sem proveitos para a vida social. Quanto a isso, os membros do COP, dos clubes e da imprensa esportiva estariam de acordo.

Essa pequena divergência no campo esportivo português foi rapidamente esquecida e superada, muito aquém da ruptura ocorrida em terras brasileiras. Se, por um

²⁹⁸ Foram feitas entrevistas com Alfredo Valadas (Benfica), Mariano Amaro (Belenenses), Fernando Peyroteo (Sporting), Francisco Ferreira (Benfica) e Antonio Martins (Benfica). “Os jogadores defendem-se...”. *Os Sports*, Lisboa, 27 jul. 1942, p.1-2; “Os jogadores defendem-se...”. *Os Sports*, Lisboa, 29 jul. 1942, p.1; “Os jogadores defendem-se...”. *Os Sports*, Lisboa, 12 ago. 1942, p.1; “Os jogadores defendem-se...”. *Os Sports*, Lisboa, 26 ago. 1942, p.1; “Os jogadores defendem-se...”. *Os Sports*, Lisboa, 09 set. 1942, p.1.

²⁹⁹ “Os jogadores defendem-se...”. *Os Sports*, Lisboa, 27 jul. 1942, p.2.

³⁰⁰ “Respostas às olímpicas campanhas: os jogadores de futebol são homens de trabalho!”. *Os Sports*, Lisboa, 24 ago. 1942, p.1.

lado, a disputa esportiva no Brasil fez com que os resultados positivos em competições internacionais tardassem a ocorrer, a união vista em Portugal não foi suficiente para fortalecer o esporte ao ponto de conquistar glórias no âmbito internacional, e sem vitórias, o esporte perdia muito de sua capacidade de propaganda política. Vejamos então como foram as participações de Brasil e Portugal nas principais competições esportivas internacionais do período, as Copas do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos.

2.3 – Êxitos esportivos

Brasil e Portugal trilharam caminhos distintos em suas relações esportivas internacionais, no que se refere aos confrontos da equipe esportiva que melhor simbolizava a nação, a seleção masculina de futebol. Campeã sul-americana por duas vezes, a seleção brasileira era considerada uma das principais equipes da América do Sul, juntamente com Uruguai e Argentina, e tinha disputas distintas com essas seleções, a Copa Rio Branco, contra o Uruguai, e a Copa Roca, contra a Argentina.³⁰¹ Vale destacar que o Uruguai fora bicampeão olímpico de futebol em 1924 e 1928 e campeão da primeira Copa do Mundo da FIFA em 1930, da qual foi anfitrião. A Argentina, por sua vez, fora vice-campeã mundial no Uruguai e tinha o maior número de títulos sul-americanos.

O sucesso internacional do futebol uruguaio, assim como sua proximidade e rivalidade com o Brasil, incentivou os dirigentes do futebol brasileiro a reeditarem a Copa Rio Branco, disputada em uma única partida entre as duas seleções. Em 1931 o jogo foi realizado no estádio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, e o Brasil se sagrou

³⁰¹ A Copa Roca surgiu em 1914, após o ministro das Relações Exteriores da Argentina, tenente-general Julio Roca doar um troféu a ser disputado entre as duas seleções e a Copa Rio Branco foi criada em 1931, como uma disputa entre Brasil e Uruguai. Para maiores informações, ver Ivan Soter. *Op. cit.*.

campeão com uma vitória por 2 a 0. No final do ano seguinte, a competição foi disputada em Montevideu, em pleno estádio Centenário, palco da final da primeira Copa do Mundo. Na ocasião, estreavam pela seleção nacional dois jogadores que seriam os maiores ídolos do futebol brasileiro nos anos 1930 e 1940: Leônidas da Silva e Domingos da Guia.³⁰² Os dois seriam símbolos da nova ideologia de miscigenação racial difundida no período. A vitória em cima do Uruguai na casa do adversário foi celebrada em terras nacionais quase como um título mundial, especialmente no Rio de Janeiro, uma vez que a seleção era formada apenas por jogadores que atuavam na capital. O próprio Getúlio Vargas chegou a anotar em seu diário: “Pela tarde, despachei com os ministros da Justiça e da Educação, e assisti ao desfile dos *footballers* brasileiros que regressavam vitoriosos de Montevideo”.³⁰³

Outros esportes não possuíam a mesma importância que o futebol. Apesar de ter a modalidade como um importante fator para a formação do povo brasileiro, Vargas não atuou de forma efetiva junto à representação do Brasil nas Olimpíadas de Los Angeles, em 1932.

Com pouca verba na Caixa Olímpica – fundo constituído a partir do Campeonato Brasileiro de Futebol –, a CBD tentou angariar recursos junto ao governo federal para o envio da delegação aos Estados Unidos. Alegando falta de receita no orçamento para esse fim, Vargas negou auxílio direto à confederação, que teve que angariar o dinheiro necessário de outras formas, como no chamado “Dia Olímpico”, organizado pelo Fluminense em seu estádio à rua Álvaro Chaves, em 19 de junho. Contando com a presença de Getúlio na tribuna de honra, o evento começou com o desfile da delegação nacional, seguido de uma oração de despedida e do juramento dos

³⁰² Ivan Soter. *Op. cit.*, p. 325.

³⁰³ Getúlio Vargas. *Op. cit.*, v. 1, p. 164. Itálico no original.

atletas à bandeira. Logo após todos cantaram o hino nacional e, depois do desfile de retirada dos atletas, vários jogos foram organizados, em várias dependências do clube do Fluminense. Provas de atletismo, natação, polo aquático, vôlei, basquete e de tiro, entre outras, seguiram até o final da tarde. Toda a receita proveniente do “Dia Olímpico” seria destinada à caixa olímpica, mas a presença do público parece não ter sido a esperada.³⁰⁴ Getúlio esteve presente desde o início do evento, e escreveu sobre ele em seu diário: “À tarde, fui ao Fluminense Club assistir à apresentação dos atletas que seguiam para os Jogos Olímpicos em Los Angeles, e visitei as diversas dependências do estabelecimento, presenciando diferentes provas desportivas”.³⁰⁵

O desempenho da delegação nacional não teve muitos pontos dignos de nota, a não ser a presença de Maria Lenk, primeira mulher a integrar uma delegação brasileira nos Jogos Olímpicos, e a agressão por parte dos jogadores de polo aquático ao árbitro húngaro Bela Konjadi, após a derrota por 7 a 3 para a equipe alemã.³⁰⁶ O desempenho brasileiro nas olimpíadas seguintes, em 1936 em Berlim, não seria muito diferente. Em pleno dissídio esportivo, a disputa interna no esporte brasileiro quase impediu a participação de atletas do país nos jogos, tendo sido resolvida às vésperas da abertura da competição. A interferência direta de Getúlio Vargas assegurou a inscrição dos atletas, selando um breve acordo entre os dois grupos, que perduraria apenas até o final dos jogos.

A querela começou ainda no início da preparação para a competição. A CBD, entidade associada às federações internacionais de esportes como o remo, a natação e o atletismo, se via no direito de representar o Comitê Olímpico Internacional (COI) no

³⁰⁴ “Uma tarde de consagração”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1932, p. 10.

³⁰⁵ Getúlio Vargas. *Op. cit.*, v. 1, p. 111.

³⁰⁶ Maurício Drumond. O esporte como política de Estado: Vargas. In: Mary Del Priori e Victor Andrade de Melo (orgs.). *Op. cit.*, p. 217.

Brasil. No entanto, através de Arnaldo Guinle, o grupo de entidades especializadas fundou o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), que foi associado ao COI.³⁰⁷ O impasse estava formado. Cada entidade se via no direito de representar o Brasil nos jogos, o que certamente traria maior legitimidade no conflito interno do esporte nacional.

Após longa troca de acusações, cada entidade enviou sua própria delegação à Alemanha, em embarcações distintas. O problema cresceu quando foi constatado que os atletas brasileiros só poderiam participar dos jogos contendo o visto de ambas as entidades. O COB por ser filiado ao Comitê Olímpico Internacional e a CBD por ser ligada às entidades internacionais. Mas nenhuma das duas entidades estava disposta a ceder seus atletas e exigiam que os atletas do grupo rival se filiassem para que obtivessem o visto necessário.

Diante de tal situação, os dirigentes do COB acenaram a uma possível união das duas entidades para os Jogos Olímpicos, argumentando que caso os jogadores não se inscrevessem para os jogos, o fato seria uma vergonha para o esporte nacional. Os dirigentes da CBD se opunham abertamente a tal acordo. Segundo Luiz Aranha, ou só concorreria a CBD, “ou então nem uma nem outra”.³⁰⁸

Às vésperas da cerimônia de abertura, Getúlio interferiu pessoalmente no impasse e todos os atletas brasileiros conseguiram se inscrever nos jogos. Mais uma vez, os resultados da delegação não impressionaram, sem a conquista de nenhuma medalha. Devido à Segunda Guerra Mundial, não haveria outra edição dos Jogos Olímpicos por 12 anos, e não haveria nenhuma outra delegação olímpica no primeiro governo Vargas.

³⁰⁷ Vale lembrar que Arnaldo Guinle, como antigo presidente da CBD, já havia sido o representante do COB junto ao comitê internacional em outras ocasiões.

³⁰⁸ Maurício Drumond. O esporte como política de Estado: Vargas. In: Mary Del Priori e Victor Andrade de Melo (orgs.). *Op. cit.*, p. 227.

O dissídio esportivo brasileiro também foi um entrave para a participação do país na Copa do Mundo de 1934, na Itália. Por ser a entidade nacional filiada à FIFA, a Confederação Brasileira de Desportos era a responsável por organizar a seleção brasileira que disputaria a competição. No entanto, os melhores jogadores do Brasil pertenciam a times filiados à FBF e a CBD não tinha condições de montar uma seleção capaz de disputar uma Copa com jogadores de seus quadros.

Como consequência, o presidente da CBD, Álvaro Catão, teve como única opção contratar melhores jogadores destes times a peso de ouro, com o dinheiro da própria CBD. Era o fim do amadorismo como regime exclusivo na CBD, visto que estes jogadores receberam luvas pelo contrato assinado e passaram a receber salários mensais. Apenas alguns jogadores profissionais aceitaram a proposta da CBD. Do time titular que disputou o jogo contra a Espanha, na primeira fase, apenas três jogadores eram atletas dito amadores, ligados ao Botafogo. Os outros oito eram jogadores profissionais contratados pela CBD para a competição. Silvio Hoffmann, Luizinho, Armandinho e Valdemar de Brito foram contratados do São Paulo da Floresta (SP) e Tinoco e Leônidas da Silva do Vasco da Gama. Já o zagueiro Luiz Luz e o ponta esquerdo Patesko foram contratados diretamente do Uruguai, onde jogavam pelo Penharol e Nacional, respectivamente.

Em uma demonstração de que o governo já olhava de forma mais atenta os esportes, e em especial ao futebol, a delegação brasileira desta Copa do Mundo foi chefiada por Lourival Fontes, diretor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Meses antes da ida da delegação brasileira para a Itália, Fontes havia interferido publicamente na disputa entre as duas entidades que disputavam o controle do esporte nacional, fazendo com que cessassem as acusações mútuas e passassem a

exaltar a seleção nacional, que representaria a pátria no certame internacional. O esporte, em especial o futebol, já despontava no Brasil como um importante elemento de propaganda nacionalista.

A Copa do Mundo de 1934 foi organizada em modelo de eliminatórias, com dezesseis times se enfrentando nas oitavas de final. Quem perdesse estava fora. O Brasil perdeu logo na estreia, contra a Espanha – que desbancou Portugal nas eliminatórias. Eliminado com apenas uma partida disputada, esta foi a pior campanha de uma seleção brasileira em todas as Copas do mundo.

Essa mesma competição foi um evento ainda mais traumático para o esporte português. Nas primeiras eliminatórias organizadas para o evento, Portugal e Espanha se confrontariam pela vaga, realizando dois jogos, sendo o primeiro disputado em Madrid, no estádio Chamartin. A esperança nos meios esportivos portugueses era grande. Para a cobertura jornalística do jogo, o *Diário de Notícias* organizou a primeira cobertura em tempo real, através do rádio. O esforço despendido pelo jornal e a logística necessária para se organizar uma empreitada como essa demonstram a importância deste jogo e a atração que teria para o público.

O encontro de «football» que amanhã se realiza em Madrid, entre os «onzes» de Portugal e Espanha, está despertando tal interesse, especialmente nas camadas desportivas populares, que bem justifica que um grande jornal de informação como o «Diário de Notícias» procure dar ao público, que sempre se esforça por bem servir, uma perfeita e moderna informação desse acontecimento.

Não estando por trabalhar, infelizmente para todos os radiofilos, a «Emissora Nacional», que ficará sendo o único posto português com potencia para chegar a todo o País, e sendo o nosso desejo levar, desde Vila Real de Trás-os-Montes até Vila Real de Santo Antonio, noticias do que se vai desenrolando no campo de Chamartin, vamos tentar, com a Administração Geral dos Correios e Telégrafos, um sistema de comunicações até hoje não utilizado, que, salvo desastre imprevisto em qualquer linha, nos deve permitir bater o «récord» de toda a informação até hoje feita.

Em todas as capitais de distrito, excepto Bragança, por esta cidade se encontrar quase isolada do resto do País, por falta de rede telefônica, estão montados «postos-sonoros» de informação, nos locais mais

concorridos e espaçosos, que permitirão ao público seguir, minuto a minuto, o decorrer do jogo.³⁰⁹

Para isso, seriam espalhados pelas principais cidades alto-falantes que transmitiriam o jogo narrado por Raul de Oliveira, diretor de *Os Sports*. Em Lisboa, a praça do Rossio receberia “um «Webster» formidável, digno do entusiasmo com que os lisboetas seguem ansiosos os nossos jogadores”.³¹⁰ O Rossio recebeu milhares de pessoas, que desejavam escutar a transmissão, tendo essas ocupado até mesmo as ruas, como mostram fotos no jornal.³¹¹ A expectativa de uma vitória contra seus principais rivais no jogo mais importante que teriam disputado até então era o grande impulsionador do entusiasmo mencionado no jornal, que destacava que “os portugueses, que, há seis anos, em Amsterdão, marcaram uma «classe» superior, indo mais longe e com mais fortuna do que os espanhóis, querem hoje demonstrar que progrediram desde então, grangeando o direito a um bom lugar entre os primeiros”.³¹² Mesmo que a vitória – que seria a primeira contra os espanhóis – não ocorresse, esperava-se que “o «onze» português, vencido ou vencedor, não deixe de se impor ao adversário e ao público, pela sua nobreza e cavalheirismo”.³¹³

No entanto, o resultado do jogo não foi condizente com o de uma equipe que iria se impor ao adversário. A derrota por 9 a 0 foi vista como uma grande vergonha nacional. Em sua primeira edição após o jogo, o jornal *Os Sports* estampavam em sua primeira página: “O pior resultado dos portugueses. O ‘onze’ nacional foi batido

³⁰⁹ “O Portugal-Espanha em Football”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 10 mar. 1934, p.1.

³¹⁰ *Ibid.*

³¹¹ “Mais uma ilusão desfeita... Os jogadores espanhóis de football dominaram absolutamente os portugueses. Espanha, 9 – Portugal, 0”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 12 mar. 1934, p. 1.

³¹² “Para o Campeonato do Mundo em «Football» o Portugal-Espanha de Hoje”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 11 mar. 1934, p. 1.

³¹³ *Ibid.*, p. 5.

copiosamente”.³¹⁴ Já o *Diário de Notícias* apontava para “mais uma ilusão desfeita”, destacando a superioridade dos espanhóis.³¹⁵ O retorno dos jogadores portugueses nos fornece um indício da recepção deste resultado. Segundo o *Diário de Notícias*, os atletas, que regressavam de trem para a estação do Rossio, tiveram que sair na estação de Campolide, devido à multidão que havia se reunido na estação final.

O regresso dos jogadores fez com que se juntassem na «gare» do Rossio alguns milhares de pessoas.

Muito antes da meia noite, hora da chegada do «rapido» do norte, já o pavimento superior e a «gare» da estação se encontravam repletos de populares que aguardavam a chegada dos jogadores.

Na estação parecia estar a realizar-se um comício. Discutia-se acaloradamente o resultado do desafio e alguns populares estranhos ao movimento desportivo pareciam estar na disposição de receber os jogadores hostilmente.

(...)

Os populares [com a chegada do trem a estação do Rossio], supondo que os jogadores vinham naquele comboio, vaiavam, mostrando-se desinquietos, na ânsia de lobrigar algum que tivesse a infelicidade de desembarcar ali.³¹⁶

O segundo jogo da eliminatória seria ainda realizado em Lisboa. Sem esperança de reverter a derrota sofrida, esperava-se tão somente uma atuação digna da seleção portuguesa, que honrasse o país. A expectativa havia mudado. Depois de mais uma derrota portuguesa, agora por 2 a 1, o jornal *Os Sports* estampava nas manchetes de sua primeira página: “os jogadores portugueses reabilitam-se garbosamente do desastre de Chamartin. Em face do entusiasmo e energia do «onze» nacional, os espanhóis apenas puderam triunfar pela diferença mínima”.³¹⁷ Os 9 a 0 fizeram com que em uma semana uma derrota por apenas um gol de diferença fosse resultado de uma atuação de gala.

³¹⁴ “O pior resultado dos portugueses. O ‘onze’ nacional foi batido copiosamente”. *Os Sports*, Lisboa, 12 mar. 1934.

³¹⁵ “Mais uma ilusão desfeita... Os jogadores espanhóis de football dominaram absolutamente os portugueses. Espanha, 9 – Portugal, 0”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 12 mar. 1934, p. 1.

³¹⁶ “O X Portugal-Espanha em football: chegaram ontem os jogadores que foram a Madrid”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 15 mar. 1934, p. 2.

³¹⁷ “O jogo que ainda não vencemos”. *Os Sports*, Lisboa, 19 mar. 1934, p. 1.

Seguindo-se a essa grande decepção, os dirigentes esportivos do futebol português começam um movimento de reestruturação de seu futebol. Foi criado o campeonato da Liga de Portugal, produzindo assim o primeiro campeonato verdadeiramente nacional do país em 1935.³¹⁸ O esporte português não teria muitas vitórias significativas no período aqui analisado. A seleção de futebol não participou da Copa do Mundo de 1938 e os outros esportes não tiveram grandes resultados nas olimpíadas. Em 1932 não obtiveram nenhuma medalha, e conquistaram uma de bronze em 1936, no hipismo, resultado não muito celebrado devido à baixa popularidade da modalidade.

Já no Brasil, a melhor campanha internacional ocorreu na Copa do Mundo de 1938, na França. A equipe portuguesa ficara mais uma vez nas eliminatórias da competição. Devido à Guerra Civil espanhola, a seleção das quinas enfrentaria a Suíça em um único jogo, em território neutro, em Milão. Após um empate em amistoso de preparação contra a seleção alemã, em Frankfurt, os portugueses foram derrotados pela Suíça e ficaram fora do certame.³¹⁹ A seleção brasileira, por outro lado, apresentava sua mais forte equipe em uma certame mundial.

Nesse sentido, a Copa do Mundo de 1938, na França, marcaria a aproximação de Vargas com o esporte mais popular no país. Além de conceder uma alta subvenção à delegação brasileira para as despesas com o campeonato, Getúlio teve sua figura ligada à equipe brasileira através de sua filha Alzira Vargas, madrinha da seleção nacional.

³¹⁸ Portugal já possuía, desde 1922, o Campeonato de Portugal, que em 1938 seria renomeado Taça de Portugal e que existe até hoje. No entanto, essa competição se dava por meio de eliminatórias, e não era considerada um campeonato, os quais eram apenas distritais até 1935. João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro. *A paixão do povo: história do futebol em Portugal*. Porto: Afrontamento, 2002; Rebelo da Silve e Ricardo Ornelas. *Vinte anos de football em torneios da federação 1922-1941*. Lisboa: Os Ridículos, 1942.

³¹⁹ “O ‘onze de Portugal’, em uma partida de qualificação para o campeonato do mundo, joga depois de amanhã, em Milão, contra a decidida e atlética equipa da Suíça”. *Os Sports*, Lisboa, 29 abr. 1938; “Com infelicidade manifesta e arbitragem claramente desfavorável o onze de Portugal não pôde vencer a selecção da Suíça, de menor categoria”. *Os Sports*, Lisboa, 02 mai. 1938.

Antes do embarque para a França, a seleção foi recebida pelo Presidente da República, que fez questão de cumprimentar os jogadores e deixar claro a importância que o título teria para o futuro da nação. Mesmo sem conquistar o título, a seleção brasileira fez uma campanha de sucesso, ficando em terceiro lugar após a eliminação para a Itália – equipe campeã da Copa de 1934 e dos Jogos Olímpicos de 1936 – nas semi-finais, em um jogo que gerou grande alvoroço no Rio de Janeiro. Dispensados do trabalho, torcedores lotavam as praças para acompanhar as transmissões pelo rádio. Até mesmo Getúlio acompanhou a Copa e se surpreendeu com a reação popular ante a derrota para os italianos, escrevendo em seu diário: “A perda do *team* brasileiro para o italiano causou uma grande decepção e tristeza no espírito público, como se tratasse de uma desgraça nacional”.³²⁰ O atacante brasileiro Leônidas da Silva, do Flamengo, foi eleito o melhor jogador da competição pela imprensa francesa e foi seu artilheiro.³²¹

De volta ao Brasil, a seleção foi recebida como campeã moral do campeonato. Ao desembarcar no Rio de Janeiro foi recebida por milhares de pessoas nas ruas. O comércio fechou as portas e os jogadores desfilaram em carro aberto, saudados como heróis nacionais. “Queira ou não queira a FIFA, somos campeões do mundo”, estampava o *Jornal dos Sports* na primeira página do dia 20 de junho, logo após a vitória contra a Suécia, na disputa pelo terceiro lugar.³²² A manchete mostrava o espírito com que os jogadores brasileiros seriam recepcionados em seu regresso.

Dessa forma, é possível notar uma diferença significativa que teria grande impacto nas relações entre Estado e esporte no Brasil e em Portugal. Se, por um lado, o Brasil havia conquistado êxitos esportivos que levavam o Estado a se aproximar deste

³²⁰ Getúlio Vargas. *Op. cit.*, v. 2, p. 140. Itálico no original.

³²¹ André Ribeiro. *O diamante eterno: biografia de Leônidas da Silva*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1999.

³²² “Queira ou não queira a FIFA, somos campeões do mundo”. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1938, p. 1.

fenômeno como meio de propaganda, por outro lado o mesmo não acontecera em Portugal.

Um paralelo pode aqui ser traçado com uma passagem de um romance ambientado na Portugal Salazarista, citada na epígrafe de um trabalho de António Costa Pinto, apontando para uma das razões da especificidade do caso português:

A diferença entre Salazar e outros ditadores é menos uma questão de carácter do que de situação e de mera oportunidade. É tanto sorte quanto qualquer outra coisa. Se você pegasse Stalin, Hitler ou Mussolini, retirasse-os de onde estavam e desse a eles Portugal, que problemas poderiam causar?³²³

O mesmo pode ser pensado em relação ao esporte. As questões circunstanciais nas quais estava inserido foram fundamentais para estabelecer as relações entre os dois governantes e o esporte em seus países. Em Portugal, um campo esportivo ainda incipiente desfavorecia os bons resultados e a ligação do governo com o esporte. O país não contava com um estádio com campo gramado de futebol, por exemplo. Seu primeiro campo com “relvado” foi o campo das Salésias, do Belenenses, que recebeu o “arrelvamento” da Federação Portuguesa de Futebol apenas em 1937.³²⁴ Já o Brasil possuía grande número de campos gramados há anos, tendo sediado grandes eventos, como os campeonatos sul-americanos de 1919 e 1922, assim como importantes encontros internacionais. A maior parte dos estádios tinha arquibancadas em madeira e estrutura precária. Ricardo Serrado afirma que “em Portugal, nessa altura, seria mais correcto falar em campo do que em ‘verdadeiros’ estádios”.³²⁵ Já no Brasil, clubes como

³²³ David Slavitt apud António Costa Pinto. O salazarismo na recente investigação sobre o fascismo europeu – velhos problemas, velhas respostas?. *Análise Social*, v. 25, n. 108-109, 1990, p. 695. Tradução minha.

³²⁴ As obras de colocação do gramado estavam previstas para terminar em abril de 1937. “A assembleia do Belenenses acolheu com grande entusiasmo a resolução da F.P.F.A., que foi alvo de vibrantes demonstrações de apreço”. *Os Sports*, Lisboa, 02 nov. 1936, p. 3.

³²⁵ Ricardo Serrado e Pedro Serra. *Op. cit.*, p. 221.

o Fluminense e o Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, possuíam estádios com estruturas inigualáveis para Portugal.

Observa-se assim que o campo esportivo brasileiro se encontrava mais bem estruturado do que o português. Seus clubes possuíam condições materiais, organização interna e autonomia, permitindo assim uma maior independência dos esportes em relação às entidades estatais do que em Portugal. Como veremos no próximo capítulo, ainda que não tenha se aproximado de maneira sistemática do futebol, o estado português foi muito mais atuante sobre a organização e a prática esportiva do que o Estado brasileiro. Mesmo com Salazar não sendo diretamente ligado ao esporte, houve uma determinada série de organismos estatais que se infiltraram no campo esportivo e acabaram por controlar grande parte da organização esportiva do país. No Brasil, a maior parte das organizações estatais criadas para esse fim não foi muito efetiva em seu controle sobre o esporte e em sua atração à população. A maior força do campo esportivo fez com que este mantivesse maior autonomia frente às suas negociações com o governo; em Portugal, o mesmo não foi possível.

CAPÍTULO 3:

O ESTADO E O ESPORTE

Numerosos Estados têm, efetivamente, a obrigação de preservar, e inclusive reforçar, sua coesão interna e de reestabelecer seu prestígio exterior. E o esporte joga esse papel para a maioria das grandes potências políticas.³²⁶

Tanto em regimes autoritários como em estados de direito, o esporte pode ser utilizado como um dos diversos meios de propaganda política. Arnaud aponta acima sua importância para a coesão interna de um país, assim como para a promoção de sua imagem no cenário internacional. O presente estudo se centra sobre a primeira questão levantada por Arnaud, ou seja, como o esporte foi utilizado como meio de criação de consenso. Para tanto, este capítulo irá abordar quatro pontos em que os governos de Vargas e Salazar utilizaram o esporte como ferramenta de produção desta coesão interna, ainda que de forma e grau diferenciados: o esporte como meio de propaganda política; as relações do esporte com a juventude; o papel do esporte nas relações do Estado com os trabalhadores; e os órgãos de intervenção direta do Estado sobre a organização esportiva nacional.

No primeiro ponto, sobre o esporte e a propaganda política, observaremos como eventos esportivos foram por vezes utilizados como palco de propaganda dos regimes em questão. Seja em eventos cívicos ou em jogos especiais que exaltavam os seus regimes, acontecimentos esportivos carregavam consigo um apelo popular e uma carga simbólica fortes o suficiente para marcar momentos de culto à nação e ao chefe do

³²⁶ Pierre Arnaud. El deporte, vehículo de las representaciones nacionales de los estados europeos. In: Teresa Gonzalez Aja (org.). *Sport y autoritarismos: la utilización del deporte por el comunismo y el fascismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2002, pp. 17. Tradução minha.

regime. Ainda que não possamos afirmar que houve nos governos de Vargas e Salazar uma política constante de propaganda política através do esporte, situações especiais se mostravam oportunidades singulares que foram aproveitadas pelos governos como meio de alcançar um grande número de pessoas por meio da popularidade do fenômeno esportivo.

As relações entre o esporte e a juventude formam o segundo ponto a ser analisado neste capítulo. Em governos que se nomeavam como Estados Novos e que propunham uma imagem de ruptura com um passado atrasado e o início de um novo momento na história de seus países, a constituição de um novo tipo de “homem nacional” era uma questão primordial dentro de suas ideologias.³²⁷ Juntamente com a formação intelectual e moral, a formação física dos jovens era um tema constantemente mobilizado junto à retórica oficial sobre a importância do esporte. Nesse sentido, os governos de Vargas e Salazar estabeleceram estratégias distintas de mediação entre Estado e juventude, dentre as quais o esporte teve um papel significativo. Seja através de organizações estatais ou de instituições da sociedade civil, muitos jovens viam no esporte um elemento de atração e de identificação com o regime vigente e seus valores.

O terceiro elemento abordado é composto pelas relações entre os trabalhadores e o esporte mediadas pelo Estado. O esporte foi um importante elemento de atração de trabalhadores para as fileiras das organizações de lazer operário que os governos de Salazar e de Vargas instituíram. Campeonatos esportivos, demonstrações públicas e participações nos grandes eventos cívicos e esportivos foram os meios pelos quais essa interação entre esporte e trabalhadores pode ser vista de forma mais clara. No entanto, é importante ter em mente que essa relação não se dava apenas em tais ocasiões, mas era

³²⁷ Fernando Rosas. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, v. 35, n. 157, 2001, p. 1031-1054.

uma prática cotidiana que fortalecia o contato dos trabalhadores com a ideologia do regime.

Por fim, o último ponto visto no capítulo são as instituições criadas pelo regime com o fim de controlar e intervir sobre o campo esportivo. O estabelecimento do Conselho Nacional de Desportos no Brasil e da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar em Portugal marcam o momento em que o campo esportivo passa a estar oficialmente submetido ao Estado. Inseridos na lógica corporativista dos regimes, os organismos de controle do desporto estabelecem as linhas a serem seguidas pelo esporte e suas instituições, de acordo com a ideologia oficial.

3.1. O Esporte como Veículo de Propaganda

A propaganda política é um elemento fundamental tanto em governos autoritários quanto em democracias. E o uso do esporte nessas propagandas também pode ser visto em ambos os tipos de regimes. No entanto, regimes autoritários tinham na propaganda um importante meio de construção de consenso. Como aponta Francisco Carlos Martinho sobre o caso português, “nos parece incongruente afirmar que um regime que se manteve durante um longo período o fez apenas pelo uso da força. Tradições sociais contribuíram para a sua permanência”.³²⁸ A propaganda utilizaria os meios de comunicação em vista a divulgar um pensamento oficial e transmitir um sentimento à população.

Não seria correto afirmar que os Estados Novos de Vargas e de Salazar possuíram planos concretos de utilização sistemática do esporte como meio de

³²⁸ Francisco Carlos Palomanes Martinho. A ordenação do trabalho e a nostalgia do Império: o Estado Novo português e as razões do consentimento (1933-1974). In: Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*, Europa – Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 286.

propaganda. Não havia, de fato, um programa efetivo que preconizasse o uso do mesmo nesse sentido. Contudo, isso não significa que o fenômeno esportivo não tenha sido eventualmente utilizado pelos Estados Novos como meio de propaganda ideológica. Seu caráter espetacular e sua capacidade de angariar multidões ocasionou eventos em que isso tenha ocorrido. Ricardo Serrado, em sua dissertação de mestrado, chega a afirmar que “o futebol, apesar de privilegiado veículo de propaganda, não foi utilizado de uma forma consciente pelo Estado Novo”.³²⁹ Discordo da afirmação em um sentido. Acredito que o futebol, assim como outros esportes, tenha sido usado de forma consciente, tanto pelo governo salazarista como pelo varguista. No entanto, deve-se ter cautela ao dimensionar essa utilização. Se, por um lado, pode ser um exagero falar na trilogia dos três “efes” (Fado, Fatima e Futebol) como o “suporte do regime ditatorial”, como aponta Serrado,³³⁰ especialmente dentro do período do recorte desta tese; por outro, não se deve negar a existência de eventos nos quais o esporte, e principalmente o futebol, ocuparam posição de destaque na exaltação pátria.

O mesmo pode ser dito para o uso político do esporte no Estado Novo brasileiro. Ainda que o desempenho esportivo nacional fosse mais propício a momentos de glorificação ufanista, não é possível identificar um programa de utilização continuada do mesmo pelos meios de propaganda do regime. Assim como em Portugal, no entanto, é possível destacar eventos em que a imagem da nação e o esporte se integravam, onde um aparato propagandístico consciente trabalhou para articular o espetáculo esportivo e a aparência de sucesso do regime.

Nesse sentido, podemos destacar aqui os mais significativos dentre estes eventos, de forma a demonstrar que o esporte não foi um fenômeno esquecido pelos

³²⁹ Ricardo Serrado. *O futebol como veículo da propaganda do Estado Novo (?)*. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008, p. 104.

³³⁰ *Ibid.*, p. 4.

responsáveis pelas propagandas oficiais. No caso português, pode-se apontar para a realização de dois jogos de futebol entre a seleção portuguesa e a espanhola, em 1937 e 1938.

Em novembro de 1937, foi organizado o primeiro de dois jogos amistosos entre a seleção portuguesa e uma seleção de jogadores da Espanha nacionalista. Em meio à Guerra Civil Espanhola, foi formada uma equipe composta por jogadores de equipes do território ocupado pelas forças de Franco, com o intuito de ocupar o espaço da seleção espanhola de futebol. Em meio ao conflito, buscava-se assim reivindicar a imagem esportiva da “verdadeira nação”, de legítimos representantes da pátria, que seria assim a Espanha Nacionalista. A fim de dar legitimidade a essa equipe, dois jogos foram marcados contra a seleção de Portugal, país vizinho que mantinha relações amistosas com as forças nacionalistas de Franco e que não se opôs ao enfrentamento.³³¹ Através do futebol, o Estado Novo português abria mais um campo de reconhecimento oficial da Espanha falangista como a legítima representante do país.

O primeiro encontro seria realizado na cidade de Vigo, na zona nacionalista. O evento seria a coroação de uma celebração à Portugal oferecida pelas forças falangistas. Faria parte das celebrações “uma homenagem da secção feminina da Falange Espanhola Tradicionalista e de las Jons [Juventudes Ofensivas Nacionais Sindicalistas], a Luiz de Camões”, e representantes da Legião Portuguesa e da Mocidade Portuguesa acompanhariam o escrete luso a Vigo.³³² Após as cerimônias realizadas nas ruas da cidade durante a manhã do dia 28 de novembro, realizou-se o confronto entre as duas equipes. O pequeno estádio Balaídos fora ornado com uma torre atrás da arquibancada

³³¹ Para mais sobre as relações amistosas entre o regime de Salazar e a falange de Franco, ver César Oliveira. A evolução política. In: Fernando Rosas (org.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Coleção Nova História de Portugal. v. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

³³² “Portugal e Espanha em football”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 25 nov. 1937, p.1.

central, da qual pendiam dois painéis com as fotos de Salazar e Franco, em uma celebração aos regimes e seus líderes.

Como de costume, a equipe portuguesa saudou os espectadores com a saudação fascista, sendo o mesmo feito com a equipe que representava a Espanha. Na cerimônia antes do início do jogo, uma ode aos regimes:

A um toque de clarim da Falange Espanhola a banda militar de Vigo executou a «Marcha Real». A multidão descobre-se. Outro toque de clarim e ouve-se a «Portuguesa». Terceiro toque, a que corresponde de novo a «Marcha Real». Enquanto se executam os hinos a multidão conserva-se de braço estendido, saudando à fascista.

Por ultimo um legionário português ergue a voz e grita:

- Salazar! Salazar! Salazar!
- Franco! Franco! Franco!
- Espanha! Espanha! Espanha!
- Portugal! Portugal! Portugal!
- Viva Espanha!
- Viva Portugal!³³³

Em campo, a equipe portuguesa derrotou o time da Espanha falangista por 2 a 1, em um jogo que não teve o reconhecimento da FIFA. Esta seria a primeira vitória de uma seleção portuguesa contra uma equipe espanhola. Outra vitória viria no segundo encontro entre as duas equipes, realizado no dia 30 de janeiro de 1938, pouco mais de dois meses após o primeiro confronto, no recentemente reinaugurado estádio das Salésias. Este jogo foi marcado pela ação de três jogadores portugueses, que romperam com o protocolo de saudação “à fascista” antes do início do confronto. Mariano Amaro e José Simões estenderam os braços, mas não mantiveram as mãos espalmadas conforme o estipulado, mas cerraram os punhos, mantendo suas mãos fechadas. Já Artur Quaresma nem mesmo levantou os braços.³³⁴

³³³ “A primeira vitória dos portugueses contra a Espanha: foi ontem obtida brilhantemente no Estadio Balaídos, em Vigo, perante uma assistência computada em cerca de quarenta mil pessoas”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 29 nov. 1937, p. 1.

³³⁴ João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro. *Op. cit.*, p. 284; Homero Serpa. *Cândido de Oliveira: uma biografia*. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.

O ato foi aparentemente ignorado no momento, mas foi registrado pela revista Stadium, que em 02 de fevereiro a publicou, retocando as mãos de Amaro e Simões, de modo a que parecessem estendidas.³³⁵ Os jogadores foram depois intimados pela PVDE e Simões e Amaro passaram alguns dias na cadeia, enquanto Quaresma foi liberado após prestar testemunho.

Diante deste quadro, é difícil não reconhecer que o governo salazarista tenha utilizado o esporte como meio de propaganda política. Mesmo supondo que a iniciativa do confronto entre as duas equipes tenha se originado junto às fileiras falangistas, o que em nenhum momento é mencionado, é importante notar que a delegação portuguesa respondeu ao chamado espanhol e tirou proveito da situação, divulgando amplamente os dois jogos.

Outro evento que pode ser destacado neste mesmo sentido, ainda em Portugal, foi o confronto entre as seleções de Portugal e Espanha em 11 de maio de 1945. No primeiro jogo entre os rivais ibéricos no Estádio Nacional, 50.000 exemplares de um panfleto intitulado “O que queremos é futebol!” foi lançado sobre a multidão que lotava

³³⁵ João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro. *Op. cit.*, p. 285. De acordo com Homero Serpa, Quaresma teria afirmado ao autor que não havia motivação política no gesto, sendo apenas uma brincadeira. Ao dar seu testemunho para Serpa, já com aproximadamente oitenta anos de idade e 60 anos passados do evento, o depoimento de Quaresma deve ser colocado em questão. Calixto Gomes, outro nome entrevistado por Serpa e por este definido como Belenense da velha guarda (e que teria presenciado o ocorrido, pois estava no estádio), aponta a ação dos atletas como “apenas uma brincadeira de mau gosto”, afirmando ainda que estes não mantiveram o punho cerrado, mas abriam e fechavam as mãos lentamente, tendo sido pegos pelas lentes de um fotógrafo com as mãos fechadas. Diz ele: “Ainda hoje penso que não fecharam os punhos por opção política. O Simões era um homem pacato e o Amaro um brincalhão inato”. Mas Serpa afirma também que o gesto é ainda hoje visto em centros belenenses como um movimento de resistência, reação e protesto contra o regime vigente. Ainda segundo Serpa, a intencionalidade da ação é ainda corroborada pela consciência que teriam do perigo de sua ação e de que supostamente, na famosa foto da revista Stadium (n. 312, de 02 fev 1938), outros atletas estariam olhando para os protestantes, como que se esperassem para ver se eles fariam mesmo o gesto premeditado. Mais do que a motivação política do gesto, ou sua ausência, importam-nos os significados gerados a partir de tal gesto. Em um período de repressão e censura, muitas vezes os momentos de resistência possíveis eram veiculados por pequenos gestos. Homero Serpa. *Cândido de Oliveira: uma biografia*. Lisboa: Editorial Caminho, 2000, p. 80-81.

o estádio.³³⁶ O conteúdo apregoava as dificuldades enfrentadas pelo mundo devido à guerra, que se encaminhava para a sua conclusão, e ressaltava que em Portugal a paz reinava, dizendo ser possível contar “pelos dedos de uma só mão aquêles países em que se poderia gozar, num dia como êste, tão magnífico espetáculo como o que presenciemos neste momento no nosso Estádio Nacional”.³³⁷

O panfleto também apontava claramente aquele que era já visto como o maior antagonista para o salazarismo, o comunismo soviético. Anos antes da participação soviética nas Olimpíadas³³⁸ e na demonstração de sua força no campo desportivo, o panfleto atestava: “Quem ouviu falar de futebol na Rússia? De futebol ou de qualquer outro desporto, da existência de centros de diversões, de praias para descanso, de excursões? Ninguém!”.³³⁹ O esporte era elencado então como um importante sinal da qualidade de vida em Portugal, sendo possível somente devido à paz na qual Salazar os guiara, e em um regime de suposta liberdade (já próximos ao final da guerra, o discurso antidemocrático salazarista já mudava de tom de modo a se enquadrar junto ao lado vencedor), oposto ao comunismo soviético, do qual Salazar os defenderia.

O esporte se colocava assim como meio propaganda em época de guerra. O mesmo foi feito no Brasil. Como exemplo pode-se citar o caso dos jogos em homenagem à Força Expedicionária Brasileira (FEB). Com a entrada do Brasil na

³³⁶ Um fac-símile do folheto foi publicado em José Esteves. *O desporto e as estruturas sociais*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1975, p. 152-153.

³³⁷ José Esteves. *Op. cit.*, p. 152.

³³⁸ Desde a Revolução de 1917 o desporto soviético mantivera-se afastado do que definiam como “desporto burguês”. A partir de 1934, tais encontros voltam a ocorrer, ainda que de forma bastante limitada. Foi apenas a partir das olimpíadas de 1952, em Helsinque, que a União Soviética passou a enfrentar os países capitalistas, aparecendo assim como uma das maiores potências do desporto mundial. Para mais informações sobre o desporto na União Soviética, ver Diego Jesus. Foices e martelos no olimpo: a política esportiva da União Soviética e as relações com o mundo capitalista. *Recorde: Revista de História do Esporte*, v.3, n.2, 2010; e Jim Riordan. The sports policy of the Soviet Union, 1917-1941. In: Pierre Arnaud e James Riordan (orgs.). *Sport and international politics: the impact of fascism and communism on sport*. Londres: Taylor & Francis, 1998.

³³⁹ José Esteves. *Op. cit.*, p. 153.

Segunda Guerra Mundial, a FEB se preparou para tomar parte no combate, em 1944. Entretanto, os meios militares tinham a impressão de que a indiferença tomava conta de grande parte da população brasileira e o embarque dos pracinhas para o teatro de operações da Itália não parecia despertara o sentimento cívico do povo. Assim, o então Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, insatisfeito com uma suposta falta de sentimento cívico brasileiro, teria pedido auxílio ao presidente do Conselho Nacional de Desportos (CND), João Lyra Filho, para tentar despertar os brios da população.³⁴⁰

Lyra Filho teria então sugerido a realização de evento festivo para a despedida dos pracinhas. Deste modo, o CND promoveria a realização de duas partidas da seleção brasileira, uma na capital do país, em São Januário, e outra em São Paulo, no Pacaembu – os estádios de maior capacidade do país e de estreita ligação simbólica com o Estado. Os jogos da seleção brasileira contra o Uruguai eram, sem dúvida, um excelente chamariz, visto que as competições internacionais estavam estagnadas desde a entrada do Brasil na guerra, em agosto de 1942. João Lyra Filho afirma que chegou até a aconselhar que Getúlio fizesse as mudanças pretendidas em seu ministério até 24 horas antes do primeiro jogo, com o seguinte argumento:

[...] se o Sr. substituir ministros agora, o povo receberá qualquer nome sem o mínimo interesse, absolutamente alheio ao que a troca possa significar. O povo só está interessado na escalação do Selecionado que irá competir com os campeões do mundo.³⁴¹

Em 14 de maio chega o esperado dia. Milhares de pessoas comparecem ao estádio de São Januário para o jogo entre brasileiros e uruguaios. O primeiro jogo, na capital de República, contou com a presença de importantes nomes do governo na tribuna de honra, como Oswaldo Aranha, Eurico Gaspar Dutra e Joaquim Salgado

³⁴⁰ João Lyra Filho. *Introdução à psicologia dos desportos*. Rio de Janeiro: Record, 1983, p. 120.

³⁴¹ *Ibid.*, p. 126.

Filho, ministros do Exterior, da Guerra e da Aeronáutica, respectivamente, além de oficiais do governo uruguaio. O evento foi precedido de muitas formalidades em homenagem ao Corpo Expedicionário Brasileiro, com desfile dos soldados brasileiros, que depois ocuparam uma das arquibancadas do estádio.³⁴² Quatro dias depois, no estádio do Pacaembu, registrava-se a maior renda do estádio até então, com mais de 60.000 espectadores e Cr\$ 574.392,00 de renda.³⁴³ Nem mesmo a confusão dentro de campo, com um zagueiro uruguaio sendo retirado de maca desacordado, ofuscou o sucesso do evento.³⁴⁴

O futebol não era o único espetáculo esportivo utilizado pelo governo de Vargas como meio de propaganda nacional. Em 1933, por exemplo, é criado o primeiro prêmio de automobilismo do Rio de Janeiro, que viria a ficar conhecido como “Circuito da Gávea”.³⁴⁵ A prova seria realizada anualmente até 1954, com intervalo entre 1942 e 1946, devido à Segunda Guerra Mundial. A organização do evento, feita pelo Automóvel Club Brasileiro, contava com auxílio do governo brasileiro.³⁴⁶ Getúlio Vargas, ao assistir a edição de 1934, registrou suas impressões sobre o evento em seu diário:

³⁴² “O match entre brasileiros e uruguayos”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 mai. 1944, p. 9.

³⁴³ Números de acordo com “Vencidos novamente os uruguayos”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 mai. 1944, p. 5. Como referência para o valor arrecadado no jogo, podemos utilizar o valor do apartamento de 2º andar do edifício Lincoln, prédio de luxo no “melhor e mais valorizado ponto da avenida Atlântica”, com 4 quartos, garagem, 2 banheiros, 3 varandas e até mesmo um abrigo antiaéreo, anunciado a Cr\$ 550.000,00. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 mai. 1944, p. 24.

³⁴⁴ “Por 4 a 0 os brasileiros se sobrepuseram aos uruguayos no segundo jogo”. *Folha da Manhã*, São Paulo, 20 mai. 1944, p. 13; “Vencidos novamente os uruguayos”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 mai. 1944, p. 5.

³⁴⁵ Victor Andrade de Melo. Antes de Fittipaldi, Piquet e Senna: o automobilismo no Brasil (1908-1954). *Motriz*, Rio Claro, v.15, n. 1, 2009.

³⁴⁶ O Departamento de Imprensa e Propaganda abriu crédito de 150 contos de réis como auxílio ao Automóvel Club, em 1941, pela realização do Circuito da Gávea de 1940, através do Decreto-Lei 2.950, de 16 jan. 1941 (a corrida havia sido realizada em novembro de 1940). Em 1939, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores abriu crédito do mesmo valor. De acordo com a exposição G-2022 do DIP, de 21 out. 1940, assinada por Lourival Fontes, o Circuito da Gávea era uma “tradição esportiva” que deveria persistir mesmo em épocas de crise, como as enfrentadas no Brasil após o início da Segunda Guerra Mundial, agravado ainda mais devido à dificuldade em se importar gasolina. Arquivo Nacional, Gabinete Civil da Presidência da República, lata 510; Decreto-Lei 2.950, de 16 jan. 1941, *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1941, p. 957.

2 a 4 de outubro de 1934.

O dia 3 do corrente, aniversário da Revolução, não teve qualquer festividade. Parece até que passou esquecido. Observei-o com amargura. Apenas, nesse dia, tivemos a corrida de automóveis. Foi um espetáculo empolgante: grande multidão, pista difícil, corrida arriscada, alguns acidentes, vários que desistiram da prova em meio. Por fim, venceu um brasileiro. Como é forte o sentimento nacional! (...) Junto a mim estavam o embaixador argentino e algumas senhoras. Guardando a atitude de compostura exterior, eu imediatamente sentia-me comovido, com receio até de que me saltassem lágrimas se vencesse um estrangeiro. E eu mesmo me analisava, tomado daquela emoção estranha que procurava reprimir.³⁴⁷

A vitória de Irineu Correa (que faleceria em um acidente no mesmo circuito no ano seguinte) teria assim dado uma amostra do poder de identificação que o esporte poderá ter sobre a população. Outros brasileiros sagraram-se também vencedores das provas do circuito, como Manuel de Teffé (1933 e 1939), Nascimento Junior (1938), Rubem Abrunhosa (1940) e Chico Landi (1941), para nos atermos às provas disputadas até 1945.³⁴⁸

O Circuito da Gávea, além de se mostrar uma grande oportunidade de se exaltar o sentimento nacional, como apontou Vargas, era também uma demonstração pública da capacidade do Estado em organizar uma prova internacional de um dos esportes que melhor representava a modernidade, o automobilismo. Já em Portugal, o automobilismo não receberia grandes incentivos, não sendo muito desenvolvido no país. O Automóvel Club de Portugal se destacava mais como centro de turismo do que de promoção do esporte em si.

Em 1936, uma assembleia da associação internacional de Automóveis Clubes, a Association Internationale des Automobile-Clubs Reconnus (Associação Internacional de Automoveis Clubs Reconhecidos – AIACR), foi realizada em Lisboa. Nenhuma

³⁴⁷ Getúlio Vargas. *Op. cit.*, v. 1, p. 331.

³⁴⁸ Victor Andrade de Melo. Antes de Fittipaldi, Piquet e Senna: o automobilismo no Brasil (1908-1954). *Motriz*, Rio Claro, v.15, n. 1, 2009, p. 111-112.

demonstração ou prova automobilística foi organizada para a ocasião, sendo apenas realizados passeios pelos arredores de Lisboa e uma visita dos congressistas a uma tourada em Campo Pequeno. De acordo com uma carta de agradecimento de Carlos Santos, presidente do Automovel Club de Portugal, o governo teria contribuído com 50.000\$00 do custo total de 76.574\$00 do evento. Sendo apontada como contrapartida uma “excelente crítica” no “artigo de fundo” do número 38 da “Revue Internationale de l’Automobile”, o que supostamente teria sido revertido em propaganda para Portugal.³⁴⁹ Em meio à ideologia anti-modernista e anti-urbana salazarista, parecia não haver muito espaço para o automobilismo e seus símbolos de modernidade.

O mesmo não pode ser dito do Brasil. Em São Paulo, o autódromo de Interlagos foi inaugurado em 1940. A corrida inaugural do novo autódromo reuniu os principais pilotos brasileiros, incluindo Manoel de Teffé, Nascimento Júnior e Chico Landi. Dentre as autoridades que prestigiaram a corrida inaugural, encontravam-se Adhemar de Barros, interventor federal em São Paulo, e Francisco Preses Maia, prefeito da cidade. Nascimento Júnior sagrar-se-ia o primeiro vencedor de Interlagos, com Chico Landi alcançando a segunda posição; Manoel de Teffé, com problemas no carro, não completou a corrida.³⁵⁰

A rivalidade com a capital federal se fazia presente até nos comentários jornalísticos sobre a corrida inaugural: “Especialmente construída para esse fim [o automobilismo], interlagos veio preencher uma lacuna nas actividades desportivas de S. Paulo, colocando-nos em situação de poder concorrer com o Rio de Janeiro, agora em

³⁴⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar, cx. AOS/CO/PC-12C.

³⁵⁰ “Facil e expressiva victoria de Nascimento Jor. no Grande Premio ‘S. Paulo’”. *Folha da Manhã*, São Paulo, 14 mai. 1940, p. 13.

todos os esportes”.³⁵¹ No entanto, como afirma Victor Melo, o autódromo paulista se tornaria o principal centro automobilístico do país apenas após o fim da prova carioca.³⁵²

Além do autódromo de Interlagos, 1940 foi o ano de uma das maiores edificações esportivas do Estado Novo brasileiro, também em São Paulo: o estádio do Pacaembu. A inauguração do estádio, no dia 27 de abril, foi uma festa de cunho nacional, e contou com a presença do presidente da República, Getúlio Vargas, dos interventores federais dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – Amaral Peixoto, Adhemar de Barros e Benedicto Valadares, respectivamente –, de Prestes Maia e Henrique Dodsworth, prefeitos de São Paulo e do Distrito Federal, assim como da primeira dama de São Paulo, Leonor Mendes de Barros, e da filha de Vargas, Alzira Vargas do Amaral Peixoto.³⁵³

O evento contou com diversos elementos simbólicos que representavam a união da nação. Uma bandeira nacional e uma tocha olímpica, oferecidas pelo Fluminense F.C. ao Estádio Municipal, foram transportadas por atletas do Rio de Janeiro a São Paulo. Milhares de atletas desfilaram,³⁵⁴ representando clubes do Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo, assim como de delegações da Argentina, Uruguai e Peru, que vinham disputar provas de natação e esgrima nas festas do estádio. Representantes das Forças Armadas, das polícias e do corpo de bombeiros também participaram, fechando o desfile. Prestes Maia e Getúlio Vargas fizeram breves discursos, sendo seguidos pela

³⁵¹ “Com o grande premio «São Paulo» inaugura-se hoje o autódromo de interlagos”. *Folha da Manhã*, São Paulo, 12 mai. 1940, p. 16.

³⁵² Victor Andrade de Melo. *Antes de Fittipaldi, Piquet e Senna: o automobilismo no Brasil (1908-1954)*. *Motriz*, Rio Claro, v.15, n. 1, 2009, p. 111.

³⁵³ “Revestiu-se de raro brilho a inauguração oficial do Estadio Municipal”. *Folha da Manhã*, São Paulo, 28 abr. 1940, p. 16.

³⁵⁴ De acordo com a *Folha da Manhã*, teriam participado 12.000 pessoas, com representantes de todos os municípios de São Paulo. “Revestiu-se de raro brilho a inauguração oficial do Estadio Municipal”. *Folha da Manhã*, São Paulo, 28 abr. 1940, p. 16.

realização do “Juramento do esportista brasileiro”, por parte dos atletas presentes. Por fim, Adhemar de Barros e Getúlio desceram ao campo para a entrega do “Distintivo da Mocidade Paulista”, um prêmio da Diretoria de Esportes do Estado de São Paulo para jovens atletas.

No dia seguinte, diversas provas de natação, esgrima e boxe foram realizadas como parte dos festejos. Dois jogos de futebol marcaram a “inauguração do gramado” do Pacaembu, com jogos entre equipes paulistas e os campeões de Minas Gerais e Paraná. O Palestra, vice campeão paulista, derrotou o Coritiba por 6 a 2, e o Corinthians, campeão paulista, derrotou o Atlético-MG por 4 a 2. Pode-se perceber que os jogos buscavam demonstrar uma integração nacional, ao defrontar equipes de estados diferentes.³⁵⁵ Buscava-se mostrar que o Pacaembu não era apenas um estádio municipal, mas era um símbolo esportivo para todo o país.

Em seu discurso na cerimônia, Vargas destaca a inauguração do estádio como um exemplo da capacidade edificadora do regime: “As linhas sóbrias e belas da sua imponente massa de cimento e ferro, não valem, apenas, como expressão arquitetônica, valem como uma afirmação da nossa capacidade e do esforço criador do novo regime na execução do seu programa de realizações”.³⁵⁶ As construções esportivas eram assim símbolos de uma nova era nacional. Enquanto o mundo se encontrava em guerra, o Estado Novo afirmava sua capacidade ao construir grandes monumentos a serem desfrutados pelo povo.

O mesmo pode ser observado na inauguração do Estádio Nacional, em Portugal, uma das maiores festas oficiais realizadas no Estado Novo. Prometido por Salazar em

³⁵⁵ Talvez o embate com equipes de estados mais distantes fosse mais representativo nesse sentido. No entanto isso geraria custos maiores e maior desgaste com deslocamento.

³⁵⁶ “A visita do sr. presidente Getúlio Vargas a São Paulo”. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 abr. 1940, p. 7.

seu discurso após o desfile de encerramento do Congresso de Clubes Desportivos de 1933, o concurso de projetos para o estádio foi aberto em portaria datada de 01 de março do ano seguinte. Previa-se a inauguração do Estádio Nacional como parte das festas do duplo centenário de 1940, o que pode ser visto como um indicador da importância simbólica do estádio e do desporto no período. No entanto, devido ao início da Segunda Guerra Mundial e à dificuldade financeira e de obtenção de materiais de construção provenientes da mesma, as obras, iniciadas em 1938, se estenderam até o ano de 1944.³⁵⁷

Na maior ode desportiva ao regime, não se pouparam elogios à Salazar e à sua contribuição ao desporto. Em plena Segunda Guerra Mundial e atravessando os racionamentos e outras dificuldades dela provenientes, o governo executava uma grande cerimônia cívica para entregar o que era visto como a maior contribuição de Salazar ao desporto. E mesmo onze anos depois, sua promessa não fora esquecida (na realidade, ela era constantemente mobilizada pela imprensa desportiva³⁵⁸).

Como sempre, a promessa cumpriu-se. E a maravilhosa criação, dirigida pelo saudoso ministro Duarte Pacheco, dá-nos motivo de legítimo orgulho porque, uma vez completadas as obras do plano geral – o nosso Estádio será o mais completo da Europa. É sóbrio e grandioso – é, sobretudo uma realização portuguesa, com materiais portugueses, sem copiar em nada o que existe no estrangeiro.³⁵⁹

³⁵⁷ Teresa Andersen. O Estádio Nacional – a sua génese e a sua construção. In: Teresa Andersen et al. *O Estádio Nacional: um paradigma da arquitectura do desporto e do lazer*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2007; Fernando Correia. *Estádio Nacional 62 anos depois*. Lisboa: Setecaminhos, 2006; Jorge Paulino Pereira. O Estádio Nacional: projecto e construção. In: Teresa Andersen et al. *O Estádio Nacional: um paradigma da arquitectura do desporto e do lazer*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2007.

³⁵⁸ Ver, por exemplo, “Promessa que se cumpre: o Estadio Nacional vai ser construído com rapidez, de modo que a sua inauguração coincida com as festas comemorativas do duplo centenário da Fundação e Restauração de Portugal”. *Os Sports*, Lisboa, 08 abr. 1938, p.1.

³⁵⁹ “Uma realização monumental – promessa cumprida: a propósito da inauguração do estádio e do movimento em favor da cultura física”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 09 jun. 1944, p. 1-2. Na realidade, apesar de o artigo proclamar a execução exclusivamente nacional do estádio, um artifício de retórica que visava realçar o caráter nacionalista que o desporto mobilizava, deve-se ressaltar que o projeto do estádio teve grande contribuição de arquitetos alemães como Konrad Wiesner, assistente de Heinrich Wiepking, que havia trabalhado no projeto do Estádio Olímpico de Berlim e que trabalhava no projeto do estádio de Nuremberg, que não chegou a ser concluído. Carl Diem, um dos principais organizadores das Olimpíadas de Berlim de 1936, também teria dado conselhos ao projeto. Teresa Andersen. O Estádio Nacional – a sua

A festa do desporto tornou-se assim uma festa de Portugal. A grandiosidade do evento pode ser vista pelos números que envolveram sua preparação. O Grémio dos Industriais de Transportes em Automóveis, um dos diversos responsáveis pelos transportes exclusivos para o evento,³⁶⁰ expôs em seu relatório que utilizara 101 autocarros e 161 taxis para transportar 23.517 pessoas do público presente, além de 112 autocarros para o transporte de 15.136 atletas no dia do evento,³⁶¹ contando, além disso, com 3 estacionamentos para carros particulares. O estádio, que ficou lotado, podia receber cerca de 50.000 espectadores, mas a estimativa oficial era a de que a presença de pessoas, entre público e atletas, fosse em torno de 60.000 pessoas.³⁶²

As ruas nos arredores do estádio (entre o Cais do Sodré e a Cruz Quebrada) foram interditadas das 13:45 às 16:30 e das 18:45 às 22:15, com tráfego restrito a transportes autorizados pela organização do evento, e os estabelecimentos de comércio e indústria de Lisboa se encerraram excepcionalmente às 13:00.³⁶³ A Mocidade Portuguesa comunicou a seus filiados que iriam se apresentar no evento que estes deveriam se retirar do estádio “imediatamente após o ato inaugural”, para que

gênese e a sua construção. In: Teresa Andersen et al. *O Estádio Nacional: um paradigma da arquitectura do desporto e do lazer*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2007, p. 14; Jorge Paulino Pereira. *O Estádio Nacional: projecto e construção*. In: Teresa Andersen et al. *O Estádio Nacional: um paradigma da arquitectura do desporto e do lazer*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2007, p. 74.

³⁶⁰ O evento contou também com transportes cedidos pelas forças armadas e outros órgãos públicos. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, SNI cx. 5240.

³⁶¹ Os números aqui apresentados se referem ao transporte tanto antes como depois do evento. Ou seja, quem utilizou a condução tanto para ir como para voltar do evento foi considerado duas vezes no montante final. Grémio dos Industriais de Transportes em Automóveis. *Boletim*: número especial dedicado à inauguração do Estádio Nacional. Porto: Lit. Nacional, 1944.

³⁶² Vale ressaltar que a população do concelho de Lisboa, de acordo com o censo de 1940, era de 702.409 pessoas. Ou seja, o equivalente a aproximadamente 10% da população de Lisboa estava no evento, considerando-se o público e os atletas envolvidos. “Um acontecimento memorável: a inauguração do estádio constituiu uma grande afirmação nacional de optimismo, disciplina e beleza”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 11 jun. 1944, p.1; VIII Recenseamento Geral da População (em 12 de dezembro de 1940): resultados provisórios nos distritos, concelhos e freguesias do continente e ilhas relativos ao número de famílias e à população presente por sexos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1942, p. 36.

³⁶³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. SNI, cx. 5240.

retornassem para suas casas, devido ao grande numero de pessoas que transitaria pelo local após o jogo de futebol.³⁶⁴ Os ingressos postos à venda para o público se esgotaram no primeiro dia de venda,³⁶⁵ e a procura por ingressos por parte de autoridades e outros órgão do governo junto ao SPN levaram António Eça de Queirós, subdiretor do SPN e responsável pela distribuição dos bilhetes de cortesia, a comentar: “É evidente que no enorme, direi mesmo, no prodigioso assalto que me foi feito e aos meus serviços para serem dados convites, me vi em muitos sérios embaraços para que o meu duro e delicado trabalho não fôsse desequilibrado por completo”.³⁶⁶

O evento tornara-se maior do que o desporto, tornara-se um símbolo de Portugal sob a égide de Salazar, que conduzia a nação em paz, em meio à guerra que assolava a Europa. Esse carácter fica evidente no discurso que António Ferro pronunciara através dos microfones da Emissora Nacional, afirmando que “a inauguração do Estádio ultrapassa os limites de uma simples festa desportiva, para atingir um significado mais alto e mais vivido”, e que “[a] festa da inauguração do Estádio não é apenas, portanto, a grande festa do desporto nacional, mas acima de tudo, a apoteose de Portugal Novo, a confiança no dia de hoje e a certeza do dia de amanhã”.³⁶⁷ De fato, a festa de inauguração foi uma grande parada cívica de celebração do regime e da promessa de um auspicioso futuro do país sobre o comando de Salazar.

Contando com a presença de Salazar e Carmona no estádio, a festa se iniciou com desfile ginástico da Mocidade Portuguesa, que saudaram as autoridades de braço ao alto e depois realizam demonstrações de exercícios atléticos. Seguiu-se a isso a disputa de corridas de 100 e 800 metros disputadas entre atletas federados a clubes da

³⁶⁴ “Inaugura-se esta tarde o estádio Nacional”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 10 jun. 1944, p. 1-2.

³⁶⁵ “Estádio Nacional”. *Diário da Manhã*, Lisboa, 09 jun. 1944, p. 6.

³⁶⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. SNI cx. 5240.

³⁶⁷ “Palavras de António Ferro na reportagem radiofónica do Estádio”. *Diário da Manhã*, Lisboa, 11 jun. 1944, p. 6.

capital, ambas vencidas por representantes do Sporting Club de Portugal. Inicia-se então um desfile de moças da FNAT e, na sequência, uma parada com atletas das diversas modalidades dos clubes da capital e adjacências. Estavam presentes atletas de hipismo, com suas casacas vermelhas, calções brancos e altas botas negras, de tiro, com suas armas debaixo do braço, de esgrima, de sabres em punho, assim como de futebol, tênis, remo, natação, automobilismo, vela, atletismo, rúgbi e outros mais, todos uniformizados de acordo com a prática do seu desporto.³⁶⁸

Depois dos desfiles, um atleta leu ao microfone uma mensagem para os chefes de Estado e de Governo. Ao presidente Oscar Carmona, um agradecimento mais contido:

Senhor Presidente da República: São para Vossa Excelencia, símbolo da Pátria ressurgida, modelo de todos os homens bons de Portugal, as nossas primeiras saudações. Sem vós, sem a continuidade da Revolução, não teria sido possível o nosso ressurgimento, não teria sido possível, portanto, a construção do Estádio Nacional!³⁶⁹

Já o agradecimento a Salazar mostra um tom muito mais eufórico e hiperbólico.

SALAZAR! Devemos-te a esperança! Devemos-te a paz! Devemos-te o presente!
 Mas a partir de hoje a nossa dívida tornou-se ainda maior:
 Devemos-te a certeza! Devemos-te a alegria! Devemos-te o futuro!
 Em nome de todos nós! Em nome de todos aqueles que hão de vir depois de nós, mais fortes e mais saudáveis! Bem hajas, Salazar, por teres cumprido a tua promessa!
 Obrigado pelos séculos fora! Obrigado para sempre!³⁷⁰

O Estádio Nacional aparecia assim como uma das maiores realizações do Estado Novo até então e Salazar aparecia como seu idealizador e executor. Sua promessa feita onze anos antes era agora cumprida em pleno período de guerra, guerra esta que

³⁶⁸ “Um acontecimento memorável: a inauguração do estádio constituiu uma grande afirmação nacional de optimismo, disciplina e beleza”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 11 jun. 1944, p. 1 e 4.

³⁶⁹ “A saudação dos desportistas aos Chefes do Estado e do Governo”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 11 jun. 1944, p. 1.

³⁷⁰ *Ibid.*

Portugal escapara devido a Salazar, de acordo com o que dizia a propaganda oficial. Chegou-se mesmo a cogitar, por parte da imprensa e de alguns nomes ligados ao desporto, que o estádio recebesse o nome do presidente do Conselho de Ministros.³⁷¹ Salazar colhia assim os frutos do evento esportivo.

Para Ricardo Serrado, a inauguração do Estádio Nacional não pode ser enquadrada como um momento de utilização política do esporte, visto que “[n]ão era o futebol nem o desporto que estava a ser politizado, não eram os estádios, *stictu sensos*, eram sim todas as obras e a capacidade edificadora do regime”.³⁷² No entanto, é inegável que a festa cívica gerada pela inauguração do estádio foi única dentro do período aqui analisado, se comparada a outras inaugurações de obras públicas. Vale lembrar que a inauguração do estádio estava originalmente planejada para ocorrer junto às Festas do Duplo Centenário, “um dos acontecimentos «culturais», ou ideológico-culturais mais importantes do salazarismo”, tendo gerado um documentário produzido pela Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas.³⁷³

Vemos assim que as inaugurações dos estádios, tanto em Portugal como no Brasil, estavam de fato inseridas em um programa mais amplo de divulgação das realizações materiais dos governos. Isso, no entanto, não significa que o esporte não tenha dado a essas inaugurações um cariz diferenciado. A propaganda política ligada aos esportes busca articular a imagem da nação ao sucesso esportivo, ainda que não necessariamente em sua forma de espetáculo.

³⁷¹ Cf. “Estadio Nacional... Estadio Salazar!”. *Os Sports*, Lisboa, 31 mai. 1944, p. 8. Ver também a declaração de Higinio de Queiroz, presidente da FNAT: “os trabalhadores portugueses que praticam desportos me acompanham no voto de que a partir de hoje o Estádio Nacional se passe a chamar «Estádio Salazar»”. “O que significa a construção do Estádio Nacional”. *Diário da Manhã*, Lisboa, 10 jun. 1944, p. 4.

³⁷² Ricardo Serrado. *O futebol como veículo da propaganda do Estado Novo (?)*. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008, p. 105.

³⁷³ Luís Reis Torgal. Propaganda, ideologia e cinema no Estado Novo. In: Luís Reis Torgal (org.). *O cinema sob o olhar de Salazar*. Coimbra: Círculo de Leitores, 2000, p. 70.

Para a retórica da propaganda salazarista, o sucesso no esporte seria obtido não com a seleção de futebol, o que, como vimos, não ocorria; mas com a difusão da prática de esportes pela população. Assim, ganharam destaque na cerimônia de inauguração do Estádio Nacional as apresentações de ginástica da FNAT e o desfile dos jovens da Mocidade Portuguesa. Já o desfile de atletas foi organizado por modalidades, e não por clubes ou outras agremiações.

A cerimônia do estádio do Pacaembu, por outro lado, destacava o desfile dos atletas organizados por agremiações esportivas. Tinham destaque não as modalidades esportivas em si, mas os clubes e outras instituições. Mostrava-se assim uma diferente perspectiva da propaganda brasileira sobre os esportes, com a valorização do espetáculo esportivo. A identificação do público com seus times, seus clubes e suas cores era parte fundamental deste processo. Mesmo em um ato público como a inauguração do Pacaembu, os clubes esportivos se colocavam como centros fundamentais da prática e da organização desportiva brasileira. Em Portugal, esse papel seria destinado a organizações do Estado, como veremos a seguir.

3.2. Esporte e Juventude

(...) [F]aça-se justiça à grande escola de disciplina e de desenvolvimento de qualidades indispensáveis na vida, tais como coragem, hábito de risco, calma, decisão, solidariedade, lealdade, espírito de justiça, que é o desporto, e não será possível recusar-lhe o merecimento que tem de facto como distracção agradável para a juventude, desvio de muitos desregramentos, regenerador de energias e contribuição poderosa para a formação do carácter.³⁷⁴

Com essas palavras, Francisco Nobre Guedes, Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, se dirige a outros dirigentes da organização em sua primeira

³⁷⁴ Mocidade Portuguesa. 1ª Reunião dos dirigentes da «Mocidade Portuguesa» realizada em Lisboa de 21 a 23 de outubro de 1937. Lisboa: Edição da M.P., 1938, p. 11.

reunião. O esporte era visto como uma escola de qualidades essenciais para o que era visto como a essência de um bom cidadão, além de ser uma distração que afastaria os jovens de hábitos nocivos e auxiliaria na formação de seus caracteres.

Para ele, assim como para outros dirigentes da entidade da juventude lusitana, a prática de atividades físicas, dentre elas o esporte, tinha um papel fundamental na formação do jovem português. Buscava-se formar uma juventude que iria suplantar uma suposta “raça degenerada” portuguesa, indolente e cansada, inapta para a luta e para grandes conquistas. Como Raul Vieira havia destacado em sua tese no congresso de Clubes Desportivos, publicada no início de 1934:

Apesar da palavra «paz» ser constantemente proferida e com tanta maior intensidade de quanto mais próximos estamos da guerra, o que é certo é que todas as nações dedicam uma especial atenção á preparação das suas juventudes. E com razão!

A nação armada não poder ser constituída apenas pelo material destinado á defesa nacional. De nada valerá esse material se os seus filhos não possuírem a necessária preparação atlética.

(...)

Toda despesa dispendida no aperfeiçoamento de sua constituição física deve ser considerada productiva, porque um país será tanto mais forte quanto mais robusta fôr a sua raça³⁷⁵.

Via-se assim uma importância fundamental na formação física da juventude, como meio de fortalecimento nacional. A mesma ideia se fazia presente entre agentes do governo brasileiro, como demonstra um relatório encomendado pelo Ministério da Educação em 1937, no qual João Alberto Lins de Barros afirma:

Juntamente com a instrução, a higiene, e a saúde pública, eram os esportes pilares do aperfeiçoamento da raça, melhorando as condições físicas do indivíduo, tornando-o apto para o trabalho e necessário para o desenvolvimento da educação coletiva e do espírito de colaboração (...) entre os jovens.³⁷⁶

³⁷⁵ Raul Vieira. *A difusão do desporto*: meios eficientes para obtê-la em todo o país. Tese apresentada no Congresso de Clubes Desportivos organizado pelo jornal “Os Sports” – 26 de novembro a 3 de dezembro de 1933. Lisboa: [s.n.], 1934, p. 8.

³⁷⁶ Fundação Getúlio Vargas, CPDOC. Arquivo Gustavo Capanema, rolo 41, fot. 821, apud Denaldo Souza. *O Brasil entra em campo!:* construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947). São Paulo: Annablume, 2008, p. 85.

Para tanto, via-se a necessidade de se criar uma nova cultura corporal, de forma a possibilitar o surgimento do físico de um “novo homem” estadonovista, idealizado e divulgado pela propaganda oficial. Para tanto, os governos de Vargas e Salazar buscaram intervir sobre as práticas corporais nacionais, a fim de moldar o novo corpo que se procurava gestar.

Dentro deste projeto, o esporte era defendido como um meio de saúde e educação, como uma ferramenta para se alcançar o aperfeiçoamento físico e cívico da juventude. Dessa forma, ele se tornava um elemento essencial de todo o processo educacional. Começando pela ginástica e encerrando-se no desporto, a Educação Física seria o grande impulsionador para uma juventude mais sadia e forte, que formaria a nação forte do futuro.

Essa era, ao menos, a ideia apresentada nos discursos produzidos por agentes do estado em relação ao esporte. A prática, no entanto, nem sempre refletia essa realidade. António Correia³⁷⁷, por exemplo, durante o I Congresso de Futebol organizado pelo jornal *O Século* em 1938, comenta:

A obra realizada pelo Estado e pelos particulares tem obedecido ao objetivo de criar-se uma juventude forte e saudável, como fator primordial para o tam [sic] desejado rejuvenescimento da Raça?

(...)

O Estado, ultimamente, tem legislado bastante, e prometido fazer muito em benefício da causa desportiva nacional, mas a verdade manda que se diga que essa legislação, por deficiências de ordem técnica e económica, e por não obedecer a uma directriz de conjunto, bem como por falta de ritmo no trabalho iniciado, está falhando estrondosamente.

(...)

Está legislado que na Escola Primária é obrigatória a ginástica e a higiene. Mas não há ginástica na Escola Primária, base do edifício

³⁷⁷ António Correia era capitão-aviador e presidente da Associação de Futebol de Vizeu. Antonio Correia. A função orientadora das Associações Regionais. In: *I Congresso Nacional de Futebol: promovido pelo «Século» para comemorar o 50º aniversário da introdução deste desporto em Portugal*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1938.

social. E não há ginástica porque o professorado primário, na sua enorme maioria, não tem preparação para tal.³⁷⁸

Mesmo já estando prevista a prática de ginástica e desportos na educação portuguesa desde a I República, esta não era regulada e seus profissionais pecavam pela falta de formação. Apesar do discurso produzido pelo Estado Novo de apoio ao desporto, a situação segue sem maiores mudanças até o início da década de 1940, quando o Estado português passa a desenvolver uma política desportiva mais ativa, conforme nota Ricardo Serrado.³⁷⁹

Victor Melo e Maurício Parada apontam para uma situação similar no Brasil. Melo destaca a realização, em 1935, do VII Congresso Nacional de Educação, organizado pela Associação Brasileira de Educação (ABE), com a temática central voltada para a educação física, no qual fora proposta a criação de uma Escola de Educação Física ligada à Universidade do Brasil.³⁸⁰ Já Parada avulta a criação da Divisão de Educação Física, junto ao Ministério de Educação e Saúde, em 1937, que tinha como uma de suas funções garantir a formação de pessoal qualificado para a execução de aulas de educação física nas escolas, assim como garantir sua aplicação nas escolas. Parada ainda declara que “estava clara a fragilidade do campo neste momento, com poucos especialistas civis com formação adequada”.³⁸¹

Essa mesma fragilidade era notada em Portugal. Ainda no Congresso de Clubes Desportivos de 1933, Salazar Carreira apontava para essa questão, afirmando ser necessária a criação de uma escola onde instrutores desportivos pudessem se

³⁷⁸ Antonio Correia. *Op. cit.*, p. 14-15.

³⁷⁹ Ricardo Serrado e Pedro Serpa. *Op. cit.*, p. 251.

³⁸⁰ Victor Andrade de Melo. A educação física e o Estado Novo (1937-1945): a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. In: Geraldo Pontes Jr. e Victor Hugo Adler Pereira (orgs.). *O velho, o novo, o reciclável Estado Novo*. Rio de Janeiro: Instituto de Letras da UERJ, 2008, p. 160.

³⁸¹ Maurício Parada. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, p. 161.

especializar, com professores treinados nos vários ramos de sua futura atividade. A ideia foi recebida com entusiasmo entre o meio desportivo, mas não foi levada adiante. Foi apenas em 1940 que o governo agiu nesse sentido, criando o Instituto Nacional de Educação Física (INEF), pelo Decreto-Lei n. 30.279, “[c]om a consciência de contribuir, dentro do espírito da Constituição, para o estudo e resolução de um dos problemas que mais importam ao destino da pátria”.³⁸² A escola, que seria integrada ao Estádio Nacional, já em construção no período, tinha função de “estimular e orientar (...) o revigoramento físico da população portuguesa, mediante o estudo científico do problema nos seus aspectos individual e social, e a formação dos agentes do respectivo ensino”.³⁸³

Pode-se assim perceber que o INEF tinha como meta atacar os dois problemas acima mencionados. Ele deveria tanto atuar na melhoria “racial” do povo português, buscando superar a decadência física da população, assim como preparar os profissionais que atuariam junto aos jovens nesse sentido. No entanto, a atuação do INEF, apesar de demonstrar uma inclinação dos poderes oficiais para a regulamentação e o controle da educação física, era extremamente limitada, ainda mais se restringirmos sua ação dentro do período aqui analisado. De 1940 a 1945, o INEF contou com 260 estudantes inscritos, tendo formado apenas 68 professores e instrutores.³⁸⁴ No ano de 1945, a relação alunos-professor de educação física era de 1304 alunos para cada professor.³⁸⁵

³⁸² Decreto-Lei n. 30.279. *Diário do Govêrno*, Lisboa, 23 jan. 1940, p. 92.

³⁸³ *Ibid.*

³⁸⁴ Alberto Trovão do Rosário. *Op. cit.*, p. 114. Os cursos de habilitação para instrutores e monitores tinha duração de um ano, enquanto o curso para professores durava dois anos, mais um ano de estágio. Não foram computados aqui os inscritos no ano letivo de 1945-1946, visto que estes só se formariam em um ano ou mais. Decreto-Lei n. 30.279. *Diário do Govêrno*, Lisboa, 23 jan. 1940, p. 92.

³⁸⁵ Alberto Trovão do Rosário. *O desporto em Portugal: reflexo e projeto de uma cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996, p. 114. Rosário retirou esses números de um Boletim do Comité Olímpico

No Brasil, a educação física teve sua escola superior civil instituída um ano antes, em 1939. A Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) foi criada pelo Decreto-Lei n. 1.212, de 17 de abril de 1939, junto à Universidade do Brasil, assim como fora proposto no VII Congresso Nacional de Educação da ABE. De acordo com seu decreto de criação, a ENEFD tinha como finalidades:

- a) formar pessoal técnico em educação física e desportos;
- b) imprimir ao ensino da educação física e dos desportos, em todo país, unidade teórica e prática;
- c) difundir, de modo geral, conhecimentos relativos à educação física e aos desportos;
- d) realizar pesquisas sobre a educação física e os desportos, indicando os métodos mais adequados à sua prática no país.³⁸⁶

Nota-se, dentre as funções declaradas da ENEFD, a ausência de menção sobre o melhoramento da raça, ou algo similar. Tal fato não significa que essa não fosse uma preocupação presente aos ideólogos do regime. No entanto, percebe-se maior importância dada à questão da melhoria física do povo em Portugal do que no Brasil, por parte do governo.

Os cursos da ENEFD, diferentemente do INEF, não visavam formar apenas profissionais de educação física para escolas e cursos. A escola oferecia diferentes cursos ligados à educação física, como curso superior, curso normal, curso de técnica desportiva, curso de treinamento e massagem e curso de medicina da educação física e dos desportos. Entre 1939 e 1944, a ENEFD formou 356 alunos em seus diversos cursos.³⁸⁷

Português de 1966. Segundo o autor, o quadro foi fornecido por Noronha Feio, diretor do INEF no período.

³⁸⁶ Decreto Lei n. 1.212, de 17 abr. 1939. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 20 abr. 1939, p. 9073.

³⁸⁷ *Revista Brasileira de Educação Física*, Rio de Janeiro, fev. 1944, p. 60, apud Maurício Parada. *Op. cit.*, p. 171. No mesmo período, o INEF formou apenas 54 alunos. Comparando-se aos 356 formados pela ENEFD, tem-se uma dimensão da diferença entre o tamanho das duas escolas.

Com exceção do curso superior, cuja duração era de dois anos, todos os outros cursos duravam um ano. Dessa forma, apenas profissionais diplomados pela ENEFD poderiam atuar em clubes e outras instituições desportivas (inicialmente em cidades com população superior a 100.000 habitantes) nas funções de “técnico desportivo e de treinador e massagista”, em esportes pré-determinados para cada função, como “natação, polo aquático, remo, atletismo, ginástica de aparelhos, pesos e halteres, basket-ball, volley-ball, foot-ball, tennis, box, jiu-jitsu e luta”.³⁸⁸

Assim, é possível perceber que o governo brasileiro buscava uma maior regulamentação sobre os profissionais atuantes em instituições esportivas do o governo português. Da mesma forma, pode-se notar que o papel desempenhado por essas instituições na formação esportiva da população era vista como mais significativa no Brasil do que em Portugal. A imposição do diploma do INEF aos profissionais que atuavam em clubes esportivos e outras instituições não eram tão significativas em Portugal pois estes não desempenhavam papel tão relevante na formação esportiva do jovem português. Havia uma outra entidade governamental que detinha primazia na formação física dos jovens, a Mocidade Portuguesa (MP).

Criada em 1936, a MP foi uma das principais entidades do governo a atuar sobre o esporte. Como mencionado anteriormente, já no Congresso de Clubes Desportivos, em 1933, Salazar Carreira avultou a criação de uma organização “semelhante aos Balilas de Itália”, que se encarregaria de preparar os rapazes portugueses que viriam a ser os defensores da pátria.³⁸⁹ Ainda que tenha recebido inúmeras críticas, em especial devido ao caráter paramilitar da organização italiana, a iniciativa demonstra a influencia que as organizações da juventude fascista já exercia sobre Portugal.

³⁸⁸ Decreto Lei n. 1.212, de 17 abr. 1939. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 20 abr. 1939, p. 9074-9075.

³⁸⁹ “O Congresso de Clubs Desportivos”. *Os Sports*, Lisboa, 08 dez. 1933, p. 5.

E é de fato sobre o modelo da Opera Nazionale Balilla e da Juventude Hitlerista que a MP iria ser formada. Luís Figueira, Comissário Nacional Adjunto do primeiro comissariado nacional da MP teve a função de visitar as organizações da Itália e da Alemanha, tendo em vista estudá-las para melhor desenvolver a organização portuguesa.³⁹⁰ Desse modo, assim como na Alemanha de Hitler e na Itália de Mussolini, a organização da juventude portuguesa iria assumir o controle do ensino e da prática de esportes entre os jovens do país.³⁹¹

A MP foi criada em substituição de um primeiro modelo de organização da juventude, a Ação Escolar Vanguarda (AEV), entidade ligada aos nacional-sindicalistas de Rolão Preto, vista como tendo excessiva autonomia.³⁹² De acordo com Alberto Rosário, “enquanto à AEV muito pouco interesse mereceram as actividades desportivas, estas constituíram para a MP o pilar principal do seu edifício e o cavalo de Tróia com que penetrou em muitos meios levando no bojo a ideologia do regime”.³⁹³ Ou seja, é com a MP que o esporte passa a ser uma importante ferramenta para a formação do jovem, atuando também como elemento de criação de consenso, o que Rosário se refere como “o cavalo de Troia” com que a entidade se aproxima de diversos grupos.

No diploma de sua criação, relativo ao regimento da Junta Nacional de Educação, declarava-se como função da MP “estimular o desenvolvimento integral da

³⁹⁰ Mocidade Portuguesa. 1ª Reunião dos dirigentes da «Mocidade Portuguesa» realizada em Lisboa de 21 a 23 de outubro de 1937. Lisboa: Edição da M.P., 1938.

³⁹¹ Para maiores detalhes sobre a relação da Juventude Hitlerista e de Opera Nazionale Balilla com o esporte, ver H. W. Koch. *The Hitler Youth: origins and development, 1922-1945*. Nova York: Cooper Square Press, 2000; Arnd Krüger. *The role of sport in German international politics, 1918-1945*. In: Pierre Arnaud e James Riordan. *Sport and international politics: the impact of fascism and communism on sport*. Oxon, Taylor & Francis, 1998; e Arnd Krüger. *Strength through joy: the culture of consent under fascism, Nazism and Francoism*. In: Jim Riordan e Arnd Krüger. *The international politics of sport in the 20th century*. Oxon, Taylor & Francis, 1999; Angela Teja. *Italian sport and international relations under fascism*. In: Pierre Arnaud e James Riordan. *Op. cit.*.

³⁹² Fernando Rosas. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, v. 35, n. 157, 2001, p.1074.

³⁹³ Alberto Trovão do Rosário. *Op. cit.*, p. 50.

sua [a juventude portuguesa] capacidade física, a formação de seu carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar”.³⁹⁴

Assim, a MP passava a ter responsabilidade sobre a capacidade física da juventude de Portugal, escolar ou não.

Joaquim Vieira destaca a importância do esporte para o sucesso da organização:

As razões para o sucesso inicial da MP junto da juventude portuguesa ficaram a dever-se, na maior parte, às portas que a organização abriu aos rapazes para o desenvolvimento de atividades físicas, fossem elas competições desportivas, exercícios de ginástica, desfiles e paradas, acampamentos ou a simples ocupação dos tempos livres em acções de carácter manual. (...) A MP aproveitou assim a lacuna crónica do sistema de ensino português no que respeitava ao cumprimento de sucessivos métodos e programas de educação física, que, apesar de adoptados oficialmente, não passavam do papel, pela simples razão de que esse era um capítulo absolutamente minorizado, e até desprezado, na acção pedagógica. As modalidades desportivas nas escolas eram virtualmente inexistentes e o sistema de exercícios físicos praticados baseava-se nos princípios da chamada ginástica respiratória, de natureza estática, frustrando o instintivo desejo de movimento, acção e competição entre os rapazes.³⁹⁵

O desporto era, portanto, um elemento fundamental na estrutura da Mocidade Portuguesa. Vale lembrar que seu primeiro Comissário Nacional foi Francisco Nobre Guedes, nome conhecido do campo esportivo português, membro do Comitê Olímpico Português e profundo entusiasta do que definia como um carácter educacional do esporte.³⁹⁶ É dessa forma que meses após sua criação, a MP tem uma delegação composta por 29 jovens entre 15 e 18 anos, enviados para representar o país no Campo Internacional da Juventude, um acampamento que reunia jovens de vários países, uma iniciativa dos organizadores dos Jogos Olímpicos de Berlin, que acontecia no mesmo

³⁹⁴ Decreto-Lei n. 26.611. *Diário do Govêrno*, Lisboa, 19 mai. 1936, p. 545.

³⁹⁵ Joaquim Vieira. *Mocidade Portuguesa*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008, p. 159.

³⁹⁶ Nobre Guedes, conhecido germanófilo, seria substituído por Marcelo Caetano em 1940, devido a exigências impostas pela neutralidade na guerra. Fernando Rosas. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, v. 35, n. 157, 2001, p.1049.

momento.³⁹⁷ Antes de partirem, os jovens da MP foram a Palácio de São Bento e visitam Salazar e Carmona, chefes de governo e de estado de Portugal. O evento, descrito como o “primeiro acto público” da MP, mostrava a forte interação entre o esporte e a nova entidade.³⁹⁸

O esporte seria uma das práticas mais importantes dentro da MP, ele seria um importante meio de atrair os jovens para as fileiras da entidade. Um indicador da importância do desporto para o funcionamento da Mocidade Portuguesa pode ser observado através do exame de seu orçamento de 1938.³⁹⁹ Neste, 14% do orçamento previsto para 1938 era destinado ao esporte (9% para a compra de materiais desportivos e 5% a título de “Instrução Especial”, ou instrução desportiva), sendo superado apenas pelo montante destinado às comemorações do XII aniversário da chamada Revolução Nacional, o 28 de maio, que contaria com 30% do orçamento (15% para o evento em si e 15% como donativos, constituídos de fardamentos gratuitos para o desfile na parada). O mesmo documento informa que o orçamento acabou por não ser cumprido devido aos altos gastos com a comemoração cívica, que teria abarcado mais da metade do orçamento daquele ano. Ainda assim, a previsão de gastos mais elevados com o esporte do que com “Educação Literária e artística e propaganda” (que contava apenas 10,3% do orçamento, divididos entre “exposições e prêmios”, com 0,75%, “Publicações”, com 6,8%, “Intercâmbio”, com 1%, “cinema”, com 1,25%, e “radiodifusão”, com 0,5%), por exemplo, é um importante indicador da importância do mesmo para a organização.

³⁹⁷ O acampamento reuniu grupos jovens de 22 países, incluindo Itália, Hungria, Polónia e Romênia. Na Alemanha, os jovens portugueses visitaram exposições, assistiram um jogo de pólo aquático entre Alemanha e Hungria e disputaram torneios amistosos de natação. “VI Relatório da actividade da MP”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Mocidade Portuguesa, cx. 9556.

³⁹⁸ “Os jogos Olímpicos de Berlim”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 23 jul. 1936, p. 1-2.

³⁹⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa. Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CO/ED-1D, ff. 347-366.

O desporto aparece assim como um dos pilares de sustentação da Mocidade Portuguesa, dentro de suas características educativas e físicas, priorizando-se a ginástica nos ciclos mais básicos da educação e a prática desportiva para seus membros mais velhos, que realizariam assim competições de diversas modalidades desportivas, como futebol, natação, remo e hipismo, além de exposições de ginástica. Eram também realizados campeonatos nacionais universitários envolvendo representantes de Lisboa, do Porto e de Coimbra, envolvendo disputas de futebol, atletismo, tiro, hóquei sobre patins e outros.⁴⁰⁰

Até mesmo entre as mulheres, na Mocidade Portuguesa Feminina, o desporto vai desempenhar papel relevante, ainda que com função específica. Para tanto, a prática esportiva necessitava se adequar ao papel que se esperava que as mulheres desempenhassem no Estado Novo, como ressalta um folheto da organização publicado pelo Secretariado de Propaganda Nacional:

A Educação Física, na M.P.F., tem dois fins: - concorrer para a saúde das filiadas e até – porque não? – para as tornar mais belas, daquela beleza sem artifícios que possui um corpo em que as atitudes e movimentos são correctos; – desenvolver certas qualidades de carácter que os jogos e desportos dão ocasião de praticar.

A Mocidade Portuguesa Feminina só condena na educação física os exageros prejudiciais. Não quer as suas filiadas tão desportivas que percam a sua graça feminina; nem cuidando tanto do corpo que se esqueçam que têm uma alma.⁴⁰¹

⁴⁰⁰ Os Campeonatos Universitários foram realizados em 1942 e 1945, dentro do período aqui analisado, sendo continuados posteriormente. Os campeonatos de 1943 e 1944, apesar de terem sido planejados, não foram realizados devido à falta de estrutura dos Centros Universitários da Mocidade Portuguesa. Ver Mocidade Portuguesa – Centro Universitário do Pôrto (1942, 1943, 1944) e Mocidade Portuguesa (1945).

⁴⁰¹ Mocidade Portuguesa Feminina. *Mocidade Portuguesa Feminina: organização de atividades*. Lisboa: Secretariado de Propaganda Nacional, s.d., p. 39-40. A questão de gênero no esporte no Brasil e em Portugal já foi objeto de diversas análises, que desenvolveram o tema de forma mais abrangente e satisfatória do que esta tese se propõe a realizar. Para debates sobre o tema, ver Silvana Vilodre Goellner. *Imagens da mulher no esporte*. In: Mary Del Priore e Victor Andrade de Melo (orgs.). *Op. cit.*, p. 269-292; Silvana Vilodre Goellner. *Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico*. *Movimento*, Porto Alegre, v. 13, n 02, p.170-196; Isabel Cruz. «A virilidade é uma ideia que as pessoas têm que os homens são melhores.» *Discursos sobre os corpos das jogadoras de futebol na imprensa portuguesa*. In: Nina Clara Tiesler e Nuno Domingos (orgs.). *Futebol português: política, gênero e movimento*. Porto: Edições Afrontamento, 2012, p. 181-196; Inês Paulo Brasão. *Desencontros da história com o futebol feminino*. In: Nina Clara Tiesler e Nuno Domingos (orgs.). *Futebol português: política, gênero e movimento*. Porto: Edições Afrontamento, 2012; p. 197-219.

É necessário aqui se atentar para o caráter mobilizador do desporto. Além da preparação física da juventude, este exercia um grande atrativo para a atuação dos jovens junto à organização. De acordo com Ricardo Serrado a prática do futebol nas ruas era proibida pela polícia de Lisboa.⁴⁰² Vidal e Gonçalves citam ordens de serviços da polícia de Lisboa que informam que o Código de Posturas, em 1914, indicava uma multa para os que “se entregam ao jogo da bola, malha, foot-ball, etc.”, e mostram que havia certa tensão na prática de esportes na rua.⁴⁰³ Com a ginástica sendo priorizada frente ao desporto nas escolas e a prática de esportes nas ruas sendo reprimida pelas forças policiais, a Mocidade Portuguesa se tornava um dos espaços privilegiados para a prática de atividades físicas.

Dessa forma, o esporte acabou por se tornar uma das principais estratégias de atração da juventude para a Mocidade Portuguesa, aproximando-a do regime. Ainda que Joaquim Vieira afirme que “[n]o ambiente das atividades desportivas da MP, a atmosfera era despolitizada, desprovida de proselitismo”,⁴⁰⁴ a participação ativa dos jovens nas organizações estatais da juventude do Estado Novo era em si o tipo de participação política almejada pelo governo. O desporto, assim, atuaria tanto na produção de consenso como uma ferramenta de evasão.

Essa função do esporte não passada despercebida pelos dirigentes da entidade. Em carta endereçada ao Ministro da Educação Nacional, o Comissário Nacional interino da MP em março de 1945, José Soares Franco, declara ser o orçamento da entidade para

⁴⁰² Ricardo Serrado e Pedro Serpa. *História do futebol português: das origens ao 25 de Abril – uma análise social e cultural*. Lisboa: Prime Books, 2010, p. 254.

⁴⁰³ Frédéric Vidal e Gonçalo Rocha Gonçalves. O desporto na rua em Lisboa no início do século XX. In: José Neves e Nuno Domingos (orgs.). *Uma história do desporto em Portugal: volume I – corpo, espaços e mídia*. Vila do Conde: Quidnovi, 2011, p. 156.

⁴⁰⁴ Joaquim Vieira. *Op. cit.*, p. 167.

aquele ano insuficiente e pede novos incentivos. Em suas justificativas, ele cita os gastos envolvendo o esporte, declarando:

O desporto é hoje um poderoso meio de atracção dos rapases. A extensão alcançada pela obra deve-se em grande parte a essas actividades.

Não se pode, por outro lado, pôr já em dúvida as vantagens da educação física como processo educativo.

Os campeonatos segundo a orientação sempre seguida são indispensáveis como objectivo a apontar às actividades normais e motivos de interesse para a juventude.

(...)

Por outro lado, há a maior vantagem em prosseguir na Campanha do Mar, que encontrou entre os rapases uma crescente aceitação e vem ao encontro de uma política tradicional da Nação, que convém desenvolver.⁴⁰⁵

O esporte era visto como um forte meio de se atrair o jovens para a obra do governo, sendo os campeonatos esportivos forte motivo de interesse para eles. Dentro desses esportes, pode-se perceber uma predileção pelas modalidades náuticas, uma vez que essas estariam de acordo com a imagem que se buscava construir da nação, do império português que renascia sob o signo do Estado Novo. Como colocado por José Soares de Oliveira, diretor dos Serviços de Instrução Náutica da MP:

Porém, nós, portugueses, teremos de os interpretar [os desportos náuticos] doutra forma. Tornados grandes por mercê da transcendente influência que o mar exerceu nos destinos da Nação e, por nosso intermédio, na História da Humanidade, teremos de subordinar tôda e qualquer preparação marinheira da nossa juventude a um critério mais ajustado aos imperativos provenientes duma tradição de que justificadamente nos orgulhamos, mais concorde com as exigências resultantes da dispersão de nossos domínios imperiais.⁴⁰⁶

Praticavam-se diversos esportes na Mocidade Portuguesa, como vela, remo, futebol, handebol, rúgbi, basquetebol, tênis, voleibol, pingue-pongue, hóquei sobre a

⁴⁰⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Mocidade Portuguesa, cx. 978, ff. 34-35.

⁴⁰⁶ José Soares de Oliveira. “Os Centros de Instrução Náutica da Mocidade Portuguesa não são clubes desportivos”. *Boletim mensal do Comissariado Nacional*, n. 3, v. 2, Lisboa, jan. 1942, p. 98.

grama, atletismo, ginástica, tiro, esgrima, hipismo e natação.⁴⁰⁷ No entanto, as práticas de esportes não estavam disponíveis a todos. Alguns esportes, como o futebol e outras modalidades de contato físico, podiam ser praticados apenas pelos cadetes, a partir dos 18 anos.⁴⁰⁸ Para os mais jovens, recomendavam-se jogos com bolas ou esportes sem contato físico, como a vela.

É importante ressaltar que nem todos os jovens atraídos pela prática de esportes eram, de fato, arregimentados pelos ideais salazaristas. Muitos só estavam interessados na prática de esportes. Marcelo Caetano queixava-se deste fato em 1942:

Disse e repito: há muitos rapazes portugueses que não andam fardados, não estão inscritos em qualquer Centro, não se encontram em contacto com nenhum dirigente, – e são *nossos* porque comungam no nosso espírito.

E há imensos jovens enquadrados na Organização mas que só cá estão presentes em corpo, para fazer número e aproveitar egoisticamente certas vantagens, porque a alma, essa, mantém-se de todo alheia aos nossos propósitos e ideais.

As competições desportivas realizadas ultimamente vieram demonstrar que ainda existem muitos desses corpos sem alma, verdadeiros *cadáveres vivos*, na M.P.

Meninos que se inscreveram na Organização apenas para fruir em boas condições do ensino e do treino em qualquer modalidade desportiva, julgando-se sócios sem encargos de um clube elegante, mas ignorando o sentido de certas virtudes essenciais da M.P. chamadas disciplina, sacrifício, austeridade, dedicação.⁴⁰⁹

Para alguns, a Mocidade Portuguesa era apenas um “clube elegante” gratuito. Mas para o governo, o encargo da MP sobre o esporte era muito maior. Em 9 de março de 1942 o governo instituiu um Decreto-Lei que declara que todas as instituições que estivessem envolvidas com “a educação cívica, moral e física da juventude” precisariam

⁴⁰⁷ Mocidade Portuguesa – Centro Universitário do Pôrto. *A actividade de Secção de Educação Física e Desportos no ano lectivo 1941-1942*. Porto: Tipografia Mendonça, 1942, p. 6.

⁴⁰⁸ Mocidade Portuguesa. *Manual de higiene da M.P.*. Lisboa: Direcção Geral dos Serviços de Instrução Geral, 1945. A MP era organizada por grupos separados de acordo com sua faixa etária: os lusitos, dos sete aos dez anos; os infantes, dos dez aos catorze anos; os vanguardistas, dos catorze aos dezessete anos, e os cadetes, com mais de dezessete anos. Regulamento da MP, art. 6º. Lopes Arriaga. *Mocidade Portuguesa: breve história de uma organização salazarista*. Lisboa: Terra Livre, 1976, p. 137.

⁴⁰⁹ Marcelo Caetano. “A Mocidade Portuguesa é alma”. *Boletim mensal do Comissariado Nacional*, n. 8, v. 2, Lisboa, jun.1942, p. 238.

ter seus estatutos aprovados pelo Comissário Nacional da MP para poderem funcionar, tendo este também o poder de destituir seus dirigentes.⁴¹⁰ Na teoria, a MP passava a ter controle sobre clubes que adotassem práticas desportivas para jovens até 21 anos. Até que ponto esse controle foi realmente efetuado, é difícil discernir, visto que não existem muitas fontes que versem sobre o assunto. No entanto, parece que a ingerência da MP sobre clubes de elite foi muito reduzida.

Uma das principais limitações impostas pela MP aos clubes foi instituída através de uma circular em meados de 1942. Passando a vigorar a partir de agosto daquele ano, a circular impunha que todos atletas com até 21 anos estariam proibidos de participar de campeonatos que não fossem organizados pela MP, e que estes não poderiam estar ligados a clubes que reunissem atletas amadores e profissionais. Em caso de clubes expressamente amadores, era necessário obter autorização do comando local da MP.

Assim, a Mocidade Portuguesa obtinha total controle dos esportes junto à juventude do país. Dentre os clubes desportivos, ressentia-se a intervenção estatal, mas sua capacidade de barganha com o Estado era pequena e não havia muito a ser feito. Na ocasião da posse de Constantino Fernandes como novo presidente do Belenenses, o jornal *Os Sports* expunha a situação:

Um dos problemas mais importantes que os clubes têm de resolver é o da conhecida intervenção da «Mocidade Portuguesa», verificada através de vários diplomas que constituem legislação do País, e que afecta de certo modo a representação daqueles. Já no acto da posse da nova direcção do Belenenses, o sr. dr. Constantino Fernandes se referiu ao assunto em termos hábeis e cautelosos.⁴¹¹

⁴¹⁰ Decreto-Lei n. 31.908. *Diário de Govêrno*, Lisboa, 09 mar. 1942, p. 219.

⁴¹¹ Manuel Mota. “A Entrevista do dia: o Belenenses, diz-nos o sr. dr. Constantino Fernandes, não só manterá as actuais secções, mas procurará também alargar o âmbito da sua actividade desportiva”. *Os Sports*, Lisboa, 02 set. 1942, p.1.

Como expressou o jornalista, era necessário ter cautela ao se abordar o assunto de forma mais direta. No entanto, a insatisfação com o que Constantino Fernandes chamou de “plano de totalitarismo estatista” iria aumentar ainda mais após a criação da Direção Geral de Educação Física Desportos e Saúde Escolar, ainda naquele mês. O esporte ia assim sendo controlado pelo governo em todas as suas vertentes – o esporte para os jovens, através da MP, o esporte nos clubes, com a DGEFDSE, e o esporte operário, com a FNAT.⁴¹²

No Brasil, apesar de algumas iniciativas de controle por parte do Estado, os agentes do campo esportivo mantiveram grande autonomia na organização esportiva nacional. A organização criada pelo governo para o doutrinamento da juventude nacional, chamada Juventude Brasileira (JB), não atuou sobre o campo esportivo e teve influência irrelevante na organização e preparação da educação física no país, apesar de seus propósitos iniciais. O projeto inicial de uma organização de mobilização da juventude brasileira seria, no entanto, profundamente diferente do que acabou por ser implementado, como pode ser observado nas obras de José Silvério Bahia Horta e de Schwartzman, Bomeny e Costa.⁴¹³

Já na Constituição de 1937, Francisco Campos deixou aberto o espaço pra a criação de uma organização da juventude nacional, estabelecendo que a infância e a juventude deveriam receber cuidados especiais do Estado (art. 127). Para isso, previa-se que o Estado poderia fundar instituições, ou apoiar outras já existentes, que teriam como fim “organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim

⁴¹² Para mais detalhes sobre o esporte operário e a FNAT, ver seção 3.3 deste capítulo. Sobre a DGEFDSE e o controle do Estado sobre clubes e competições esportivas, ver seção 3.4.

⁴¹³ José Baía Horta. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994; Simon Schwartzman, Helena Maria Bomeny e Vanda Maria Costa. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra : Fundação Getúlio Vargas, 2000.

como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação”.⁴¹⁴

Ao destacar como função de tais instituições a promoção da “disciplina moral” e do “adestramento físico” dos jovens, estabelecia-se a oportunidade da criação de uma organização nacional como a da Juventude Hitlerista, dos Balillas italianos ou mesmo como a Mocidade Portuguesa. O próprio Francisco Campos iria apresentar, em 1938, a proposta de criação de uma organização de tal modelo, a Organização Nacional da Juventude (ONJ). Os anteprojetos apresentados por Campos a Vargas, de profunda inspiração fascista,⁴¹⁵ previam que a ONJ arregimentasse jovens entre 8 e 18 anos de idade, aos quais ofereceria instrução pré-militar, profissional e técnica, assistência social e educação esportiva.⁴¹⁶

Dentro da esfera do esporte, a ONJ teria o monopólio das atividades que envolvessem a educação física dos jovens. Com isso, “as instituições existentes de educação cívica, moral ou física da mocidade, tais como associações, ligas e clubes esportivos atléticos”⁴¹⁷ teriam que se filiar à ONJ, o que faria com que todos os seus membros na idade com idade compatível seriam automaticamente associados à organização. Com isso, Francisco Campos buscava trazer para a esfera do governo o controle de toda a prática esportiva da juventude, como a Mocidade Portuguesa faria em 1942.

⁴¹⁴ Constituição dos Estados Unidos do Brasil – decretada a 10 de novembro de 1937. Art. 132. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 03 jan. 2013.

⁴¹⁵ José Horta tipifica os anteprojetos de Francisco Campos como uma “transcrição literal (ou quase literal) dos primeiros documentos normativos da Opera Nazionale Balilla”. José Baía Horta. *Op. cit.*, p. 275, nota 4.

⁴¹⁶ José Baía Horta. *Op. cit.*, p. 209.

⁴¹⁷ Regimento Administrativo da Organização Nacional da Juventude. Art. 9., apud José Baía Horta. *Op. cit.*, p. 214.

No entanto, o anteprojeto de Francisco Campos nunca saiu do papel. Alzira Vargas, auxiliar de Gabinete de seu pai, foi incumbida de elaborar um parecer do mesmo, o qual teria considerado uma “obra de importação clandestina, traduzida das organizações europeias, sem a competente adaptação ao meio nacional”.⁴¹⁸ Entre as principais críticas de Alzira Vargas, destacava-se a atribuição do controle da organização ao Ministério da Justiça (uma vez que Francisco Campos, autor do anteprojeto, ocupava aquele ministério), no lugar do Ministério da Educação e seu caráter paramilitar. Em vista destas observações, o anteprojeto é enviado para a apreciação dos ministros da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, e da Educação, Gustavo Capanema, ainda em 1938.

Dutra, apesar de concordar com o princípio de arregimentação da juventude pelo Estado, afirmando que “[n]o Brasil, e no momento atual, é mais do que indicado esse trabalho de educação moral, física e intelectual da mocidade”.⁴¹⁹ No entanto, o ministro vê como uma função exclusiva do exército a preparação militar dos jovens, e afirma que a cessão dessa incumbência a uma organização paralela a este enfraqueceria o mesmo e seria assim prejudicial à segurança nacional.⁴²⁰ O general termina por enfatizar que seria melhor realizar as funções previstas pelo anteprojeto não por uma nova entidade, como a ONJ, que define como “complexa e cara”,⁴²¹ mas através do sistema escolar existente.

Já Gustavo Capanema reformula o projeto por completo e eventualmente cria outro projeto para uma entidade da juventude nacional. Inspirado pelo que chama de “nome singelo” da organização congénere portuguesa, o ministro propõe o nome

⁴¹⁸ CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas, GV 38.03.00/1, apud José Baía Horta. *Op. cit.*, p. 215; e Simon Schwartzman, Helena Maria Bomeny e Vanda Maria Costa. *Op. cit.*, p. 144.

⁴¹⁹ Organização Nacional da Juventude – Documento Reservado do Ministro da Guerra. 09 ago. 1938. CPDOC. Arquivo Gustavo Capanema, GgC 38.08.09 (1), apud José Baía Horta. *Op. cit.*, p. 217; e Simon Schwartzman, Helena Maria Bomeny e Vanda Maria Costa. *Op. cit.*, p. 142.

⁴²⁰ José Baía Horta. *Op. cit.*, p. 219; e Simon Schwartzman, Helena Maria Bomeny e Vanda Maria Costa. *Op. cit.*, p. 143.

⁴²¹ *Ibid.*

Juventude Brasileira (JB), o que marcaria o vínculo da organização com o país.⁴²² As mudanças propostas por Capanema não paravam por aí. Para ele, as funções da JB deveriam se restringir à formação moral e cívica e física dos jovens, perdendo grande parte do caráter doutrinador e paramilitar presente no projeto de Francisco Campos.⁴²³

Por fim, a Juventude Brasileira é criada em março de 1940, através da promulgação do Decreto-Lei n. 2.072, apresentando como finalidade “promover, dentro ou fora das escolas, a educação cívica, moral e física da juventude, assim como da infância em idade escolar”.⁴²⁴ Assim como a Mocidade Portuguesa, a JB pretendia-se obrigatória para todas crianças e jovens entre os 7 e 18 anos de idade matriculadas em escolas, sendo no entanto facultativa para os que não estivessem matriculados.⁴²⁵

No entanto, em contraste com a efetividade e a importância que a MP detinha no Estado Novo português, a JB teve atuação extremamente limitada em sua curta duração efetiva. Criada oficialmente em março de 1940, a Juventude Brasileira teve sua regulamentação estabelecida apenas quase dois anos depois, com o Decreto-Lei 4.101, em fevereiro de 1942.⁴²⁶ No entanto, o diploma previa ainda a criação da Direção Nacional da Juventude Brasileira, que seria estabelecida apenas no final daquele ano, através do Decreto-Lei 5.045.⁴²⁷

Dessa forma, a organização, criada em março de 1940, só teria suas primeiras articulações institucionais em dezembro de 1942, em um cenário muito diferente do de sua idealização. Concebida em um momento no qual o Brasil ainda não se envolvera na

⁴²² José Baía Horta. *Op. cit.*, p. 220.

⁴²³ Para maiores detalhes sobre os projetos apresentados por Francisco Campos e Gustavo Capanema e suas repercussões, ver José Baía Horta. *Op. cit.*.

⁴²⁴ Decreto-Lei n. 2.072, de 08 mar. 1940. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1940, p. 4239.

⁴²⁵ *Ibid*, art. 10.

⁴²⁶ Decreto-Lei n. 4.101, de 09 fev. 1942. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1942, p. 2125.

⁴²⁷ Decreto-Lei n. 5.045, de 05 dez. 1942. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 08 dez. 1942, p. 17808.

Segunda Guerra Mundial e que uma aproximação ideológica com o fascismo ainda era possível de ser expressa publicamente, a JB dá seus primeiros passos em meio à participação do país na guerra, em combate aberto ao fascismo, com o qual a JB era popularmente identificada. Tal identificação pode ter contribuído para a falta de apelo da organização junto aos jovens, como pontou o editorial de *O Jornal* de 03 de março de 1945, comentando o fim da entidade:

Os servidores da Juventude Brasileira não têm, no momento, serviços a executar. Não têm, nem nunca tiveram. E nunca tiveram porque, se houve uma moda fascista que não pegou no país, apesar do interesse da ditadura estadonovista, foi essa de Juventude Brasileira, em moldes da “Juventude Hitlerista”. (...) A Juventude Brasileira nunca pegou. Nunca existiu, de fato.⁴²⁸

O esvaziamento da entidade pode ser visto como um dos fatores de seu fim, assim como sua inadequação a um período de redemocratização que se iniciava no final de 1944. A Juventude Brasileira tinha como forma principal de atuação suas formaturas em ocasiões festivas, especialmente no Desfile de Juventude, previstas para o primeiro sábado ou domingo de setembro, nas festividades da semana da pátria.⁴²⁹ Os desfiles, que já ocorriam antes da criação da JB sob organização do sistema escolar, visavam marcar simbolicamente a adesão dos jovens brasileiros ao Estado Novo, como forma de legitimação do regime.⁴³⁰ Apenas dois Desfiles da Juventude foram organizados sob a égide da Juventude Brasileira, em 04 de setembro de 1943 e 03 de setembro de 1944.⁴³¹ No entanto, mesmo com a nova entidade em vigor, nada se modificou na estrutura dos desfiles, ainda segmentados por instituições de ensino. Mesmo em sua atribuição

⁴²⁸ Apud José Baía Horta. *Op. cit.*, p. 274.

⁴²⁹ Decreto-Lei n. 2.072, de 08 mar. 1940. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1940, p. 4239, art. 22; Decreto-Lei n. 4.101, de 09 fev. 1942. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1942, p. 2125, art. 5º.

⁴³⁰ Maurício Parada. *Op. cit.*.

⁴³¹ “Realiza-se hoje a Parada da Juventude”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 04 set. 1943, p. 8; “Semana da Pátria: realiza-se hoje a Parada da Juventude”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 03 set. 1944, p. 28.

máxima, os desfiles na Semana da Pátria, a Juventude Brasileira falhava em se fazer evidente, o que pode ser visto como mais um sinal de seu esvaziamento e fragilidade.

Nos desfiles da Juventude, a relação estabelecida com o esporte foi mínima. Em alguns anos, utilizaram-se estádios de futebol como locais de reunião de jovens, como em 1942, no estádio de São Januário. No entanto, a maior parte dos desfiles (como os de 1943 e 1944) ocorreu na Avenida Rio Branco, e não se realizavam demonstrações ou competições esportivas em homenagem à ocasião. Se uma das finalidades da Juventude Brasileira era destinada à educação física dos jovens, ela também não exerceu sua prerrogativa nesse sentido. Ao contrário da Mocidade Portuguesa, que tinha na prática esportiva um grande atrativo para seus membros, a Juventude Brasileira não conseguiria atrair membros por este artifício, visto que a prática de esportes era corriqueira para os jovens dos grandes centros brasileiros, que podiam praticá-los nas ruas ou nos diversos clubes à sua disposição.

A busca por uma maior atuação junto a seu público alvo é descrita por Horta como o principal motivador da crise institucional que poria fim à Juventude Brasileira, opondo seu secretário geral, o tenente-coronel Jair Dantas Ribeiro, a outros dirigentes do Ministério da Educação.⁴³² Agravava a crise o fato das delimitações de atuação da JB e de outros departamentos se sobreporem em diversos pontos. Ribeiro então propõe que a Juventude Brasileira fosse promovida a departamento e passasse a ser a única responsável pelas atividades extra-curriculares das escolas, assim como se tornasse a responsável pelas aulas de educação física, relegando à Divisão de Educação Física a fiscalização das escolas de formação de professores e técnicos. A rejeição da proposta por parte de Capanema faz com que Jair Ribeiro se demita do cargo ainda em julho de

⁴³² José Baía Horta. *Op. cit.*, p. 272-273.

1943, com menos de um ano de atuação da entidade. Capanema encarrega o diretor da Divisão de Educação Física da direção interina da Secretaria Geral do órgão, tendo em vista o desfile da juventude de setembro do mesmo ano – o primeiro da JB. A situação permaneceria inalterada até o desfile de 03 de setembro de 1944, quando um técnico do Ministério ficaria encarregado da Direção Nacional da Juventude Brasileira. Em fevereiro de 1945, a mesma seria extinta, com todos os seus funcionários realocados para a Divisão de Educação Física⁴³³ e para a Divisão de Administração do Ministério de Educação e Saúde.⁴³⁴ A Juventude Brasileira seria extinta oficialmente através do Decreto-Lei n. 8.194, menos de um mês após o fim do Estado Novo, sob o governo de José Linhares.⁴³⁵

Vemos assim que o papel desempenhado pelo esporte junto às organizações de juventude dos Estados Novos do Brasil e de Portugal diferiram profundamente. No entanto, devido às grandes diferenças entre as duas entidades, a comparação perde parte de seu potencial explicativo. A fragilidade, incipiência e quase nula atuação da Juventude Brasileira se contrapõe assim à uma das organizações governamentais doutrinadoras de maior atuação e influência do governo salazarista.⁴³⁶ Contudo, tais diferenças, resultantes de distinções na formação política local de cada um dos casos aqui analisados, não invalidam a análise comparativa.

A Mocidade Portuguesa, mesmo com sua forte presença junto à juventude e sua inserção no meio escolar, teve no o esporte um de seus principais meios de atração de seus membros, atuando inclusive junto à organização esportiva nacional A Juventude

⁴³³ Ibid., p. 274.

⁴³⁴ Decreto n. 17.899, de 26 fev. 1945. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1945, p. 3239.

⁴³⁵ Decreto-Lei n. 8.194, de 20 nov. 1945. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1945, p. 17749.

⁴³⁶ Lopes Arriaga. *Mocidade Portuguesa: breve história de uma organização salazarista*. Lisboa: Terra Livre, 1976; Irene Flunser Pimentel. *Mocidade Portuguesa Feminina*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007; Joaquim Vieira. *Mocidade Portuguesa*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.

Brasileira, por outro lado, ainda que tendo como uma de suas funções oficiais cuidar da educação física do jovem brasileiro, muito pouco fez nesse sentido. A mesma diferença de força de atuação pode ser observada na comparação das entidades oficiais de lazer dos trabalhadores, como poderá ser observado a seguir.

3.3. Esporte e Trabalhadores

Dentro do sistema corporativo vigente nos Estados Novos de Portugal e do Brasil, a relação estabelecida entre governo e trabalhadores era de central importância. De acordo com Fernando Rosas, a organização corporativa tinha como um de seus fins “vigiar e (...) tutelar a concretização do grande objetivo consensual da coligação suporte do Estado Novo (...): a contenção/repressão do movimento operário”.⁴³⁷ Dito de outra forma, se fazia mister ao sistema corporativo o controle dos trabalhadores, e de suas lutas, assim como de seu movimento organizado. No entanto, para se atingir esse objetivo de forma mais plena possível, a repressão e a violência, sozinhas, não seriam suficientes. Era necessário aproximar esses trabalhadores do regime vigente. Como apontado por Angela de Castro Gomes:

De um lado, almejava-se um maior controle do ministério [do Trabalho] sobre o movimento sindical, mas, de outro, necessitava-se que este movimento fosse significativamente representativo no meio do operariado. Ou seja, não se buscava apenas o mero controle, mas a adesão e a mobilização, o que só é possível através de procedimentos mais participativos e capazes de gerar certa dose de representatividade real.⁴³⁸

Como evidências desse movimento, observamos a criação de legislações trabalhistas que atuavam no sentido de promover esta aproximação entre Estado e

⁴³⁷ Fernando Rosas. O corporativismo enquanto regime. In: ROSAS, Fernando; GARRIDO, Álvaro (orgs.). *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 26.

⁴³⁸ Angela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 187.

classe trabalhadora. No Brasil, medidas como a instituição do salário mínimo e da Justiça do Trabalho, a política previdenciária, a lei sindical de 1939 e a consolidação das Leis do Trabalho são marcos dessa política. Em Portugal, podemos citar a criação dos sindicatos nacionais, do Estatuto do Trabalho Nacional (ETN) e do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), que atuavam no mesmo sentido.⁴³⁹

Outro importante mecanismo de aproximação dos trabalhadores ao governo atuou junto ao momento de não-trabalho dos mesmos. Apoiando-se em modelos que atuavam com sucesso na Itália e na Alemanha, foram criadas instituições governamentais para a ação no âmbito do tempo livre dos trabalhadores, a *Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho* (FNAT), criada em 1935 em Portugal,⁴⁴⁰ e o *Serviço de Recreação Operária* (SRO), criado em 1943 no Brasil.⁴⁴¹

Em especial no caso da FNAT, em Portugal, a inspiração nos modelos fascistas é evidente. A Itália fascista instituiu a *Opera Nazionale Dopolavoro* (OND), em 1925, e a Alemanha seguiu o exemplo italiano com a *Nach der Arbeit* (Depois do Trabalho, o mesmo nome de sua congênere italiana – Dopolavoro), depois rebatizada *Kraft durch Freude* (Kdf – Força pela Alegria).⁴⁴²

Devemos observar, contudo, que a demanda por uma instituição de lazer para os trabalhadores portugueses já existia antes mesmo da institucionalização do Estado Novo. A criação de uma “obra Após o Trabalho” já se fazia presente nos estatutos de

⁴³⁹ Francisco Carlos Palomanes Martinho. Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil. In: Francisco Carlos Palomanes Martinho e António Costa Pinto (org). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁴⁴⁰ A FNAT foi criada pelo Decreto-Lei n. 25.485, de 13 jul. 1935. *Diário do Governo*, Lisboa, 13 jun. 1935, p. 1.

⁴⁴¹ O SRO foi criado pela portaria n. 68, de 06 dez. 1943. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 08 dez. 1943, p. 18038.

⁴⁴² Arnd Krüger. The role of sport in German international politics, 1918-1945). In: Pierre Arnaud e James Riordan. *Sport and international politics: the impact of fascism and communism on sport*. Oxon, Taylor & Francis, 1998.

abril de 1933 da Associação Portuguesa dos Empregados Bancários, que visava “proporcionar aos sócios e suas famílias distração para o espírito, nas horas de descanso”.⁴⁴³ Os andamentos dessa obra continuam depois do estabelecimento do Estado Novo, com a criação de uma cantina em 1935 e de uma contribuição para a criação de uma colônia de férias, juntamente com outros sindicatos lisboetas. É a partir desse movimento que se forma o projeto de criação da FNAT, concretizada em julho de 1935.

Assim como em suas congêneres fascistas, a FNAT possuía um claro intuito doutrinador. Já no diploma de sua criação, esse caráter é explicitado:

Sem um intenso movimento de espiritualização da vida e sem um forte apelo aos valores morais, a obra do Estado Novo poderia renovar materialmente a face da terra portuguesa mas não seria conseguida sua vitória mais alta: a transformação profunda de nossa mentalidade, o revigoramento de todos os laços e de todos os sentimentos que mantêm a comunidade nacional e a perpetuam através dos tempos.⁴⁴⁴

A FNAT seria assim uma importante ferramenta para essa suposta “transformação de mentalidade” nacionalista a qual o Decreto-lei se refere. Já a portaria que cria o SRO não traz qualquer menção a uma perspectiva doutrinária ou nacionalista do órgão. Ligado à Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS), que tinha como um dos objetivos de sua criação a promoção do desenvolvimento do espírito sindical,⁴⁴⁵ o SRO teria como função “difundir as atividades físicas e culturais entre os trabalhadores sindicalizados”.⁴⁴⁶ Diferentemente de sua congênere portuguesa, o SRO não teve uma função de destaque dentro da engrenagem de controle social e ideológico

⁴⁴³ José Carlos Valente. A Corporativização dos tempos-livres: a acção da FNAT (1935-1958). In: Fernando Rosas e Álvaro Garrido (orgs.). *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 231.

⁴⁴⁴ Decreto-Lei n. 25.485, de 13 jul. 1935. *Diário do Govêrno*, Lisboa, 13 jun. 1935, p. 1.

⁴⁴⁵ Decreto-Lei n. 5.199, de 16 jan. 1943. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1943, p. 18038.

⁴⁴⁶ Portaria n. 68, de 06 dez. 1943. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 08 dez. 1943, p. 18038.

do Estado, tendo um papel mais voltado para o controle e o direcionamento das atividades culturais e de lazer dos trabalhadores, como apontou Angela Bretas:

Apesar da presença da perspectiva de controle e manipulação, da forte marca da ideologia que se instaurou no período pós-30 e se consolidou após o golpe de 1937 e das consequências desses aspectos sobre suas ações cotidianas, é possível destacar que as atividades desenvolvidas pelo SRO, ao menos até os fins de 1945, período estudado, apresentavam possibilidades de ampliação do universo cultural de seus usuários.⁴⁴⁷

Já em Portugal, a FNAT constituiu-se em um dos principais pilares da propaganda salazarista, ao lado do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). De acordo com Luís Reis Torgal:

Estamos, pois, perante mais um órgão estatal de grande importância como reprodutor da ideologia salazarista virado, sobretudo, para o lazer dos trabalhadores, a quem expressamente se destinava. Na verdade, consideravam-se como «aderentes efectivos da FNAT», sendo beneficiários os seus membros, os Sindicatos Nacionais e as Casas do Povo”.⁴⁴⁸

No entanto, mesmo com suas diferenças nesse sentido, ambas as entidades tinham objetivos em comum: visavam aumentar o controle do Estado sobre os trabalhadores, interferindo em suas atividades de tempo livre. Elas dividiam-se em duas áreas de atuação: a cultural e a física. Na área cultural, o SRO contava com suas seções de Biblioteca, Cinema, Musica e Atividades Sociais e Teatro, enquanto a FNAT organizava palestras, conferências, sessões de cinema, teatro, saraus musicais e palestras radiofônicas, visitas a museus, bibliotecas populares, assim como cursos diversos. Na área de educação física, o SRO atuava através de suas seções de Escotismo, Ginástica e Desportos, Assistência Médica e Excursões. De forma similar, a FNAT tinha como

⁴⁴⁷ Ângela Bretas. Serviço de Recreação Operária: uma experiência no tempo do não-trabalho no Estado Novo. In: Geraldo Pontes Jr. E Victor Hugo Adler Pereira (orgs.). *O velho, o novo, o reciclável Estado Novo*. Rio de Janeiro: Instituto de Letras da UERJ, 2008, p. 142.

⁴⁴⁸ Luís Reis Torgal. *Estados novos Estado novo: ensaios de história política e cultural*. 2 ed. v. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 206.

funções organizar colônias de férias e excursões, demonstrações atléticas, desafios e festas esportivas, assim como cursos de ginástica e educação física. Dentre essas atividades, as de cunho esportivo exerciam grande atração a seus filiados. O esporte atuaria então como uma importante atividade dessas organizações, ainda que não fosse a única.

Para a FNAT, o uso do esporte iria além da questão da preparação física. Em carta da Comissão Administrativa a Oliveira Salazar, datada de 20 de agosto de 1936, alguns desses fins são deixados evidentes: “A cultura física é para nós tida como imprescindível não só com o fim de melhorar a condição física dos trabalhadores portugueses, mas sobretudo para os disciplinar e poder ter sobre eles verdadeiro e efectivo controle”.⁴⁴⁹ Assim, vê-se que a prática era vista também como um efetivo mecanismo de controle social, como uma ferramenta para a redução de conflitos. Nuno Domingos aborda a mesma questão, de forma ligeiramente distinta:

O combate protagonizado pelo Estado e pelos patrões da indústria contra as situações de conflito social, para além da notória utilização da autoridade e da violência, passou, num exercício ideológico subtil, pela aplicação de políticas sociais. O desporto, ao lado do turismo e da cultura, foi um protagonista da organização do lazer para os trabalhadores.⁴⁵⁰

As políticas sociais aplicadas pelo governo, e as práticas de lazer no caso em questão, seriam assim vistas como elementos de controle da classe trabalhadora. Talvez não seja mera coincidência o fato de que as práticas de lazer organizadas pela FNAT tenham se exponenciado a partir de 1940, em um período descrito por Francisco Carlos Martinho como “preocupante para o regime, notadamente nas suas pretensões de

⁴⁴⁹ Apud José Carlos Valente. *Estado Novo e alegria no trabalho: uma história política da FNAT (1935-1958)*. Lisboa: Edições Colibri: INATEL, 1999, p. 80.

⁴⁵⁰ Nuno Domingos. O futebol e o trabalho. In: José Neves e Nuno Domingos (orgs). *A época do futebol: o jogo visto pelas ciências sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004, p. 308.

continuidade”.⁴⁵¹ É evidente que a FNAT não solucionaria os conflitos trabalhistas, como demonstram as greves de 1941 e 1942, por exemplo. No entanto, pode-se perceber uma maior atuação da FNAT neste período, ao menos no campo esportivo.

As apresentações de ginástica feminina são uma demonstração deste fato. Coordenadas inicialmente como ensaios para a inauguração do Estádio Nacional, programada originalmente para 1940, são mantidas mesmo após o adiamento da festividade, culminando no 1º Festival de Ginástica Feminina, realizado no Pavilhão do Parque Eduardo VII em dezembro de 1940.⁴⁵² Os festivais de ginástica se proliferariam em 1942. De acordo com José Carlos Valente, após o sucesso do primeiro festival, outros teriam se realizado com o fim de assinalar a implantação de centros da FNAT nas grandes fábricas, juntando-se à ginástica feminina apresentações de educação física masculina.⁴⁵³ Assim, seriam realizados, até o ano de 1945, quatro festivais de ginástica (todos em 1942, fora o primeiro de 1940) e seis festivais de educação física, além das apresentações na inauguração do Estádio nacional, em 1944, e cinco “semanas de ginástica” no Ginásio Club Português.⁴⁵⁴

No entanto, a principal frente de atuação da FNAT junto aos esportes se deu com a organização de seus ‘campeonatos nacionais’, depois renomeados como “campeonatos corporativos”, tendo em vista não confundi-los com os campeonatos organizados pelas federações esportivas portuguesas. Em 1941 organizam-se

⁴⁵¹ Francisco Carlos Palomanes Martinho. A ordenação do trabalho e a nostalgia do Império: o Estado Novo português e as razões do consentimento (1933-1974). In: Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Europa – Volume I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 291.

⁴⁵² Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. *I Relatório Anual do II Pelouro 1947-1948*. [s.l]: [s.n.], 1949, p. 60; José Carlos Valente. *Estado Novo e alegria no trabalho: uma história política da FNAT (1935-1958)*. Lisboa: Edições Colibri: INATEL, 1999, p. 81.

⁴⁵³ José Carlos Valente. *Estado Novo e alegria no trabalho: uma história política da FNAT (1935-1958)*. Lisboa: Edições Colibri: INATEL, 1999, p. 85.

⁴⁵⁴ Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. *Dez anos de alegria no trabalho*. [s.l]: [s.n.], 1945, p. 36.

campeonatos de futebol, natação e tiro.⁴⁵⁵ Vale destacar que em 1940 já havia sido realizada uma competição de tiro, com a participação de 201 atletas, de 23 grupos diferentes, assim como a ampla participação nos campeonatos de futebol, os de maior participação de trabalhadores em todos os anos em que foram organizados.

No primeiro campeonato de futebol, a questão do amadorismo se tornou um problema a ser contornado pelos organizadores dos próximos eventos. Como o estatuto do futebol português ainda era amador, empresas colocaram em campos jogadores da elite do futebol em suas equipes, o que gerou grande descontentamento entre os outros competidores, como comentado pelo Grupo Desportivo dos Empregados da Federação Nacional dos Produtores de Trigo:

esta Fundação Nacional não pôde evitar que organismos corporativos alinhassem figuras de destaque no Futebol Português e contra tais adversários não nos era possível, moralmente, alinhar empregados da Federação dos Trigos. (...) a GAM [Grupo dos Armazenistas de Merceria] consegue apresentar em todos os campeonatos em que entra conhecidos desportistas portugueses, (...) [enquanto] a FNTP limita-se a pôr em campo, humildes principiantes dos que tem em sua casa.⁴⁵⁶

Por este motivo, não se realizou torneio de futebol em 1942 e 1943, tendo em vista que ainda se elaborava um critério a ser adotado em relação a trabalhadores que disputassem campeonatos oficiais em nome de clubes desportivos.⁴⁵⁷ Mas isso não significa dizer que os campeonatos corporativos da FNAT tenham perdido sua força. Em 1942, mais três modalidades foram incorporadas aos torneios, realizando-se torneios de atletismo, basquete e tração de corda, além da natação. Sem o futebol e o tiro, o

⁴⁵⁵ Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. *I Relatório Anual do II Pelouro 1947-1948*. [s.l]: [s.n.], 1949.

⁴⁵⁶ Apud José Carlos Valente. *Estado Novo e alegria no trabalho: uma história política da FNAT (1935-1958)*. Lisboa: Edições Colibri: INATEL, 1999, p. 86-87.

⁴⁵⁷ Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. *Dez anos de alegria no trabalho*. [s.l]: [s.n.], 1945, p. 29.

número total de participantes caíra de 691 para 479, mas o número de grupos envolvidos subira de 50 para 56.

Nos anos seguintes, o crescimento dos campeonatos corporativos foi substancial. Em 1943, 691 trabalhadores se dividiam em 109 grupos em campeonatos de atletismo, basquetebol, pingue-pongue e tiro. Em 1944, 1.868 atletas, de 197 grupos, disputavam os mesmos torneios, com a adição do futebol e do voleibol. E em 1945, último ano analisado em meu recorte temporal, 2.665 trabalhadores de 298 grupos distintos competiam em sete modalidades diferentes. Os campeonatos continuaram a crescer após 1945, com a realização de provas de outras modalidades, como o ciclismo a partir de 1946.⁴⁵⁸ O Quadro I abaixo demonstra claramente esta evolução.

(Quadro I)

Campeonatos Corporativos da FNAT (até 1945)

	39-40	40-1941	41-42	42-43	43-44	44-45
Grupos	23	50	56	109	197	298
Atletas	201	691	479	691	1868	2665
Campeonatos	1 (tiro)	3 (tiro, futebol, natação)	4 (atletismo, basquete, tração e natação)	4 (tiro, basquete, atletismo e pingue- pongue)	6 (tiro, atletismo, basquete, futebol, pingue- pongue, Vôlei)	7 (tiro, atletismo, basquete, futebol, natação, pingue- pongue, vôlei)

Fonte: Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho.⁴⁵⁹

Dentro da retórica produzida pela FNAT, o esporte seria “praticado com fim educativo, sem paixões e interesses, afastando os que não necessitavam de repeti-lo fora do meio onde, por amizade clubista ou por qualquer outro motivo, já se

⁴⁵⁸ Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. *I Relatório Anual do II Pelouro 1947-1948*. [s.l]: [s.n.], 1949.

⁴⁵⁹ Ibid.

encontravam”.⁴⁶⁰ Daí seu lema “mais gente nos campos e menos nas bancadas”, que demonstra a inclinação de proporcionar a seus membros a prática do esporte, retirando-os dos espetáculos esportivos onde participariam apenas como espectadores.⁴⁶¹ Tal lema era, na verdade, tradução quase literal do lema desportivo da OND, “muitos participantes e poucos espectadores”.⁴⁶²

No Brasil, os campeonatos organizados pelo SRO não tinham a abrangência dos promovidos pela FNAT, realizando-se apenas torneios de futebol.⁴⁶³ A ginástica, altamente difundida entre trabalhadores ligados à FNAT, desempenhava um papel de menor relevância do que o esporte. Para justificar tal postura, Arnaldo Sússekind, diretor do SRO, cita João Lyra Filho, um dos principais ideólogos do esporte brasileiro do período e presidente do CND:

A Educação Física persegue o método de preparação para a prática do desporto. Ésse é o resultado, a conclusão; interessa não apenas ao físico, mas à mente, a moral, à moralidade e à sociedade dos indivíduos. A Educação Física individualiza. O desporto socializa. A ginástica sózinha, entorpece o ânimo, predispõe o educando ao enfado. A Educação Física em função do desporto, adapta, anima, congrega os educandos para a comunhão sócio-desportiva.⁴⁶⁴

O desporto seria assim o meio pelo qual se daria não apenas o aperfeiçoamento físico, mas também o processo de socialização fundamental para o trabalho em equipe nas oficinas e empresas. Dessa forma, os campeonatos esportivos do SRO, em geral de

⁴⁶⁰ Ibid., p. 5.

⁴⁶¹ Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. *Dez anos de alegria no trabalho*. [s.l]: [s.n], 1945, p. 15.

⁴⁶² Victoria de Grazia. *The culture of consent: mass organization of leisure in Fascist Italy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 173. Tradução minha.

⁴⁶³ Apenas torneios de futebol foram por mim identificados como sendo organizados pelo SRO. Caso torneios de outras modalidades esportivas tenham ocorrido dentro do período aqui analisado, seus registros foram escassos e não foram por mim analisados.

⁴⁶⁴ Apud Angela Brêtas. *Nem só de pão vive o homem: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945)*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Faculdade de Educação), 2007, p. 314.

futebol, eram vistos como um elemento de congregação dos trabalhadores da cidade, do estado ou do país, de acordo com a abrangência do torneio em questão.

No primeiro torneio intersindical organizado, realizado em 1944, participaram 12 times de sindicatos do Rio de Janeiro. A taça do campeonato, batizada de “Ministro Marcondes Filho”, foi vencida pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Olaria, de Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento e de Cerâmica para Construção, vencendo na final o Sindicato dos Estivadores.

Já no ano seguinte, em 1945, o campeonato reuniu 17 times, divididos em dois grupos, com 721 jogadores. O grupo “João Lyra Filho” foi vencido pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Lavanderia e Tinturaria do Vestuário do Rio de Janeiro; o grupo “Manoel Vargas Netto” teve como vencedor o Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro. Na disputa pelo título, a taça foi conquistada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Lavanderia e Tinturaria do Vestuário do Rio de Janeiro, que se sagrou campeão intersindical de 1945.⁴⁶⁵

Jogos amistosos também foram realizados entre equipes de diferentes estados, como na ocasião das comemorações do 1º de maio de 1944, no Pacaembu, onde foi realizado um confronto entre o campeão intersindical carioca e a equipe do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil de São Paulo. Em 1945 realizou-se outro amistoso entre os sindicatos dos Ensacadores de Café do Rio de Janeiro e o de Santos, realizado no Estádio do Bonsucesso, que terminou empatado. Teriam sido realizados também, em períodos posteriores ao abordado aqui neste trabalho, campeonatos estaduais e nacionais de futebol, assim como torneios de natação.⁴⁶⁶

⁴⁶⁵ Ibid., p. 320-321.

⁴⁶⁶ Ibid., p. 321.

Os esportes eram uma ferramenta importante na estratégia de aproximação e controle do Estado sobre os trabalhadores, mas tal aproximação não passaria necessariamente por uma instituição oficial, especialmente no caso brasileiro. No Brasil, o trinômio líder-trabalhadores-esporte foi mobilizado de forma direta através de eventos cívicos que marcariam a aproximação entre povo e Estado, celebrando a nação e seu guia, especialmente no 1º de Maio, Dia do Trabalho.

No 1º de maio, Getúlio Vargas sempre participava da comemoração pública oficial, que por diversas vezes ocorreu no estádio de São Januário, que ficava lotado de pessoas, que se dirigiam de todos os cantos da cidade, em linhas especiais de ônibus e bondes que transportavam passageiros gratuitamente. A entrada no evento era franca, tudo feito de modo a incentivar a presença popular nas arquibancadas do então maior estádio da capital brasileira. Getúlio adentrava o gramado do estádio em carro aberto, normalmente acompanhado do Ministro do Trabalho e de alguns membros de seu gabinete. Tocava-se então o Hino Nacional, seguido de vários discursos e de desfiles de atletas militares e operários. O simbolismo do evento era grandioso, sendo este transmitido pelo DIP para todo o país, além de ser traduzido para outros idiomas e retransmitido para o exterior. Nestas cerimônias, Vargas assinava publicamente algum decreto em benefício aos trabalhadores – como o que instituía o salário mínimo, assinado em 1940 – e se retirava do estádio de forma triunfal, sob aclamação popular.⁴⁶⁷

Em 1942, nas comemorações do 1º de maio, Getúlio Vargas estava programado para participar das festividades das tribunas do estádio de São Januário, quando tinha o costume de assinar decretos de leis trabalhistas. No entanto, um imprevisto fez com que o presidente não pudesse participar das celebrações neste dia. Ao retornar de Petrópolis

⁴⁶⁷ Maurício Drumond. *Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Perón*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

e se dirigir para o estádio de São Januário, um acidente de carro fez com que Vargas não participasse das celebrações naquele ano. Em 1943, as celebrações do Dia do Trabalho no Rio de Janeiro ocorreram na esplanada do Castelo, com Getúlio se dirigindo à população da sacada do 3º andar do Palácio do Trabalho. As festas ainda contavam com desfiles de trabalhadores e corais regidos por Villa-Lobos, mas as tradicionais disputas de futebol que ocorriam após as festividades não aconteceram.

Em 1944 São Paulo festejaria o 1º de Maio com a presença do presidente da nação, novamente no Pacaembu. Assim como no Rio de Janeiro, parte das arquibancadas era reservada para sindicatos e associações trabalhistas e grupos militares. As festas contavam com desfiles militares, exibição de pilotos da aeronáutica, e partidas amistosas de futebol, envolvendo equipes de trabalhadores de diferentes setores.

Nos anos de 1944 e 1945, o SRO participou diretamente das comemorações, organizando encontros de futebol que ocorriam no estádio antes da chegada do presidente e do início das celebrações oficiais. Em 1944, as equipes dos sindicatos dos trabalhadores da construção civil do Rio de Janeiro e de São Paulo se enfrentaram às 13 horas, antes da chegada do presidente ao estádio do Pacaembu. Os paulistas tiveram grande vantagem no jogo e venceram os cariocas com ampla margem de gols: 10 a 1. Ao final da festa, após a saída de Vargas, as equipes do Vasco da Gama e do São Paulo se enfrentaram em jogo amistoso, “oferecido às classes trabalhadoras de São Paulo”,⁴⁶⁸ e empataram e 3 a 3.

Em 1945, em festa realizada no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, o jogo entre as equipes ligadas ao SRO ocorreu após as celebrações oficiais. Durante as

⁴⁶⁸ “Vasco da Gama e S. Paulo empataram ante-ontem por 3 tentos”. *Folha da Manhã*, São Paulo, 03 mai. 1944, p. 14.

atividades oficiais, houve, além do tradicional desfile de trabalhadores, o desfile de escoteiros filhos de trabalhadores, dos times de futebol dos sindicatos e uma demonstração de educação física. Ao final do dia, as equipes do sindicato dos Estivadores e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Olaria, de Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento e de Cerâmica para Construção se enfrentaram, tendo os primeiros vencido o jogo.

Vemos assim que o esporte foi um elemento relevante na atração dos trabalhadores e na promoção de atividades da FNAT e do SRO. Assim como a relação do Estado com os trabalhadores foi uma dos pontos centrais do sistema corporativo dos Estados Novos de Getúlio Vargas e Oliveira Salazar, o lazer foi utilizado como um meio de aproximar trabalhadores do regime através de instituições que promoveriam atividades de lazer e controlariam o tempo de não-trabalho dos operários.

Ainda que possuíssem diferenças significativas, como a visão do esporte como meio legítimo de trabalho do cidadão – através do profissionalismo – e de sua importância como órgão doutrinário de governo, o SRO e a FNAT também compartilhavam traços de similitude em suas funções, uma vez que ambas buscavam ampliar o controle sobre os trabalhadores em seu tempo de lazer, promovendo sua ligação com o regime.

Nesse sentido, as duas entidades utilizaram o esporte como um importante meio de atração dos grupos trabalhadores para suas fileiras. A possibilidade da prática esportiva era certamente um fator que se destacava entre tantos outros no cotidiano de lazer desses grupos e, dessa forma, era essencial para o sucesso de ambas instituições, que dependiam da participação popular para obter os resultados desejados.

3.4. A Institucionalização do Esporte

Com a crescente popularização do esporte como espetáculo (profissional no Brasil e oficialmente amador em Portugal), tornava-se necessário para os regimes autoritários aumentar seu controle sobre os clubes e os campeonatos esportivos por eles organizados. Desta forma, não é de se espantar que em ambos os países fossem elaborados projetos de intervenção estatal nos esportes. Mais uma vez, a principal inspiração advinha dos modelos adotados na Itália e na Alemanha.

Na Itália, o controle do campo esportivo era feito através do Comitê Olímpico Nacional Italiano (CONI), que em 1930 já controlava todo o esporte de competição na Itália, sendo definido por Ángela Teja como “o único centro impulsionador da vida esportiva italiana”.⁴⁶⁹ No entanto, o esporte para os jovens continuava sob controle da ONB e o dos trabalhadores com a OND. Já na Alemanha foi criada em 1934 a Liga do Reich Alemão para Exercícios Físicos (*Deutscher Reichsbund für Leibesübungen*), uma organização guarda-chuva que supervisionava todas as outras federações esportivas nacionais. Em 1938, a organização teria seu nome mudado para Liga Nacional-Socialista do Reich para Exercícios Físicos (*Nationalsozialistischer Reichsbund für Leibesübungen*), colocando-a diretamente sob a organização e hierarquia do partido nazista.⁴⁷⁰ Nesses modelos, uma organização ligada ao governo teria poderes de influir diretamente sobre praticamente todos os aspectos da organização desportiva do país, como a realização de seus campeonatos, o registro de seus atletas, permissão para participação em competições internacionais, entre outras atribuições.

⁴⁶⁹ Ángela Teja. Deporte y relaciones internacionales durante el fascismo en Italia. In: Teresa Gonzalez Aja (org.). *Sport y autoritarismos: la utilización del deporte por el comunismo y el fascismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2002, p. 261. Tradução minha.

⁴⁷⁰ Nils Havemann. O futebol sob o signo da suástica. In: Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Europa – Volume I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; Arnd Krüger. The role of sport in German international politics, 1918-1945. In: Pierre Arnaud e James Riordan. *Sport and international politics: the impact of fascism and communism on sport*. Oxon, Taylor & Francis, 1998.

A demanda de uma intervenção estatal nos esportes se deu no Brasil sob o governo constitucional de Getúlio Vargas. Antes mesmo da instauração do Estado Novo, já se discutiam projetos acerca da “oficialização dos esportes”. Projetos como os do deputado Pádua Soares e do capitão João Alberto. No primeiro, “o deputado paranaense achava que se devia dar poderes absolutos ao governo para uma quase intervenção”,⁴⁷¹ tendo Pádua Soares proposto um “absolutismo de poderes” do governo, o que não tardaria a chegar com a implantação do Estado Novo. Já o capitão João Alberto, que recebera a incumbência de elaborar tal proposta diretamente de Getúlio, sugere a criação de um Departamento de Educação Física, um órgão do Estado que controlaria todos os esportes e “não admitiria a interferência de qualquer outro ministério”.⁴⁷²

No entanto, apesar do pedido de Vargas pela aprovação de tais projetos na Câmara, a oficialização dos esportes viria apenas em abril de 1941, após anos de estudos e debates. No dia 16 foi publicado no Diário Oficial da União o decreto-lei que criava o Conselho Nacional de Desportos (CND), no Ministério da Educação e Saúde. O CND tinha como função “orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país”.⁴⁷³ Em outras palavras, o conselho detinha o controle total dos esportes, o “absolutismo de poderes” que anos antes o deputado Pádua Soares pedia à Câmara.

O Decreto-Lei n. 3.199 vai além da criação do CND. Toda a estrutura da organização desportiva brasileira é alterada. De acordo com o decreto, cada esporte, ou grupo de esportes, poderia se organizar em apenas uma confederação em todo território nacional, sendo essa, necessariamente filiada à entidade internacional de seu ramo

⁴⁷¹ “O governo quer apressar a oficialização dos sports”. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 03 jan. 1937, p. 1.

⁴⁷² “Intervenção federal nos sports”. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 05 fev. 1937, p. 4.

⁴⁷³ Decreto-Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1941, p. 7453.

desportivo.⁴⁷⁴ Cada unidade territorial brasileira – Distrito Federal, estados e territórios – teria uma federação filiada a cada confederação. Buscava-se assim evitar novas cisões no esporte. Uma nova confederação só poderia ser criada através de decreto presidencial. O decreto-lei lista as confederações calcadas pela lei:

- I - Confederação Brasileira de Desportos.
- II - Confederação Brasileira de Basquetebol.
- III - Confederação Brasileira de Pugilismo.
- IV - Confederação Brasileira de Vela e Motor.
- V - Confederação Brasileira de Esgrima.
- VI - Confederação Brasileira de Xadrez.⁴⁷⁵

A criação do CND marcou o início do retorno da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) ao comando do futebol brasileiro. Após o acordo que acabara com a divisão interna do dissídio esportivo, selado em 1937, a CBD ficara responsável apenas pela organização de representações de equipes nacionais em confrontos internacionais. Os campeonatos internos eram controlados pelas antigas federações especializadas, agora suprimidas pela nova legislação. A Federação Brasileira de Football, por exemplo, foi extinta em 23 de abril do mesmo ano, e teve todo seu passivo e ativo encampados pela CBD.⁴⁷⁶ Com a criação do CND, os nomes ligados ao grupo da CBD, como Luiz Aranha e João Lyra Filho, voltam a controlar completamente o esporte nacional. Arnaldo Guinle, convidado a fazer parte do conselho diretor do CND, declinou o convite, alegando “desejar continuar completamente afastado das atividades sportivas”.⁴⁷⁷

⁴⁷⁴ “Os desportos universitários e os da Juventude Brasileira, bem como os da Marinha, os do Exército e os das forças policiais” teriam uma organização à parte dos demais desportos, ligadas diretamente ao CND. Decreto-Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1941, p. 7453, art. 11.

⁴⁷⁵ Decreto-Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1941, p. 7453, art. 15.

⁴⁷⁶ “Várias esportivas: a extinção da F.B.F.”. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1941, p. 12.

⁴⁷⁷ “Para compor o Conselho Nacional dos Esportes: dos cinco convidados apenas o sr. Arnaldo Guinle não aceitou a investidura”. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 22 mai. 1941, p. 12.

A Confederação Brasileira de Desportos aparece então como a principal confederação desportiva do país, sendo responsável pela organização do futebol, do tênis, do atletismo, do remo, da natação, dos saltos, do pólo aquático, do vôlei, do handebol e de qualquer outra modalidade desportiva que não se enquadrasse em nenhuma das outras confederações. As outras confederações têm competência administrativa sobre as modalidades descritas em sua nomeação. Isso não significa que o futebol receba o mesmo tratamento que as outras modalidades desportivas, visto que o próprio decreto - lei afirma que “o futebol constitui o desporto básico e essencial da Confederação Brasileira de Desportos”.⁴⁷⁸

Sob a égide da CBD são criadas federações de desportos em todas as unidades federais, que substituem as ligas especializadas no controle local dos esportes administrados pela confederação. No Distrito Federal, a Liga de Football do Rio de Janeiro dá lugar à Federação Metropolitana de Futebol, e em São Paulo é criada a Federação Paulista de Futebol.

O conselho detinha controle quase total não apenas sobre os esportes, como também sobre as entidades desportivas. Os estatutos das confederações e das federações a elas filiadas tinham que ser aprovados pelo CND, que poderia propor ao Ministro da Educação a criação ou a supressão de qualquer confederação. No tocante às competições internacionais, o Conselho Nacional de Desportos exercia um controle ainda mais rígido. A participação de qualquer clube ou entidade em uma competição internacional deveria ser previamente autorizada pelo CND. Caso o conselho decidisse pela participação de alguma equipe em um campeonato internacional, esta não poderia abster-se da convocação. Assim, os clubes que cedessem jogadores a esses campeonatos

⁴⁷⁸ Decreto-Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1941, p. 7453, art. 16, §2º.

não poderiam pleitear qualquer indenização pela perda temporária de seus atletas, a não ser em caso de jogos amistosos.

Buscava-se controlar o esporte nacional, ainda que mantendo à frente do órgão estatal de controle membros tradicionais da elite desportiva brasileira. Mesmo com a intervenção do governo brasileiro sobre o esporte, pouco muda de forma efetiva em sua organização.

A imprensa esportiva recebeu a nova legislação com entusiasmo, fazendo ressalvas apenas ao artigo que limitava o número de estrangeiros em cada clube a um único jogador, e ao que facultava a brasileiros naturalizados a direção de clubes, argumentando que a não limitação destes cargos a brasileiros natos dificultaria nacionalização de diversos clubes de colônias.⁴⁷⁹

Um dos principais jornalistas esportivos do país, Thomás Mazzoni, sob o pseudônimo Olímpicus, que utilizava em suas colunas esportivas, escreveu um livro em homenagem ao novo momento esportivo nacional, intitulado “O Esporte a Serviço da Pátria”, cujo prólogo é datado “abril-maio de 1941”.⁴⁸⁰ A obra, de grande teor apologético ao regime estadonovista, defende a oficialização do esporte:

Somente, pois, graças à oficialização e com o espírito de 10 de novembro, dentro da doutrina do Estado Novo, aplicando os princípios do regime atual, é que poderíamos tomar rumos novos! O 10 de novembro esportivo deve ser completo! Exterminar as tais “assembleias”, “judiciários”, “pactos”, “inquéritos”, “caciquismos” – é extinguir a política, o personalismo, o clubismo, é dar rumo certo e vida sã ao esporte!⁴⁸¹

A intervenção esporte, aludido por Mazzoni como “o 10 de novembro esportivo”, em referência à data de instauração do Estado Novo, seria assim a

⁴⁷⁹ “A regulamentação dos esportes”. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1941, p. 10.

⁴⁸⁰ Olímpicus. *O esporte a serviço da pátria*. São Paulo: [s.n.], 1941, p. 18.

⁴⁸¹ *Ibid.*, p. 20.

adequação do esporte ao ideal do regime vigente. Assim como outros regimes do período, como a Itália, Espanha e França (de Vichy), o Brasil se adequava, segundo o jornalista, a um novo período do esporte mundial.

Mazzoni cita também Portugal em sua obra, mencionando que “[p]or uma curiosa coincidência começaram a ser estudadas quase que no mesmo tempo as bases da oficialização do esporte no Brasil e em Portugal”.⁴⁸² No entanto, a visão de Thomás Mazzoni parece não ser a de um conhecedor da situação desportiva portuguesa do período. Ele diz afirma: “Em Portugal, o esporte-função do Estado é um terreno já cultivado, tanto assim que antes da decisão oficial a respeito um ilustre esportista, o dr. Eurico Serra, lançou um livro intitulado ‘Desportos, Educação Física e Estado’”.⁴⁸³ No entanto, a realidade apresentada por Eurico Serra em seu livro não era exatamente a que Mazzoni buscava transpassar a seus leitores. Serra constrói seu livro apontando a necessidade de uma intervenção estatal no esporte português, que ainda não chegara.⁴⁸⁴

A intervenção oficial do Estado Novo no esporte português viria apenas em setembro de 1942, pouco mais de um ano após o livro de Mazzoni. Através do artº. 7º do Decreto-Lei n. 32.241, foi criada a Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar (DGEFDSE), junto ao Ministério da Educação Nacional.⁴⁸⁵ Criada em substituição da já existente Direcção-Geral de Saúde Escolar, a nova Direcção-Geral expões exatamente o valor que o esporte teria para a ideologia estadonovista lusitana, o valor educacional e de formação física. Assim, a DGEFDSE já surge com uma área de atuação bem delimitada, fora dos limites das organizações já existentes, mencionadas anteriormente neste capítulo, como afixado em suas atribuições:

⁴⁸² Ibid., p. 44.

⁴⁸³ Ibid., p. 44-45.

⁴⁸⁴ Eurico Serra. *Desportos, educação física e Estado*. Lisboa: Liraria Bertrand, 1939.

⁴⁸⁵ Decreto Lei n. 32.241. *Diário de Govêrno*, Lisboa, 05 set. 1942, p. 1137.

1º. Cuidar, fora das escolas, da Organização Nacional Mocidade Portuguesa e da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, da educação física do povo português, directamente e através das instituições públicas ou particulares constituídas com esse objetivo como fim principal ou acessório, dirigindo e vigiando a sua atividade.

(...)

5º. Superintender em todas as atividades desportivas que não estejam directamente subordinadas à Mocidade Portuguesa e à Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho ou que não tenham carácter estritamente escolar.⁴⁸⁶

Percebe-se assim a primeira diferença entre as duas instituições interventoras aqui analisadas. Em Portugal a DGEFDSE tinha sua ação limitada por outras instituições governamentais que lhe precediam em força e relevância política, como a MP e a FNAT. Curiosamente, mesmo sendo criada junto à Direcção-Geral de Saúde Escolar, no Ministério de Educação Nacional, a DGEFDSE também não atuaria sobre o esporte ou a educação física nas escolas, área de atuação da MP. No Brasil, por outro lado, o CND não possuía, pelo menos oficialmente, um limite para a sua atuação junto ao esporte nacional, uma vez que o decreto-lei de sua criação destacava como função sua “orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país”.⁴⁸⁷ Na prática, no entanto, o CND muito pouco fazia fora da esfera do esporte profissional. Vale destacar ainda que, no Brasil, as entidades congêneres à MP e à FNAT, a JB e o SRO, ainda não existiam.

No entanto, ainda que não tivesse em seu escopo grande parte das atividades desportivas do país, a nova seção de educação física e desportos da DGEFDSE parece ter sido criada com um propósito específico, delineado em sua atribuição de número 10: “Exercer autoridade disciplinar sobre os desportistas, sobre as organizações desportivas,

⁴⁸⁶ Ibid. Grifo meu.

⁴⁸⁷ Decreto-Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1941, p. 7453, art. 1º.

assim como sobre os técnicos e fiscais com poderes de consulta ou decisão”.⁴⁸⁸ Em outras palavras, a DGEFDSE deveria controlar o esporte de competição, seus clubes e seus atletas, de modo a “velar pela formação do espírito desportivo, utilizando todos os meios que julgar adequados à disciplina do público”.⁴⁸⁹ E dentro deste campo, sua força seria relevante. O INEF, mencionado anteriormente, passava a ficar dependente da nova Direcção-Geral, o mesmo acontecendo com o Comité Olímpico Português, que passava a ter o subsídio que recebia do governo administrado pela nova entidade.⁴⁹⁰

A imprensa esportiva portuguesa, assim como no Brasil, mostrou-se extremamente otimista quanto à nova legislação. É certo que a censura e os prejuízos àqueles que não apoiassem o governo devem ser levados em consideração ao se constatar esse fato. No entanto, existiam também jornalistas que de fato acreditavam e seguiam a ideologia oficial do Estado Novo. Entre esses parece estar Salazar Carreira. Através das páginas do periódico *Os Sports*, Carreira vai debater e explicar o novo estatuto que passava a reger o esporte em Portugal, procurando apresentar uma visão conciliadora entre os clubes e a nova Direcção-Geral. No primeiro artigo sobre o tema, dois dias após a publicação do decreto-lei no Diário de Govêrno, afirma: “O Estado decide-se a intervir na organização desportiva, mas reconhece e presta homenagem ao que essa organização soube e pôde criar sem o auxílio do Estado”.⁴⁹¹ Qualquer olhar mais crítico para o decreto-lei percebe que não há qualquer homenagem prestada às organizações desportivas, mas o artigo prende-se em uma pequena passagem que diz:

⁴⁸⁸ Decreto-Lei n. 32.241. *Diário de Govêrno*, Lisboa, 05 set. 1942, p. 1137.

⁴⁸⁹ *Ibid.*

⁴⁹⁰ *Ibid.*, arts. 8º e 9º.

⁴⁹¹ “O Estado e o desporto: um diploma legislativo acaba de criar a Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar”. *Os Sports*, Lisboa, 07 set. 1942, p. 1. Apesar de não assinado, o artigo aparenta ser de Salazar Carreira, que mais tarde assinaria uma série de artigos sobre o assunto.

“Nada se tira ao que já existe; sobrepõe-se-lhe alguma coisa de que se espera muito”,⁴⁹² optando assim por destacar a permanência das entidades gestoras do esporte no controle de suas modalidades, e não a necessidade que se via dentro das fileiras do governo em controlar e disciplinar tais entidades.

Em um série de artigos publicada na semana seguinte, o jornal busca explicar a função da DGEFDSE, caracterizando-a inicialmente como “não apenas disciplinadora e coercitiva, mas também educativa e colaboradora”.⁴⁹³ O caráter coercivo e controlador da Direcção-Geral era inegável. Para Diretor-Geral do novo organismo, fora nomeado o tenente-coronel Salvação Barreto, que desde 1926 presidia a Comissão de Censura à Imprensa.⁴⁹⁴ Sem histórico relevante no campo do esporte ou da saúde escolar, sua indicação à essa pasta pode ser vista como um indício de que, ao menos em princípio, preocupava o governo mais a questão do controle do que a de auxílio e colaboração. Vê-se assim situação oposta à que se apresentava no Brasil, onde o CND fora criado sob a chefia de Luiz Aranha, homem forte da CBD e do campo esportivo nacional, tendo ao seu lado no conselho diretor outros dirigentes esportivos de relevância nacional. Se no Brasil o campo esportivo continuava a frente do esporte mesmo após a criação do CND, o mesmo não ocorreu em Portugal.

⁴⁹² Ibid.

⁴⁹³ “Um diploma importante: a influência da Direcção Geral de Desportos não será apenas disciplinadora e coerciva mas também educativa e colaboradora”. *Os Sports*, Lisboa, 14 set. 1942, p. 1. A série “Um diploma importante” contou com três artigos, publicados nos três dias em que o jornal circulava – segunda, quarta e sexta-feira. Os dois últimos são assinados por Salazar Carreira. “Um diploma importante: a educação física dos atletas prevalece sobre a sua actividade desportiva e passa a ser um dos principais objectos da Direcção Geral de Desportos”. *Os Sports*, Lisboa, 16 set. 1942, p. 1; “Um diploma importante: a disciplina severa e justa, a repressão de excessos e faltas pela Direcção Geral de Educação Física e Desportos vai contribuir para o aperfeiçoamento e prestígio do desporto português”. *Os Sports*, Lisboa, 18 set. 1942, p. 1.

⁴⁹⁴ “O sr. tenente-coronel Salvação Barreto foi nomeado Director Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar”. *Os Sports*, Lisboa, 14 set. 1942, p. 1.

A DGEFDSE seria regulamentada no ano seguinte, através do Decreto n. 32.946.⁴⁹⁵ No texto introdutório ao decreto, expõe-se a questão que estaria, ao menos oficialmente, por detrás da criação do organismo:

Entendeu-se não dever eliminar os elementos de organização desportiva existentes e até pareceu útil aproveitá-los, desde que se tornasse possível dirigir-lhes a atividade e orientá-los no sentido de sobrepujarem aos interesses clubistas o interesse geral, de substituírem a política da vitória do clube «seja como for» por uma política desportiva de sabor verdadeiramente nacional.⁴⁹⁶

O preâmbulo falava na imposição de aulas de ginástica aos atletas dos clubes, assim como de assistência médica obrigatória a seus associados, que só poderiam praticar determinados esportes (ali não especificados) com autorização médica para tal, comprovando estarem aptos à sua prática, de acordo com os conceitos médicos locais do período.⁴⁹⁷ Nele também ficava claro o poder centralizador da DGEFDSE:

Consegue-se assim uma espécie de centralização descentralizada (se isto pode dizer-se), com as vantagens das duas formas de organização que aqueles termos exprimem: unidade de pensamento, representada pela Direcção-Geral, e realização múltipla desse pensamento, conforme as modalidades desportivas ou a escola de graduação dentro da mesma modalidade, representada pelos órgãos diretores de cada desporto.⁴⁹⁸

Em outras palavras, as entidades gestoras do esporte português seriam então responsáveis apenas por colocar em prática as ações idealizadas pela “unidade de pensamento” da Direcção-Geral. Para tanto, criava-se o cargo de Inspector dos Desportos, que tinha como função, entre outras, “exercer permanentemente junto dos organismos desportivos uma acção tendente a leva-los à realização progressiva da missão que lhes incumbe com núcleos de difusão do gosto pelas práticas da educação

⁴⁹⁵ Decreto n. 32.946. *Diário de Governo*, Lisboa, 03 ago. 1943, p. 4921.

⁴⁹⁶ *Ibid.*, p. 492.

⁴⁹⁷ *Ibid.*, p. 491-492.

⁴⁹⁸ *Ibid.*, p. 492.

física em geral e dos desportos em particular”.⁴⁹⁹ Os inspectores dos desportos eram assim, peça fundamental no sistema de supervisão e controle das associações desportivas e de seus atletas.

Assim como o CND, a DGEFDSE tinha poderes para fiscalizar a composição das diretorias dos clubes desportivos, controlar a inscrição e transferências de atletas entre clubes e para supervisionar a realização de encontros desportivos internacionais. No entanto, as incumbências da entidade portuguesa se prolongavam um pouco mais do que as de sua congênera brasileira no que se referia à imposição de departamentos médicos e da prática da ginástica.

⁴⁹⁹ Ibid., art. 4º.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A presente tese tem como objetivo principal analisar as formas de utilização política do esporte engendradas nos Estados Novos de Getúlio Vargas e Oliveira Salazar. Buscou-se observar os meios pelos quais estes governos se aproximaram do esporte como meio de propaganda e de aproximação com o povo. Com toda sua popularidade, o esporte seria um excelente veículo para a promoção da unidade nacional e de legitimação do regime vigente.

Como observado, as principais fontes de inspiração dos mecanismos utilizados de abordagem governamental perante o esporte foram os exemplos italiano e alemão. A política esportiva fascista e nazista oferecia modelos que seriam relidos e adaptados às realidades locais vivenciadas por Getúlio Vargas e Salazar, de acordo com suas particularidades. Procurei demonstrar que as medidas adotadas nos Estados Novos com relação ao esporte não eram inovações destes regimes. Estas foram inspiradas em experiências realizadas em países de grande influência internacional no período, especialmente junto a regimes de cunho antidemocrático e antiliberal, como o Brasil e Portugal.

Dessa forma, podemos apresentar aqui uma proposta de modelo das instituições governamentais ligadas ao esporte, analisadas ao longo desta tese, de forma a estabelecer apontamentos para um possível quadro comparativo da utilização política do esporte em regimes autoritários com influências fascistas (Quadro II). É certo que outros estudos dever ser realizados a fim de ampliar a abrangência desse quadro, analisando outros casos e estabelecendo semelhanças e diferenças entre eles.

(Quadro II)

Instituições governamentais ligadas ao esporte em regimes autoritários nos anos 1930

	Organizações de Juventude	Lazer Operário	Controle do Esporte
Itália (Mussolini)	Opera Nazionale Balilla (ONB)	Opera Nazionale Dopolavoro (OND)	Comitê Olímpico Italiano (CONI)
Alemanha (Hitler)	Hitler Jugend (HJ)	Kraft durch Freude (KdF)	Nationalsozialistischer Reichsbund für Leibesübungen (NSRL)
Portugal (Salazar)	Mocidade Portuguesa (MP)	Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho (FNAT)	Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar (DGEFDSE)
Brasil (Vargas)	Juventude Brasileira (JB)	Serviço de Recreação Operária (SRO)	Conselho Nacional de Desportos (CND)

Deve-se ter sempre em conta, no entanto, as particularidades locais enfrentadas em cada um destes casos analisados. Se o sucesso esportivo italiano e alemão atuava no sentido de colocar seus modelos de gestão esportiva em evidência internacional, outros países não teriam o mesmo resultado.

Procurei demonstrar ao longo deste trabalho que dois fatores foram centrais dentre as peculiaridades vividas em Brasil e Portugal. Por um lado, o campo esportivo brasileiro se encontrava em estado muito diferente do de Portugal, com melhor estrutura, agentes de maior força política e econômica e maior influência junto ao governo federal. Em Portugal, a incipiência do campo esportivo e a falta de melhor estruturação do mesmo contribuíram para modelar sua relação com o governo de Salazar.

Outro fator de relevância que se colocou foi o êxito esportivo alcançado nos dois países no período aqui analisado. A falta de conquistas e vitórias significativas por parte das representações esportivas de Portugal no cenário internacional, especialmente no

futebol o esporte mais popular no país, contribuíram para a falta de apelo que o governo via no espetáculo esportivo como meio efetivo de propaganda política. Já no Brasil, as conquistas internacionais, coroadas pela glorificada participação da seleção masculina de futebol na Copa do Mundo de 1938 foram chamarizes que aproximaram o governo ainda mais do esporte como ferramenta de propaganda.

É importante também destacar as próprias particularidades ideológicas e culturais dos governos de Vargas e Salazar. O esporte, um símbolo moderno e urbano, certamente possuía significados diferenciados nos dois regimes. Ainda que contassem com aparelhos de propaganda dirigidos por nomes ligados ao movimento modernista, com ligações com o fascismo, suas ligações com o fenômeno esportivo refletiam as características da ideologia oficial.

Mas o esporte não seria apenas um meio de propaganda política, ele era visto também como importante ferramenta na formação física da população, e na preparação física dos trabalhadores. Nesses casos, dava-se valor à prática esportiva, e não ao espetáculo. Nesse ponto o Estado Novo português demonstrou maior preocupação com o esporte do que o brasileiro; daí a maior atuação do governo salazarista junto à prática esportiva dos jovens e dos trabalhadores. No Brasil, a leitura das fontes pode nos dar a impressão de que o esporte era algo a ser trabalhado fora do âmbito oficial do governo, junto aos clubes ou mesmo nas ruas.

Esta tese procurou demonstrar o papel desempenhado pelo esporte junto à política de Vargas e Salazar. A comparação aqui estabelecida entre esses dois casos abre a porta para inúmeras questões que ainda podem ser estudadas. Seja estabelecendo novas comparações com outros regimes, com outros países ou mesmo com outros períodos históricos; realizando um aprofundamento maior em relação a objetos aqui

comparados; ou mesmo situando novos olhares e questões a outros objetos; muito ainda pode ser estudado.

Buscou-se demonstrar as semelhanças e diferenças existente entre as políticas esportivas de Vargas e Salazar, assim como as particularidades que ambos os casos carregaram em suas similitudes. O esporte foi, de fato, uma ferramenta utilizada por ambos os regimes tanto em sua propaganda política como no processo de construção de consenso. Ao lado da educação, da cultura e de outros elementos, o esporte atuaria como um dos meios de legitimação dos regimes autoritários dos Estados Novos.

Referências:

Arquivos

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
 Fundo: *Arquivo Oliveira Salazar* (AOS)
 Fundo: *Mocidade Portuguesa* (MP)
 Fundo: *Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação/ Secretaria de Estado da Informação e Turismo* (SNI)
- Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
 Fundo: *Gabinete Civil da Presidência da República*

Periódicos

- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. De 1932-1945.
- Diário da Manhã*, Lisboa, Portugal. 1944.
- Diário de Notícias*, Lisboa, Portugal. De 1928 a 1944.
- Estado de São Paulo*, São Paulo, SP, Brasil. 1940 e 1944.
- Folha da Manhã*, São Paulo, SP, Brasil. 1940 e 1944.
- Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. De 1934-1943.
- O Imparcial*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 1919.
- O Malho*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 1919.
- Os Sports*, Lisboa, Portugal. De 1933 a 1945.

Bibliografia

- ADINOLFI, Goffredo. António Ferro e Salazar: entre o poder e a revolução. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (org). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 109-137.
- AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2002.

AJA, Teresa Gonzalez. Spanish sports in republican and Fascist Spain. In: ARNAUD, Pierre; RIORDAN, James (orgs.). *Sport and international politics: the impact of fascism and communism on sport*. Londres: Taylor & Francis, 1998, p. 97-113.

_____. (org.). *Sport y autoritarismos: la utilización del deporte por el comunismo y el fascismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

_____. La política deportiva em Espanha durante la República y el Franquismo. In: _____ (org.). *Sport y autoritarismos: la utilización del deporte por el comunismo y el fascismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2002, p. 169-201.

ALEXANDRE, Valentim. Traumas do Império: história, memória e identidade nacional. *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 9-10, 2006, p. 23-41.

ALLISON, Lincoln (org.). *The global politics of sport: the role of global institutions in sport*. Londres: Routledge, 2005.

ANDERSEN, Teresa. O Estádio Nacional – a sua génese e a sua construção. In: ANDERSEN, Teresa et al. *O Estádio Nacional: um paradigma da arquitectura do desporto e do lazer*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2007, p. 10-25.

ARAÚJO, Rejane. Departamento de Imprensa e Propaganda. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMANN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós 1930*. v. 2. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 1831-1833.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARNAUD, Pierre. El deporte, vehículo de las representaciones nacionales de los estados europeos. In: AJA, Teresa Gonzalez (org.). *Sport y autoritarismos: la utilización del deporte por el comunismo y el fascismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2002, p. 11-26.

_____. El deporte francés frente a los regímenes autoritários (1919-1939). In: AJA, Teresa Gonzalez (org.). *Sport y autoritarismos: la utilización del deporte por el comunismo y el fascismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2002, p.203-239.

ARNAUD, Pierre; RIORDAN, James (orgs.). *Sport and international politics: the impact of fascism and communism on sport*. Londres: Taylor & Francis, 1998.

ARRIAGA, Lopes. *Mocidade Portuguesa: breve história de uma organização salazarista*. Lisboa: Terra Livre, 1976.

ASSAF, Roberto; MARTINS, Clóvis. *Campeonato carioca: 96 anos de história, 1902-1997*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1997.

AZEVEDO, Cândido de. *A censura de Salazar e Marcello Caetano: imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Annablume: Hucitec, 2002.

BARROS, José D'Assunção. História comparada – um novo modo de ver e fazer a história. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2007. Disponível em: <http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/artigos/volume001_Num001_artigo001.pdf>. Acesso em: 12 set. 2010.

BOOTH, Douglas. *The Field: truth and fiction in sport history*. Nova York: Routledge, 2005.

_____. Sport historians: what do we do? How do we do it? In: PHILLIPS, Murray G. (org.). *Deconstructing sport history: a postmodern analysis*. Albany: SUNY Press, 2006, p. 27-54.

BOTTO, José de Ayala. *Salazar e o desporto*. Lisboa: [s.n.], 1955.

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo?. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 136-163.

_____. *O poder simbólico*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASÃO, Inês Paulo. Desencontros da história com o futebol feminino. In: TIESLER, Nina Clara; DOMINGOS, Nuno (orgs.). *Futebol português: política, gênero e movimento*. Porto: Edições Afrontamento, 2012, p. 197-219.

BRÊTAS, Angela. *Nem só de pão vive o homem: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945)*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Faculdade de Educação), 2007.

_____. Serviço de Recreação Operária: uma experiência no tempo do não-trabalho no Estado Novo. In: PONTES JR; Geraldo; PEREIRA, Victor Hugo Adler (orgs.). *O velho, o novo, o reciclável Estado Novo*. Rio de Janeiro: Instituto de Letras da UERJ, 2008, p. 141-155.

_____. *Nem só de pão vive o homem: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945)*. Rio de Janeiro: Apicuri: Faperj, 2010

BURKE, Peter. Modelos e métodos: comparação. In: *História e teoria social*. São Paulo: Unesp, 2002, p. 39-46.

CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora UERJ: FGV, 1999, p. 13-33.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Fascismo: uma ideia que circulou pela América Latina. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 16, 1991, Rio de Janeiro. História em debate: problemas, temas e perspectivas. Anais do XVI Simpósio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História. [S.l.]: CNPQ/InFour, [199-], p. 51-63. Disponível em: «<http://anpuh.org/anais/?p=14802>». Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. Propaganda política e os meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 167-178.

_____. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 107-143.

CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARR, Raymond; FUSI, Juan Pablo. *Espanha, de la dictadura a la democracia*. Barcelona: Editorial Planeta, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Marica Celina (org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora UERJ: FGV, 1999, p. 55-81.

CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

COELHO, João Nuno; PINHEIRO, Francisco. *A paixão do povo: história do futebol em Portugal*. Porto: Afrontamento, 2002.

COMITÉ OLÍMPICO PORTUGUÊS. *O Comité Internacional Olímpico, o Comité Olímpico Português e os jogos olímpicos modernos*. Lisboa: [s.n.], 1942.

_____. (org.). *Profissionais e amadores: conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português*. Lisboa: [s.n.], 1942.

CORREIA, Antonio. A função orientadora das Associações Regionais. I Congresso Nacional de Futebol: promovido pelo «Século» para comemorar o 50º aniversário da introdução deste desporto em Portugal. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1938.

CORREIA, Fernando. *Estádio Nacional 62 anos depois*. Lisboa: Setecaminhos, 2006.

COUTO, Euclides. A esquerda contra-ataca: rebeldia e contestação política no futebol brasileiro (1970-1978). *Recorde: Revista de História do Esporte*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: http://www.sport.ifcs.ufrj.br/recorde/pdf/recordeV3N1_2010_12.pdf. Acesso em: 15 jan. 2011.

CRUZ, Isabel. «A virilidade é uma ideia que as pessoas têm que os homens são melhores.» Discursos sobre os corpos das jogadoras de futebol na imprensa portuguesa. In: TIESLER, Nina Clara; DOMINGOS, Nuno (orgs.). *Futebol português: política, gênero e movimento*. Porto: Edições Afrontamento, 2012, p. 181-196.

CRUZ, Manuel Braga da. *O partido e o Estado no salazarismo*. Lisboa: Presença, 1988.

CUNHA, Luís. *A nação nas malhas de sua identidade: o Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 213-239.

Decálogo do Estado Novo. Interpretação infantil por Beatriz Pereira Tovar. Porto: Educação Nacional, 1938.

DOMINGOS, Nuno. O futebol e o trabalho. In: NEVES, José; DOMINGOS, Nuno (orgs.). *A época do futebol: o jogo visto pelas ciências sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004, p. 305-327.

_____. Homens ao minuto: para uma história do boxe nas décadas da quarenta e cinquenta. In: NEVES, José; DOMINGOS, Nuno (orgs.). *Uma História do desporto em Portugal: volume III – classe, associativismo e Estado*. Vila do Conde: Quidnovi, 2011, p. 169-217.

DRUMOND, Maurício. Os gramados do Catete: futebol e política na Era Vargas (1930-1945). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Ricardo Pinto dos. *Memória social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro, Mauad, 2006, p. 107-132.

_____. Pátrias em jogo: esporte e propaganda política nos governos de Vargas e Perón. In: MELO, Victor Andrade de (org.). *História comparada do esporte*. Rio de Janeiro, Shape, 2007, p. 61-75.

_____. Esporte e política no Estado Novo. In: PONTES JR, Geraldo; PEREIRA, Victor Hugo Adler (orgs.). *O velho, o novo, o reciclável Estado Novo*. Rio de Janeiro, Instituto de Letras da UERJ, 2008, p. 167-182.

_____. Futebol e política, nações em jogo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, a. 169, n. 439, 2008, p. 37-57.

_____. *Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Perón*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

_____. Imprensa esportiva e propaganda política no peronismo: uma comparação entre o 'El Gráfico' e o 'Mundo Deportivo'. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, Buenos

Aires, v.12, n.117, 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd117/imprensa-esportiva-e-propaganda-politica-no-peronismo.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

_____. O esporte como política de Estado: Vargas. In: DEL PRIORI, Mary; MELO, Victor Andrade de (orgs.). *História do esporte no Brasil: do império aos dias atuais*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 213-244.

_____. A política no jornalismo esportivo: o Jornal do Brasil e o Jornal dos Sports no dissídio esportivo dos anos 30. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom. Curitiba : Intercom/Universidade Positivo, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0767-1.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2010.

ESTEVES, José. *O desporto e as estruturas sociais*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1975.

FALCON, Francisco José Calazans. Fascismo: autoritarismo e totalitarismo. In: SILVA, José Luiz Werneck da (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado novo*. v.1. O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 29-43.

_____. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. Fascismo – novas e antigas idéias. In: PARADA, Maurício (org.). *Fascismos: conceitos e experiências*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008, p. 11-28.

FEIO, Noronha. *Desporto e política: ensaios para a sua compreensão*. Lisboa: Compendium, [s.d].

_____. *Portugal – desporto e sociedade*. Lisboa: Terra Livre, 1985.

FERREIRA, Jorge. A Cultura Política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1990, p. 180-195.

FERREIRA, Nuno Estevão. O corporativismo e as instituições do salazarismo: a Câmara Corporativa. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (orgs.). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 163-199.

FERRO, António. *Salazar: o homem e a sua obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade. 3 ed. 1935 [1933].

_____. *Homens e multidões*. Lisboa: Bertrand, 1938.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANZINI, Fabio. A futura paixão nacional: chega o futebol. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (orgs.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 107-131.

FRIBERG, Katarina; HILSON, Mary; VALL, Natasha. Reflections on trans-national comparative history from an Anglo-Swedish perspective. *Historisk Tidskrift*, Estocolmo, v. 127, n.4, 2007, p. 717-737. Disponível em: <eprints.ucl.ac.uk/4643/1/4643.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2009.

FUNDAÇÃO NACIONAL PARA A ALEGRIA NO TRABALHO. *Dez anos de alegria no trabalho*. [s.l]: [s.n.], 1945.

_____. *I Relatório Anual do II Pelouro 1947-1948*. [s.l]: [s.n.], 1949.

GENOVEZ, Patrícia Falco. O desafio de Clío: o esporte como objeto de estudo da História. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, Buenos Aires, v.3, n.9, 1998. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd9/clio1p.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2009.

GEORGEL, Jacques. *O salazarismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOELLNER, Silvana Vilodre Goellner. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. *Movimento*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, 2007, p.170-196.

_____. Imagens da mulher no esporte. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (orgs.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 269-292.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GÓMEZ, Hipólito de la Torre. *O Estado Novo de Salazar*. Alfragide: Texto, 2010.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero: CNPq, 1990.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. *Cadernos do cárcere*. volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRANJA, Paulo Jorge. A comédia à portuguesa, ou a máquina de sonhos a preto e branco do Estado Novo. In: TORGAL, Luís Reis (org.). *O cinema sob o olhar de Salazar*. Coimbra: Circulo de Leitores, 2000, p. 194-233.

GRAZIA, Victoria de. *The culture of consent: mass organization of leisure in Fascist Italy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

GRÉMIO DOS INDUSTRIAIS DE TRANSPORTES EM AUTOMÓVEIS. *Boletim*: número especial dedicado à inauguração do Estádio Nacional. Porto: Lit. Nacional, 1944.

HAVEMANN, Nils. O futebol sob o signo da suástica. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Europa – Volume I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243-256.

HILL, Jeffrey. Anecdotal evidence: sport, the newspaper press, and history. In: PHILLIPS, Murray G. (org.). *Deconstructing sport history: a postmodern analysis*. Albany: SUNY Press, 2006, p. 117-129.

HOBSBAWM, Eric J. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 9-23.

_____. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 271-316.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOLT, Richard. *Sport and the British: a modern history*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

JESUS, Diego. Foices e martelos no olimpo: a política esportiva da União Soviética e as relações com o mundo capitalista. *Recorde: Revista de História do Esporte*, v.3, n.2, 2010. Disponível em: <http://www.sport.ifcs.ufrj.br/recorde/pdf/recordeV3N2_2010_11.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2012.

KOCH, H. W. *The Hitler Youth: origins and development, 1922-1945*. Nova York: Cooper Square Press, 2000.

KOCKA, Jürgen. Comparison and beyond. *History and theory*, n. 42, 2003, p. 39-44.

KORNIS, Mônica. Tribunal de Segurança Nacional (TSN). In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. v.5. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p.5757.

KRÜGER, Arnd. The role of sport in German international politics, 1918-1945). In: ARNAUD, Pierre; RIORDAN, James. *Sport and international politics: the impact of fascism and communism on sport*. Oxon, Taylor & Francis, 1998, p. 79-96.

_____. Strength through joy: the culture of consent under fascism, Nazism and Francoism. In: RIORDAN, Jim; KRUGER, Arnd (orgs.). *The international politics of sport in the 20th century*. Oxon, Taylor & Francis, 1999, p. 67-89.

_____. El papel del deporte em la política internacional alemana (1918-1945). In: AJA, Teresa Gonzalez (org.). *Sport y autoritarismos: la utilización del deporte por el comunismo y el fascismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2002, pp.123-149.

LAMOUNIER, Bolivar. Do modelo institucional dos anos 30 ao fim da era Vargas. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora UERJ: FGV, 1999, p. 35-53.

LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LYRA FILHO, João. *Cachimbo, pijamas e chinelos*. São Paulo: Edaglit, 1963.

_____. *Introdução à psicologia dos desportos*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

_____. *Introdução à sociologia dos desportos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército / Edições Bloch, 1973.

MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MANN, Michael. A ascensão e queda do fascismo. In: PARADA, Maurício (org.). *Fascismos: conceitos e experiências*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008, p. 29-43.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. A bem da nação: o sindicalismo corporativo português entre a tradição e a modernidade – 1933-1947. Tese (doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. *A bem da nação: o sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: Faperj, 2002.

_____. Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO,

António Costa (orgs.). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 45-77.

_____. O pensamento autoritário no Estado Novo português: algumas interpretações. *Locus*, Juiz de Fora, v.13, n. 2, 2007, p. 11-30.

_____. A ordenação do trabalho e a nostalgia do Império: o Estado Novo português e as razões do consentimento (1933-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Europa – volume I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 283-307.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (orgs.). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MAZZONI, Thomás. *História do futebol no Brasil 1895-1950*. São Paulo: Edições Leia, 1950.

MELO, Daniel. *Salazarismo e cultura popular*. Lisboa: ICS, 2001.

MELO, Victor Andrade de. *Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

_____. Por uma História Comparada do Esporte: possibilidades, potencialidades e limites. In: _____ (org.). *História Comparada do Esporte*. Rio de Janeiro: Shape, 2007, p. 13-29.

_____. A educação física e o Estado Novo (1937-1945): a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. In: PONTES JR.; Geraldo; PEREIRA, Victor Hugo Adler (orgs.). *O velho, o novo, o reciclável Estado Novo*. Rio de Janeiro: Instituto de Letras da UERJ, 2008, p. 157-166.

_____. Antes de Fittipaldi, Piquet e Senna: o automobilismo no Brasil (1908-1954). *Motriz*, Rio Claro, v.15, n. 1, 2009, p. 104-115.

_____. Corpos, bicicletas e automóveis: outros esportes na transição dos séculos XIX e XX. In: DELPRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (orgs.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 71-105.

_____. *Esporte e lazer: conceitos: uma introdução histórica*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MELO, Victor Andrade de; DRUMOND, Maurício. Esporte, cinema e política na Argentina de Juan perón (1946-1955): apontamentos para um estudo comparado. In: _____. *Esporte e cinema: novos olhares*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2009, p. 17-55.

MOCIDADE PORTUGUESA. 1ª Reunião dos dirigentes da «Mocidade Portuguesa» realizada em Lisboa de 21 a 23 de outubro de 1937. Lisboa: Edição da M.P., 1938.

_____. *Desporto Universitário*: campeonatos nacionais de 1945. [s.l.]: [s.n.], 1945.

_____. *Manual de higiene da M.P.*. Lisboa: Direcção Geral dos Serviços de Instrução Geral, 1945.

MOCIDADE PORTUGUESA – CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PÔRTO. *A actividade de Secção de Educação Física e Desportos no ano lectivo 1941-1942*. Porto: Tipografia Mendonça, 1942.

MOCIDADE PORTUGUESA – CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PÔRTO. *A actividade de Secção de Educação Física e Desportos no ano lectivo 1942-1943*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1943.

MOCIDADE PORTUGUESA – CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PÔRTO. *A actividade de Secção de Educação Física e Desportos no ano lectivo 1943-1944*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1944.

MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA. *Mocidade Portuguesa Feminina*: organização de atividades. Lisboa: Secretariado de Propaganda Nacional, s.d..

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (org). *Culturas políticas na história*: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009, p. 13-37.

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. Movimento escoteiro e cultura política nacionalista no Brasil na primeira metade do século XX. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *Culturas políticas na história*: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009, p. 39-58.

NEGREIROS, Plínio Labriola. O Brasil no cenário internacional: Jogos Olímpicos e Copas do Mundo. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (org.). *História do esporte no Brasil*: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 293-329.

NEVES, José. Ler desportivamente Lenine – para a história do comunismo e do desporto em Portugal. *Esporte e Sociedade*, Niterói, n. 11, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es1103.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2010.

NUNES, Ana Bela; VALÉRIO, Nuno. *Contribuição para a história do futebol em Portugal*. Lisboa: GHES, 1996.

OLIMPICUS. *O esporte a serviço da pátria*. São Paulo: [s.n.], 1941.

OLIVEIRA, César. A evolução política. In: ROSAS, Fernando (org.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Coleção Nova História de Portugal. v. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 21-85.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 37-58.

_____. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 323-349.

OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-37.

PANTOJA, Sílvia. Fontes, Lourival. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMANN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 2261-2264.

PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

PAULO, Heloisa. *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994.

PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PAYNE, Stanley G. *El fascismo*. Madri: Alianza Editorial, 1980.

_____. Salazarism: «fascism» or «bureaucratic authoritarianism»? In: *Estudos de história de Portugal: volume II – séculos XVI-XX: homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983, p. 523-531.

PEREIRA, Jorge Paulino. O Estádio Nacional: projecto e construção. In: ANDERSEN, Teresa et al. *O Estádio Nacional: um paradigma da arquitectura do desporto e do lazer*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2007, p. 60-89.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PHILLIPS, Murray G. (org.). *Deconstructing sport history: a postmodern analysis*. Albany: SUNY Press, 2006.

PIMENTEL, Irene Flunser. A polícia e a justiça política nos primeiros anos do salazarismo. 1933-1945. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (orgs.). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 305-343.

_____. *Mocidade Portuguesa Feminina*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.

PINHEIRO, Francisco. *História da imprensa desportiva em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 2011.

PINTO, António Costa. O salazarismo na recente investigação sobre o fascismo europeu – velhos problemas, velhas respostas?. *Análise Social*, v. 25, n. 108-109, 1990, p. 695-713.

_____. *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

_____. O estado novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (orgs.). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 17-43.

PONTES, José. *Quási um século de desporto: apontamentos para a história da Educação Física em Portugal*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1934.

PORTELA, Artur. *Salazarismo e artes plásticas*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

RAGIN, Charles C. Using Qualitative Comparative Analysis to Study Causal Complexity. *HSR: Health Service Research*, n. 34, v. 5, 1999, p. 1225-1239.

RAMOS DO Ó, Jorge. Salazarismo e cultura. In: ROSAS, Fernando (org.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Coleção Nova História de Portugal. v. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 391-454.

_____. Secretariado Nacional de Propaganda (SPN). In: ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (orgs.). *Dicionário de história do Estado Novo*. v.2. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, p. 893-896.

_____. *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a “política do espírito” – 1933-1949: ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIBEIRO, André. *O diamante eterno: biografia de Leônidas da Silva*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1999.

_____. *Os donos do espetáculo: histórias da imprensa esportiva no Brasil*. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

RIBEIRO, Maria Conceição. Polícias políticas. In: ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (orgs.). *Dicionário de história do Estado Novo*. v.2. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, p. 747-749.

RIBEIRO, Nelson. *A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo (1933-1945)*. s/l: Quimera, 2005.

RIORDAN, Jim. The sports policy of the Soviet Union, 1917-1941. In: ARNAUD, Pierre; RIORDAN, James (orgs.). *Sport and international politics: the impact of fascism and communism on sport*. Londres: Taylor & Francis, 1998, p. 67-78.

RIORDAN, Jim; KRÜGER, Arnd. *The international politics of sport in the 20th century*. Oxon, Taylor & Francis, 1999.

RODRIGUES FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. volume I: Europa. Rio de Janeiro, 2010.

ROSÁRIO, Alberto Trovão do. *O desporto em Portugal: reflexo e projeto de uma cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

ROSAS, Fernando. Um estudo comparado do fascismo: o “autoritarismo moderno” do Estado Novo português. In: SILVA, José Luiz Werneck da (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado novo*. v.1. O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 57-69.

_____. (org.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Coleção Nova História de Portugal. v. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

_____. Introdução: Portugal na Europa dos anos trinta. In: _____. (org.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Coleção Nova História de Portugal. v. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 9-18.

_____. As grandes linhas da evolução institucional. In: _____. (org.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Coleção Nova História de Portugal. v. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 86-143.

_____. Salazar, António de Oliveira. In: ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (orgs.). *Dicionário de história do Estado Novo*. v.2. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, p. 861-876.

_____. *O Estado Novo (1926-1974)*. Coleção História de Portugal v. VII. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, v. 35, n. 157, 2001, p. 1031-1054.

_____. O corporativismo enquanto regime. In: ROSAS, Fernando; GARRIDO, Álvaro (orgs.). *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 17-47.

ROSAS, Fernando; GARRIDO, Álvaro (orgs.). *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012.

ROSE, R.S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil / 1930-1954*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política*. 2V. v1. 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 466-475.

SANTOS, Ana. História da Volta a Portugal em bicicleta. In: NEVES, José; DOMINGOS, Nuno (orgs.). *Uma História do desporto em Portugal: volume II - nação, império e globalização*. Vila do Conde: Quidnovi, 2011, p. 11-49.

_____. História do ciclismo. In: NEVES, José; DOMINGOS, Nuno (orgs.). *Uma História do desporto em Portugal: volume III – classe, associativismo e Estado*. Vila do Conde: Quidnovi, 2011, p. 13-36.

SANTOS, João Manuel C. Malaia. Campeonato brasileiro de seleções: economia de um projeto nacional (1922-1932). In: *III Conferência Internacional em História Econômica & V Encontro de Pós-Graduação em História Econômica*, 2010. Disponível em: <<http://scientia.cliomatica.com/index.php/vencontrohistoriaeconomica/Vencontro/paper/view/172/70>>. Acesso em: 18 set. 2012.

_____. *Revolução vascaína: a profissionalização do futebol e a inserção socioeconômica de negros e portugueses no Rio de Janeiro (1915-1934)*. Tese de Doutorado (História Econômica). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

_____. “Diplomacia do pé”: o Brasil e as competições esportivas sul-americanas de 1919 e 1922. *Revista Tempo e Argumento*, v.3, n.2, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180303022011043/1908>>. Acesso em: 18 set. 2012.

- SANTOS, João Manuel C. Malaia; MELO, Victor Andrade de (orgs.). *1922: celebrações esportivas do centenário*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.
- SANTOS, Joel Rufino dos. *História política do futebol brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SANTOS, Ricardo Pinto dos. Tensões na consolidação do futebol nacional. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (orgs.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 179-212.
- _____. Comemorando o Brasil: que Brasil?. In: SANTOS, João Manuel C. Malaia; MELO, Victor Andrade de (orgs.). *1922: celebrações esportivas do centenário*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 163-182.
- _____. *Entre rivais: futebol, racismo e modernidade no Rio de Janeiro e em Buenos Aires (1897-1924)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1978.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- SCHEMES, Claudia. *Festas cívicas e esportivas: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955)*. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.
- SCHWARTZMAN Simon; BOMENY, Helena Maria B.; COSTA, Vanda Maria R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra : Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL. *O Estado Novo: princípios e realizações*. Lisboa: Edições SPN, s.d..
- SERRA, Eurico. *Desportos, educação física e Estado*. Lisboa: Liraria Bertrand, 1939.
- SERRADO, Ricardo. *O futebol como veículo da propaganda do Estado Novo (?)*. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008.
- _____. *O jogo de Salazar: a política e o futebol no Estado Novo*. Alfragide: Casa das Letras, 2009.
- SERRADO, Ricardo; SERRA, Pedro. *História do futebol português: das origens ao 25 de Abril – uma análise social e cultural*. Lisboa: Prime Books, 2010.
- SERPA, Homero. *Cândido de Oliveira: uma biografia*. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.

_____. *História do desporto em Portugal: do século XIX à Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os tribunais da ditadura: o estabelecimento da legislação de segurança nacional no Estado Novo. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (orgs.). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 273-303.

SILVA, Rebelo da; ORNELAS, Ricardo. *Vinte anos de football em torneios da federação 1922-1941*. Lisboa: Os Ridículos, 1942.

SILVA, Salomão L. Quadros da. A era Vargas e a economia. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora UERJ: FGV, 1999, p. 137-154.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOTER, Ivan. *Enciclopédia da seleção: as seleções brasileiras de futebol (1914-2002)*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

SOUZA, Denaldo Alchorne. *O Brasil entra em campo!: construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo: Annablume, 2008.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na primeira república. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 19 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 162-226.

STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política*. 2V. v.1. 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 94-104.

_____. Totalitarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política*. 2V. v.2. 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 1247-1259.

TEJA, Angela. Italian sport and international relations under fascism. In: ARNAUD, Pierre; RIORDAN, James (orgs.). *Sport and international politics: the impact of fascism and communism on sport*. Oxon, Taylor & Francis, 1998, p. 147-170.

_____. Deporte y relaciones internacionales durante el fascismo em Italia. In: AJA, Teresa Gonzalez (org.). *Sport y autoritarismos: la utilización del deporte por el comunismo y el fascismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2002, p. 241-280.

TENGARRINHA, José (org.). *A historiografia portuguesa, hoje*. São Paulo: Hucitec, 1999.

THELM, Neyde; BUSTAMANTE, Regina. História comparada: olhares plurais. *Revista de História Comparada*, v.1, n.1, p. 1-23, 2007. Disponível em: <http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/artigos/volume001_artigo003.pdf>. Acesso em: 28 jul 2009.

THOMPSON, Edward P. *Customs in common: studies in traditional popular culture*. Nova York: The New York Press, 1993.

TORGAL, Luís Reis. Propaganda, ideologia e cinema no Estado Novo. In: TORGAL, Luís Reis (org.). *O cinema sob o olhar de Salazar*. Coimbra: Círculo de Leitores, 2000, p. 64-91.

_____. Estado Novo português – Estado totalitário?. In: SZESZ, Christiane Marques et al. (orgs.). *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru: Edusc, 2003, p. 127-164.

_____. *Estados novos Estado novo: ensaios de história política e cultural*. 2 ed. 2V. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

VALENTE, José Carlos. *Estado Novo e alegria no trabalho: uma história política da FNAT (1935-1958)*. Lisboa: Edições Colibri: INATEL, 1999.

_____. A Corporativização dos tempos-livres: a acção da FNAT (1935-1958). In: ROSAS, Fernando; GARRIDO, Álvaro (orgs.). *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 231-252.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. 2V. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente; da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 351-386.

_____. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 145-179.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 63-105.

VIDAL, Frédéric; GONÇALVES, Gonçalo Rocha. O desporto na rua em Lisboa no início do século XX. In: NEVES, José; DOMINGOS, Nuno (orgs.). *Uma História do*

desporto em Portugal: volume I – corpo, espaços e média. Vila do Conde: Quidnovi, 2011, p. 147-166.

VIEIRA, Joaquim. *Mocidade Portuguesa*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.

VIEIRA, Raul. *A difusão do desporto*: meios eficientes para obtê-la em todo o país. Tese apresentada no Congresso de Clubs Desportivos organizado pelo jornal “Os Sports” – 26 de novembro a 3 de dezembro de 1933. Lisboa: [s.n.], 1934.

WHEELER, Douglas L. A primeira república portuguesa e a história. *Análise Social*, Lisboa, v. 14, n. 56, 1978, p. 865-872.

WILLIAMS, Raymond. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

ZILIO, Carlos. *A querela do Brasil*: a questão da identidade da arte brasileira: a obra de Tarsila, Di Cavalcanti e Portinari / 1922-1945. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.